

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Anuário do Instituto Rio Branco

1989 – 1990

ANUÁRIO DO INSTITUTO RIO BRANCO 1989-1990

IRBR

37.0

B823

25(058)"1989-1990"

1290/99



INSTITUTO RIO-BRANCO

290/99

Anuário do Instituto Rio Branco. v.1 (1951-)
Brasília, Instituto Rio Branco, 1951-.

Anual

ISSN 0101-4811

1. Instituto Rio Branco — Relatório. I. Instituto
Rio Branco.

CDD 341.3122

SUMÁRIO

INSTITUTO RIO BRANCO

Histórico	9
Organização	13
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e	
Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata...	15
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	17
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos Estudos	22
Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria	25

ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO BRANCO EM 1989

Aula Inaugural	29
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata –	
1989	35
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	55
Plano de Estudos – 1989	65
Formandos de 1989	67
XVIII Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos	
Estudos	69
XIX Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos	
Estudos	73
Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria	75
Seminário Regional sobre Análise e Formulação de Política Exterior	77
Formatura da Turma de 1988	85
Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores	87
Discurso do Paraninfo dos Formandos	93
Discurso do Orador dos Formandos	97
Discurso do Presidente da República	101

ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO BRANCO EM 1990

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata –	
1990	105
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	121
Plano de Estudos – 1990	127
Formandos de 1990	129
XX Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos	
Estudos	131
XXI Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos	
Estudos	133
Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria	135
Seminário Regional sobre Análise e Formulação de Política Exterior	137
Formatura da Turma de 1989	139
Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores	141
Discurso do Paraninfo dos Formandos	143
Discurso do Orador dos Formandos	147
Discurso do Presidente da República	151

CURRÍCULO DOS PROFESSORES DO INSTITUTO RIO BRANCO EM 1989 E 1990.....	155
RELAÇÃO DOS ALUNOS DO INSTITUTO RIO BRANCO DE 1946 A 1990.....	201
LEGISLAÇÃO DE 1989	231
LEGISLAÇÃO DE 1990	271

INSTITUTO RIO BRANCO

Diretora

Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella

Coordenadoria de Ensino

Conselheiro Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão (até março de 1990)

Secretário Luis Fernando Panelli César (de março a outubro de 1990)

Conselheiro Francisco Soares Alvim Neto (a partir de dezembro de 1990)

Chefe da Secretaria

Secretário José Maria de Carvalho Coelho (até agosto de 1989)

Secretária Ana Cândida Perez (a partir de abril de 1990)

Assessor da Diretora

Secretário José Marcos Nogueira Viana (até abril de 1990)

Secretário Carlos Leopoldo Gonçalves de Oliveira (a partir de abril de 1990)

Assistente da Diretora

Secretária Cecília de Biase Bidart

Coordenação de Ensino

Sigmund Sievers (até fevereiro de 1990)

Mary Orlanita Barros Cruz (até março de 1990)

Vera Lucia Rodrigues de Faria

Duse Abreu Moura

Francisco de Meira Lins (a partir de janeiro de 1990)

Secretaria

Sebastiana Maria Azevedo (até abril de 1990)

Mariluce Costa Rodrigues (até julho de 1989)

Myriam Salles de Rezende Campos (até dezembro de 1990)

Angela Ribeiro dos Santos (até agosto de 1990)

Carlos Alberto de Souza Freitas (até junho de 1990)

Egle Nacfur (a partir de janeiro de 1990)

Maria Teresa dos Santos Mouta

Alécia dos Santos Rocha Almeida Gomes (até agosto de 1990)

Elenice Ferreira da Costa (até fevereiro de 1990)

Yeda Pessoa dos Santos Mouta (até abril de 1989)

Lucy Fortes da Silva Freitas (até janeiro de 1990)

Ildete Maria dos Santos Alves (a partir de julho de 1990)

Cilma de Jesus Carvalho (a partir de abril de 1990)

Amarílio Guimarães Motta (a partir de novembro de 1990)

Maria Isabel Barroso (a partir de agosto de 1990)

Contabilidade

Jureni Figueira de Azevedo

Aladir Corrêa Martins

Dilson Rodrigues da Cunha

Agentes de Portaria

João Valdivino Trajano

Lucy Machado de Souza Camelo

Fabiano Ferreira da Silva

José Givaldo da Silva (a partir de março de 1990)

Luis Paixão de Souza Costa (até fevereiro de 1989)

Adonias Gonçalves Bezerra

INSTITUTO RIO BRANCO

HISTÓRICO

O Instituto Rio Branco – única escola autorizada ao recrutamento, formação e aperfeiçoamento de funcionários diplomáticos no Brasil – foi criado pelo Decreto-Lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945, por ocasião das comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco, Patrono da diplomacia brasileira, a partir de idéia lançada pelo Embaixador Jorge Latour, quando ainda Secretário, e por ele mesmo dinamizada mais tarde.

A regulamentação e o início da realização das metas, fixadas pelo decreto-lei de sua criação, ocorreram durante o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, no âmbito do Decreto-Lei nº 9.032, de 6 de março de 1946.

Os diplomas legais que criaram o Instituto Rio Branco e regularam seu funcionamento mantiveram o sistema de seleção por Concurso de Provas – que vinha sendo aplicado desde 1918 a intervalos irregulares e, a partir de 1938, em caráter regular – e criaram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) de dois anos, a fim de atender à necessidade de prover os futuros diplomatas com treinamento profissional adequado. Assim, o Concurso de Provas, no caso chamado Exame Vestibular, passou a dar acesso ao CPCD e esse à Carreira de Diplomata e só excepcionalmente é organizado pelo Instituto Rio Branco Concurso de Provas para acesso direto à Carreira.

Por despacho de 5 de junho de 1975, o Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura homologou o Parecer nº 1.842/75, do Conselho Federal de Educação, que reconhece o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata como curso de graduação de nível superior, atribuindo ao Instituto Rio Branco a designação de “estabelecimento de nível superior”. Nos termos do Relatório que informou o citado Parecer, o reconhecimento em questão “permite aos diplomados pelo CPCD gozar das prerrogativas que a lei confere aos formados por curso superior”.

Durante seus 46 anos de funcionamento, o Instituto sofreu uma série de reorganizações destinadas a melhorar sua eficácia e a adaptar seus currículos às necessidades cambiantes da diplomacia brasileira. A última reforma data de 1976 e

coincidiu com a transferência do IRBr para Brasília, onde o Ministério das Relações Exteriores já se encontrava há alguns anos.

Inovação importante introduzida pela reforma de 1976 foi a aceitação no CPCD de estudantes estrangeiros, oriundos de países em desenvolvimento que solicitam a assistência brasileira na preparação de seus funcionários diplomáticos. O Governo brasileiro concede a tais estudantes uma bolsa de manutenção e facilidade de moradia; por sua parte, os Governos que solicitam essa assistência comprometem-se a incluir os bolsistas no seu serviço diplomático, tão logo terminem o CPCD.

Os estudantes estrangeiros devem preencher os mesmos requisitos de idade e de formação acadêmica exigidos dos candidatos brasileiros. A fim de habilitar aqueles que não falam português a seguir o CPCD, o IRBr organiza para eles um curso especial de seis meses, prévio ao início do ano acadêmico, destinado ao aprendizado intensivo da língua.

Desde o início do programa até 1990, concluíram o CPCD 87 bolsistas estrangeiros, oriundos de Angola (2), Barbados (1), Bolívia (7), Cabo Verde (14), Colômbia (1), Costa do Marfim (5), Costa Rica (3), El Salvador (1), Equador (4), Gabão (5), Gana (3), Guatemala (1), Guiana (1), Guiné-Bissau (7), Haiti (5), Honduras (5), Mali (2), Moçambique (1), Panamá (1), Quênia (2), República Dominicana (1), São Tomé e Príncipe (3), Suriname (5), Tanzânia (1), Togo (2), Trinidad e Tobago (1), Venezuela (1), Zâmbia (1) e Zimbábue (1).

Em 1990, 8 alunos concluíram o 1º ano e para 1991 estão inscritos 2 novos bolsistas.

Como consequência da reforma de 1976, salientam-se ainda a expansão da carga de matérias profissionalizantes e a realização de estágios práticos em departamentos do MRE. Em 1982, o treinamento profissional foi ampliado, sendo dividido em duas partes: a primeira, na Secretaria de Estado, e a segunda, de 45 dias, em postos no exterior (América Latina e Caribe) antes de os novos Terceiros-Secretários serem lotados nas unidades da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Os quadros a seguir apresentam os números de diplomatas formados pelo IRBr e de candidatos aprovados nos Exames Vestibulares:

QUADRO I
DIPLOMATAS RECRUTADOS PELO IRBr DESDE
SUA CRIAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 1990

Formandos do CPCD	978	90,38%
Exame Direto	104	9,62%
Total	1082	100%

QUADRO II
NÚMERO DE INSCRIÇÕES E DE APROVAÇÕES NOS EXAMES
VESTIBULARES DO INSTITUTO RIO BRANCO DE 1946 A 1990

Ano	Inscritos	Aprovados
1946	300	35
1947	116	15
1948	119	20
1949	83	12
1950	159	12
1951	84	8
1952	110	26
1953	96	18
1954	112	17
1954*	178	11
1955	128	19
1955*	92	20
1956	162	27
1957	181	19
1958	186	14
1959	344	15
1960	304	19
1961	315	22
1962	277	20
1962*	229	11
1963	249	13
1964	375	19
1965	393	28
1966	414	27
1967	330	33

Ano	Inscritos	Aprovados
1967*	170	31
1968	266	22
1969	297	57
1970	175	15
1971	260	19
1972	270	20
1973	196	23
1974	238	12
1975	240	34
1975*	293	26
1976	490	20
1977*	181	13
1977	665	32
1978*	204	10
1978	797	52
1979	974	33
1980	918	36
1981	1.194	37
1982	1.426	35
1983	797	34
1984	914	44
1985	893	20
1986	661	15
1987	554	11
1988	779	13
1989	1.098	24
1990	659	21

* Exames diretos para a Carreira de Diplomata.

ORGANIZAÇÃO

O Instituto Rio Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Suas atividades estão regulamentadas no Decreto nº 99.261, de 21 de maio de 1990, e por seu Regulamento próprio, aprovado pela Portaria nº 558, de 05.03.85, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 17, de 30.12.85, e nº 567, de 23.04.86.

O citado Decreto estabelece que:

Art. 16 – Ao Instituto Rio Branco compete o recrutamento, a seleção, a formação, aperfeiçoamento e especialização do pessoal para a Carreira de Diplomata e demais categorias funcionais do Serviço Exterior brasileiro.

Parágrafo único – O Instituto Rio Branco promoverá e realizará os concursos de provas que se fizerem necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

O Instituto compreende Direção, Secretaria e Coordenação de Ensino. O Diretor é nomeado pelo Ministro de Estado, entre os Ministros de Primeira e Segunda Classes. O Chefe da Secretaria e o Coordenador de Ensino são nomeados pelo Ministro de Estado entre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe, e Conselheiro (Coordenador de Ensino) e Conselheiro e Primeiro-Secretário (Chefe da Secretaria).

Para preencher suas finalidades, o Instituto mantém os seguintes cursos regulares:

1. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD);
2. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD);
3. Curso de Altos Estudos (CAE); e
4. Cursos de Atualização de Oficiais de Chancelaria

O Instituto poderá organizar cursos especiais e financiar programas de estudos (e.g. o Programa de Incentivo a Estudos no exterior), no interesse do Ministério das Relações Exteriores.

**EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO
À CARREIRA DE DIPLOMATA E CONCURSO
DE PROVAS PARA INGRESSO DIRETO NA CARREIRA
DE DIPLOMATA**

Disposições Gerais

O Exame Vestibular ao CPCD realiza-se todos os anos, com um número limitado de vagas, fixado em Edital, segundo a necessidade de pessoal diplomático do Ministério das Relações Exteriores.

As condições para inscrição são as seguintes: *a)* ser brasileiro nato (artigo 12, parágrafo terceiro da Constituição Federal); *b)* contar, no mínimo, 20 anos e, no máximo, 32 anos; *c)* estar em dia com o serviço militar; *d)* possuir título de eleitor, em dia; *e)* ter bons antecedentes; e *f)* apresentar diploma ou certificado de conclusão de curso superior, ou, na falta deste, certificado que comprove já ter terminado o terceiro ano ou o sexto semestre de curso de graduação de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação; caso se trate de documento expedido por universidade estrangeira, é indispensável comprovar a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil. Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente e só será matriculado após obtida a devida autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Divulgação do Vestibular

A divulgação do Vestibular é feita em todo o Brasil, mas principalmente nas diversas Capitais onde funcionam os centros de inscrição: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Florianópolis, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Das provas e dos exames

O Exame Vestibular compreende as seguintes fases:

Primeira Fase – Provas Vestibulares Iniciais: português, francês e inglês. Realizam-se, concomitantemente, na sede do Instituto Rio Branco e nas Capitais dos estados onde o IRBr mantém centros regionais de inscrição.

Nesta fase, o candidato deve satisfazer cumulativamente as seguintes exigências: obter um mínimo de 60 pontos na prova de português, que é eliminatória; obter um mínimo de 50 pontos em francês ou inglês, obter nota diferente de zero na prova de idioma estrangeiro, e totalizar um mínimo de 150 pontos no conjunto das três provas.

Segunda Fase – Provas Vestibulares Finais:

As provas seguintes realizam-se todas na sede do Instituto Rio Branco, em Brasília. Aos candidatos residentes em outras cidades, habilitados para a segunda fase, O IRBr provê transporte e hospedagem em Brasília até o final do concurso ou, em caso de eliminação, até a data da divulgação do resultado da prova em que o candidato for eliminado. Nas provas eliminatórias, é exigido o mínimo de 50 pontos em cada uma. São considerados aprovados os candidatos com média global igual ou superior a 60 pontos.

A segunda fase compreende provas orais, provas escritas eliminatórias e provas escritas classificatórias. Provas orais: Questões Internacionais Contemporâneas (eliminatória), Francês e Inglês (classificatórias).

Provas escritas eliminatórias: História do Brasil, História Mundial e Geografia do Brasil.

Provas escritas classificatórias: Geografia Geral, Noções Básicas de Direito e, até 1989, Noções Básicas de Economia.

Terceira Fase – Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica: os candidatos aprovados na segunda fase são submetidos a exames de sanidade e capacidade física e psíquica a cargo de médicos e psicólogos especializados na seleção de pessoal para o serviço público.

Os candidatos aprovados ficam habilitados à matrícula no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, segundo sua classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo Edital de abertura das inscrições. O exame Vestibular só é válido para matrícula no CPCD no ano letivo imediato.

A lei (Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, que instituiu o regime jurídico dos funcionários do Serviço Exterior) prevê a possibilidade de o Instituto Rio Branco, por determinação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, organizar concurso público de provas para ingresso na classe inicial da Carreira de Diplomata (a classe de Terceiro-Secretário), dispensada a habilitação do CPCD. Esse concurso, também chamado concurso direto, é realizado em ocasiões de maior premência de recrutamento para a Carreira de Diplomata.

Até o presente, foram organizados pelo Instituto Rio Branco sete concursos diretos (nos anos de 1954, 1955, 1962, 1967, 1975, 1977 e 1978), que selecionaram um total de 111 indivíduos para a Carreira de Diplomata.

Nos concursos diretos, é condição legal para a inscrição a apresentação de certificado de conclusão de curso de graduação de nível superior e os candidatos devem ter mais de 21 e menos de 35 anos de idade. Nesses concursos, é mais elevado o nível de exigência intelectual: outras provas são acrescentadas, provas classificatórias passam a eliminatórias, etc.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

Organização do Curso

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), ministrado em dois anos, é gratuito e de frequência obrigatória.

O Curso obedece a um planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em seções.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudo obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada seção.

Seção de Línguas

As línguas estrangeiras fundamentais são o Espanhol, o Francês e o Inglês. Ao longo dos dois anos de curso, os objetivos principais do estudo dessas línguas são desenvolver a expressão oral dos que têm expressão apenas escrita, consolidar o conhecimento básico dos idiomas, procurando, dentro do possível, homogeneizar as turmas, e ensinar, principalmente no segundo ano, a utilização profissional das três línguas.

As línguas estrangeiras complementares (Alemão, Árabe, Italiano, Japonês, Russo, etc.) têm objetivo didático mais modesto: dar ao aluno que o desejar conhecimento básico estrutural, que possa servir para posterior desenvolvimento.

Seção Básica

Tem como finalidade dar ao aluno o conteúdo acadêmico básico necessário para sua atividade profissional. Inclui cadeiras de Direito, Ciência Política, Economia, Estudos Brasileiros, Relações Internacionais e Relações Diplomáticas do Brasil.

Seção Profissionalizante

Inclui cursos ministrados na forma de conferências ou de seminários, diretamente relacionados às atividades diplomáticas, e que visam dar ao aluno conhecimento essencialmente prático da profissão que futuramente irá exercer.

Atividades Extracurriculares

Com a reforma, em 1976, do programa do Instituto Rio Branco para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, passaram a fazer parte do Curso viagens de estudos em que os alunos têm oportunidade de visitar diversas regiões do País, e cujo objetivo é inteirá-los dos problemas nacionais e de tudo o que se refere ao País nos diversos campos de interesse. São também um treinamento em viagens de caráter oficial, semelhantes às que terão de fazer durante a Carreira.

Cada aluno faz três estágios profissionalizantes em unidades administrativas do Itamaraty ao longo do Curso. Tais estágios são parte essencial do CPCD e se destinam a dar ao aluno oportunidade de contato direto com a realidade e a sistemática de trabalho do Ministério das Relações Exteriores.

Sistema de Aprovação

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada disciplina e 60 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem que aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido a média global mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do CPCD é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Corpo Docente

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio Branco, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um período letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos entre professores universitários e funcionários da Carreira de Diplomata.

Bolsas

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata é concedida bolsa de estudo, cujo montante é fixado pelo Diretor do Instituto.

Prêmios

Prêmio Rio Branco

No fim do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, são conferidas, respectivamente, medalha de ouro (vermel) e medalha de prata ao 1º e 2º colocados no CPCD.

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva

Ao 1º e 2º colocados no Exame Vestibular ao CPCD são conferidas, respectivamente, medalha de prata e de bronze.

Prêmio de Estudo

Aos alunos que obtêm as melhores médias globais nos dois anos do CPCD, excluídas as notas do Exame Vestibular, são concedidos prêmios de estudo, na proporção de pelo menos um premiado para cada dez alunos ou fração.

O prêmio consiste numa estada no exterior de até três meses, para estudos de interesse profissional em instituição de nível superior de grande reputação.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS E CURSO DE ALTOS ESTUDOS

O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o Curso de Altos Estudos (CAE) constituem um sistema de treinamento e qualificação funcional, na forma prevista pelo artigo 6º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabelece:

“A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e de qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo.”

O CAD tem por finalidade treinar os Segundos-Secretários em matérias de nível intermediário, preparando-os para o acesso aos escalões de Primeiro-Secretário e de Conselheiro. Por sua vez, os funcionários desta última categoria terão no CAE uma etapa de preparação aos estágios superiores da Carreira: Ministro de Segunda Classe e de Primeira Classe.

O CAE foi criado formalmente em 1961, pela Lei nº 3.917. Quanto ao CAD, foi instituído pelo Decreto nº 71.323, de 1972. A implantação de ambos os Cursos foi feita pelo Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e eles passaram a constituir exigência para progresso funcional cinco anos após a sua implantação.

O CAD, que desde sua criação era feito por correspondência (mala diplomática), sem o afastamento dos diplomatas inscritos de suas tarefas habituais ou de seus postos de lotação, em 1988 ganhou nova feição: os que nele se inscrevem pela primeira vez passaram a ser chamados a Brasília por um período de quatro semanas, sendo as provas antecedidas de palestras e mesas-rendondas.

No que diz respeito ao CAE, sua atividade básica consiste no preparo de trabalho sobre tema de relevância funcional, aprovado previamente pelo Instituto Rio Branco. O trabalho, apresentado por escrito, será julgado por Banca Examinadora designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Em época prevista pelo Edital de regulamentação do CAE em que está inscrito, será convocado para a defesa oral do trabalho, perante a mesma Banca Examinadora. Completa-se o ciclo do CAE com

estágio de curta duração em Brasília constando de visitas, trabalhos individuais e em grupo, seminários, etc., propiciando atualização nos principais setores da vida nacional.

A escolha do tema para o trabalho é aspecto importante deste processo. A sugestão inicial deve partir do aluno, no momento em que se candidate à matrícula, podendo refletir assunto ou área geográfica de sua maior experiência na Carreira. A determinação definitiva do tema, contudo, exigirá aprovação do Instituto, com vistas a assegurar que o trabalho, definido precisamente, tenha relevância funcional e contribua para o acervo de documentação do Itamaraty. Em outras palavras, o trabalho deverá constituir subsídio útil para a formulação e execução da política externa do País.

Tanto para o CAD como para o CAE não há publicação de notas ou classificação dos alunos. A aprovação é por conceito, podendo os alunos reprovados matricular-se em qualquer Curso posterior.

A implantação dos dois Cursos na forma estabelecida pelo Decreto nº 79.556 e pelas Portarias nºs 450 e 451, em que se baseia o Edital, é feita na consciência de que os modelos adotados deverão ser adaptados na prática às peculiaridades da Carreira, e também a certas limitações objetivas, como a de recursos financeiros e humanos. Por isso, as normas estabelecidas pelas Portarias – e mais ainda as do Decreto – são propositadamente genéricas, assegurando ampla margem para a realização dos ajustes que se revelem necessários. O importante é que, com a instituição do CAD e do CAE, deu-se forma concreta ao processo de aperfeiçoamento e valorização do Diplomata brasileiro.

QUADRO III
DIPLOMATAS APROVADOS NO CAD

1977	I	CAD	11
1978	II	CAD	7
1979	III	CAD	12
1980	IV	CAD	25
1981	V	CAD	40
1982	VI	CAD	41
1983	VII	CAD	29
1984	VIII	CAD	11
1984	IX	CAD	6
1985	X	CAD	8
1985	XI	CAD	12
1986	XII	CAD	6
1986	XIII	CAD	7
1987	XIV	CAD	4
1987	XV	CAD	9
1988	XVI	CAD	5
1988	XVII	CAD	10
1989	XVIII	CAD	12
1989	XIX	CAD	10
1990	XX	CAD	13
1990	XXI	CAD	18
Total			296

QUADRO IV
DIPLOMATAS APROVADOS NO CAE

1977	I	CAE	11
1978	II	CAE	2
1979	III	CAE	6
1980	IV	CAE	11
1981	V	CAE	19
1982	VI	CAE (I)	14
1983	VI	CAE (II)	11
1983	VII	CAE	18
1984	VIII	CAE	9
1984	IX	CAE	8
1985	X	CAE	8
1985	XI	CAE	4
1986	XII	CAE	5
1986	XIII	CAE	5
1987	XIV	CAE	4
1987	XV	CAE	3
1988	XVI	CAE	5
1988	XVII	CAE	5
1989	XVIII	CAE	7
1989	XIX	CAE	5
1990	XX	CAE	6
1990	XXI	CAE	8
Total			174

CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE OFICIAIS DE CHANCELARIA

O Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria constitui para a categoria funcional de Oficial de Chancelaria de nível superior um sistema de qualificação e treinamento profissional previsto na Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Em seu artigo 63, a referida Lei estabelece que:

“Poderão ser promovidos, por merecimento, os Oficiais de Chancelaria que satisfizerem aos seguintes requisitos:

I –

II – à classe C, haver o funcionário concluído o Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria a ser instituído pelo Instituto Rio Branco, em coordenação com o órgão de pessoal do Ministério das Relações Exteriores.”

A categoria funcional de Oficial de Chancelaria, de nível superior, é constituída pelas Classes “Especial”, “C”, “B” e “A”, em ordem hierárquica funcional decrescente.

O ingresso nesta categoria funcional é feito na classe inicial, mediante concurso público de provas realizado pelo Instituto Rio Branco.

**ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO BRANCO
EM 1989**

AULA INAUGURAL

A aula inaugural do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1989 foi pronunciada pelo então Ministro da Justiça, Doutor Oscar Dias Correa, no dia 22 de março de 1989.

A seguir, o texto da palestra do Doutor Oscar Dias Correa:

Senhores alunos

O convite com que me honrou o eminente Ministro Abreu Sodré para proferir a aula inaugural do Curso, neste ano, tem significado que não deve ser diminuído, antes exaltado. É que problemas inúmeros afloraram ao debate nesses dias angustiados e impõe-se encontre a Nação, no exame sereno e probo que deles faça, as soluções exatas e não apenas *do agora e para o instante*, como para *o futuro*, tais os reflexos que terão na vida nacional nos dias que hão de vir.

Tanto mais quanto neles, aos jovens de hoje, adultos de amanhã, caberá a condução dos destinos nacionais e para isso se prepararam e aprestam neste Curso.

É natural que as questões mais graves tenham surgido agora: a votação da nova Constituição, revolvendo as águas profundas do nosso sentimento e da alma nacional, fizeram que aflorassem à tona todos os temas, num saudável debate que nos forçou a tomar consciência de falhas e equívocos, repensar conceitos, aclarar dúvidas, retificar rumos.

Com isso, questões antigas ressurgiram, novas brotaram, e eis-nos em exame de consciência renovado, a que as Nações devem submeter-se sempre, naturalmente, quando a crise as assola e a busca de novos caminhos se impõe.

Nestas horas renascem as reservas de civismo; restauram-se forças que considerávamos perdidas; reforçam-se ideais, no afã de restabelecer o clima de confiança e de credibilidade essencial à recuperação do País.

E o primeiro degrau dessa recuperação há de ser o império da lei, no sentido mais amplo e mais profundo: a lei, a começar da Lei Maior, a Constituição, que deve ser o alfa e o ômega de todas as pendências; ante a qual todos se curvem submissos – porque

a única submissão que engrandece e exalta é a submissão à lei. A ela, a começar da Constituição, todos devemos obediência; e tanto mais quanto mais elevados na hierarquia dos postos, para que o exemplo frutifique e a todos estimule e fortaleça.

Com a Constituição, as leis, legitimamente votadas, que marcam os limites da atuação na vida social, que balizam o certo e o errado, o legal e o ilegal, asseguram coexistência pacífica dos cidadãos, a convivência entre concepções dispares, que se respeitam, sem o que o conflito se instalaria irremediavelmente na sociedade, levando-a ao auto-extermínio.

Se cada um respeita a lei como lhe cabe, se ao mesmo tempo em que exige seus direitos, cumpre suas obrigações – pois aos direitos correspondem deveres – a convivência se faz em equilíbrio e harmonia.

São os desvios da lei, os abusos dos que a ignoram ou desrespeitam que criam o clima de insegurança em que as sociedades mergulham nas crises do despotismo ou da anarquia, detestáveis ambos, porque contrários à natureza livre e racional do homem.

O descumprimento da lei gera a irresponsabilidade, a impunidade, a indisciplina, que corrompem a liberdade, a ordem e a paz.

A obediência a ela exalta, enobrece, assegura a coexistência e garante a harmonia social.

Assim se estabelece o estado de direito, que é sinônimo de estado democrático, que expressamente se quis instaurar com a nova Constituição.

Ao analisá-la, alguns aspectos fundamentais devem ser ressaltados e a eles dedicaremos estas palavras singelas.

O primeiro é a nova relação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

A período no qual sobrepujou a todos a ação do Executivo, tomado como ação do *Governo*, sucede o fortalecimento do Legislativo, armado de novas competências e funções que lhe asseguram a plenitude da fiscalização essencial que deve exercer. E ao Judiciário se renovou a missão de árbitro de todas as questões, colocado o Supremo Tribunal Federal como instância definitiva e derradeira das magnas pendências constitucionais.

O Executivo perdeu alguns dos privilégios ampliados que conquistara com a invasão da órbita legislativa, como com a habitual edição dos decretos-leis sobre todas as matérias, numa fúria legislante sem precedentes; o Congresso reforçou o poder fiscalizador que lhe é inerente, para o acompanhamento da obra de Governo e a prevenção de abusos e desvios.

É claro que nesses primeiros tempos de vigência das novas normas não de surgir dúvidas e divergências quanto à exata delimitação de competências – que se não de resolver no diálogo franco dos que devem objetivar apenas o bem comum do povo.

Não se há de pretender que sempre coincidam as visões de um e outro poder no trato da coisa pública: a divergência é o clima da disputa democrática, posta sempre em termos de seriedade e probidade, que há de ceder e apaziguar-se quando em risco a estabilidade do regime ou a normalidade da vida social.

E se, por acaso, não se descobre o ponto de convergência, restará sempre o derradeiro recurso ao Judiciário que, decidindo, põe fim à controvérsia.

Naturais, portanto, as querelas e visões diferentes dos problemas maiores. O importante é que, tomada a decisão, todos se disponham, com ânimo firme e isento, a obedecê-la.

Mas, para isso, impõe-se que os poderes se disponham a usar as prerrogativas que têm com exação e rigor dentro dos limites que o texto lhes fixa. Não basta que estejam eles inscritos no texto constitucional: mais, muito mais, que se incorporem como preceitos obrigatórios à nossa vida, no exercício habitual e tranqüilo, sem percalços ou recusas.

Outro aspecto de significativo alcance é a redefinição do sistema federativo, com a revalorização de Estados e Municípios, de atuação ampliada em o novo texto.

Assistimos, nessas últimas três décadas, sobretudo, à agonia da federação.

O Brasil – não obstante o nome pomposo que se lhe deu de *República Federativa do Brasil*, em vez do simples, exato e constitucional *Brasil*, – praticamente deixara, de um lado, de ser república e, de outro, se transformara em Estado unitário. Tudo dependia, em última instância, do poder central, senhor da burra do Tesouro, das fontes de emissão incontrolada de moeda, do poder incontrastável de nomear nos órgãos inchados da administração direta ou indireta, submetendo os Estados e, mais ainda os Municípios, ao doloroso e triste regime da pechincharia para poderem sobreviver.

Fazia-se da concessão de favores e benesses o fundamento do controle político do País, dependente dos cofres da União.

A nova discriminação de rendas (e talvez não sem exageros), modificou fundamentalmente essa correlação de forças: aumentou, consideravelmente, as receitas dos Estados e Municípios, com o que reduziu as da União.

Ilogicamente, contudo, não se reduziram os encargos do Poder Central; e, pior, ainda, não se conformam os Estados e Municípios com as novas receitas e alguns encargos que a União, perdidas as fontes anteriores, houve por bem atribuir-lhes; e continuam a pedir e a exigir que continue ela a arcar com os mesmos ônus anteriormente estabelecidos.

Dai as divergências recentes e freqüentes entre pedintes estaduais e municipais e a recusante União, que não dispõe mais de recursos para atendê-los.

Ainda aqui exige-se que as várias órbitas de poder – municipal, estadual e federal – se conscientizem de que a nova ordem constitucional impõe estrita responsabilidade nos gastos públicos, insuscetíveis de ampliação, medidos e equilibrados os recebimentos e os dispêndios, sob pena de irreparável descontrole.

Os Estados e Municípios, sobretudo, ainda saudosos do anterior regime em que a União lhes supria a Caixa nas agruras e descompassos, têm de conscientizar-se de que só disporão dos próprios recursos para os compromissos que assumam e que, assim, devem comportar-se no montante que atinjam.

Dentre eles, o referente a pessoal, que não poderá ultrapassar 65% do valor das receitas correntes, conforme expressamente dispõe o art. 38 do ADCT.

Há de impor-se, desta forma, a efetiva responsabilidade na utilização dos dinheiros públicos, tanto mais quanto ampliada a fiscalização das contas, sendo qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União (art. 74, § 2º).

Como árbitro de todas essas pendências, em instância final, irrecorrível, o Supremo Tribunal Federal, que, mantendo-se como Corte Constitucional, teve, quanto ao controle de constitucionalidade, ampliada a sua atuação, acrescendo-se ao controle *difuso* – caso a caso – e ao *concentrado* – na arguição de inconstitucionalidade até então apenas pelo Procurador-Geral da República – a legitimação a inumeráveis outras instituições, enumeradas no art. 103.

A essas observações, de passagem, para estimular-lhes o estudo das modificações da ordem jurídica, no âmbito interno, devem somar-se algumas outras, também breves, quanto à ordem internacional.

O estudante do Instituto Rio Branco deverá formar sua visão de conjunto da realidade nacional partindo do centro para o exterior, vale dizer: após inteirar-se do modelo interno, pelo menos nas suas linhas gerais, terá de propor-se a análise da concepção externa do País, tal como ditada no Texto Maior.

A esse respeito, a Constituição proclama expressamente, desde o Preâmbulo, o comprometimento com “a solução pacífica das controvérsias”, e explicita, no art. 4º, os princípios que regem o Brasil nas suas relações internacionais: I – independência nacional; II – prevalência dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos; IV – não-intervenção; V – igualdade entre os Estados; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos; VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X – concessão de asilo político.

A essa enunciação geral, ampla, abrangente, acrescentou-se (no pará. único) “a busca da integração econômica, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

Dir-se-á que todos esses princípios constituem antes um ideário a ser seguido, normas programáticas que orientam o governante.

Têm elas o condão de marcar a orientação básica, fundamental a ser seguida, diretriz que não comporta desvios, assinalando a própria vocação da gente brasileira.

Nem se cuida de mero enunciado literário. Esses princípios que, de tão repetidos, se tornaram chavões aparentemente inexpressivos, não devem ser olvidados: quando menos se espera, poderão e deverão ser relembrados em defesa de direitos ameaçados, ostensiva ou veladamente.

Mesmo no mundo atual, dito civilizado, e em civilização pós-industrial para vários países, convém reiterá-los. Por mais que soe cediço, ou ultrapassado falar em independência nacional, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade

entre os Estados – temas consagrados no direito das gentes e que deveriam ter sido arquivados em face da unânime aclamação dos povos, – freqüentemente haverá que invocá-los e, muita vez, com redobrada firmeza, para impedir que a cobiça desajaçada os esqueça propositadamente.

Parece, não poucas vezes, que todo o caminho percorrido até sua proclamação pelos doutores e acolhimento pelos organismos internacionais, não serviu senão aos pendoros literários dos que os proclamaram, esquecido o que de sacrifício custou atingir o estágio superior de sua inclusão nos textos que regulam as relações internacionais.

O estudante do Instituto Rio Branco, fiel à orientação da política brasileira, no âmbito nacional e internacional, e honrando o nome e a memória do patrono imortal, deve tê-los sempre presente no espírito e no coração.

Mais do que afirmação doutrinária integram-se eles na alma nacional, como “abstractum” irremovível e incontrastável, que, ainda inconscientemente, condiciona e estimula.

É o Brasil não apenas um país que emerge para a cena internacional com o ímpeto de gente nova; demonstra competência na disputa dos mercados e impõe-se com a força dos recursos naturais com que se apresta para a concorrência internacional.

Mais do que isso, é força convicta que se levanta a favor da compreensão e da solidariedade entre os povos, que, a partir da América, pretende expandir sua ideologia de paz e respeito a todo o ecúmeno, no exemplo que tem dado de convivência harmoniosa no continente, nas lutas pela integração latino-americana e americana.

As dificuldades que enfrenta são as naturais na vida dos povos em desenvolvimento como na existência das pessoas: a busca de recursos, a própria necessidade de modificação do meio que o cerca ou a adaptação a ele; a tomada de consciência de seu destino e de suas exatas potencialidades; a formação do núcleo de princípios que lhe informam a vida nacional; tudo o por quê passaram todas as nações que hoje se afirmam no contexto internacional.

Nada de diferente e, menos ainda, de preocupante ou intransponível: crise de crescimento, já se tem dito e repetido, passagem da adolescência à maturidade, que só os anos, de experiências feitos, podem propiciar.

O que importa é que cada um se compenetre de seus deveres na missão comum, e cumpra a sua parte, levando nos ombros, a responsabilidade que lhe cabe.

Não haverá tarefa, por mais árdua e pesada, que cento e quarenta milhões de corpos e, sobretudo, de almas, não possam conduzir e cumprir, com a determinação, a obstinação, o civismo e o patriotismo que o amor ao Brasil nos inspirará soberanamente.

Nesta Casa haverão de encontrar novos estímulos ao cumprimento da missão, no exemplo que a tradição assegura e no desempenho probo que os dias de hoje comprovam solarmente.

Deus os inspire, guie e ilumine na missão altíssima que lhes cabe cumprir.

EDITAL

Foi publicado no Anuário do Instituto Rio Branco de 1988, às páginas 381 a 392, e no Diário Oficial de 23 de dezembro de 1988.

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA – 1989

As inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata estiveram abertas de 15 de fevereiro a 15 de março, em Brasília, nos centros regionais de inscrição de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, e nas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras no exterior.

As provas da primeira fase realizaram-se nas capitais acima relacionadas, nos dias 21, 22 e 23 de abril (Português, Francês e Inglês, respectivamente).

A Banca Examinadora foi formada pelos seguintes professores:

Português:

Ministro Fernando Guimarães Reis
Professora Enilde Leite de Jesus Faulstich
Professora Stella Maris Bortoni

Francês:

Secretária Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Corrêa
Professor Christian Marcel Defontaine
Professora Marie Hélène Grossele de Mello Ferreira

Inglês:

Ministro Henrique Rodrigues Valle Junior
Professora Edite Faial Jacques
Professor Steven Albert Armstrong

MOVIMENTO

Inscritos	1.098
Compareceram	350
Aprovados	24

As provas orais da segunda fase realizaram-se em 30 de junho e 01 e 02 de julho: Questões Internacionais Contemporâneas (eliminatória), Francês e Inglês (classificatória). Foram aprovados 26 Candidatos.

As provas de segunda fase escritas eliminatórias realizaram-se em 05/07 (História do Brasil); 08 (História Mundial); 12 (Geografia do Brasil). As classificações realizaram-se em 16/07 (Geografia Geral); 17/07 (Noções Básicas de Direito); 18/07 (Noções Básicas de Economia).

Professores:

2.^a fase (Provas Orais)

Questões Internacionais Contemporâneas

Embaixador José Nogueira Filho

Embaixador Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro

Conselheiro Valdemar Carneiro Leão Neto

Francês:

Secretária Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Corrêa

Professor Christian Marcel Defontaine

Professora Marie Hélène Grossele de Mello Ferreira

Inglês:

Ministro Henrique Rodrigues Valle Júnior

Professor Steven Albert Armstrong

Professora Edite Faial Jacques

2.^a fase (Escritas)

História do Brasil:

Professora Maria Therezinha Ferraz Negrão de Mello

História Mundial:

Professor Amado Luiz Cervo

Geografia do Brasil:

Professora Marília Luisa Peluso de Oliveira

Geografia Geral:

Professora Marília Luisa Peluso de Oliveira

Noções Básicas de Direito

Professor Antonio Augusto Cançado Trindade

Noções Básicas de Economia:

Professora Vivianne Ventura Dias

Os exames de sanidade e capacidade física e psíquica, realizados entre os dias 20 e 27 de julho, foram coordenados pelo Doutor Antonio Teixeira de Souza, Chefe do Serviço de Assistência Médica e Social do Itamaraty; estiveram a cargo: os exames físicos, do Hospital do Comando Naval de Brasília; os exames oftalmológicos e de otorrinolaringologia, dos Doutores Aldo Carrilho Neves e Henrique Cesar Vieira Magalhães; os exames psíquicos, do Serviço de Seleção da Marinha.

Foram os seguintes os aprovados, em ordem de classificação final:

- 1º – Achilles Emílio Zaluar Neto
- 2º – Norberto Moretti
- 3º – Marcelo Baumbach
- 4º – Carlos Luiz Dantas Coutinho Perez
- 5º – Paulo Roberto Ribeiro Guimarães
- 6º – Marcos Arbizu de Souza Campos
- 7º – Carlos Roberto Sanchez Milani
- 8º – João Mendes Pereira
- 9º – Ernesto Henrique Fraga Araújo
- 10º – Bernardo Paranhos Velloso
- 11º – Rafael de Mello Vidal
- 12º – Ana Paula Simões Silva
- 13º – Carlos José Serapião Júnior
- 14º – Paulo Eduardo Borda de Carvalho Silos
- 15º – Wladimir Valler Filho
- 16º – Renato Mosca de Souza
- 17º – Ademir Seabra da Cruz Júnior
- 18º – Rosimar da Silva Suzano
- 19º – Patrícia Maria Oliveira Lima
- 20º – Rodolfo Braga
- 21º – Albino Ernesto Poli Júnior
- 22º – João Genésio de Almeida Filho
- 23º – Liana Lustosa Leal
- 24º – André Venturini dos Santos

Fizeram jus ao prêmio Lafayette de Carvalho e Silva: Achilles Emílio Zaluar Neto (1º lugar, medalha de prata) e Norberto Moretti (2º lugar, medalha de bronze).

CARACTERÍSTICAS DAS PROVAS E PROGRAMAS

I – A prova escrita de Português constou das seguintes partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 450 palavras e máxima de 600 palavras (valor: 60 pontos); e
- b) resumo de um texto (valor: 40 pontos).

A prova procurou avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (ortografia, sintaxe, pontuação, estilo, léxico), mas também a estruturação, a relevância e a adequação das idéias em relação ao tema.

II – As provas escritas de Francês e Inglês constaram de duas partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 400 palavras e máxima de 500 palavras (valor: 60 pontos); e
- b) versão de um texto (valor: 40 pontos).

III – A prova oral e eliminatória de Questões Internacionais Contemporâneas teve por objetivo apurar o domínio do candidato sobre temas internacionais correntes, sua capacidade de abordar a atual problemática mundial, bem como as questões diplomáticas de interesse especial para o Brasil. Conhecimentos estes que pressupõem, da parte do candidato, o hábito de acompanhar os acontecimentos internacionais mediante a leitura atenta de livros, revistas e jornais que dediquem atenção especial a tais assuntos.

Na prova de Questões Internacionais Contemporâneas, o candidato sorteou três temas internacionais correntes e escolheu um para exposição oral perante a Banca, durante 10 (dez) minutos. Antes, porém, foi-lhe concedido um intervalo de aproximadamente dez minutos para preparar sua exposição. Após a mesma, respondeu a perguntas feitas pelos examinadores.

IV – As provas orais de Francês e Inglês foram realizadas simultaneamente, de acordo com tabela de chamada, afixada na Secretaria do Instituto Rio Branco. As provas procuraram avaliar a capacidade de expressão dos candidatos.

V – Nas provas de Francês e Inglês, o candidato teve de ler um texto sorteado na ocasião e responder às questões formuladas pelos examinadores. O candidato dispôs de cerca de quinze minutos para preparar sua prova nos quais podia recorrer ao auxílio de um dicionário unilíngüe posto à disposição pelo Instituto Rio Branco.

VI – As provas de conhecimento em matérias básicas eram compostas de:

- a) dissertação, no valor de 40 pontos;
- b) três pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma.

VII – As provas tiveram a duração de quatro horas e meia.

PROGRAMAS

História do Brasil

1ª Parte:

1. A Independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da monarquia

portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O constitucionalismo português e a Independência do Brasil.

2. O Brasil Imperial – Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
3. O Brasil Imperial – Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial – Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida Cultural.
5. O Brasil Imperial – Política Externa: o reconhecimento da Independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. O advento da República: as crises do fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo.

2ª Parte:

7. O Brasil Republicano – Política e Administração:
 - a) A Primeira República (1889-1930) – O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
 - b) A Segunda Guerra (a partir de 1930) – o Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e Constituição de 1946. A Constituição de 1967.
8. O Brasil Republicano – Economia:
 - a) A Primeira República (1889-1930) – A estrutura econômico-financeira; as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.
 - b) A Segunda República (a partir de 1930) – a Industrialização. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira.
9. O Brasil Republicano – Sociedade e Cultura: a população; a expansão demográfica; a imigração e a colonização; as migrações internas; a urbanização. A legislação trabalhista.
10. O Brasil Republicano – Política Externa:
 - a) A Primeira República (1889-1930) – O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.
 - b) A Segunda República (a partir de 1930) – A política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU, o Brasil e a OEA.
11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:
 - a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

- b) Os Governos Militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os Atos Institucionais. A Ideologia da Segurança Nacional.
- c) O processo de transição política.

História Mundial

1ª Parte:

1. Transformação do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.
2. Da Era Napoleônica à Europa da Santa Aliança.
3. O Liberalismo e o princípio das Nacionalidades no século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.
4. A expansão da Europa no século XIX. A política das grandes potências na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.
5. A política europeia do Congresso de Berlim de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O Sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.
6. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2ª Parte:

7. A Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências políticas, sociais e econômicas. Os princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.
8. A Europa entre as duas Guerras. A crise econômica de 1929-1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo.
9. A Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
10. Reconstrução da Europa. O Plano Marshall e a política de integração econômica. A Comunidade Europeia e o Bloco Soviético. A Comunidade Britânica.
11. A Ásia de 1918 a 1965. A dissolução do Império Otomano. A Liga Árabe e o Estado de Israel. A Índia, a China e o Japão.
12. A Guerra Fria e a formação de Blocos. O problema de Berlim. A Guerra da Coreia. A OTAN e o Pacto de Varsóvia.
13. A emancipação das Nações Africanas.
14. O mundo, de 1945 a nossos dias. As principais questões econômicas, políticas e militares no quadro das relações internacionais.

3ª Parte:

15. Os movimentos de Independência na América e a formação de novos Estados.
16. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico e evolução política.
17. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos

gerais da evolução política e econômica. Evolução interna: Argentina, Chile e México.

18. Os Estados Unidos entre as duas Guerras: O isolacionismo, Roosevelt e o "New Deal". Evolução interna após a Segunda Guerra Mundial.
19. A América Latina após a Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política e econômica. Argentina, Chile e México.
20. As relações interamericanas desde a independência. Doutrina de Monroe e sua aplicação. Os conflitos platinos no século XIX. Solidariedade continental, Pan-americanismo, sistema interamericano. A política dos Estados Unidos para a América Latina, desde Theodore Roosevelt.

Geografia do Brasil

I – Unidade: A questão agrária e organização do espaço brasileiro.

- I.1. A modernização da agricultura e as novas formas da produção agrícola no Brasil. Atuação do Estado na questão agrária. O problema fundiário.
- I.2. A fronteira agrícola.

II – Unidade: Cidades brasileiras

- II.1. Distribuição espacial das cidades.
- II.2. Urbanização, metropolização e periferização no Brasil.
- II.3. Brasília e a organização do espaço brasileiro.

III – Unidade: Indústrias e organização do espaço brasileiro

- III.1. A unificação do espaço pela industrialização.
- III.2. A concentração industrial no Sudeste.
- III.3. Os desequilíbrios regionais.

IV – Unidade: Problemas ambientais no Brasil.

V – Unidade: Questões demográficas brasileiras. Migrações Internas.

Geografia Geral

I – Unidade: O espaço geográfico

- I.1. O significado do espaço geográfico.
- I.2. Impacto tecnológico e transformações no meio ambiente natural.

II – Unidade: A organização do espaço mundial

- II.1. Concentração e desconcentração espacial das indústrias: diferenças entre os países centrais (EUA e Europa) e periféricos (América Latina, Ásia e África).
- II.2. O processo de urbanização e suas interligações com o processo de industrialização. Diferenças entre os países centrais (EUA e Europa) e periféricos (Ásia e África).
- II.3. A problemática espacial da urbanização na América Latina; pobreza e terciarização.
- II.4. A modernização da agricultura. A agricultura capitalista e a estruturação do mundo agrário.

II.5. A questão energética.

III – Unidade: Questões demográficas do mundo contemporâneo.

Noções Básicas de Direito

1. Fundamentos e fontes do Direito. Significado da noção de fontes. Costume, legislação, jurisprudência e doutrina como fontes do Direito.
2. A elaboração do Direito. A norma jurídica: Estrutura, validade, classificação.
3. Norma jurídica: métodos de interpretação. Aplicação do Direito. Princípios gerais do Direito.
4. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica; negócio jurídico.
5. Obrigatoriedade e aplicação da lei. Hierarquia das leis. Erro de direito e erro de fato.
6. Personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas de direito público e direito privado.
7. Direito subjetivo: Conceito, teorias, elementos. Classificação dos direitos subjetivos.
8. Divisões do direito: público e privado, interno e internacional. Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado.
9. Conceito, fontes e evolução do Direito Constitucional. Conceito de Constituição.
10. O Estado brasileiro. Personalidade jurídica e soberania. O território brasileiro; a população brasileira; nacionalidade; condição jurídica do estrangeiro.
11. Regime republicano, forma federativa do Estado; sistema presidencialista e parlamentarista de governo. A ordem jurídica; competência da União e dos Estados federados.
12. Os três poderes independentes; formação e estrutura. Sistema de controle recíproco. A constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da administração.
13. O processo legislativo no âmbito federal. Espécies; formas de iniciativas: procedimento ordinário e procedimentos especiais.
14. Condição jurídica dos Estados; direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.
15. Tratados internacionais: relações entre os poderes Executivo e Legislativo no processo de sua elaboração.
16. Organizações internacionais: personalidade jurídica. Classificação dos atos das organizações internacionais.

Noções Básicas de Economia

a) Introdução à Teoria Econômica

1. Problemas econômicos e objetivos econômicos. Progresso econômico e problemas econômicos. O papel do governo – metas econômicas e suas inter-relações.

2. A escassez – Escassez e escolha: a curva de possibilidades de produção. A forma da curva de possibilidades de produção: custos de oportunidade crescente. A curva de possibilidade de produção como fronteira.
3. O crescimento econômico: o deslocamento para fora da curva de possibilidades de produção; a escolha entre bens de consumo e bens de capital. Desenvolvimento econômico: o problema da decolagem.
4. Economia positiva e economia normativa. Noções introdutórias à metodologia econômica.
5. Especialização, as trocas e a moeda. A economia do escambo. O sistema de trocas com dinheiro. O sistema monetário. As vantagens comparativas. As economias de escala.
6. Demanda e oferta: o mecanismo do mercado. O mercado e o governo. O mecanismo do mercado. Concorrência perfeita e imperfeita. Concorrência perfeita: a demanda e a oferta. O equilíbrio de oferta e demanda. Deslocamentos na curva da demanda. Deslocadores da demanda. A resposta às mudanças de preferências. Deslocamentos e deslocadores da oferta. Os deslocamentos de curvas e os movimentos ao longo de uma curva: distinções. As perguntas interligadas: o que, como e para quem produzir? O mecanismo de mercado: uma avaliação preliminar. Aspectos positivos do mercado. As limitações e os problemas do mecanismo do mercado. A determinação do preço por curva de demanda e a oferta apenas em mercados competitivos. A demanda e a oferta de trabalho: o problema malthusiano.
7. A ação econômica do governo. O crescimento das despesas governamentais. Compras e transferências. O orçamento da União e as receitas do Governo federal. Os governos estaduais e municipais; a controvérsia sobre o imposto de circulação de mercadorias. As funções econômicas do governo. Os impostos: objetivos e características. O uso do sistema tributário para alcançar metas sociais no Brasil.
8. A organização e o financiamento das empresas privadas. Organizações comerciais. O financiamento da expansão das sociedades anônimas. Contabilidade comercial: o balanço e a demonstração de resultados. Mercados financeiros. Os mercados de capitais e seus problemas básicos.
9. A medida do produto nacional e da renda nacional. O mercado como maneira de medir a produção. Preços em cruzados: o padrão de medida elástica. Construção de um índice de preços. As duas óticas: despesa e renda. Valor adicionado. Produto nacional, a ótica da despesa. Produto nacional bruto e produto nacional líquido: a depreciação. Produto nacional líquido e renda nacional. Outras medidas de renda: renda pessoal e renda pessoal disponível.
10. Demanda e oferta: o conceito de elasticidade. A elasticidade da demanda. A elasticidade da oferta. Os determinantes da elasticidade. Elasticidade e os problemas especiais da agricultura.
11. Demanda e utilidade. A demanda do mercado como a soma de demandas individuais. Demanda e utilidade marginal. O excedente do consumidor. O

equilíbrio do consumidor. A teoria da escolha do consumidor: curvas de indiferença.

12. Custos e oferta. Custos e oferta no curto prazo. Custos e oferta no longo prazo. A definição de custo dos economistas. O excedente do produtor.
 13. Desigualdade de renda. As razões das diferenças de rendas. Características da desigualdade de renda. Eliminação da desigualdade por ação do governo. A distribuição justa da renda.
 14. O marxismo e os sistemas econômicos da União Soviética e da Iugoslávia. As principais teses econômicas de Karl Marx. A economia centralizada da União Soviética. A economia socialista de mercado da Iugoslávia.
- b) História Econômica do Brasil
15. As perspectivas econômicas do Brasil em meados do século XIX: os condicionamentos externos e internos. O Brasil na divisão internacional do trabalho.
 16. Capital cafeeiro e capital industrial: A dinâmica da acumulação entre 1886 e 1918. A expansão da cultura cafeeira no final do século XIX. A dinâmica da acumulação entre 1919 e 1932. O auge da economia de exportação (1919-1928).
 17. O Brasil e a hegemonia britânica no mercado mundial de capitais. O Brasil e o início da ascendência americana no mercado mundial de capitais.
 18. A crise de 1928 e os mecanismos de defesa. O deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira. A propagação do desequilíbrio externo.
 19. O crescimento da renda real durante a Segunda Guerra Mundial: a política agrícola, o comércio exterior e a produção industrial.
 20. A aceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira no pós-guerra e o reajustamento do coeficiente de importações. O processo inflacionário entre 1948 e 1952.

PROVAS DO EXAME VESTIBULAR - 1989

Português

A - Redação

Comente o texto abaixo:

“Em todas as nações devemos ver e procurar de tudo aquilo em que elas nos possam ser úteis e defendermo-nos, é claro, contra o que nos possa prejudicar e nos ameaçar; olhar a marcha dos eventos de olhos abertos e não escurecidos pelas lentes de deformação fornecidas por uma ótica intencional, qualquer que seja a procedência. O patriotismo deve preservar sua pureza e não degenerar em patacoadas de aparência. [...] Sobre este ponto vou ainda citar-me numa frase que versava esse tema, condenando o que chamei o nosso patriotismo de palavras ‘que doura tudo que é nosso e recorta na deformação sentimental do entusiasmo tudo que possuímos’ [...], ao qual opunha eu ‘o patriotismo que observa com rigor para levantar sobre o que é mau a perspectiva do que é bom, para tirar do que é bom a possibilidade do melhor’. Esse patriotismo [...], feito de inquietação e de zelo, deve ser sobretudo o dos diplomatas, que são a placa sensível do país exposta às impressões do exterior, suas antenas em contacto com as correntes elétricas do mundo.”

Gilberto Amado

Discurso de paraninfo proferido em 1955, por ocasião da formatura dos novos diplomados do Instituto Rio Branco.

Extensão mínima: 450 palavras
Extensão máxima: 600 palavras

Valores:

- | | |
|-----------------------------------|-----------|
| 1. Organização e desenvolvimento: | 30 pontos |
| 2. Propriedade vocabular: | 15 pontos |
| 3. Correção lingüística: | 15 pontos |

B - Resumo

Resuma o texto abaixo (a extensão de seu resumo deve corresponder a 1/4 (um quarto) do texto dado):

"Narra Antonil que numa entrada de paulistas de Taubaté ao sertão dos Cataguás um mulato da comitiva desceu das alturas do serro do Tripuí, antigo nome da região de Ouro Preto, às margens do córrego do mesmo nome, hoje chamado de Antônio Dias, meteu a gamela até o fundo, raspando as areias, e quando a retirou viu que vinham com a água uns granitos negros, cuja natureza não reconheceu, embora já tivesse trabalhado nas minas de Paranaguá e Curitiba. Levou-os, de volta, a Taubaté, onde os vendeu a um certo Miguel de Souza por meia pataca a oitava. Mais tarde, mandados alguns desses granitos ao governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, este, trincando-os nos dentes, pôs a descoberto o brilho próprio do metal, que era ouro do mais fino quilate. Aquilo atrás do que as bandeiras sófregas e sempre desenganadas cortavam o sertão havia século, descobriu-o o mulato naquele gesto humilde de quem apanha uma pouca d'água para matar a sede.

Depois que tornaram a Taubaté os paulistas em cuja expedição tomara parte o mulato anônimo descobridor dos granitos negros, o Itacolomi ficou sendo a baliza que orientava os batedores de ouro para o recinto do Tripuí. As primeiras bandeiras transviaram-se, sem conseguir pôr os olhos no alvissareiro pico.

Antônio Dias de Oliveira foi mais feliz. Em vez de penetrar pela Itaverava, como tinham feito os predecessores, teve a inspiração de entrar por onde os primitivos caçadores de índios haviam saído. Ora, era da saída, e não da entrada do vale do Tripuí, que se podia divisar a famosa pedra na feição assinalada pelos descobridores. Antônio Dias, deixando a serra da Borda do Campo, veio direto ao Rodeio, transpôs a serra do Pires e galgou, do ribeirão da Cachoeira, as alturas que hoje chamam do Campo Grande. Chegados ali quase noite, acamparam, mas nada viram do Itacolomi, bem perto, porém velado pela carapuça de nuvens que tão frequentemente o esconde. Assim dormiram ao clarão protetor dos fogos. Era a véspera de S. João, em 1698. No dia seguinte, ao alvorecer, o céu estava muito limpo, e do outro lado do vale o perfil inconfundível da pedra se recortava nítido na primeira luz da manhã, como um milagre do santo.

No ano seguinte, avisados por Antônio Dias os parentes e amigos de Taubaté, chegou a Campo Grande nova leva de bandeirantes, entre os quais se alistara, com seu altar portátil, o Padre João de Faria Fialho, capelão da bandeira. Na capela de S. João, simples rancho coberto de palha, disse o padre a primeira missa. E como a palhoça estivesse situada bem no espigão da montanha, o padre, abrindo os braços em frente do altar, abençoava as duas grandes vertentes, a do Rio Doce e a do Rio das Velhas.

Nos dois anos seguintes foi tamanho o afluxo de aventureiros aos descobertos que, à falta de culturas, do que ninguém cuidava, e difíceis como era os transportes de mantimentos, sobreveio, aniquiladora e dispersiva, a fome de 1700-1701. Muitos dos primeiros bandeirantes abandonaram as suas catas, atirando-se a novas descobertas. Alguns não voltaram nunca mais, entre estes o primeiro descobridor Antônio Dias e o Padre João de Faria, cujos nomes perduram até hoje ligados aos bairros que se desenvolveram nas datas por eles lavradas.

Os paulistas não faziam caso nenhum do ouro da serra de Itatiaia. Era o *ouro branco*, de pouco rendimento, e assim chamado pela sua cor pálida, quase argentina. O

ouro bom, o ouro cobiçado, era o *ouro preto*, o ouro fino; chefava a quase vinte e três quilates, e quando se lhe punha o cunho na fundição, escreve Antonil, fazia fenda na barreta, como se arrebetasse por todas as partes; e por dentro dava tais reflexos que pareciam raios do Sol.

Quando em 1704 Pascoal Guimarães, mascate português enriquecido no Rio das Velhas, meteu-se de posse das catas abandonadas pelos Camargos, iniciou a mineração pelo processo de desbancar o terreno por levadas de água. Sucedeu que no flanco da serra por onde hoje passa o caminho das Lajes, deu com um veio riquíssimo. Ali o metal era como terra... Ouro podre! Esse ouro excelente e tão fácil de colher foi que verdadeiramente fundou a futura Vila Rica, povoando-a de forasteiros ávidos. O movimento foi tão rápido e tão intenso que, sete anos depois, em 1711, os primitivos arraiais de catadores eram erigidos em vila – a Vila Rica de Albuquerque, do nome do mestre de campo General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, capitão-general da nova capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Logo depois esse nome era encurtado para Vila Rica, por haver D. João V desaprovado a denominação dada à sua revelia.

Pela narrativa de Antonil, se pode figurar o que era a Vila Rica daqueles tempos: alguns arraiais dispersos, separados por montes de mata cerrada. A meia légua um do outro, que em menor distância não outorgava o Regimento título de descobridor, ficavam os arraiais de Padre Faria, Antônio Dias, Paulistas, Bom Sucesso, São João, Ouro Podre, Taquaral, Sant'Ana, Piedade, Ouro Preto, Caquende... Com o correr dos tempos o de Ouro Preto, que, com o de Antônio Dias, formava o núcleo da vila, impôs o nome cuja tradição remontava à era do descobrimento, nome que apesar do outro, de batismo oficial, nunca foi esquecido pelo povo.

Os anos de 1707 a 1709 foram de grande tumulto no distrito das minas. Os paulistas, primeiros devassadores da região, consideravam grande injustiça concederem-se terras e minas aos forasteiros – portugueses, a que os paulistas alcunharam de *emboabas* (de *mbuab*, voz indígena que designava as aves com penas até os pés, porque os reinóis usavam calças compridas ou polainas, ou de *emboae*, estrangeiro, na acepção menos aceita por Batista Caetano) e brasileiro do Norte, envolvidos no apelativo geral de *baianos*. A rivalidade entre as duas facções degenerou em verdadeira luta, conhecida em nossa história por Guerra dos Emboabas. Os forasteiros aclamaram ditador o português Manuel Nunes Viana, homem de grandes posses e largo prestígio nas Minas. Fortificaram-se os paulistas em Sabará, aonde, de Caeté, Nunes Viana saiu a atacá-los. O arraial foi tomado e incendiado. Os vencidos recolheram-se a Cachoeira do Campo, onde novamente foram batidos por Viana, que voltou triunfalmente a Vila Rica. Todavia as expedições que enviou ao Ribeirão do Carmo e Guarapiranga foram repelidas pelos Paulistas. A vitória decisiva dos portugueses teve lugar em 1708 no arraial da Ponta do Morro (depois São João del-Rei, hoje Tiradentes).

Diogo de Vasconcelos descreveu na sua memória sobre as obras de arte de Ouro Preto o que era a casaria da fabulosa Vila Rica: "Cochicholos tristes, fechados por

quatro paredes de dois a três metros de altura, com uma só porta de frente e, nem sempre, uma estreita janela pregada à trave do teto, sem ar, sem luz..."

Foi assim até 1720, quando começaram a aparecer os primeiros edifícios melhores, como a primitiva Matriz de Ouro Preto, ainda assim de tão precária construção (era toda de taipa e adobes), que dez anos depois ameaçava ruínas e houve que reconstruí-la."

Manuel Bandeira
"Guia de Ouro Preto"

Valores:

- | | |
|---|------------------|
| 1. Técnica de resumo: | 25 pontos |
| 2. Correção e propriedade da expressão: | 15 pontos |
| TOTAL: | 40 pontos |

Francês

A – Rédaction

Selon J. Fourastié ("Economie et société", 1972), dans notre "comportement quotidien" nous avons tendance à "donner le pas à l'imaginaire sur le réel". Etes-vous d'accord avec cette opinion? Considérez-vous, d'autre part, qu'une telle attitude constituerait un handicap dans l'approche de la vie?

Minimum:	400 mots	Valeur:	
		1. Exposition des idées:	15 points
Maximum:	500 mots	2. Style:	15 points
		3. Langue:	30 points
		TOTAL	60 points

B – Thème

Traduisez en français le texte suivant:

"Muitas das críticas dirigidas às Nações Unidas derivam de uma básica incompreensão de sua natureza e de seus objetivos. As Nações Unidas não se constituíram e não se erigiram em Governo Mundial. Nem a Assembléia Geral poderá ser classificada como um órgão legislativo de âmbito mundial, com a possibilidade de decretar leis destinadas a uma ampla e universal observância. Não seria, assim, razoável criticar as Nações Unidas por não haverem realizado uma obra que delas não se esperava ou por não haverem exercido funções que não lhes haviam sido cometidas.

O poder é, talvez, a mais forte e mais persistente das paixões humanas. Se isso é verdade no plano individual, ainda é mais verdade no plano nacional e, conseqüentemente, no plano internacional. No mesmo momento histórico em que assumiram a obrigação jurídica de renunciar à força e ao poder para a consecução de seus objetivos políticos, as grandes potências, em outros artigos, procuraram preservar a situação especial que se haviam assegurado no plano político e no plano militar. A ONU é, sobretudo, um grande instrumento de diplomacia, de diplomacia parlamentar e multilateral. Se a Carta decepçiona como solução jurídica ou mesmo como solução política, não há dúvida de que se revelou uma grande realização diplomática. Enquanto não se chegue a um ordenamento jurídico perfeito das relações entre nações livres e soberanas, cada Estado procurará, naturalmente, aferrar-se a seus direitos, interesses e objetivos especificamente nacionais. E cumpre notar que os limites da ética nacional são consideravelmente menos rígidos e restritos do que os limites da ética individual. A história tende a julgar com benevolência – e até com admiração – aqueles que engrandeceram e fortaleceram seus próprios países, mesmo à custa de legítimos interesses de outros."

Embaixador João Augusto de Araújo Castro
"As Nações Unidas e a Política de Poder" (palestra proferida no Colégio Interamericano de Defesa, Washington, 14 de maio de 1969).

Valeur: 40 points

Inglês

A – Composition

Write a composition on the following subject:

"The role, power and shortcomings of the Press – in domestic affairs and international relations".

Minimum:	400 words	Value:	
		1. Grammatical accuracy:	30 marks
Maximum:	500 words	2. Plan and development of ideas:	15 marks
		3. Quality of language:	15 marks
		TOTAL	60 marks

B – Translation

Translate the following text into English:

"O que se pode esperar de um bom jornalista senão que seja um bom jornalista? O entendimento do que é sê-lo difere muito, contudo, de intérprete para intérprete e o iniciante no ofício se surpreenderá com as divergências existentes a respeito entre os

próprios profissionais. É possível que um executivo de jornal veja um excelente jornalista em alguém em quem um outro verá apenas um desastre. Como, entretanto, não se pode raciocinar sem alguns parâmetros, é possível enumerar algumas qualidades ou características e defeitos que o jornalista deve ter ou não ter, mais ou menos independentemente do ângulo pelo qual é visto. O iniciante, contudo, deve considerar que dada a natureza paroquial da maioria das redações de jornal, rádio ou TV brasileiros, ser realmente um bom jornalista depende basicamente do conceito dos chefes. Numa palavra, para definir o que é um bom jornalista, não se pode evitar uma vasta área de subjetividade que preside esse julgamento. Além disso, como a profissão é extremamente "fluida" e indefinida, alguém pode ser um bom jornalista numa coisa e não sê-lo em outra. Um bom médico é aquele que não mata sistematicamente seus pacientes, mas um bom jornalista não é necessariamente alguém que se limite a apenas saber escrever, embora seja esse um requisito fundamental.

Basicamente, o bom jornalista não pode ser ignorante de tudo, não deve ser arrogante (um dos pecados capitais da profissão), não pensar que é proprietário do jornal, não ser irresponsável (outro pecado freqüente), não julgar-se dono da verdade, não achar que sabe tudo, não julgar que o jornalismo está começando naquele momento, com ele, não se deixar enganar por aparências, guardar um sadio ceticismo, não pensar que por escrever em jornal ou aparecer no vídeo (condição que lhe é apenas emprestada) tem o direito de jamais ser julgado; nem deve ser leviano; deve ser criativo mas não mentiroso, ter certa audácia, ser bem informado etc. etc. etc."

Cláudio Abramo
"Jornalismo versus jornalistas".

Value: 40 marks

História do Brasil

A – Dissertação

Valor: 40 pontos

Implicações políticas e sócio-econômicas da fixação da corte portuguesa no Rio de Janeiro.

(extensão recomendada: cerca de 100 linhas)

B – Pequenas Dissertações

Valor de cada questão: 20 pontos

1. A política de valorização do café nos primeiros anos da República.
2. O fim do Estado Novo – Fatores externos e internos.
3. Sociedade civil e sociedade política no processo de transição – o ano de 1984.

(extensão recomendada para cada questão: cerca de 30 linhas)

História Mundial

A – Dissertação

Valor: 40 pontos

Extensão recomendada: cerca de 100 linhas.

As relações internacionais nos anos trinta (1930-1939).

B – Pequenas Dissertações

Valor de cada questão: 20 pontos.

Extensão recomendada para cada questão: cerca de 30 linhas.

1. As relações entre os Estados do Prata entre 1851 e 1864.
2. A Revolução Mexicana de 1911.
3. Angola (1961-1980).

Geografia do Brasil

A – Dissertação

Valor: 40 pontos

Extensão recomendada: cerca de 100 linhas.

Analise e explique como as formas e os vários estágios do desenvolvimento industrial brasileiro ocasionaram mudanças na estrutura da organização do espaço nacional.

B – Pequenas Dissertações

Valor de cada questão: 20 pontos.

Extensão recomendada: cerca de 30 linhas para cada questão.

1. A herança colonial na atual estrutura agrária brasileira.
2. De que maneiras as regiões de fronteira agrícola se articulam às regiões industrializadas?
3. Quais as formas que, basicamente, distinguem a degradação ambiental provocada por empresas agrícolas daquela provocada por pequenos agricultores no espaço rural?

Geografia Geral

A – Dissertação

Valor: 40 pontos

Extensão recomendada: cerca de 100 linhas

Apresente argumentos contra e a favor da afirmação seguinte: "A adoção de tecnologia dos países industrializados pelos países semi-industrializados ou não industrializados é uma questão técnica". Exemplifique.

B – Pequenas Dissertações

Valor de cada questão: 20 pontos

Extensão recomendada para cada questão: cerca de 30 linhas.

1. Quais os problemas que decorrem da desconexão entre áreas produtoras e consumidoras de petróleo?
2. Quais as relações mais importantes entre espaço e poder?
3. A cultura como elemento explicativo da questão demográfica mundial.

Noções Básicas de Direito

A – Dissertação

Valor: 40 pontos

Extensão recomendada: cerca de 100 linhas.

As relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no processo de elaboração de tratados internacionais: o enfoque da Constituição brasileira de 1988.

B – Pequenas Dissertações

Valor de cada questão: 20 pontos

Extensão recomendada para cada questão: cerca de 30 linhas.

1. Divisões do Direito: público e privado; interno e internacional.
2. Conceito, fontes e evolução do direito constitucional. Conceito de constituição.
3. Direito subjetivo: conceito, teorias, classificação.

Noções Básicas de Economia

A – Dissertação

Valor: 40 pontos.

O Brasil transformou-se, nos últimos quarenta anos, de um país exportador de café e poucos outros produtos tropicais em um país exportador de produtos manufaturados e semimanufaturados.

1. Descreva as políticas e os seus instrumentos utilizados pelos vários governos brasileiros para promover a industrialização e, posteriormente, a exportação de produtos manufaturados.
2. Analise os efeitos dessas políticas sobre:
 - i. A estrutura dos mercados industriais;
 - ii. A estrutura de propriedade de capital das empresas;
 - iii. A distribuição de renda funcional (capital e trabalho);
 - iv. A capacitação tecnológica nacional;
 - v. A receita e os investimentos sociais do Estado.

B – Pequenas Dissertações

Valor de cada questão: 20 pontos.

1. Demonstre, utilizando o conceito de curva de produção, quando uma inovação tecnológica representa um deslocamento ao longo da curva e quando representa um deslocamento da curva.
2. Explique, de forma sucinta, utilizando conceitos macroeconômicos, as contradições que ocorrem, em uma economia de mercado, entre políticas que visem o crescimento, baseada em uma eficiente alocação de recursos, através do mecanismo de preços, e políticas que promovam uma distribuição mais eqüitativa da renda gerada.
3. Justifique, utilizando os conceitos de elasticidade-preço e elasticidade-renda, as razões pelas quais os países produtores de produtos básicos não conseguem manter suas rendas de exportação com a diminuição do preço internacional dos seus produtos.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA
DE DIPLOMATA

1º ANO

Corpo Docente

Professores

Anna Maria Villela (Direito Internacional Privado)
Antonio Augusto Cançado Trindade (Direito Internacional Público II)
Edmundo Sussumu Fujita (História das Idéias Políticas)
Enilde Leite de Jesus Faulstich (Português: Expressão e Redação Profissional)
Jorge Luiz Fontoura Nogueira (Direito Internacional Público I)
Lucília Helena do Carmo Garcez (Português para Estrangeiros)
Luiz Claudio Etchebert Marinho (Economia)
Luiz Felipe de Seixas Corrêa (História das Relações Diplomáticas do Brasil)
Luiz Gilberto Seixas de Andrade (Estudos Brasileiros para Estrangeiros)
Sergio Fernando Guarischi Bath (Serviço Exterior: História e Prática)

Professores Assistentes

Antonio Otávio Sá Ricarte (Direito Internacional Público II)
Carlos Henrique Fialho Mussi (Economia)
Fernando Jacques de Magalhães Pimenta (História das Relações Diplomáticas do Brasil)

Professores de Línguas Estrangeiras

Árabe

Issa Antonio Bonduki

Espanhol

Kori Yaane Bolivia Carrasco Costa

Francês

Jean François Cleaver
Patrick Signudi

Inglês

Allan John Hudson
Patrick Kevin Redmond
Sandra Maria Destro Meira de Vasconcellos

Japonês

Michio Yamaguchi

Russo

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

Corpo Discente

Alexandre José Vidal Porto
Antonio Justino de Souza
Arnaldo Clarete Salabert
Ary Norton de Murat Quintella
Colbert Soares Pinto Junior
Davino Ribeiro de Sena
Eduardo Paes Sabóia
Eugênia Barthelmess
Fábio Mendes Marzano
Fábio Vaz Pitaluga
Luis Felipe Magioli e Mello
Luis Felipe Silvério Fortuna
Luiz Cesar Gasser

Bolsistas Estrangeiros

Artur Baticá Ferreira (Guiné-Bissau)
Damião Bernardo Neto (Angola)
Manuel dos Reis da Luz (Cabo Verde)
Miriam Orellana Gutierrez (Bolívia)
Tedwin David Herbert (Trinidad-Tobago)

2º ANO

Corpo Docente

Professores

Afonso José Sena Cardoso (Prática Consular)
Arthur Vivacqua Correa Meyer (Economia Brasileira)

Carlos Alberto Simas Magalhães (Português: Redação Oficial)
Gelson Fonseca Júnior (Relações Internacionais)
Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão (Monografia Final)
José Francisco Rezek (Direito dos Tratados)
Lucília Helena do Carmo Garcez (Português para Estrangeiros)
Luiz Gilberto Seixas de Andrade (Estudos Brasileiros para Estrangeiros)
Raphael Valentino Sobrinho (Relações Econômicas Internacionais)
Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho (Política Externa Brasileira Contemporânea)
Sergio Fernando Guarischi Bath (Serviço Exterior: História e Prática)
Terrence Hopman (Técnica de Negociação)
Thereza Maria Machado Quintella (Coordenadora de Estudo de Área)

Professores Assistentes

Ana Maria Amorim (Relações Econômicas Internacionais)
Carlos Eduardo Cruz de Sousa Lemos (Prática Consular)
Carlos Henrique Cardim (Relações Internacionais)
Luis Antonio Balduino Carneiro (Política Externa Brasileira Contemporânea)
Rubens Gama Dias Filho (Português: Redação Oficial)

Professores de Línguas Estrangeiras

Árabe

Issa Antonio Bonduki

Espanhol

Cecília da Silva Guerra Vicente

Francês

Christian Defontaine
Marie Hélène Grossele de Mello Ferreira
Jean François Cleaver

Inglês

Patrick Kevin Redmond
Sara Burkitt Walker

Japonês

Michio Yamaguchi

Russo

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

Corpo Discente

Carlos Leopoldo Gonçalves de Oliveira
José Ricardo da Costa Aguiar Alves

Lúcia Rebouças Pires
 Luciano Alchalel de Almeida Rego
 Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa
 Márcio Fagundes do Nascimento
 Miguel Griesbach de Pereira Franco
 Paulo Guapindaia Joppert
 Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
 Pompeu Andreucci Neto
 Victor Luiz do Prado

Bolsistas Estrangeiros

Alberto Leonardo Cuvelo (Moçambique)
 Balbina Malheiros Dias da Silva (Angola)
 Gilberto de Castro Duarte Lopes (Cabo Verde)
 Hércules do Nascimento Cruz (Cabo Verde)
 Homero Jerônimo Salvaterra (São Tomé e Príncipe)
 Ramon Valladares Reina (Honduras)
 Salvador Antonio dos Santos (Guiné-Bissau)

CLASSIFICAÇÃO FINAL DA TURMA DE 1988/1989

- 1º Victor Luiz do Prado
- 2º José Ricardo da Costa Aguiar Alves
- 3º **Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa**
- 4º Pompeu Andreucci Neto
- 5º Carlos Leopoldo Gonçalves de Oliveira
- 6º Luciano Alchalel de Almeida Rego
- 7º Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
- 8º Marcio Fagundes do Nascimento
- 9º Lucia Rebouças Pires
- 10º Paulo Guapindaia Joppert
- 11º Miguel Griesbach de Pereira Franco

PRÊMIOS

Victor Luiz do Prado

- Prêmio Rio Branco, Medalha de Ouro, pela primeira colocação no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD).
- Prêmio de Estudo.

José Ricardo da Costa Aguiar Alves

- Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, pela segunda colocação no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.
- Prêmio de Estudo.

Pompeu Andreucci Neto

Prêmio de Estudo.

Luciano Alchalel de Almeida Rego

- Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Prata, pela primeira colocação no Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD).

Marcelo Otavio Dantas Loures da Costa

- Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Bronze, pela segunda colocação no Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD).

ATIVIDADES CURRICULARES E EXTRACURRICULARES

Viagens de Estudo

A viagem pelo Sul e Sudeste, realizada entre 16 de fevereiro e 10 de março, levou os alunos do 2º ano do CPCD a conhecerem a Academia da Força Aérea Brasileira; a Usina Hidrelétrica de Itaipu; o Consulado-Geral do Brasil em Porto Presidente Stroessner; o Parque Nacional do Iguaçu; a Universidade Federal do Paraná; a Cotrijui; as Ruínas de São Miguel das Missões; a Universidade Federal do Rio Grande do Sul; a Companhia Petroquímica do Sul (Copesul); a Universidade Federal de Santa Catarina; a cidade de Blumenau; os jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo; o Museu de Arte Contemporânea (MAC); o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE); a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP); a Universidade de São Paulo (USP); o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA); o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); as indústrias Engesa e Avibrás; a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); o Museu Castro Maia; o Museu Nacional de Belas Artes; a Universidade Federal de Minas Gerais; a FIAT Automóveis; e a cidade de Ouro Preto.

Na viagem pelo Norte e Nordeste, realizada entre 18 de novembro e 08 de dezembro, os alunos do 2º ano visitaram o 5º Batalhão Especial de Fronteira, em São Gabriel da Cachoeira; a SUFRAMA; a Universidade Federal do Amazonas; o Comando Militar da Amazônia; o Centro de Instrução de Guerra na Selva; o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; a Base dos Navios de Patrulha Fluvial (NAPAFLUS); o Projeto Jari; a I Comissão Brasileira Demarcadora de Limites; a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; a Universidade Federal do Pará; o Museu Goeldi; o Projeto Carajás; a Base Aérea de Alcântara; a Universidade Federal do Ceará; a cidade de Olinda; a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste; a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); a Fundação Joaquim Nabuco; a cidade de Petrolina; e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O transporte aéreo durante as duas viagens foi cortesia da Força Aérea Brasileira e o trajeto entre Manaus e Belém foi feito em embarcações da Patrulha Fluvial, por cortesia da Marinha de Guerra.

Conferências

Os alunos do primeiro e segundo anos do CPCD participaram, no primeiro semestre, de amplo ciclo de palestras sobre a América Latina. Já no segundo semestre, as palestras versaram sobre temas ligados à África. A seguir a relação das conferências pronunciadas:

Profª Geralda Dias Aparecida (do Departamento de História da UnB).	<i>Formação Histórica da América Latina</i> (Estudo de Área: América Latina).
Profª Maria Teresa Camargo Biderman (do Departamento de Linguística; Línguas Clássicas e Vernáculos) – UnB	<i>Política do Idioma: A Língua Portuguesa no Mundo</i> (Disciplina: Português – Expressão e Redação Profissional)
Prof. Airton José da Fonseca Fausto (Diretor no Brasil da FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais)	<i>A América Latina no Século XX</i> (Estudo de Área: América Latina).
Prof. Benício Viero Schmidt (Coordenador Executivo, pela UnB, do Programa FLACSO/UnB de Doutorado em Estudos Comparativos sobre América Latina e Caribe).	<i>A América Latina no Limiar de um novo Século</i> (Estudo de Área: América Latina)
Prof. Aldo Pavani (Coordenador do Curso de Especialização em Gestão do Território e Coord. do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da UnB).	<i>Problemas de Urbanização na América Latina</i> (Estudo de Área: América Latina)
Ministro Samuel Pinheiro Guimarães	<i>A Integração Latino-Americana</i> (Estudo de Área: América Latina)
Embaixador Hugo Palma Valderrama, Embaixador do Peru no Brasil e Presidente do RIAL (Programa de Estudos Conjuntos de Relações Internacionais da América Latina).	<i>Segurança, Limitação de Armamentos e Medidas de Criação e Reforço da Confiança na América Latina.</i> (Estudo de Área: América Latina)

Conselheiro José Antonio Macedo Soares	<i>A História e a Informação Diplomática</i>
Doutora Vivianne Ventura Dias Professora do Departamento de Relações Internacionais da UnB.	<i>A América Latina e o Comércio Internacional</i> (Estudo de Área: América Latina).
Professor Vilmar Faria Universidade de Campinas e da CEBRAP. Presidente da ANPOCS (Associação Nacional de Cursos de Pós-Graduação em Ciências Sociais).	<i>Política Social na América Latina</i> (Estudo de Área).
Embaixador José Botafogo Gonçalves	<i>A América Latina e as Organizações Financeiras Internacionais</i> (com ênfase no Banco Mundial e no BID) (Estudo de Área)
Economista Abel Aganbeguian, Chefe do Departamento de Economia da Academia de Ciências da URSS.	<i>"O alcance da reestruturação da economia soviética."</i>
Dr. Antonio Augusto Cançado Trindade	<i>O Direito Internacional na América Latina</i> (Estudo de Área)
Deputado José Serra	<i>Política de Ajustamento na América Latina</i> (Estudo de Área)
Dr. Luiz Claudio Etchebert Marinho	<i>A Dívida Externa Latino-Americana</i> (Estudo de Área)
Professor Luciano Tomassini	<i>As Relações América Latina/ Estados Unidos da América</i> (Estudo de Área)
Professora Irma Arestizabal	<i>Arte Contemporânea na América Latina</i> (Estudo de Área)
Professor Arno Vogel	<i>Pensamento Social e Político Latino-Americano</i> (Estudo de Área)

Professor Fernando A. A. Mourão, Diretor do Centro de Estudos Africanos da USP.	<i>O Continente Africano: Utopia e Realidade ao Nível dos Modelos de Exploração – Uma Questão de Método.</i>
Doutor Henrique Altemani de Oliveira, do Departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais da UnB.	<i>A Formação dos Estados Nacionais Africanos no Contexto das Relações Internacionais.</i>
Professor Elimar Pinheiro do Nascimento, Professor da Universidade Federal de Pernambuco à disposição do Departamento de Sociologia da UnB.	<i>Lutas de Libertação Nacional na África – O Caso de Moçambique.</i>
Professor José Maria Nunes Pereira, do IUPERJ e do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes/RJ.	<i>A Questão da Namíbia.</i>
Professor José Alves Donizeth, do Departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais da UnB.	<i>Estruturas e Regimes Políticos na África.</i>
Professor Vivaldo Costa Lima, do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia.	<i>A Religião na África: Tradição e Mudança.</i>
Embaixador Alberto da Costa e Silva, ex-Embaixador do Brasil em Lagos e atual Embaixador em Lisboa	<i>A África e o Atlântico no Século XIX.</i>
Conselheiro Abelardo da Costa Arantes Júnior, Licenciado em História pela Universidade de Louvain, Professor de História Moderna na UnB e Chefe da DAF-1.	<i>A Situação Presente na África Austral e Possíveis Desdobramentos.</i>
Professor Teophilos Rifiotis, do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.	<i>Arte Africana.</i>
Professor Kabengele Munanga, do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.	<i>Identidades Culturais Africanas.</i>

Professora Iêda Pessoa de Castro, Diretora do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia.	<i>Línguas e Nações da África (quadro autóctone).</i>
Professor Fábio Leite, do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.	<i>Aspectos da Economia e da Produção em Sociedades Africanas.</i>
Professor João Carlos Becker, Coordenador do CENDEC (IPEA/SEPLAN) e Professor da UnB.	<i>O Planejamento Econômico na África (com ênfase na África Austral).</i>
Embaixador Patrick Dele Cole, da Nigéria. O Embaixador é Doutor em Ciência Política pela Universidade de Cambridge (King's College) e foi Professor Visitante da Universidade da Pensilvânia (EUA).	<i>The Organization of African Unity (em inglês).</i>
Embaixador Carlos Luiz Coutinho Perez, Chefe do Departamento da África.	<i>As Relações Brasil-África.</i>

Estágios

Os alunos do 1º Ano fizeram parte de seus estágios profissionalizantes na SERE, entre 27 de novembro e 22 de dezembro. Já os alunos do 2º Ano realizaram seus estágios nos períodos de 09 a 27 de janeiro e de 03 a 28 de julho.

PLANO DE ESTUDOS - 1989

	1º ANO	2º ANO
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS	Espanhol (1º, 2º) Francês (1º, 2º) Inglês (1º, 2º) Português para Estrangeiros (1º, 2º)	Espanhol (1º, 2º) Francês (1º, 2º) Inglês (1º, 2º) Português para Estrangeiros (1º, 2º)
DISCIPLINAS ACADÊMICAS	Serviço Exterior: História e Prática História das Idéias Políticas (1º, 2º) Economia (1º, 2º) Direito Internacional Público I (1º) Direito Internacional Público II (1º) Direito Internacional Privado (1º) História das Relações Diplomáticas do Brasil (1º)	Serviço Exterior: História e Prática Relações Internacionais (1º, 2º) Relações Econômicas Internacionais (2º) Direito dos Tratados (1º) Economia Brasileira (1º) Estudos Brasileiros para Estrangeiros (1º, 2º) Estudo de Área: a América Latina (1º)

MATÉRIAS PROFISSION- NALIZANTES	Português: Expressão e Redação Profissional (1º, 2º)	Português: Redação Oficial (1º, 2º) Promoção Comercial (2º) Noções de Informática (2º) Cerimonial e Protocolo (2º) Segurança das Informações das Comunicações (2º) Cooperação Científica e Tecnológica (2º) Relações Culturais (2º) Relações com a Imprensa (2º) Dissertação Final (2º) Técnicas de Negociações (2º)
OUTRAS ATIVIDADES	Curso de Reforço (Francês, Inglês e Espanhol) Línguas Opcionais (Alemão, Árabe, Italiano, Japonês Russo) Visitas Palestras Orientação Profissional	3 Estágios (80 horas cada um) 2 Viagens de Estudos: Sul/Sudeste (fevereiro/ março) Norte e Nordeste (novembro/dezembro) Línguas Opcionais (Alemão, Árabe, Italiano, Japonês, Russo) Visitas Palestras Orientação Profissional

Obs: Os parênteses indicam os semestres durante os quais as matérias foram lecionadas.

FORMADOS DE 1989

Carlos Leopoldo Gonçalves de Oliveira

Bacharel em Direito – Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Curso de Introdução ao Comércio Exterior – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Matemática Financeira Aplicada – Fundação Getúlio Vargas. Business English, English Language System – University of Bridgeport.

José Ricardo da Costa Aguiar Alves

Bacharel em Administração de Empresas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 27/10/82. Direito – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, período. Institut d'Etudes Politiques de Paris da La Fondation Nationale de Sciences Politiques – Diplôme D'Etudes Approfondies Economie Internationale, 03/12/85.

Lúcia Rebouças Pires

Economia – Faculdade de Economia de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Française, Université de Nancy II/Certificate of Proficiency in English, University of Cambridge. Mittelstufeprüfung, Goethe Institut. Curso Básico, Curso de Língua Italiana.

Luciano Alchalel de Almeida Rego

Direito – Faculdade de Direito Cândido Mendes, Rio de Janeiro-RJ (4º ano). New England Conservatory of Music – Piano Major (BD).

Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa

Ciências Econômicas – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Certificate of Proficiency in English – University of Michigan. Nancy I, mention “três Bien”.

Marcio Fagundes do Nascimento

Bacharel em Letras Neolatinas – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Miguel Griesbach de Pereira Franco

Bacharel em Ciências Econômicas – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Direito – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1º período). Certificate of Proficiency in English – Brasas, Rio de Janeiro. Advanced Certificate – Cultura Inglesa, Rio de Janeiro. “CEPAL” – Aliança Francesa, Rio de Janeiro.

Paulo Guapindaia Joppert

Geografia – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais.

Pedro Frederico de Figueiredo Garcia

Direito – Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Preparação Intensiva ao Cargo de Gerente – Banco Bamerindus do Brasil S/A (1985). Advanced Certificate – Inglês, Brasas. Francês – CEPUERD (UERJ).

Pompeu Andreucci Neto

Direito – Universidade de São Paulo. First Certificate of English – Cambridge University. Certificate of English – Higher – Oxford University. Diplôme du Cours Supérieur de Français I – Université de Nancy. Diplôme du Cours Supérieur de Français II – Université de Nancy. Diplôme du Cours Supérieur de Français III – Université de Nancy. Proficiency in English – Cambridge University.

Victor Luiz do Prado

Direito – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. Letras – Tradutor e Intérprete do Alemão, Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas. Certificate of Proficiency in English da University of Michigan. Zeugnis – Mitterstufe Prüfung, Goethe Institut (München). CEPAL – Alliance Française de São Paulo.

XVIII CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS E CURSO DE ALTOS ESTUDOS

Realizaram-se, em Brasília e no exterior, nos dias 17, 20, 21 e 22 de março de 1989, as provas do XVIII Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, tendo sido aprovados os seguintes Secretários:

Cecilia De Biase Bidart
Marília Sardenberg Zelter Gonçalves
Janine-Monique Bustani
Flávia Raquel Ribeiro da Luz Guimarães
Renato Sérgio de Assumpção Faria
Oswaldo Biato Jr.
Antonio Luis Espinola Salgado
Marco Antonio Félix de Souza Neto
Hélio Vitor Ramos Filho
Fernando José Marroni de Abreu
Reinaldo Storani
Lineu Pupo de Paula.

O XVIII CAD compreendeu as seguintes atividades didáticas:

- Palestra do Embaixador Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, Chefe do Departamento de Organismos Internacionais: “O Brasil no Conselho de Segurança da ONU”.
- Palestra do Embaixador Bernardo Pericás Neto, Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais: “Panorama das Relações Internacionais Contemporâneas: O Multilateralismo Seletivo”.
- Palestra do Embaixador Marco Cesar Meira Naslauskys, Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações, seguida de debate de que participaram os Ministros Sérgio Serra e Carlos Moreira Garcia, Chefes dos Departamentos do Serviço Exterior e de Administração, respectivamente: “A Administração do MRE face à atual conjuntura econômico-financeira nacional”.

- Palestra do Ministro Luis Antonio Jardim Gagliardi, Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação: "Informatização, Comunicações e Segurança de Informações no MRE".
- Palestra do Professor Geraldo Lesbat Cavagnari, do Centro de Estudos Estratégicos da UNICAMP: "Significado Estratégico da Integração Brasil-Argentina".
- Palestra do Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, Chefe do Departamento Econômico: "Integração Latino-Americana".
- Palestra do Embaixador Antonio Amaral Sampaio, Chefe do Departamento do Oriente Próximo: "A Conjuntura Política no Oriente Próximo".
- Palestra do Embaixador Carlos Luiz Coutinho Perez, Chefe do Departamento da África: "Novos Desenvolvimentos na África Austral".
- Palestra do Ministro Cláudio Sotero Caio, Chefe, adjunto, do Departamento de Promoção Comercial, e do Economista Pedro Motta Veiga: "Inserção Internacional da Economia Brasileira: Condicionantes e Perspectivas".
- Palestra do Embaixador da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Victor Kuzmin: "A Perestroika e seus reflexos na Política Exterior Soviética".
- Palestra do Conselheiro Carlos Antonio da Rocha Paranhos, Chefe da Divisão da Europa-II: "A Perestroika na URSS e seus reflexos nos Países do Leste Europeu".
- Palestra do Conselheiro José Alfredo Graça Lima, Chefe da Divisão de Política Comercial: "Comércio Internacional: Rodada Uruguai".
- Palestra do Dr. Michael Gartenkraut, Assessor Especial do Ministro da Fazenda: "A Situação da Economia Brasileira".
- Palestra do Ministro Fernando Guimarães Reis, Chefe do Departamento da Ásia e Oceania: "O Brasil e a Ásia".
- Palestra do Secretário Regis Percy Arslanian, Chefe da Divisão de Comércio Internacional: "O Contencioso Comercial Brasileiro".
- Palestra do Embaixador José Nogueira Filho, Chefe do Departamento das Américas: "O Brasil e seus Vizinhos".
- Palestra do Ministro Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira, Chefe do Departamento da Europa: "A Europa Ocidental e o Horizonte Comunitário em 1992".

XVIII CURSO DE ALTOS ESTUDOS

No XVIII Curso de Altos Estudos, cujas arguições orais foram realizadas entre 29 de maio e 02 de junho de 1989, foram aprovados os seguintes Conselheiros:

Antonino Lisboa Mena Gonçalves
Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares
José Augusto Lindgren Alves
Almir Franco de Sá Barbuda

Kywal de Oliveira
Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra
Ricardo Drummond de Mello.

A Banca Examinadora foi presidida pelo Embaixador Bernardo Pericás Neto, e esteve dividida em duas Câmaras: a primeira integrada pelo Ministro José Francisco Rezek, Embaixador Jório Dauster Magalhães e Silva e Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa; e a segunda, pelo Embaixador Marco César Meira Naslausky, Ministro Gelson Fonseca Júnior e Professor Vicente Marotta Rangel.

XIX CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS E CURSO DE ALTOS ESTUDOS

Realizaram-se, em Brasília e no exterior, nos dias 25, 28 e 30 de agosto e 1º de setembro de 1989, as provas do XIX Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, tendo sido aprovados os seguintes Secretários:

Sheila Maria de Oliveira
Alfredo Cesar Martinho Leoni
Marco Farani
Anuar Nahes
Maria Nazareth Farani de Azevedo
Rudá Gonzales Seferin
Cláudio José de Campos
Roberto Colin
Júlio Victor do Espírito Santo
João Luiz de Barros Pereira-Pinto.

Durante o XIX CAD, os candidatos tiveram a oportunidade de ouvir os seguintes conferencistas, relacionados pela ordem de suas apresentações: Embaixador Sebastião do Rego Barros, Subsecretário-Geral de Assuntos Comerciais; Doutora Lenina Pomeranz, da Faculdade de Economia da USP; Embaixador Marco César Meira Naslauský, Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações; Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia, Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais; Ministro Luiz Henrique Pereira da Fonseca, Chefe da Divisão da América Meridional I; Ministro Gelson Fonseca Júnior, Professor de Relações Internacionais do IRBr; Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Chefe do Departamento Econômico; Ministro Ricardo Luiz Viana de Carvalho, Chefe da Divisão de Recursos Naturais e Meio Ambiente; Ministro Adhemar Bahadian, examinador de Relações Econômicas Internacionais; Embaixador Luis Antonio Jardim Gagliardi, Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação; Secretário Afonso José Sena Cardoso, examinador de Prática Consular; Conselheiro José Vicente Sá Pimentel, examinador de Prática Diplomática; Embaixador Antonio Amaral Sampaio, Chefe do Departamento

do Oriente Próximo; Embaixador Amaury Banhos Porto de Oliveira, Embaixador do Brasil em Singapura; Embaixador Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, Chefe do Departamento de Organismos Internacionais; Ministro Sérgio Silva do Amaral, Secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; Embaixador Carlos Luiz Coutinho Perez, Chefe do Departamento da África; e Conselheiro Regis Percy Arslanian, Chefe da Divisão de Comércio Internacional.

XIX CURSO DE ALTOS ESTUDOS

No XIX Curso de Altos Estudos, cujas arguições orais foram realizadas entre 20 e 24 de outubro de 1989, foram aprovados os seguintes Conselheiros:

Orlando Galvêas Oliveira
Bassul Athuil Netto
Guilherme Fausto da Cunha Bastos
Julio Cezar Zelnher Gonçalves
Pedro Luiz Carneiro de Mendonça

A Banca Examinadora foi presidida pelo Embaixador Bernardo Pericás Neto, e esteve dividida em duas Câmaras: a primeira integrada pelo Ministro José Francisco Rezek, Embaixador Jório Dauster Magalhães e Silva e Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa; e a segunda, pelo Embaixador Marco César Meira Naslauský, Ministro Gelson Fonseca Júnior e Professor Vicente Marotta Rangel.

XX CAD e XXI CAD

Estiveram abertas, de 18 de abril a 19 de maio de 1989, as inscrições para o XX Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cujas provas estão previstas para março de 1990. O XXI CAD recebeu inscrições de 10 de outubro a 10 de novembro de 1989, estando os exames marcados para agosto de 1990.

XX CAE e XXI CAE

Estiveram abertas, de 18 de abril a 19 de maio de 1989, as matrículas para o Vigésimo Curso de Altos Estudos. A entrega dos trabalhos escritos está prevista, impreterivelmente, para até 02 de março de 1990, e a arguição para o período entre 21 de maio a 1º de junho. O XXI CAE recebeu as matrículas no período de 10 de outubro a 10 de novembro de 1989, estando a entrega dos trabalhos escritos prevista para até 06 de agosto de 1990, e a arguição para o período de 22 de outubro a 17 de novembro de 1990.

CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE OFICIAIS DE CHANCELARIA (CAOC)

De 31 de julho a 04 de agosto de 1989, realizou-se o 3º Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria, que constou de provas de Português, Redação de Serviço; Técnicas de Promoção Comercial; Prática Consular; e de Línguas Estrangeiras (espanhol, francês ou inglês). Foram aprovados os seguintes Oficiais de Chancelaria:

Carlinda Luiza de Barros
Carlos Eduardo Alberto de Campos Armando
Chateaubriand Chapot Xavier Bezerra Neto
Elza Gomes Pedroza
Francisco Carneiro de Almeida
Francisco de Paola Neto
Helena Mendes Lopes Cançado
José Antonio de Almeida
José Raul da Silva Teixeira
Lúcia Maria de Andrade Pôrto
Luiz Carlos Monteiro Nogueira
Manuel Caetano Machado Neto
Mária Aparecida Pires Campos Ribeiro
Maria de Fátima Batista
Mariana Isidoro dos Santos Freitas
Nesira Ana Baker
Nilma Carneiro Moreira
Orlando Araújo Henriques
Oswaldo Fiori
Rodolfo Herdes
Rose Marie Romariz Maasri
Stela Maria Santos Brandão
Terezinha Telles Costa Pereira
Theo Victor Surlemont
Waldyir Silva de Oliveira
Wilson Adélio Domingues
Zilá Neves

SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE ANÁLISE E FORMULAÇÃO DE POLÍTICA EXTERIOR

Juntamente com o Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI), vinculado à Fundação Alexandre de Gusmão, e em Coordenação com o Projeto PNUD/CEPAL de Apoio aos Serviços Exteriores da América Latina (Projeto RLA/86/002), o Instituto Rio Branco promoveu a realização, em Brasília, de 28 de novembro a 1º de dezembro de 1989, do terceiro Seminário Regional sobre Análise e Formulação de Política Exterior.

Foi a seguinte a programação do Seminário:

Primer día (a partir de las 10.00 horas)

Mañana: El Marco de análisis

1. El contexto y los agentes de la política exterior o sus fuentes externas o internas.

Importancia de un análisis actualizado del cambiante y complejo escenario internacional contemporáneo sin limitar las fuentes de la política exterior a sus "imperativos contextuales". Examen de los nuevos desafíos de la política exterior en el primero de estos planos. En el segundo de ellos, superación del concepto del Estado racional unitario, y énfasis consecuente en el papel de otros actores.

2. El nuevo énfasis en el proceso decisorio.

Orígenes e impactos de este enfoque en el análisis de la política exterior. Factores individuales y colectivos en el proceso decisorio. La superación del enfoque clásico y los tres modelos de Allison.

3. El interés nacional y la agenda internacional.

Análisis del interés nacional como guía para la formulación de la política exterior y su ulterior desagregación en una agenda más diversificada y más compleja. Elaboración de la agenda internacional y operacionalización de los intereses incluidos en ella. Articulación de esos intereses con el contexto externo: papel de los servicios exteriores en este proceso. Modelos, incertidumbre y previsión.

Expositores: Ministro Gelson Fonseca Junior, Director del Instituto de Investigaciones de Relaciones Internacionales y Profesor de Relaciones Internacionales del Instituto Rio Branco.

Profesor Carlos Eduardo Mena, de la Coordinación del Proyecto Regional de Cooperación a los Servicios Exteriores de América Latina.

Tarde: El contexto internacional.

1. La agenda internacional.

Características y tendencias actuales del escenario internacional. Pluralidad de intereses: temas tradicionales y emergentes. Diversidad y complejidad técnica de la nueva agenda internacional. Desafíos planteados por ella a la política exterior.

2. Los agentes internacionales.

Papel del Estado en la política internacional. La política burocrática y la crítica al concepto del actor nacional unitario. Actores no tradicionales en la política mundial. Principales sectores. Fuentes de información y contacto.

3. Modalidades recientes de la política exterior.

Mayor acercamiento entre la "alta" y la "baja" política internacional así como entre las cuestiones internas y externas que intervienen en ella. Vinculación entre distintos temas (linkage politics). Manejo colectivo de problemas internacionales y diplomacia multilateral. Comisiones mixtas, etc.

Expositores: Embajador Agustin Espinosa, ex Director General de la Cancillería del Uruguay y actual Embajador de dicho país en Alemania. Profesor Roberto Russell, investigador de la FLACSO, Buenos Aires.

Segundo día: De 9.00 a las 19.00 hs. Taller.

Objetivos

1. Especificar contenidos temáticos de los principales asuntos nacionales que forman parte de relaciones bilaterales:
 - a) Institucionales
 - b) Socio-Políticos
 - c) Económicos
 - d) Relaciones Internacionales: Directas Indirectas.

2. Establecer los elementos centrales de la articulación, interacción e interdependencia entre los contenidos de los asuntos temáticos anteriormente especificados.

- 2.1. Elementos centrales de la articulación entre contenidos temáticos nacionales; tanto del país sede de Misión (País "A") como para el país sede del Ministerio (País "B").

- 2.2. Elementos centrales de la articulación entre contenidos temáticos del mismo orden de realidad entre países:

- Asuntos de Gobierno País "A" con Asuntos de Gobierno País "B".
- Asuntos Económicos País "A" con Asuntos Económicos País "B".
- Asuntos de Articulación Externa País "A" con Asuntos de Articulación Externa País "B".
- Asuntos de la Agenda Nacional e Internacional del País "A" con la Agenda Nacional e Internacional del País "B".

- 2.3. Establecer elementos de articulación Global entre el País "A" y "B" que determinan la articulación a nivel de asuntos específicos.

Organización

Primera fase: Objetivo 1.

Al inicio de la mañana, los participantes se organizarán en cuatro grupos de trabajo:

Grupo Nº 1: Asuntos Institucionales

Grupo Nº 2: Asuntos Socio-Políticos

Grupo Nº 3: Asuntos Económicos

Grupo Nº 4: Asuntos Principales de la Articulación externa.

Cada uno de ellos deberá determinar los contenidos temáticos del asunto asignado.

Segunda fase: Objetivo 2.1

Cada grupo recibirá los contenidos temáticos elaborados por los otros y establecerá los elementos de articulación o interdependencia del asunto asignado con los demás asuntos.

Tercera fase: Objetivo 2.2

Cada grupo establecerá elementos de articulación binacional del asunto asignado.

Cuarta fase: Objetivo 2.3

En una reunión general de los grupos y en base al producto del trabajo de las fases anteriores se establecerán elementos de articulación global de los asuntos entre el País "A" y "B".

Criterios Metodológicos:

Dado que se parte del supuesto de que tanto las realidades nacionales como la realidad de las relaciones bilaterales implican una combinación de enfoques, conocimientos y gestión de asuntos específicos con enfoques, tratamientos y gestión global, los cuatro asuntos temáticos deberán articularse tanto a nivel nacional para cada uno de los Países "A" y "B" como a nivel de las relaciones bilaterales.

El resultado deberá ser presentado como Documento Técnico el que deberá contener:

Una tipología de los asuntos temáticos.

b.2) Un nivel decisorio de la relación bilateral. En este nivel se excluye los

Elementos de articulación de asuntos a nivel nacional.

Elementos de articulación de asuntos a nivel bilateral.

Tercer día: de 9.00 a las 19.00 horas. Taller

Objetivos:

Objetivo No. 1:

Análisis comparativo de esquemas organizativos existentes y formulación de una propuesta de un esquema organizativo básico de y para:

a) Una embajada

b) El Ministerio:

b.1) Un "Escritorio" responsable operativo de la relación bilateral.

b.2) Un nivel decisorio de la relación bilateral. En este nivel se excluye los ámbitos decisionales correspondientes a Ministro, Secretario General y/o Subsecretarios.

b.3) Un nivel correspondiente a los servicios de apoyo técnico:

Incluye: Servicios de información, servicios de comunicación y servicios documentales.

Objetivo No. 2

En función de los esquemas organizativos correspondientes a Embajada, Escritorio y nivel Decisorio producto del Objetivo No. 1, y para cada uno de los asuntos institucionales, socio-políticos, económicos y de articulación externa, deberán identificarse y describirse las funciones principales de acuerdo a la siguiente tipología:

a) funciones técnico-administrativas.

b) funciones analíticas.

c) funciones programáticas.

d) funciones relacionales.

Una vez identificadas y descritas estas funciones se deberá establecer para cada una de ellas las articulaciones entre niveles.

En función del esquema organizativo establecido para los servicios de apoyo técnico deberán identificarse y describirse el tipo de servicio de apoyo que este nivel debe brindar a los otros tres.

Objetivo No. 3

Análisis comparativo de estructuras de informes y estructuras de programas operativos actualmente utilizados a nivel de embajada y "escritorio" y formulación de propuestas básicas para estos dos niveles.

Organización

Primera fase:

Para el desarrollo de los objetivos Nos. 1, 2 y 3, los participantes se organizarán en tres grupos de trabajo:

Grupo No. 1: Nivel de Embajada.

Grupo No. 2: Nivel de "Escritorio".

Grupo No. 3: Nivel Decisorio.

Segunda Fase:

Una vez terminado el trabajo de grupos, se hará una presentación y discusión colectiva de los resultados con la participación de todos los participantes con el fin de establecer los mecanismos de coordinación entre las distintas funciones y las diferentes estructuras de informes y de programas.

Tercera fase:

Al final de la reunión general se constituirá un grupo de ajuste y armonización final de todos los documentos técnicos producidos en el taller.

Criterios Metodológicos

Criterios para la elaboración de la Estructura Organizativa.

Para cada uno de los tres ámbitos organizativos:

a) Embajada

b) "Escritorio"

c) Nivel decisorio

Se deberá:

1. Presentar y analizar los fundamentos y criterios técnico-institucionales que están en la base de los Organigramas actualmente utilizados en alguno de los servicios exteriores.
2. Elaborar los fundamentos y los criterios técnicos e institucionales para los esquemas organizativos alternativos que se propongan.
3. Diseñar los organigramas alternativos.

Criterio para la elaboración de funciones

Para tipificar las funciones se deberá tener en cuenta los siguientes criterios de la siguiente naturaleza:

- Funciones Técnico-administrativas:
 - recibir una nota
 - registrar su ingreso
 - archivarla
 - distribuirla
 - solicitar a archivo los antecedentes
 - búsqueda de antecedentes en archivo

- revisar y analizar los antecedentes
- elaborar un esquema de respuesta
- formalizar la respuesta: notas, memoradum, circulares, etc.
- autorizar su envío
- transmitirla
- registrar una copia en archivo
- Funciones Analíticas:
 - recopilar y seleccionar información sobre el asunto.
 - delimitar el asunto.
 - analizar la información bajo diferentes perspectivas
 - elaborar conclusiones
 - formular recomendaciones, propuestas políticas, etc.
 - redactar informe
- Funciones Programáticas:
 - extraer conclusiones operativas del análisis
 - diseñar propuestas de programa
 - objetivos
 - metas
 - proyectos
 - actividades
 - resultados
 - establecer cronogramas:
 - actividades-tiempo
 - actividades-recursos (humanos, técnicos, etc.)
 - establecer presupuesto
 - asignar responsabilidades institucionales para la ejecución
 - elaborar instrucciones operacionales para la ejecución
- Funciones Relacionales:

Existen dos tipos de funciones relacionales:

Relacionales internas: entre niveles de un mismo ámbito organizativo

Relacionales externas: entre diferentes ámbitos organizativos.

Además de identificar y tipificar las funciones Técnico-Administrativas, analíticas, programáticas para cada uno de los niveles que participan de un ámbito organizativo, se deberá poner particular énfasis en identificar y tipificar las funciones relacionales al interior de cada ámbito y entre ámbitos.

a) Relaciones Internas: funcionales y técnico-operacionales entre niveles de un mismo ámbito organizativo.

Ámbito: Embajada

 - Niveles a relacionar funcionalmente entre sí:

Embajador
Ministro Consejero
Consejero 1
Consejero 2
Servicios Técnicos

Dado que cada uno de los niveles desempeña funciones técnico-administrativas, analíticas y programáticas, se trata de establecer las relaciones que para cada una de las funciones se dan entre niveles. Por ejemplo, entre el Embajador y el Ministerio existen tres tipos de relaciones funcionales:

- relaciones técnico-administrativas
- relaciones analíticas
- relaciones programáticas

Para cada una de las funciones se deberá tipificar las actividades, operaciones y los productos o resultados.

Ámbito Ministerio

- Niveles a relacionar funcionalmente:
 - Decisorio
 - Escritorio
 - Servicios Técnicos

b) Relaciones funcionales, técnico-operacionales y entre ámbitos:

Relaciones entre sí:

b.1 Embajada y "Escritorio"

1. Relaciones a nivel técnico-administrativo
2. Relaciones analíticas
3. Relaciones programáticas

b.2. Nivel decisorio y embajada

1. Relaciones a nivel técnico-administrativo
2. Relaciones analíticas
3. Relaciones programáticas

Criterios para la elaboración de la Estructura de Informes.

Se deberán establecer criterios para cada uno de los cuatro asuntos temáticos:

- a) Institucionales
- b) Socio-políticos
- c) Económicos
- d) Relaciones Internacionales

y para el informe global que articula los cuatro informes sectoriales.

Se entenderá por "Estructura de Informes":

1. Tipología de Informes:
 - por asuntos

- coyunturales o estructurales
- regulares o irregulares
- por perspectiva temporal: de situación o de prospectiva
- por tipo de decisión o acción que desencadena: tácticas, operacionales, administrativas y/o estratégicas.
- por tipo de destinatario
- etc.

2. Estructura formal de informe:

- contenidos básicos
- formatos de acuerdo a tipología

Criterios para la elaboración de la Estructura de Programa

Se entenderá por "Estructura de Programa"

1. Tipología de Programas:

- a) Programa de acción a nivel institucional.
- b) Programa de acción a nivel socio-político.
- c) Programa de acción global.

2. Estructura formal de los programas:

- contenidos
- formatos de acuerdo a tipología

Cuarto día:

Mañana: Preparación de recomendaciones sobre futuras acciones y requerimientos que se deduzcan de las acciones centrales no sólo para el área bilateral sino incluyendo sus implicaciones para otras áreas, como la multilateral, y para elementos infraestructurales como las academias diplomáticas, los sistemas de información, los niveles superiores de decisión y otras áreas de estos ministerios. Requerimientos desde el punto de vista de las vinculaciones del Ministerio con el medio externo, nacional e internacional.

Tarde: Evaluación del Seminario.

FORMATURA DA TURMA DE 1988

Durante as comemorações do Dia do Diplomata, realizadas no dia 20 de abril de 1989, teve lugar a formatura dos alunos que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1988, em cerimônia presidida pelo Senhor Presidente da República, Dr. José Sarney, na presença do Ministro das Relações Exteriores, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima, e da Diretora do Instituto Rio Branco, Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella.

Fizeram uso da palavra o Senhor Presidente da República, Dr. José Sarney, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, o paraninfo da Turma, Ministro Raphael Valentino Sobrinho, e o orador dos formandos, Terceiro Secretário Breno de Souza Brasil Dias da Costa.

Os formandos escolheram para seu patrono o saudoso Embaixador Octávio Augusto Dias Carneiro.

Foram os seguintes os formandos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no biênio 1987/1988, por ordem de classificação:

- 1º Alessandro Warley Candeas
- 2º Alexandre Guido Lopes Parola
- 3º Maria Dolores Penna de Almeida Cunha
- 4º Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva
- 5º Paulo Roberto Soares Pacheco
- 6º Paulo de Tarso Leite de Moraes Jardim
- 7º Breno de Souza Brasil Dias da Costa
- 8º Roberto Teixeira de Avellar
- 9º Nedilson Ricardo Jorge
- 10º George Torquato Firmeza
- 11º Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio
- 12º Leonardo Sotero Caio
- 13º Ivanise de Melo Maciel

14º Roland Stille

15º Humberto Benzaquem da Silva Gomes

Formandos Estrangeiros (os do biênio 1988/1989)

Alberto Leonardo Cuvelo (Moçambique)

Balbina Malheiros Dias da Silva (Angola)

Gilberto de Castro Duarte Lopes (Cabo Verde)

Hércules do Nascimento Cruz (Cabo Verde)

Homero Jerônimo Salvaterra (São Tomé e Príncipe)

Ramon Valladares Reina (Honduras)

Salvador Antonio dos Santos (Guiné-Bissau)

Receberam seus diplomas das mãos do Senhor Presidente da República, bem como os prêmios a que fizeram jus, os seguintes alunos:

Alessandro Warley Candeas

- Prêmio Rio Branco (medalha de ouro), 1º Colocado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata;

- Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva (medalha de Prata); 1º Colocado no Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Alexandre Guido Lopes Parola

- Prêmio Rio Branco (medalha de prata); 2º Colocado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Maria Dolores Penna de Almeida Cunha

- Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva (medalha de bronze); 2ª Colocada no Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, DR. ROBERTO DA COSTA DE ABREU SODRÉ

Senhor Presidente,

Volta Vossa Excelência a honrar-nos com sua presença na data em que celebramos o dia do patrono de nossa diplomacia, o Barão do Rio Branco.

A participação do Chefe de Estado nesta cerimônia é uma tradição que muito enriquece esta Casa. Traz valioso estímulo aos jovens diplomatas que hoje se formam e que doravante darão, no Itamaraty, sua parcela de contribuição à execução da política externa traçada por Vossa Excelência.

Há um ano, nesta mesma sala, lembrava Vossa Excelência que a diplomacia deve estar apta a lidar com as exigências do cotidiano, à luz dos valores do passado, mas com os olhos postos no futuro.

É árdua a tarefa do diplomata. Deve estar atento às mudanças frequentes da política internacional, por natureza cambiante, que escapa a esquematizações simplistas e, cada vez mais, repele a inflexibilidade dos dogmatismos ideológicos, das verdades impostas.

Cabe-lhe sobretudo saber conviver com o novo e renovar-se a cada passo, num auto-aprimoramento constante, em que o exercício da análise crítica e da reflexão não podem, sequer por um instante, estar ausentes.

O diplomata brasileiro representa um país extremamente complexo, de fortes contrastes, que se moderniza e, ao mesmo tempo, luta para superar graves desigualdades. Conhecê-lo a fundo é indispensável ao esforço permanente de compatibilização das necessidades internas com as possibilidades externas – tarefa que está na essência mesma da atividade diplomática.

Senhor Presidente,

Em fevereiro de 1986, Vossa Excelência definia, em reunião ministerial, os objetivos centrais da política externa brasileira. Mencionava, então, o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional mais justa e equitativa, com ênfase para o encaminhamento do problema da dívida externa; a prioridade crescente às relações

com os países latino-americanos; a intensificação das relações com a África, a par do repúdio à prática do "apartheid"; o desenvolvimento das relações com a Ásia; o aperfeiçoamento da cooperação com os países de economia planificada; o fortalecimento da ONU, da OEA e demais organizações internacionais. A essas soma-se o aprimoramento constante das relações com os Estados Unidos e países europeus ocidentais, com os quais compartilhamos ampla gama de valores comuns.

A Constituição promulgada em 05 de outubro último consagrou, em seu Artigo 4º, diversos princípios pelos quais o Brasil pauta, tradicionalmente, sua política externa: a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso, o direito de asilo.

Tanto os mandamentos constitucionais, como as diretrizes fixadas por Vossa Excelência já se vão mais de três anos, têm sido invariavelmente cumpridos.

Somos um país pacífico. Os princípios inscritos na Carta Magna balizam uma trajetória voltada para a cooperação e para o desenvolvimento.

O fortalecimento da paz, da concórdia e da segurança internacionais estão entre os objetivos centrais de nossa atuação externa. Na medida de nossas possibilidades, procuramos contribuir para a superação dos antagonismos ideológicos entre o Leste e o Oeste. Vemos, portanto, com agrado o clima de distensão que se tem imposto às relações entre as superpotências. A retomada da via do entendimento, do diálogo, abriu finalmente caminho para um acordo de efetiva redução de armamentos nucleares. Tenho mencionado que vivemos hoje num mundo sob certos aspectos mais seguro que há um par de anos.

Estou retornando de uma reunião extremamente útil de Chanceleres do Grupo dos Oito com os Doze da Comunidade Econômica Européia, celebrada em Granada, centrada na temática da dívida externa e na cooperação política entre a CEE e o Grupo dos Oito. Dentre os temas examinados esteve o da conjuntura política internacional recente. Antes, em Viena, havia reunido os Embaixadores brasileiros do Leste Europeu, quando pude reconfirmar que o entendimento mais fluido entre as superpotências tem contribuído para o aprimoramento crescente das relações entre as duas Europas. Mais de uma vez foi ressaltada a importância da "perestroika" e da "glasnost", neste quadro maior onde o compromisso e o diálogo se estão substituindo à confrontação.

Temos responsabilidade na construção de um mundo melhor, mais pacífico e mais seguro – e a ela nunca nos furtaremos. No Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde voltamos a ocupar assento como membro não-permanente, vimos emprestando colaboração ativa e construtiva para o encaminhamento de soluções negociadas para diversas crises regionais. Com satisfação registramos o processo de revitalização do multilateralismo como instrumento para a redução de tensões internacionais. Seguiremos contribuindo para que essa tendência se fortaleça cada vez mais.

Não acreditamos em estruturas de poder assentadas na supremacia de poucos e na submissão de muitos. Já praticamente concluímos nossa transição para a Democracia; somos pluralistas e, por isso mesmo, temos o direito de reivindicar que a todos os Estados seja assegurada participação ampla e equitativa nas deliberações internacionais sobre questões que afetem ou possam afetar seus legítimos interesses, políticos ou econômicos.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência tem dito que o mundo do futuro será o mundo das economias de conjunto. É o que se prenuncia para a Europa em 1992. É o que já vemos entre os Estados Unidos e o Canadá. Para aí também caminham países da Ásia. O Itamaraty está preparado para a diplomacia do terceiro milênio. Aqui mesmo, em nossa região, não temos medido esforços para a construção de uma América Latina integrada. Deixamos definitivamente para trás suspeitas que envenenavam o relacionamento entre vizinhos. Não há lugar para pretensões hegemônicas entre países-irmãos.

Erigimos, com a Argentina e o Uruguai, um eloquente exemplo de cooperação para o desenvolvimento, lastreado no entendimento e na confiança, no qual Vossa Excelência, Senhor Presidente, tem tido participação direta e permanente. Estamos lançando as sementes de um grande espaço econômico institucionalmente organizado, que, em futuro não distante, é lícito esperar, integrará todos os países da América Latina e do Caribe.

Temos contribuído decididamente para um amplo processo de entendimento entre os povos latino-americanos. Mantemos hoje relações com todos os países da América Latina. Neste processo, desempenha papel de relevo o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, instrumento ágil e despido de formalismos, para cuja eficácia tem sido fundamental a participação direta de Vossa Excelência e dos Chefes de Estado dos demais países-membros.

É nesse contexto que se inseriu a iniciativa brasileira de fazer do Atlântico Sul uma zona de cooperação livre do perigo nuclear e da confrontação entre as superpotências.

O estreitamento dos vínculos com os povos-irmãos da África, nossa fronteira a leste, insere-se tradicionalmente entre as mais altas prioridades da política externa brasileira. Saudamos os acordos de Brazaville e de Nova York, como passos importantes para a paz na África Austral. Integramos a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), comandada por um oficial-general compatriota nosso.

Pela própria composição étnica de nosso povo, mas também por nossas convicções democráticas, repudiamos e seguiremos condenando a prática do "apartheid", que ofende nossa consciência e fere princípio básico de nossa política externa.

É sobretudo universalista a vocação de nossa atuação exterior. Temos interesses em praticamente cada parte do globo. Promovê-los e intensificá-los, independentemente de ideologias ou filosofias de governo, mas com base no respeito mútuo, é tarefa do dia-a-dia do diplomata brasileiro.

Assim se entendem as relações estreitas, tradicionais e extremamente diversificadas que mantemos com os Estados Unidos da América e com nossos parceiros da Europa Ocidental. Assim também se entende a decisão de Vossa Excelência de reatarmos relações diplomáticas com Cuba. Ainda neste contexto se insere a primeira visita oficial de um Chefe de Estado brasileiro a União Soviética, realizada por Vossa Excelência.

Não descuidamos de aprofundar nossos vínculos com os demais países do Leste Europeu, do Oriente Médio, da Ásia.

Com o mundo desenvolvido mantemos laços fundados em ideais comuns. Lá temos as principais fontes de investimentos em nossa economia. Lá estão importantes mercados para nossos produtos. Lá se geram conhecimentos de ciência e da tecnologia indispensáveis ao processo de constante modernização de nosso país.

Nossa diplomacia é instrumento de promoção do progresso do Brasil, do estabelecimento de uma ordem econômica internacional mais justa, que nos permita e aos demais países em desenvolvimento crescer e garantir a nossos povos condições dignas de vida e bem-estar.

Não nos move ânimo confrontacionista. Mas, sob a orientação segura de Vossa Excelência, temos mostrado que não podemos indefinidamente estar submetidos à situação ilógica e injusta de exportadores líquidos de capital para o mundo desenvolvido. A questão da dívida externa tem que ser resolvida rapidamente, mediante soluções novas, imaginativas, que levem em conta seus aspectos políticos, que contemplem a redução dos estoques da dívida, que garantam condições crescimento aos países em desenvolvimento. Devedores e credores são responsáveis. Da solução de problema da dívida depende uma grande medida a solidez das instituições democráticas, que tão duramente conquistamos. Não há democracia que floresça em meio à estagnação, ao estrangulamento econômico, à pobreza.

O protecionismo, que impede o acesso a nossas exportações, assim como a crescente tendência ao controle oligopolístico dos conhecimentos e das tecnologias de ponta, que limita a capacidade de modernização de nosso parque produtivo, são aspectos que, cada vez mais, tendem a ocupar a atenção de nossa diplomacia. Temos que estar permanentemente atentos à necessidade de superar obstáculos, de aproveitar oportunidades, de abrir novas avenidas para o desenvolvimento econômico e social de nossa gente. É em tal sentido que temos invariavelmente atuado nas negociações sobre a reformulação do sistema de comércio internacional, em curso no âmbito do GATT.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência tem dado, ao longo de seu Governo, demonstrações que muito nos desvanecem de apreço pelo trabalho ingente realizado pelo pessoal desta Casa. Nos mais de três anos em que desempenho as responsabilidades com que me honrou Vossa Excelência pela execução da política externa brasileira, tenho podido comprovar o brilhantismo, a competência e o patriotismo com que o corpo de diplomatas brasileiros se desincumbe das mais complexas missões na defesa do interesse nacional.

Dotou Vossa Excelência esta Casa de uma estrutura moderna, que lhe permite fazer frente às dificuldades do presente e aos desafios do futuro.

A participação pessoal, interessada, atenta e constante do Chefe de Estado, suas visitas oficiais e os múltiplos contatos diretos que mantém com os líderes de outras nações deram dimensão mais abrangente à atividade diplomática de um país que amplia cada vez mais seus horizontes.

Meus caros formandos,

Dizia, há alguns minutos, que o diplomata tem que saber conviver com o novo e renovar-se a cada passo.

Como profissionais da diplomacia, irão defrontar-se com um mundo rico em suas diversidades, em constante mutação. Novos temas surgem a todo momento. A chave do êxito profissional – e, portanto, a defesa eficaz do interesse nacional – estará em saber combinar a renovação com o respeito às tradições do passado, num exercício de aperfeiçoamento constante que granjeou à Casa de Rio Branco o respeito e a admiração de que, com justo motivo, se pode orgulhar.

Novos temas como, por exemplo, a preservação do meio ambiente, que desperta atenção crescente da comunidade internacional, exigem da diplomacia brasileira atenção redobrada. Devemos estar atentos para defender, sem hesitações, a soberania nacional sobre nossos recursos naturais e sua utilização. Somos partidários da cooperação, mas não abrimos mão de nosso direito inalienável ao progresso, nem tampouco toleraremos interferências indevidas na elaboração de nossos programas de desenvolvimento. Estamos abertos à colaboração internacional desinteressada nesse e noutros campos, desde que sem condicionalidades que venham a menoscar nossa soberania – que é intransferível.

Elegeram os mais novos integrantes da carreira de Diplomata como patrono o Embaixador Octávio Augusto Dias Carneiro. Felicito-os pela escolha, que recai sobre um dos diplomatas que mais contribuiu para a valorização do tratamento da temática econômica no Itamaraty, num momento em que o Brasil principiava a projetar interesses novos e mais diversificados no cenário econômico mundial. Homem público de cultura eclética, de conhecimentos sólidos que se espraiavam das artes à economia, Dias Carneiro teve participação importante na vida nacional. Foi titular da Pasta da Indústria e do Comércio. Integrou o Conselho Nacional do Petróleo. Exerceu, na vida acadêmica, a cátedra de História Econômica da Universidade do Brasil. A Embaixatriz Dias Carneiro, e a seu filho Augusto Leopoldo, que nos honram aqui com suas presenças, nossa mais carinhosa homenagem.

Aceitem minhas mais vivas congratulações pela conclusão do curso de preparação à carreira que abraçaram. Faço votos de que sejam felizes. O Itamaraty muito espera de seus jovens diplomatas. Estou certo de que a contribuição que darão irá enriquecer as tradições desta Casa.

Muito obrigado.

DISCURSO DO PARANINHO DA TURMA DE FORMANDOS DE 1988,
DO INSTITUTO RIO BRANCO,
MINISTRO RAPHAEL VALENTINO SOBRINHO

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Excelentíssimo Senhores Chefes de Missões Diplomáticas Estrangeiras,
Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores,
Excelentíssima Senhora Diretora do Instituto Rio Branco,
Senhoras e Senhores,
Meus Jovens Colegas,

A cerimônia da formatura, para nós, diplomatas, não é nem uma despedida, nem a oportunidade para uma última aula. É, acima de tudo, um encontro solene, que confirma afinidades e homologa esperanças. O pouco de timidez que ainda subsiste no mundo manifesta-se com intensidade nos paraninfos, na hora de significar o desvanecimento pelo privilégio da escolha.

No meu caso, agradecer-lhes a distinção, meus jovens colegas, torna-se mais desafiador, ante a circunstância de ser eu o primeiro professor de economia, na história do Instituto Rio Branco, a receber efetivamente esta honra suprema da vida docente. O patrono da turma, o saudoso Embaixador Octávio Augusto Dias Carneiro, também foi eleito paraninfo em 1965, mas não pôde sê-lo, por ter-se defrontado com momentos difíceis para a liberdade de expressão de seu pensamento criador. Um dos maiores economistas que passaram por esta Casa, matemático, humanista e artista, o Embaixador Dias Carneiro bem confirma o paradigma do diplomata como síntese de uma vocação de estadista com uma existência de esteta da ação. Com os olhos no futuro, antecipou muitas de nossas verdades econômicas, inclusive no campo da energia nuclear e da informática. Sobrevivente da rara espécie dos verdadeiros espíritos renascentistas, era também um estudioso da ignorância, na vastidão de suas formas, sustentando que as próprias forças irracionais devem ser levadas em conta no planejamento econômico.

Na criatividade renascentista de Dias Carneiro, procuro inspirar-me para expressar toda a minha afeição docente e agora de colega, a uma turma que, se as definições esgotassem a essência do ser, eu caracterizaria como um “sorriso matemático”, em consequência do seu gosto pela precisão, sem perder o amor pela flexibilidade, o que lhe permitiu adquirir sólida formação econômica, como valioso instrumento diplomático.

O momento histórico, meus jovens colegas, reservou-lhes o privilégio altamente merecido, pela inteligência e vontade que me foi dado conhecer e admirar em vocês, de ingressar na carreira diplomática numa época de revolução político-econômica e epistemológica mundial que, em muitos casos, intelectualiza, com velocidade inédita, os bens de produção, enquanto estultifica os homens, superficialmente politizados, sem uma clara consciência das possibilidades e dos limites da nova ordem, inspirada na ciência e na tecnologia.

Vivemos o paradoxo de uma humanidade crescentemente urbanizada e informatizada, que, na sua maior parte, apenas se aproxima da alfabetização política e é cega para a racionalidade econômica. Aí está o fascínio e a contradição do mundo contemporâneo que, mais do que qualquer outra época, exhibe o desafio das construções sócio-econômicas, como obras permanentemente inacabadas.

A Revolução Francesa, cujo bicentenário coincide com o ano desta formatura, apenas desvendou as vogais do alfabeto político, na triade – liberdade, igualdade, fraternidade. Constituições posteriores firmaram-se como o alfabeto da liberdade, mas talvez só se conheça um terço das palavras que com tal alfabeto se podem formar. As duas outras – igualdade, como distribuição equitativa de oportunidades e fraternidade, como fermento das outras duas, permanecem como receitas dos doutos ou expectativas dos ingênuos, mas são essenciais para que a humanidade inteira atinja a maioria, segundo o belo mandamento de Kant: “sapere aude”. Tem coragem de usar tua razão. A celebração, este ano, do centenário da república brasileira solidifica a visão do aniversário político, que é menos uma comemoração do que um inventário do futuro. Vê-se a Nova República projetar-se num esforço de auto-renovação econômica, institucional e tecnológico-científica.

Não desejo concitá-los, meus jovens colegas, à onipotência cínica nem à indiferença ignara. Não somos reformadores do mundo, mas devemos reformar-nos constantemente com um mundo que, a toda hora, é instado a optar entre as poucas certezas racionais e as tempestuosas promessas do acaso.

Sem falsa vaidade, mas antes como dever profissional, cabe-nos conscientizar-nos de que, dentro de certa medida, nós, diplomatas, somos também um pouco professores. Quando ingressei nesta Casa, ensinava-se que a função do diplomata era explicar o Brasil ao mundo e o mundo ao Brasil. Hoje, entretanto, essa função se ampliou e ao diplomata cabe explicar um mundo que muda, sem cessar, a esse próprio mundo, sem destruir a visão nacional que legitima epistemológica e politicamente essa cosmovisão. Quem ignorar a força do nacionalismo aniquilará sua própria identidade, quem do nacionalismo fizer uma muralha de isolamento do mundo, por ele perecerá.

Um dos maiores malogros da economia tem sido a carência de solução adequada para o problema da repartição da riqueza. No pensamento do economista Joseph Schumpeter, que começa a ser redescoberto quase quarenta anos após sua morte, encontram-se respostas criativas para esta, bem como para várias outras questões ligadas à crise contemporânea. Ao longo de dois anos, meus jovens colegas, perscrutamos em Schumpeter as forças formadoras do capital humano, que não apenas se repartem sem empobrecimento mas, ao contrário, exibem efeito multiplicador à medida que se difundem. É na ciência e na tecnologia que se encontra o segredo da multiplicação dos pães sem o esgotamento do trigo. Por esta razão, as democracias modernas se empenham, cada vez mais, em realocar seus recursos humanos da burocracia improdutiva para a geração e transmissão da criatividade científica e tecnológica – a verdadeira fonte da riqueza das nações.

Não foi por mera coincidência, Senhor Presidente da República, que a história lhe reservou o papel de condutor da transição de nosso país a democracia plena. Poeta, seu “barco era flores e folhas”, mas o sentido literal da palavra “poesia” o levou à criação muito além do verso e da rima, Vossa Excelência logrou introduzir na vida política e social do país significações que, como diria Jean Cocteau, escapam aos operários do templo e cujo segredo final de sua necessidade só o tempo poderá revelar em sua plenitude. Por várias vezes, compartilhamos das profundas inquietações de Vossa Excelência ante o processo inflacionário que costuma ameaçar as democracias nascentes. A inflação é um pacto social negativo, obra do diabo, como dizia Goethe, porque respeita as aparências e destrói as realidades. Modestamente, defendi, em várias ocasiões, a criação de um conselho econômico e social, como “locus” negociador de um consenso antiinflacionário, não de natureza corporativa. A grande busca de nossa democracia é de canais de comunicação entre a tecnocracia, ainda não de todo afeita ao pluralismo pouco matemático da liberdade democrática, os políticos, suspeitosos do cálculo frio dos tecnocratas, os empresários, à procura de uma nova síntese entre o risco e a segurança econômica e os trabalhadores, no seu aprendizado das potencialidades de equilíbrio criador da sociedade civil no processo democrático. Adaptando a bela imagem do Professor Ernest Gellner, a sociedade civil não é uma princesa adormecida, que desperte pelo simples ósculo da restauração do voto.

Partilhamos igualmente, Senhor Presidente da República, de suas preocupações com as rebeldes divindades pagãs da economia – “Deus Déficit” e “Santa Dívida”, este labirinto moderno que reverteu os fluxos líquidos de recursos, direcionando-os dos menos para os mais desenvolvidos. Nas aulas e debates, nossa esperança crítica fortaleceu-se ante as sementes lançadas para a dieta do estado obeso e o renascimento do empresário Schumpeteriano, público e privado. Nossos jovens diplomatas ainda verão o déficit Keynesiano transformado em crédito a inovação Schumpeteriana, no contexto modernizante de uma América Latina integrada.

Para modernizar é preciso, antes de tudo, amar a liberdade, política e econômica. O grande espectro das crises é a tentação do sacrifício supostamente passageiro das liberdades. Mas a história ensina à sociedade que não há bem superior que mereça ter a

liberdade como caução. Liberdade não se penhora e não se exporta, como governo não se importa.

Em escala reduzida, o êxito da política de desenvolvimento do capital humano confirma-se nesta Casa, sob a direção de Vossa Excelência Senhor Ministro Roberto de Abreu Sodré que, já em seu discurso de posse, se preocupou com o aperfeiçoamento ainda maior do Instituto Rio Branco. Tal projeto encontrou ampla ressonância criativa no profissionalismo refinado e na alta sensibilidade política do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Nada disto teria sido possível, entretanto, sem a pertinácia imaginativa e a firmeza do espírito criador da Embaixadora Tereza Quintella.

Meus diletos alunos de ontem, colegas de hoje e amigos de sempre, a vocês o futuro da diplomacia brasileira começa a reservar, desde já, o papel de fonte do otimismo de inteligência e do otimismo de vontade.

**DISCURSO DO TERCEIRO-SECRETÁRIO BRENO DE SOUZA
BRASIL DIAS DA COSTA
ORADOR DA TURMA EMBAIXADOR DIAS CARNEIRO**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Excelentíssimos Senhores Chefes de Missões Diplomáticas Estrangeiras,
Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores,
Excelentíssima Senhora Diretora do Instituto Rio Branco,
Meus Caros Colegas,
Senhoras e Senhores,

Esta cerimônia representa para nós um momento de alegria e de expectativa. Assim são as formaturas, pois se a palavra sugere, por um lado, que algo se conclui, por outro lado ela assinala, de forma inequívoca, um começo. Melhor seria dizer, com Guimarães Rosa, que, a rigor, “nada tem começo e coisa alguma tem fim”. Desse modo, esta solenidade fica sendo algo como uma travessia ou como esses ritos de passagem das cerimônias primitivas nos quais o homem hesita entre as realizações do passado e os desafios do futuro. Formar-se, pois, é estar cativo entre uma saudade e uma promessa.

2. Ao olharmos para o caminho percorrido, não podemos deixar de render nossa mais sincera homenagem àqueles que, com dedicação e paciência, nos acompanharam nessa etapa de formação. Todos estes estão aqui representados na querida pessoa do Ministro Raphael Valentino Sobrinho, nosso paraninfo. Nesses dois anos em que tivemos o privilégio de desfrutar de sua inteligência e de sua perfeita amizade, aprendemos muito mais do que gráficos e estatísticas. Aprendemos que a economia, ao contrário do que ensinava Joan Robinson, não é necessariamente uma ciência triste, mas pode ser uma ciência sem lágrimas. Mais do que isso, ainda, aprendemos com ele a importância de que se revestem, tanto na carreira diplomática quanto na vida, o convívio humano e a amizade. Suas aulas, que lembraremos como um testemunho vivo de que tanto melhor para o saber se este se faz acompanhar de sabor, poderiam ter por

divisa o aforisma de Lichtemberg, ligeiramente transformado: “quem só sabe economia, não sabe sequer economia”. Ademais, parece-nos particularmente significativo que, vinte e cinco anos depois de ter sido orador de turma num outro momento de transição, o Ministro Raphael Valentino retorne a esta tribuna, agora na condição de paraninfo, num período da vida nacional marcado por outra transição. Esperamos, Senhor Presidente, que esta nova fase consiga plantar, de forma irreversível, as bases da liberdade e da prosperidade em nosso país.

Senhor Presidente,

3. Não temos, nem poderíamos ter, a pretensão de, sobretudo numa ocasião festiva como esta, aportar soluções para os complexos problemas que o Brasil enfrenta hoje. Não obstante, acreditamos que qualquer ocasião é propícia ao exercício da cidadania. É na condição de cidadãos, portanto, que gostaríamos de dizer que estamos cientes da importância desse momento de inflexão da história nacional e das responsabilidades que ela traz consigo. É sabido que vivemos um período de crise. Para nossa geração, contudo, as crises têm um matiz diverso daquele que normalmente se lhes atribui. Convivemos longamente, crescemos com as crises e aprendemos a reconhecer nelas seu potencial transformador e seu papel decisivo no aporte das soluções originais de que o Brasil tanto necessita. “Tropear – é Guimarães Rosa ainda quem o diz – também ajuda a caminhar”. O potencial de mudança que as crises trazem consigo, idéia que poderia ser condensada na fórmula Schumpeteriana da “destruição criadora”, leva-nos a crer, cada vez mais, que as soluções rígidas e as verdades apriorísticas serão progressivamente substituídas pelo debate democrático e pelas verdades consensuais.

4. Acreditamos, por isso, que somente a discussão democrática será capaz de ensejar a oportunidade para que surja o consenso necessário em torno de um projeto de Brasil. E esse consenso será tanto mais forte quanto mais estáveis forem as bases da democracia e quanto mais amplo for o debate nacional. Ora, esse debate tem incorporado ultimamente temas de especial relevância para nossa política exterior, tais como a preservação do meio ambiente e a questão da dívida externa.

5. Entendemos que esses tópicos não estão desvinculados do debate político sobre como articular uma sociedade mais justa. O maior patrimônio de um país, Senhor Presidente, é o seu povo. Há que garantir, por isso, com investimentos em saúde, educação e moradia, a permanente participação de todas as camadas sociais na busca de soluções para os problemas que nos afligem. A esse propósito, Senhor Presidente, cremos que não descaberia citar aqui as palavras que Vossa Excelência proferiu recentemente na VI Reunião Ministerial sobre o meio ambiente na América Latina e no Caribe: a mais trágica das poluições é a pobreza.

6. Por outra parte, sabemos que não há como combater a miséria persistente se não dispusermos de excedentes significativos para financiar as tarefas do desenvolvimento. Esse esforço, no entanto, não tem alcançado os resultados esperados, em virtude do terrível peso que representa para o país a questão da dívida externa, com os gravíssimos custos sociais que ela acarreta. Como diplomatas, entendemos que é nosso

dever atuar no sentido de rever esse quadro, que confronta o Brasil com uma situação extremamente injusta. Estamos convencidos não só da necessidade de uma ordem internacional mais justa, na qual os países em desenvolvimento disponham de uma participação mais efetiva nas decisões tomadas nos foros multilaterais, como também parece-nos imprescindível que esses mesmos foros transformem-se em órgãos coordenadores das mudanças que se fazem necessárias na cena internacional.

7. Nessa perspectiva, não podemos deixar de lembrar nosso patrono, Embaixador Octávio Augusto Dias Carneiro, que na qualidade de representante do Brasil no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, muito contribuiu para difundir os ideais de desenvolvimento equilibrado e solidariedade entre os povos. Da mesma forma, sua passagem pela Agência Internacional de Energia Atômica caracterizou-se pela defesa obstinada e intransigente da paz. E sem pretender acrescentar novas cores ao magnífico perfil que o Ministro Valentino traçou de nosso patrono, gostaríamos, finalmente, de lembrar um fato pouco conhecido de sua biografia, que, no nosso entender, diz muito do seu espírito universalista. Profundo conhecedor da filosofia oriental, o Embaixador Dias Carneiro foi o inspirador do projeto da bandeira da República da Coreia, na qual estão reunidos os símbolos da terra e do céu. Ora, de acordo com a tradição taoísta, quando céu e terra se encontram, realiza-se a paz. Que esse *wishful thinking* possa valer não apenas para as Coreias, mas também para todo o mundo, é o que nos parece dizer o ideário que nos legou o Embaixador Dias Carneiro. Hoje, quando o homenageamos nesta tribuna, gostaríamos de dizer que assumimos o compromisso de, humildemente, lutar para que uma idéia tão nobre e singela possa finalmente se realizar.

Muito Obrigado.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DR. JOSÉ SARNEY

Ao encerrar esta cerimônia, desejo congratular-me com todos os formandos da Turma do Instituto Rio Branco, de 1988.

A Diplomacia tem o fascínio do trato das questões entre os Estados. Os jovens Diplomatas começam, a partir de hoje, a participar diretamente dessa extraordinária obra de engenharia que representam as relações internacionais, procurando analisar e avaliar suas implicações para a atuação externa brasileira.

Um mundo caracterizado pela crescente interdependência dos Estados necessita mais do que nunca dos instrumentos da Diplomacia, para que possa atingir seus ideais de cooperação e de paz.

Outrora, a Diplomacia era uma arte, e aqui sou seduzido – já que o nosso Parainfo da Turma citou Goethe – a repetir o que Goethe dizia, que uma arte é sempre uma arte. Uma arte que ensinava definições polêmicas, como a que formulou essa controvertida personalidade que era Tayllerand, segundo quem a diplomacia constituiria a arte de mandar pessoas eméritas dizer lá fora coisas enganosas.

Hoje a Diplomacia não mais se ajusta a definições tão simplificadas e ligeiras, pois assume o caráter de ciência que necessita de uma formação especializada. Sua conotação de arte, ainda válida, prende-se, antes, à circunstância de os grandes Diplomatas terem sempre sido homens de grande cultura, capazes de enveredar por todos os setores do saber.

Temos um grande orgulho do Instituto Rio Branco. Esta é uma Casa formadora de quadros excelentes, que, ao longo de nossa História, têm tido a responsabilidade de operar as relações internacionais brasileiras. Os Senhores serão os continuadores dessa tradição e terão crescente responsabilidade, na medida em que hoje se ampliam os campos de atuação internacional do Brasil. Respeitando as nossas vertentes, estamos procurando abrir novos campos, descobrir outros estuários, participar dos diversos espaços que se oferecem ao Brasil no campo internacional.

É essa formação, adquirida no Instituto Rio Branco e consolidada no serviço desta Casa, que, sem dúvida, será responsável pela atuação do nosso país em termos de

futuro, num mundo cada vez mais complexo, em que as relações internacionais se tornam mais densas, em que as formas de poder tomam outras dimensões. É nesse mundo que os Senhores terão, sem dúvida, essa oportunidade de atuar: um mundo em que a tecnologia destrói a ideologia e no qual cada vez mais se mostra necessário que um espírito de criatividade e de renovação esteja presente, guardadas as nossas tradições.

Aqui temos no nosso plenário um grande mestre, o Senador Afonso Arinos, que foi Ministro das Relações Exteriores e, como tal, teve oportunidade de inovar e lançar grandes idéias que até hoje germinam e se desdobram ao longo da História Diplomática brasileira.

Ao finalizar estas breves palavras de congratulações, quero desejar a todos uma brilhante carreira, uma excelente realização profissional e, sobretudo, aquela alegria, aquela pura alegria de estar trabalhando, realizando-se pessoalmente e, ao mesmo tempo, servindo ao seu País e à sua Pátria.

Muito obrigado.

ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO BRANCO
EM 1990

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA – 1990

As inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata estiveram abertas de 05 a 30 de março, em Brasília, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, e nas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras no exterior.

As provas da primeira fase realizaram-se nas capitais acima relacionadas, nos dias 27, 28 e 29 de abril (Português, Francês e Inglês, respectivamente).

A Banca Examinadora foi formada pelos seguintes professores:

Português:

Embaixador Sergio Fernando Guarischi Bath
Professora Enilde Leite de Jesus Faulstich
Professora Stella Maris Bortoni

Francês:

Secretária Bárbara Mussi
Professor Christian Marcel Defontaine
Professor Michel Pierre Raynaud

Inglês:

Embaixador Henrique Rodrigues Valle Junior
Professora Edite Faial Jacques
Professor Steven Abert Armstrong

MOVIMENTO

Inscritos	659
Compareceram	344
Aprovados	29

As provas da segunda fase realizaram-se no período de 29 de junho a 17 de julho, com o seguinte calendário: entre 29 de junho e 1º julho, exames orais de Francês, Inglês e Questões Internacionais Contemporâneas; em 5 de julho, História do Brasil; em 8 de julho, História Mundial; em 11 de julho, Geografia do Brasil; em 16 de julho, Geografia Geral; e, em 17 de julho, Noções Básicas de Direito.

Professores:

Exames orais:

Questões Internacionais Contemporâneas

Ministro Carlos José Prazeres Campelo

Conselheiro Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho

Conselheiro Carlos Antonio da Rocha Paranhos

Francês:

Professor André Raymond René Souvestre

Secretária Bárbara Mussi

Secretária Ana Cândida Perez

Inglês:

Embaixador Henrique Rodrigues Valle Junior

Professora Edite Faial Jacques

Professor Steven Albert Armstrong

Demais provas:

História do Brasil:

Conselheiro Abelardo da Costa Arantes Júnior

História Mundial:

Professor Amado Luiz Cervo

Geografia do Brasil:

Professora Marília Luiza Peluso de Oliveira

Geografia Geral:

Professora Ignez Costa Barbosa Ferreira

Noções Básicas de Direito:

Professor Antonio Augusto Cançado Trindade

Professor Walter Ramos da Costa Porto

Os exames de sanidade e capacidade física e psíquica, realizados entre 20 e 28 de julho, foram coordenadas pelo Chefe do Serviço de Assistência Médica e Social do Ministério das Relações Exteriores, Doutor Antônio Teixeira de Souza. Estiveram a cargo dos exames físicos o Hospital do Comando Naval de Brasília; dos exames de sanidade psíquica, o Serviço de Seleção de Pessoal da Marinha; dos exames de oftalmologia, o Centro de Diagnóstico e Microcirurgia Ocular; e dos exames de otorrinolaringologia, o Doutor Aldo Carrilho Neves.

Foram os seguintes os aprovados, em ordem de classificação final:

1º – Flávio Cardone

2º – Pedro Miguel da Costa e Silva

- 3º – Gisela Maria Figueiredo Padovan
- 4º – Haroldo de Macedo Ribeiro
- 5º – Leonardo Mourão Coelho de Souza
- 6º – José Raphael Mendes de Azeredo
- 7º – Pedro Gustavo Ventura Wollny
- 8º – Maria Eduarda de Seixas Corrêa
- 9º – João Mauricio Cabral de Mello
- 10º – Sérgio de Paulo Castro
- 11º – Rodrigo de Azeredo Santos
- 12º – Everton Frask Lucero
- 13º – Otávio Brandelli
- 14º – Sarquis José Bauinain Sarquis
- 15º – Philip Yang
- 16º – Pedro Murilo Ortega Terra
- 17º – Carlos Alberto Franco França
- 18º – Almir Lima Nascimento
- 19º – Fátima Keiko Ishitani
- 20º – Duval Vasconcellos Barros
- 21º – Byron Amaral dos Santos

Fizeram jus ao prêmio Lafayette de Carvalho e Silva: Flávio Cardone (1º lugar, medalha de prata) e Pedro Miguel da Costa e Silva (2º lugar, medalha de bronze).

CARACTERÍSTICAS DAS PROVAS E PROGRAMAS

I – A prova escrita de Português constou das seguintes partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 450 palavras e máxima de 600 palavras (valor: 60 pontos); e
- b) resumo de um texto (valor: 40 pontos).

A prova procurou avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (ortografia, sintaxe, pontuação, estilo, léxico), mas também a estruturação, a relevância e a adequação das idéias em relação ao tema.

II – As provas escritas de Francês e Inglês constaram de duas partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 400 palavras e máxima de 500 palavras (valor: 60 pontos); e
- b) versão de um texto (valor: 40 pontos).

III – A prova oral e eliminatória de Questões Internacionais Contemporâneas teve por objetivo apurar o domínio do candidato sobre temas internacionais correntes, sua capacidade de abordar a atual problemática mundial, bem como as questões diplomáticas de interesse especial para o Brasil. Conhecimentos estes que pressupõem, da parte do candidato, o hábito de acompanhar os acontecimentos internacionais mediante a leitura atenta de livros, revistas e jornais que dediquem atenção especial a tais assuntos.

Na prova de Questões Internacionais Contemporâneas, o candidato sorteou três temas internacionais correntes e escolheu um para exposição oral perante a Banca, durante 10 (dez) minutos. Antes, porém, foi-lhe concedido um intervalo de aproximadamente quinze minutos para preparar sua exposição. Após a mesma, respondeu a perguntas feitas pelos examinadores.

IV – As provas orais de Francês e Inglês foram realizadas simultaneamente, de acordo com a tabela de chamada afixada na Secretaria do Instituto Rio Branco. As provas procuraram avaliar a capacidade de expressão dos candidatos.

V – Nas provas de Francês e Inglês, o candidato teve de ler um texto sorteado na ocasião e responder às questões formuladas pelos examinadores. O candidato dispôs de cerca de quinze minutos para preparar sua prova nos quais podia recorrer ao auxílio de um dicionário unilíngüe fornecido pelo Instituto Rio Branco.

VI – As provas de conhecimento em matérias básicas eram compostas de:

- a) dissertação, no valor de 40 pontos;
- b) três pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma.

VII – As provas vestibulares iniciais – provas escritas de Português, Francês e Inglês – tiveram cinco horas de duração.

As demais provas escritas tiveram a duração de quatro horas e meia.

PROGRAMAS

História do Brasil

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial – Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
3. O Brasil Imperial – Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas consequências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial – Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial – Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.
7. O Brasil Republicano – Política e Administração:
 - a) A Primeira República (1889-1930) – O Governo Provisório. A

Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

- b) A Segunda República (a partir de 1930) – O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.
8. O Brasil Republicano – Economia:
 - a) A Primeira República (1889-1930) – A estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas consequências.
 - b) A Segunda República (a partir de 1930) – A industrialização. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira.
9. O Brasil Republicano – Sociedade e Cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização, as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista.
10. O Brasil Republicano – Política Externa:
 - a) A Primeira República (1889-1930) – O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.
 - b) A Segunda República (a partir de 1930) – A política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.
11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:
 - a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.
 - b) Os Governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional.
 - c) O processo de transição política.

História Mundial

1ª Parte:

1. Transformações do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.
2. Da Era Napoleônica à Europa da Santa Aliança.
3. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades no século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.
4. A expansão da Europa no século XIX. A política das Grandes Potências na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.
5. A política européia do Congresso de Berlim de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.

6. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2ª Parte:

7. A Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências políticas, sociais e econômicas. Os princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.
8. A Europa entre as duas Guerras. A crise econômica de 1929-1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo.
9. A Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
10. A Reconstrução da Europa. O Plano Marshall e a política de integração econômica. A Comunidade Européia e o Bloco Soviético. A Comunidade Britânica.
11. A Ásia de 1918 a 1965. A dissolução do Império Otomano. A Liga Árabe e o Estado de Israel. A Índia, a China e o Japão.
12. A Guerra Fria e a formação de blocos. O problema de Berlim. A Guerra da Coreia. A OTAN e o Pacto de Varsóvia.
13. A emancipação das nações africanas.
14. O Mundo, de 1945 a nossos dias. As principais questões econômicas, políticas e militares no quadro das relações internacionais.

3ª Parte:

15. Os movimentos de independência na América e a formação de novos Estados.
16. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico e evolução política.
17. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política e econômica. Evolução interna: Argentina, Chile e México.
18. Os Estados Unidos entre as duas guerras: o Isolacionismo, Roosevelt e o "New Deal". Evolução interna após a Segunda Guerra Mundial.
19. A América Latina, após a Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política e econômica. Argentina, Chile e México.
20. As relações interamericanas, desde a independência. Doutrina de Monroe e sua aplicação. Os conflitos latinos no século XIX. Solidariedade continental, pan-americanismo, sistema interamericano. A política dos Estados Unidos para a América Latina, desde Theodore Roosevelt.

Geografia do Brasil

I – Unidade: A questão agrária e organização do espaço brasileiro

- I.1. A modernização da agricultura e as novas formas da produção agrícola no Brasil. Atuação do Estado na questão agrária. O problema fundiário.
- I.2. A fronteira agrícola.

II – Unidade: Cidades brasileiras

- II.1. Distribuição espacial das cidades.
- II.2. Urbanização, metropolização e periferização no Brasil.
- II.3. Brasília e a organização do espaço brasileiro.

III – Unidade: Indústrias e organização do espaço brasileiro

- III.1. A unificação do espaço pela industrialização.
- III.2. A concentração industrial no Sudeste.
- III.3. Os desequilíbrios regionais.

IV – Unidade: Problemas ambientais no Brasil.

V – Unidade: Questões demográficas brasileiras, migrações internas

Geografia Geral

I – Unidade: O espaço geográfico.

- I.1. O significado do espaço geográfico.
- I.2. Impacto tecnológico e transformações no meio ambiente natural.

II – Unidade: A organização do espaço mundial

- II.1. Concentração e desconcentração espacial das indústrias: diferenças entre os países centrais (EUA e Europa) e periféricos (América Latina, Ásia e África).
- II.2. O processo de urbanização e suas interligações com o processo de industrialização. Diferenças entre os países centrais (EUA e Europa) e periféricos (Ásia e África).
- II.3. A problemática espacial da urbanização na América Latina: pobreza e terciarização.
- II.4. A modernização da agricultura. A agricultura capitalista e a estruturação do mundo agrário.
- II.5. A questão energética.

III – Unidade: Questões demográficas do mundo contemporâneo.

Noções Básicas de Direito

1. Fundamentos e fontes do Direito. Significado da noção de fontes. Costume, legislação, jurisprudência e doutrina como fontes do Direito.
2. A elaboração do Direito. A norma jurídica: estrutura, validade, classificação.
3. Norma jurídica: métodos de interpretação. Aplicação do Direito. Princípios gerais do Direito.
4. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica; negócio jurídico.
5. Obrigatoriedade e aplicação da lei. Hierarquia das leis. Erro de direito e erro de fato.

6. Personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.
7. Direito subjetivo: conceito, teorias, elementos. Classificação dos direitos subjetivos.
8. Divisões do Direito: público e privado, interno e internacional. Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado.
9. Conceito, fontes e evolução do Direito Constitucional. Conceito de Constituição.
10. O Estado brasileiro. Personalidade jurídica e soberania. O território brasileiro. A população brasileira; nacionalidade; condição jurídica do estrangeiro.
11. Regime republicano, forma federativa de Estado; sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. A ordem jurídica; competência da União e dos Estados federados.
12. Os três poderes independentes; formação e estrutura. Sistema de controle recíproco. A constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da administração.
13. O processo legislativo no âmbito federal. Espécies; formas de iniciativa; procedimento ordinário e procedimentos especiais.
14. Condição jurídica dos Estados; direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.
15. Tratados internacionais: relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no processo de sua elaboração.
16. Organizações internacionais: personalidade jurídica. Classificação dos atos das organizações internacionais.
17. Direitos e Garantias individuais nos planos interno e internacional. Garantias constitucionais e mecanismos internacionais de proteção.

PROVAS DO EXAME VESTIBULAR – 1990

Português

A – Redação

Desenvolva o tema:

“A articulação do Brasil, país em desenvolvimento, com um mundo que se transforma vertiginosamente: desafios e problemas.”

B – Resumo

Resumir o texto abaixo:

“No Brasil, como aliás na maioria dos países de história colonial recente, mal existiam tipos de estabelecimento humano intermediários entre os meios urbanos e as

propriedades rurais destinadas à produção de gêneros exportáveis. Isso é particularmente verdadeiro onde, como entre nós e em geral na América Latina, a estabilidade dos domínios agrários sempre dependeu diretamente e unicamente da produtividade natural dos solos. E sobretudo onde o desperdício das áreas de lavoura determinou com frequência deslocamentos dos núcleos de povoamento rural e formação, em seu lugar, de extensos sítios ermos, ou de população dispersa e mal apegada à terra.

O resultado é que a distinção entre o meio urbano e a “fazenda” constitui no Brasil, e pode dizer-se que em toda a América, o verdadeiro correspondente da distinção clássica e tipicamente europeia entre a cidade e a aldeia. Salvo muito raras exceções, a própria palavra “aldeia”, no seu sentido mais corrente, assim como a palavra “camponês”, indicando o homem radicado ao seu rincão de origem através de inúmeras gerações, não correspondem no Novo Mundo a nenhuma realidade. E por isso, com o crescimento dos núcleos urbanos, o processo de absorção das populações rurais encontra aqui menores resistências do que, por exemplo, nos países europeus, sempre que não existam, a pequeno alcance, terras para desbravar e desbratar.

Procurou-se mostrar no presente capítulo, como, ao menos em sua etapa inicial, esse processo correspondeu de fato a um desenvolvimento da tradicional situação de dependência em que se achavam colocadas as cidades em face dos domínios agrários. Na ausência de uma burguesia urbana independente, os candidatos às funções novamente criadas recrutam-se, por força, entre indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendência características dessa classe. Toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial.

Essas condições representam o prolongamento de um fato muito real e sensível, que prevaleceu durante o regime colonial. Durante largo tempo, de algum modo até a vinda da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, constituímos uma estrutura *sui generis*, mesmo comparados aos outros países americanos, àqueles, em particular, onde a vida econômica se apoiou quase totalmente, como aqui, no trabalho servil.

A regra, em todo o mundo e em todas as épocas, foi sempre o contrário: a prosperidade dos meios urbanos fazendo-se à custa dos centros de produção agrícola. Sem o incremento das cidades e a formação de classes não agrárias, o que tem sucedido constantemente é que a terra entra a concentrar-se, pouco a pouco, nas mãos dos representantes de tais classes, que residem, em geral, nas cidades e consomem a produção dos elementos rurais, sem lhes dar, no entanto, o equivalente econômico do que recebem.

Se não parece muito exato dizer-se que tivemos entre nós justamente o reverso de tal medalha, é por ter sido precário e relativo o incremento das nossas cidades durante todo o período colonial. Deve-se reter, todavia, este fato significativo, de que, naquele período, os centros urbanos brasileiros nunca deixaram de se sentir fortemente da ditadura dos domínios rurais. É importante assinalar-se tal fato, porque ajuda a discriminar o caráter próprio das nossas cidades coloniais. As funções mais elevadas

cabiam nelas, em realidade, aos senhores de terras. São comuns em nossa história colonial as queixas dos comerciantes, habitantes das cidades, contra o monopólio das poderosas câmaras municipais pelos lavradores. A pretensão dos mercadores de se ombrearem com os proprietários rurais passava por impertinente, e chegou a ser tachada de absurda pela própria Corte de Lisboa, pois o título de senhor de engenho, segundo refere o cronista, podia ser considerado tão alto como os títulos de nobreza dos grandes do Reino de Portugal.

Não admira, assim, que fossem eles praticamente os únicos verdadeiros "cidadãos" na colônia, e que nesta se tenha criado uma situação característica talvez da Antigüidade clássica mas que a Europa – e mesmo a Europa medieval – não conhecia. O cidadão típico da Antigüidade clássica foi sempre, de início, um homem que consumia os produtos de suas próprias terras lavradas pelos seus escravos. Apenas não residia por hábito nelas. Em alguns lugares da bacia do Mediterrâneo, na Sicília, por exemplo – segundo informou Max Weber – não residiam os lavradores, em hipótese nenhuma, fora dos muros das cidades, devido à insegurança e aos extraordinários perigos a que se achavam expostos constantemente os domínios rurais. As próprias "vilas" romanas eram, antes de mais nada, construções de luxo, e não serviam para residência habitual dos proprietários, mas para vilegiatura.

No Brasil colonial, entretanto, as terras dedicadas à lavoura eram a morada habitual dos grandes. Só afluíam eles aos centros urbanos a fim de assistirem aos festejos e solenidades. Nas cidades apenas residiam alguns funcionários da administração, oficiais mecânicos e mercadores em geral. Da pobreza dos habitantes de Piratininga durante o século XVII, dá-nos conta o Padre Justo Mansilla van Surck, em carta ao geral da Companhia de Jesus sobre o assalto às reduções de Guairá. Nesse documento explica-se a miséria piratiningana pela constante ausência dos habitantes... Na Bahia, o centro administrativo do país durante a maior parte do período colonial, informa-nos Capistrano de Abreu que as casas, fechadas quase todo o ano, só se enchiam com as festas públicas. "A cidade – diz – saía da vida sorna muito poucas vezes por ano. Gabriel Soares fala de uma honesta praça em que corriam touros quando convinha. Repetiam-se as festas eclesiásticas com suas procissões e figurações e cantorias ao ar livre; dentro da igreja representavam-se comédias e com pouco alinho, se, como jura uma testemunha, podia alguém sentar-se no altar. Esvaziavam-se então os engenhos; podia exhibir-se o luxo, que não se limitava como hoje a um sexo único..." Em outro lugar, referindo-se ainda à cidade do Salvador no século XVI, diz o mesmo historiador: "...cidade esquisita, de casas sem moradores, pois os proprietários passavam o mais tempo em suas roças rurais, só acudindo no tempo das festas. A população urbana constava de mecânicos, que exerciam seus ofícios, de mercadores, de oficiais de justiça, de fazenda, de guerra, obrigados à residência".

Idêntica, segundo outros depoimentos, era a situação nas demais cidades e vilas da colônia. Sucedia, assim, que os proprietários se descuidavam freqüentemente de suas habitações urbanas, dedicando todo o zelo à moradia rural, onde estava o principal de seus haveres e peças de luxo e onde podiam receber, com ostentosa generosidade, aos hóspedes e visitantes. Como na Florença do Renascimento, onde,

dizia Giovanni Villani, as "vilas" dos homens ricos, situadas nas campinas toscanas, eram mais belas do que as casas da cidade e nelas se gastava muito mais do que seria razoável.

As referências que se acabam de citar relacionam-se principalmente com o primeiro e o segundo século da colonização; já no terceiro, a vida urbana, em certos lugares, parece adquirir mais caráter, com a prosperidade dos comerciantes reinóis, instalados nas cidades. Em 1711, Antonil declarava que ter os filhos sempre no engenho era "criá-los tabaréus, que nas conversações não saberão falar de outra coisa mais do que do cão, do cavalo, e do boi. Deixá-los sós na cidade, e dar-lhes liberdade para se fazerem logo viciosos e encherem-se de vergonhosas doenças, que se não podem facilmente curar".

Mas ainda assim não devia ser muito favorável às cidades a comparação entre a vida urbana e a rural por essa época, se é certo o que dizia o Conde de Cunha, primeiro vice-rei do Brasil, em carta escrita ao rei de Portugal em 1767, onde se descreve o Rio de Janeiro como só habitado de oficiais mecânicos, pescadores, marinheiros, mulatos, pretos boçais e nus, e alguns homens de negócios, dos quais muito poucos podem ter esse nome, sem haver quem pudesse servir de vereador, nem servir cargo autorizado, pois as pessoas de casas nobres e distintas viviam retiradas em suas fazendas e engenhos.

Esse depoimento serve para atestar como ainda durante a segunda metade do século XVIII persistia bem nítido o estado de coisas que caracteriza a nossa vida colonial desde os seus primeiros tempos. A pujança dos domínios rurais, comparada à mesquinhez urbana, representa fenômeno que se instalou aqui com os colonos portugueses, desde que fixaram à terra. E essa singularidade avulta quando posta em contraste com o que realizaram os holandeses em Pernambuco. Já se assinalou no capítulo anterior como a Companhia das Índias Ocidentais não conseguiu, durante a conquista do nosso Nordeste, apesar de todo o seu empenho em obter uma imigração rural considerável, senão aumentar o fluxo de colonos urbanos. A vida de cidade desenvolveu-se de forma anormal e prematura. Em 1640, enquanto nas capitânicas do Sul, povoadas por portugueses, a defesa urbana era encarada, às vezes, como sério problema, devido à escassez dos habitantes, o que se dava no Recife era justamente o contrário: escassez notável de habitações para abrigar novos moradores, que não cessavam de afluir. Referem documentos holandeses, que por toda parte se improvisavam camas para os recém-chegados à colônia. Por vezes, em um só aposento, sob um calor intolerável, deitavam-se três, quatro, seis e às vezes oito pessoas. Se as autoridades neerlandesas não tomassem providências rigorosas para facilitar o alojamento de toda essa gente, só restaria um remédio: ir residir nas estalagens do porto. "E estas – diz um relatório holandês – são os lupanares mais ordinários do mundo. Ai do moço de família que cair ali! Estará condenado irremediavelmente à desgraça".

O predomínio esmagador do ruralismo, segundo todas as aparências, foi antes um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio. E vale a pena assinalar-se isso, pois parece mais interessante, e talvez mais lisonjeiro à

vaidade nacional de alguns, a crença, nesse caso, em certa misteriosa "força centrífuga" própria do meio americano e que tivesse compelido nossa aristocracia rural a abandonar a cidade pelo isolamento dos engenhos e pela vida rústica das terras de criação."

SERGIO BUARQUE DE HOLANDA
"Raízes do Brasil"

Francês

A – Rédaction

L'historienne Régine Pernoud affirme dans un de ses ouvrages ("Pour en finir avec le Moyen-Age") que pour l'adolescent "rien ne serait plus fécond qu'une rencontre avec ce qui l'a précédé dans le temps et qui lui est, aussi proche, aussi nécessaire que ce qui l'entoure dans l'espace... L'étude de l'Histoire apporte à la jeunesse l'expérience qui lui manque."

En analysant la formation littéraire et historique que vous avez reçue et en la confrontant à la nécessité de comprendre l'actualité, vous direz quelle peut être selon vous la place du présent et du passé dans votre formation intellectuelle.

B – Thème

Traduisez en français le texte suivant:

"Os problemas dos países em desenvolvimento não são apenas problemas desses países, mas dos países industrializados também. Fico surpreso ao constatar como isto é pouco reconhecido. A mim parece claro que a solução das crises mundiais, tanto a atual como as futuras, só pode ser encontrada se os países industrializados se derem conta de que as crises dos países em desenvolvimento também os afetam. Veja, por exemplo, os problemas da atual crise financeira. De uma forma ou de outra, as dívidas dos países em desenvolvimento terão de ser renegociadas. Países não vão à falência. Mas se as regras do FMI e as recomendações que faz essa entidade não derem a devida atenção a problemas sociais reais, existem perigos para a ordem econômica internacional. Acredito que essa ordem, estabelecida em 1945, já se esgotou. Foi essencialmente estabelecida pelos países desenvolvidos e, de certo modo, imposta ao mundo em desenvolvimento. Não foi alcançada por consenso. Economicamente, baseou-se na produção de matérias-primas pelos países em desenvolvimento e de produtos manufaturados pelos desenvolvidos. Isso não é mais possível.

Uma importante forma de desenvolvimento são as associações entre empresas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Isto inclui associações em que os empresários locais dispõem da maioria. Nesse tipo de acordo o dinheiro não se torna um fim em si mesmo, mas, por sua vez, um instrumento. Hoje em dia estamos, não somente no Brasil, mas em boa parte do mundo, numa situação em que o setor financeiro atrai recursos que deveriam ser dirigidos para atividades produtivas. No extremo, temos países ricos acumulando mais riqueza, enquanto outros não têm o que

comer ou vestir... Para um real crescimento econômico há necessidade de um tratamento fiscal diferente para o investimento financeiro e para o investimento produtivo, de modo que este possa atrair capitais. No momento, o que ocorre é o contrário."

JOSÉ MINDLIN
"Uma perspectiva brasileira"
in RUMO AO ANO 2000, Editora Nórdica.

Inglês

A – Composition

Write a composition on the following subject:

"Men in great are thrice servants: servants of the Sovereign or State; servants of fame and servants of business... It is a strange desire to seek power and to loose liberty; or to seek power over others and to loose power over a man's self."

Francis Bacon

B – Translation

Translate the following text into English:

"Olhando em torno de si, o Imperador não encontra uma só individualidade que limite a sua, uma vontade, individual ou coletiva, a que ele se deva sujeitar: nesse sentido ele é absoluto como o Czar e o Sultão, ainda que se veja no centro de um governo moderno e provido de todos os órgãos superiores, como o parlamento, que não têm a Rússia nem a Turquia, a supremacia parlamentar, que não tem a Alemanha, a liberdade absoluta da imprensa, que muito poucos países conhecem. Quer isso dizer, em vez de soberano absoluto, o Imperador deve antes ser chamado o Primeiro Ministro permanente do Brasil. Ele não comparece perante as Câmaras, deixa grande latitude, sobretudo em matéria de finanças e legislação, ao Gabinete; mas nem um só dia perde de vista a marcha da administração, nem deixa de ser o árbitro dos seus ministros.

Esse chamado *governo pessoal* é explicado pela teoria absurda de que o Imperador corrompeu um povo inteiro; desmoralizou por meio de tentações supremas, à moda de Satanás, a honestidade dos nossos políticos; desvirtuou, intencionalmente, partidos que nunca tiveram idéias e princípios, senão como capital de exploração. A verdade é que esse governo é o resultado, imediato, da prática da escravidão pelo país. Um povo que se habitua a ela não dá valor à liberdade, nem aprender a governar a si mesmo. Daí a abdicação geral das funções cívicas, o indiferentismo político, o desamor pelo exercício obscuro e anônimo da responsabilidade pessoal, sem a qual nenhum povo é livre, porque um Povo livre é somente um agregado de unidades livres: causas que deram em resultado a supremacia do elemento permanente e perpétuo, isto é, a Monarquia."

Joaquim Nabuco
Da Obra *Abolicionismo: Conferências e Discursos*
Abolicionistas

História do Brasil

A – Dissertação

Na evolução política do império, o período que vai da Confederação do Equador à Revolta Praieira é marcado por duas tendências contraditórias: a centralização crescente do regime e os movimentos de contestação do poder central. Sob essa perspectiva, analise ações políticas, decisões institucionais, rebeliões regionais, medidas militares e o papel dos grupos sociais envolvidos.

– Valor: 40 pontos

– Extensão recomendada: cerca de 100 linhas.

B – Pequenas Dissertações

1. A Missão Saraiva e a intervenção contra Aguirre.
2. Messianismo, conflito social e campanhas militares no levante do Contestado.
3. A crise da sucessão presidencial em 1955: questões institucionais e alinhamentos políticos.

– Valor de cada questão: 20 pontos

– Extensão recomendada para cada questão: cerca de 30 linhas.

História Mundial

A – Dissertação:

A política latino-americana dos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960.

– Valor: 40 pontos

– Extensão recomendada: cerca de 100 linhas

B – Pequenas Dissertações:

1. O sistema eleitoral inglês no século XIX.
2. A “crise das democracias” na Europa entre as duas Guerras Mundiais: o conceito e seus componentes.
3. O quadro econômico e político que precedeu, desde os anos sessenta, a queda do Governo Allende no Chile.

– Valor de cada questão: 20 pontos

– Extensão recomendada para cada questão: cerca de 30 linhas.

Geografia do Brasil

A – Dissertação:

Analise e comente a tabela abaixo, quanto a seus aspectos espaciais, sociais e econômicos:

Taxa de fecundidade total de mulheres, por grandes regiões, segundo classes de rendimento médio mensal familiar-1984.

classes de rendimento médio mensal familiar	taxa de fecundidade total				
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
menos de 1 salário mínimo	5,94	6,94	4,45	4,85	5,46
1 a 2 salários mínimos	5,67	5,93	4,64	4,19	4,78
2 a 3 salários mínimos	5,30	4,26	3,38	3,24	3,28
3 a 5 salários mínimos	3,77	2,44	2,78	2,75	2,81
5 salários mínimos e mais	2,55	2,35	1,86	1,95	2,28

FONTE: FIBGE. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil, Rio de Janeiro, 1988, pág. 61.

– Valor: 40 pontos

– Extensão recomendada: cerca de 100 linhas.

B – Pequenas Dissertações:

1. Explique os motivos que tornam a soja uma cultura geradora de desemprego no campo.
2. Qual o papel estratégico de Brasília no processo de espacialização industrial?
3. Por que a degradação ambiental continua, se o Brasil possui uma das legislações preservacionistas mais completas?

– Valor de cada questão: 20 pontos

– Extensão recomendada para cada questão: cerca de 30 linhas.

Geografia Geral

A – Dissertação:

O desenvolvimento industrial e a persistência das desigualdades regionais na América Latina.

– Valor: 40 pontos

– Extensão recomendada: cerca de 100 linhas

B – Pequenas Dissertações:

1. Aponte algumas evidências que confirmem a seguinte afirmativa: as cidades

e o meio rural nos países periféricos não mantêm entre si as mesmas relações que a cidade e o campo nos países centrais.

2. A tendência da indústria moderna é a sua crescente liberalização das condições naturais, o que pressupõe a sua dispersão no território. Como se explica, então, a persistência da concentração industrial mesmo em países como os Estados Unidos da América?
3. O desenvolvimento tecnológico e científico tem permitido à sociedade o domínio da natureza, o que no entanto tem levado à destruição da mesma. Apresente algumas explicações para este fato.

– Valor de cada questão: 20 pontos

– Extensão recomendada para cada questão: cerca de 30 linhas.

Noções Básicas de Direito

A – Dissertação:

A Evolução do Federalismo nas Constituições Republicanas Brasileiras.

– Valor: 40 pontos

– Extensão recomendada: cerca de 100 linhas.

B – Pequenas Dissertações:

1. A separação de poderes à luz da Constituição Brasileira de 1988.
2. Personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.
3. A norma jurídica: estrutura, validade, classificação; métodos de interpretação.

– Valor de cada questão: 20 pontos

– Extensão recomendada para cada questão: cerca de 30 linhas.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

1º ANO

Corpo Docente

Professores

André Mattoso Maia Amado (Português: Expressão e Redação Profissional)
 Anna Maria Vilella (Direito Internacional Privado)
 Antonio Augusto Cançado Trindade (Direito Internacional Público II)
 Edmundo Sussumu Fujita (História das Ideias Políticas)
 Jorge Luiz Fontoura Nogueira (Direito Internacional Público I)
 Lucília Helena do Carmo Garcez (Português para Estrangeiros)
 Luiz Cláudio Etchebert Marinho (Economia)
 Luiz Gilberto Seixas de Andrade (Estudos Brasileiros para Estrangeiros)
 Regina Maria de Souza (Português: Expressão e Redação Profissional)
 Sergio Fernando Guarischi Bath (História das Relações Diplomáticas do Brasil;
 Serviço Exterior: História e Prática).

Professores Assistentes

Antonio Otávio Sá Ricarte (Direito Internacional Público II)
 Carlos Henrique Fialho Mussi (Economia)
 Maria Luiza Ribeiro Viotti (História das Ideias Políticas)

Professores de Línguas Estrangeiras

Árabe

Issa Antonio Bonduki

Espanhol

Kori Yaane Bolívia Costa

Francês

André Raymond René Souvestre
Marie Hélène Grossele de Melo Ferreira
 Josette Perroud

Inglês

Allan John Hudson
 Helena Chaves da Graça
 Nicola Mary Gardner
 Sara Burkitt Walker

Russo

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

Japonês

Michio Yamaguchi

Corpo Discente

Achilles Emílio Zaluvar Neto
 Ademar Seabra da Cruz Junior
 Albino Ernesto Poli Junior
 Ana Paula Simões Silva
 André Luiz Venturini dos Santos
 Bernardo Paranhos Velloso
 Carlos José Serapião Júnior
 Carlos Luiz Dantas Coutinho Perez
 Carlos Roberto Sanchez Milani
 Ernesto Henrique Fraga Araújo
 João Genésio de Almeida Filho
 João Mendes Pereira
 Liana Lustosa Leal
 Marcelo Baumbach
 Marcos Arbizu de Souza Campos
 Norberto Moretti
 Patrícia Maria Oliveira Lima Serapião
 Paulo Eduardo Borda de Carvalho Silos
 Paulo Roberto Ribeiro Guimarães
 Rafael de Mello Vidal
 Renato Mosca de Souza
 Rodolfo Braga
 Rosimar da Silva Suzano
 Wladimir Valler Filho

Bolsistas Estrangeiros

Artur Baticã Ferreira (Guiné-Bissau)
 Dionísio Albino Ventura (Angola)
 Jacques Obindza (Congo)
 Jean Coq (Haiti)
 Jorge Alfonso Morales (Colômbia)
 Lucy Florence Lewis (Suriname)
 Manuel Avelino Couto da Silva Matos (Cabo Verde)
 Paulette Elizabeth Hoades (Guiana)

2º ANO

Corpo Docente

Professores

Afonso José Sena Cardoso (Prática Consular)
 Arthur Vivacqua Corrêa Meyer (Economia Brasileira)
 Gelson Fonseca Júnior (Relações Internacionais)
 José Francisco Rezek (Direito dos Tratados)
 José Vicente de Sá Pimentel (Português: Redação Oficial)
 Lucilia Helena do Carmo Garcez (Português para Estrangeiros)
 Raphael Valentino Sobrinho (Relações Econômicas Internacionais)
 Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio (Política Externa Brasileira Contemporânea)

Professores Assistentes

Ana Maria Amorim (Relações Econômicas Internacionais)
 Carlos Eduardo Cruz de Souza Lemos (Prática Consular)
 Marcos Abbout Galvão (Relações Internacionais)

Professores de Línguas Estrangeiras

Árabe

Issa Antônio Bonduki

Espanhol

Cecília da Silva Guerra Vicente

Francês

André Raymond René Souvestre
 Christian Marcel Defontaine
 Marie Hélène Grossele de Melo Ferreira

Inglês

Allan John Hudson
 Helena Chaves da Graça

Morag Lindsay Patrick
Sara Burkitt Walker

Japonês

Michio Yamaguchi

Russo

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

Corpo Discente

Alexandre José Vidal Porto
Antonio Justino de Souza
Arnaldo Clarete Salabert
Ary Norton de Murat Quintella
Colbert Soares Pinto Junior
Davino Ribeiro de Sena
Eduardo Paes Sabóia
Eugênia Barthelmess
Fábio Mendes Marzano
Fábio Vaz Pitaluga
Luis Felipe Magioli e Mello
Luis Felipe Silvério Fortuna
Luiz Cesar Gasser

Bolsitas Estrangeiros

Damião Bernardo Neto (Angola)
Manuel dos Reis da Luz (Cabo Verde)
Miriam Orellana Gutierrez (Bolívia)
Tedwin David Herbert (Trinidad-Tobago)

CLASSIFICAÇÃO FINAL DA TURMA DE 1989/1990

- 1º Eugênia Barthelmess
- 2º Eduardo Paes Sabóia
- 3º Ary Norton de Murat Quintella
- 4º Fábio Mendes Marzano
- 5º Luiz Felipe Silvério Fortuna
- 6º Alexandre José Vidal Porto
- 7º Colbert Soares Pinto Júnior
- 8º Davino Ribeiro de Sena
- 9º Fábio Vaz Pitaluga
- 10º Luiz Cesar Gasser
- 11º Antonio Justino Silva de Souza
- 12º Arnaldo Clarete Salabert
- 13º Luis Felipe Magioli e Mello

PRÊMIOS

Eugênia Barthelmess

- Prêmio Rio Branco, Medalha de Ouro, pela primeira colocação no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD).
- Prêmio de Estudo.

Eduardo Paes Sabóia

- Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, pela segunda colocação no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.
- Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Prata, pela primeira colocação no Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.
- Prêmio de Estudo.

Fábio Mendes Marzano

- Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Bronze, pela segunda colocação no Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Ary Norton de Murat Quintella

- Prêmio de Estudo.

ATIVIDADES CURRICULARES E EXTRACURRICULARES

Viagens de Estudo

A viagem pelo Sul e Sudeste, com duração de 21 dias, realizada entre 19 de março e 8 de abril, levou os alunos do 2º ano do CPCD a conhecerem: a Academia da Força Aérea Brasileira; a Usina Hidrelétrica de Itaipu; o Consulado-Geral do Brasil em Ciudad del Este; o Porto de Paranaguá; a Cooperativa Tríticola de Ijuí (COTRIJUÍ); a Companhia Petroquímica do Sul (Copesul); a Vinícola Aurora em Bento Gonçalves; A Hering Cristais em Blumenau; as instalações dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo; o Museu de Arte Contemporânea de São Paulo; o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE); a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA); as indústrias Avibrás e Embraer; a Fiat-Automóveis; as cidades de Ouro Preto, Mariana e Congonhas do Campo.

Na viagem de estudo às regiões Norte e Nordeste, com duração de 21 dias, realizada entre 18 de novembro e 8 de dezembro, os alunos visitaram o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); o Comando Militar da Amazônia; o Centro de Instrução de Guerra na Selva; São Gabriel da Cachoeira; Cucuí; a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa); o Projeto Jari; o Museu Goeldi; a Primeira Comissão Demarcadora de Limites; a Fundação Joaquim Nabuco;

a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); projetos de irrigação na cidade de Petrolina, e o Museu de Arte Sacra da Bahia.

Durante ambas as viagens, os alunos do IRBr tiveram encontros com candidatos ao Exame Vestibular ao CPCD, a fim de divulgar o concurso e dar orientação aos candidatos. As palestras, seguidas de debate, ocorreram nas cidades de Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo, Belo Horizonte, Manaus e Belém, promovidas pelos Coordenadores dos Centros de Inscrição do IRBr.

O transporte aéreo durante as duas viagens foi cortesia da Força Aérea Brasileira e o trajeto entre Manaus e Belém foi feito em embarcações da Patrulha Fluvial, por cortesia da Marinha de Guerra.

Os alunos do segundo ano realizaram seus estágios na Secretaria de Estado em dois períodos, entre 27 de novembro de 1989 e 26 de janeiro de 1990, e entre 2 e 27 de julho de 1990; já os alunos do primeiro ano realizaram seus estágios no período de 3 de dezembro de 1990 a 15 de fevereiro de 1991.

Todos os alunos do CPCD estagiaram no Cerimonial, no período de 05 a 16 de março, e participaram de trabalhos relacionados com a Posse Presidencial do dia 15 de março de 1990.

PLANO DE ESTUDOS – 1990

	1º ANO	2º ANO
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS	Espanhol (1º, 2º) Francês (1º, 2º) Inglês (1º, 2º) Português para Estrangeiros (1º, 2º)	Espanhol (1º, 2º) Francês (1º, 2º) Inglês (1º, 2º) Português para Estrangeiros (1º, 2º)
DISCIPLINAS ACADÊMICAS	História das Idéias Políticas (1º, 2º) Economia (1º, 2º) Direito Internacional Público I (1º) Direito Internacional Público II (2º) Direito Internacional Privado (1º) Serviço Exterior: História e Prática (1º, 2º) História das Relações Diplomáticas do Brasil (1º, 2º) Estudos Brasileiros para Estrangeiros (1º, 2º)	Relações Internacionais (1º, 2º) Relações Econômicas Internacionais (2º) Direitos dos Tratados (1º) Política Externa Brasileira Contemporânea (1º, 2º) Economia Brasileira (1º)

**MATÉRIAS
PROFISSIO-
NALIZANTES**

 Português: Expressão e
Redação Profissional (1º, 2º)

 Português: Redação
Oficial (1º, 2º)
Prática Consular (1º)
Promoção Comercial (2º)
Noções de Informática (2º)
Cerimonial e Protocolo (2º)
Segurança das Informações
das Comunicações (2º)
Cooperação Científica e
Tecnológica (2º)
Relações Culturais (2º)
Relações com a Imprensa
(2º)
Dissertação Final (2º)
Técnicas de Negociação

**OUTRAS
ATIVIDADES**

 Estágios
Línguas Opcionais
(Alemão, Árabe, Italiano,
Japonês, Russo)
Visitas
Palestras
Orientação Profissional
Aulas de Informática

 Estágios
2 Viagens de Estudo:
Sul/Sudeste (fevereiro/
março) Norte e Nordeste
(novembro/dezembro)
Línguas Opcionais
(Alemão, Árabe, Italiano,
Japonês, Russo)
Visitas
Palestras
Orientação Profissional
Aulas de informática

Obs: Os parênteses indicam os semestres durante os quais as matérias foram lecionadas.

CONFERÊNCIAS, PALESTRAS, MESAS-REDONDAS

No âmbito das atividades curriculares, foram pronunciadas as seguintes palestras para os alunos do primeiro e segundo anos, em 1990:

dia 29 de maio: palestra do Embaixador Álvaro da Costa Franco;
dia 8 de agosto: Professor Joanilho Teixeira, "Ideologia e Planejamento Econômico no Brasil";
dia 28 de agosto: jornalista Luciano Martins, "A Crise do Socialismo e suas Repercussões no Cenário Internacional";
dia 17 de outubro: Professora Maria da Conceição Tavares, "Panorama atual das Economias Centrais".

FORMANDOS DE 1990

Alexandre José Vidal Porto

Universidade de Fortaleza – Curso de Direito; Université de Nancy III.

Antonio Justino Silva de Souza

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Engenharia Civil; Universidade de Brasília – Ciências Econômicas.

Arnaldo Clarete Salabert

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Curso de Direito.

Ary Norton de Murat Quintella

Universidade de Brasília – Comunicação Social (1981-82); London School of Economics and Political Science (Universidade de Londres) – Social Psychology (1983-86).

Colbert Soares Pinto Júnior

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Curso de História.

Davino Ribeiro de Sena

Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) – Engenharia Aeronáutica; Universidade Federal de Pernambuco – Curso de Medicina; Universidade Católica de Pernambuco – Curso de Filosofia; Universidade Estadual de Campinas – Mestrado em Lógica e Filosofia da Ciência.

Eduardo Paes Sabóia

Universidade de Brasília – Curso de Direito; Universidade de Cambridge – Certificate of Proficiency in English; Université de Nancy III; Universidade de Munique – Kleines Deutsches Sprachdiplom.

Eugênia Barthelmess

Universidade Federal do Paraná – Curso de Licenciatura em Letras, Curso de Mestrado em Letras; University of Michigan – Certificate of Proficiency in English; Universidade de Cambridge – First Certificate of Proficiency in English, Certificate of Proficiency in English.

Fábio Mendes Marzano

Instituto Militar de Engenharia – Engenharia Metalúrgica; C.E.P.A.L. – Aliança Francesa – RJ; Université de Nancy I; Universidade de Cambridge – Certificate of Proficiency; I.C.B.A. – Deutsch als Fremdsprache; I.C.J. – Proficiência em Japonês, nível 4.

Fábio Vaz Pitaluga

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Curso de Ciências Econômicas.

Luís Felipe Magioli e Mello

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Curso de Direito.

Luís Felipe Silvério Fortuna

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Curso de Letras; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Mestrado em Literatura Brasileira; Université de Nancy III.

Luiz Cesar Gasser

Universidade Católica de Petrópolis – Letras; Universidade de Petrópolis – Curso de Direito; Universidade de Cambridge – First Certificate of Proficiency in English; University of Michigan – Certificate of Proficiency in English; C.E.P.A.L.; Aliança Francesa – Advanced English Certificate (Brant – América Sociedade de Inglês).

XX CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS E CURSO DE ALTOS ESTUDOS

Os alunos do XX CAD foram convocados para se apresentar à Diretora do Instituto Rio Branco em 05 de março de 1990, e, entre aquela data e o dia 22 do mesmo mês, tiveram encontros no IRBr com os seguintes diplomatas, para palestras e debates:

- Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Secretário-Geral das Relações Exteriores.
- Embaixador Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, Chefe do Departamento de Organismos Internacionais.
- Embaixador Luis Antonio Jardim Gagliardi, Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação.
- Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia, Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Políticos Bilaterais.
- Embaixador Carlos Luiz Coutinho Perez, Chefe do Departamento da África.
- Conselheiro José Alfredo Graça Lima, Chefe da Divisão de Política Comercial.
- Ministro Adhemar Gabriel Bahadrian, examinador de Relações Econômicas Internacionais.
- Conselheiro Piragibe dos Santos Tarragô, chefe da Divisão de Comércio de Produtos Avançados.
- Ministro José Vicente de Sá Pimentel, examinador de Prática Diplomática.
- Embaixador Celso Luis Nunes Amorim, Chefe do Departamento Econômico.
- Embaixador Guilherme Leite Ribeiro, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia.
- Ministro Luiz Henrique Pereira da Fonseca, Chefe da Divisão da América-I.
- Ministra Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, Chefe da Divisão da Europa-I.
- Conselheiro Carlos Antonio da Rocha Paranhos, Chefe da Divisão da Europa-II.
- Ministro Ricardo Luiz Viana de Carvalho, Chefe da Divisão Especial do Meio Ambiente.
- Ministro Fernando Guimarães Reis, Chefe do Departamento de Ásia e Oceania.
- Embaixador Antonio Amaral de Sampaio, Chefe do Departamento do Oriente Próximo.

As provas do XX Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cujas inscrições haviam sido efetuadas em 1989, realizaram-se em março, nos dias 23 (Prática Diplomática), 26 (Relações Internacionais e Organismos Internacionais), 28 (Relações Econômicas e Organismos Econômicos Internacionais) e 30 (Prática Consular), em Brasília.

Foram aprovados os seguintes Secretários:

Marisa Baranski Lamback
Francisco Moacyr Fontenelle Filho
Silvana Polich
Virginia Bernardes de Souza Toniatti
Vilmar Rogeiro Coutinho Junior
Igor Kipmam
José Luiz Machado e Costa
Maria de Lujan Caputo Winkler
Luis Ivaldo Villafane Gomes Santos
Cesar de Paiva Leite Filho
Rodrigo do Amaral Souza
Paulo Mendes de Carvalho
Carlos Alberto Michaelson den Hartog.

XX CAE

Dando prosseguimento ao XX Curso de Altos Estudos, o Instituto Rio Branco recebeu os trabalhos escritos e procedeu à arguição dos candidatos, inscritos em 1989.

A Banca Examinadora, presidida pelo Embaixador Luis Felipe Palmeira Lampreia, foi dividida em duas Câmaras:

1ª Câmara:

Embaixador Jório Dauster Magalhães e Silva
Ministro Adolf Libert Westphalen
Professor Celso Lafer

2ª Câmara:

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim
Ministro Gelson Fonseca Júnior
Professor Vicente Marotta Rangel

Foram aprovados os seguintes Conselheiros:

Sérgio Caldas Mercador Abi-Sad
Luiz Fernando Gouvêa de Athayde
João Almino de Souza Filho
Ronaldo de Campos Veras
Luiz Fernando Freitas Ligiéro
Ricardo Carvalho do Nascimento Borges.

XXI CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS E CURSOS DE ALTOS ESTUDOS

Os alunos do XXI CAD foram convocados para se apresentar à Diretora do Instituto Rio Branco em 06 de agosto de 1990 e, entre aquela data e o dia 24 do mesmo mês, tiveram encontros com os seguintes palestrantes:

- Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja.
- Ministro Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira.
- Ministro Gelson Fonseca Júnior.
- Ministro Luiz Henrique Pereira da Fonseca.
- Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim.
- Embaixador Marcio Paulo de Oliveira Dias.
- Professor Vicente Marotta Rangel.
- Doutora Miriam Leitão
- Ministro José Vicente de Sá Pimentel.
- Embaixador Jório Dauster Magalhães e Silva.
- Secretário de Administração Federal, Dr. João Santana.
- Secretário do Meio Ambiente, Doutor José Lutzemberger.
- Embaixador Carlos Luiz Coutinho Perez.
- Ministro de Estado das Relações Exteriores, José Francisco Rezek.
- Embaixador Antônio Amaral de Sampaio.
- Conselheiro Antônio José Vallim Guerreiro.
- Embaixador Eduardo Moreira Hosannah.
- Embaixador Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro.
- Secretário de Ciência e Tecnologia, Doutor José Goldemberg.
- Ministro Gelson Fonseca Júnior.
- Embaixador Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro.
- Ministra da Economia, Doutora Zélia Cardoso de Mello.
- Embaixador José Artur Denot Medeiros.
- Secretário Gastão Estellita Lins de Salvo Coimbra.

As provas do XXI Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cujas inscrições haviam sido efetuadas em 1989, realizaram-se em agosto, nos dias 27 (Relações

Internacionais e Organismos Internacionais), 29 (Relações Econômicas e Organismos Econômicos Internacionais), 30 (Prática Consular) e 31 (Prática Diplomática), em Brasília e postos no exterior, tendo sido aprovados os seguintes Secretários:

Rujiza Mara Andreyevich
 Maria Elisa Teófilo de Luna Nogueira
 Carlos Alberto Lamback
 Carmen Lúcia Lomonaco da Silveira
 Zenik Krawttschuk
 Regina Maria Cordeiro Dunlop
 Luis Antônio Borda de Carvalho Silos
 Júlio Boaventura Santos Matos
 Santiago Irazabal Mourão
 Carlos Sergio Sobral Duarte
 Sergio Schiller Thompson-Flôres
 David Silveira da Mota Neto
 Nei Futuro Bitencourt
 Fernando de Mello Vidal
 Regina Celia de Oliveira Bittencourt
 Santiago Luis Bento Fernandes Alcázar
 Silvio Rhomedes Bandeira Assumpção
 Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva.

XXII CAD E XXIII CAD

Estiveram abertas, de 9 de abril a 11 de maio de 1990, as inscrições para o XXII Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cujas provas estão previstas para março de 1991. O XXIII CAD recebeu inscrições de 1º a 30 de setembro de 1990, estando os exames marcados para agosto de 1991.

XXI CAE

O XXI Curso de Altos Estudos, que recebeu inscrições em 1989, realizou a seleção dos trabalhos escritos e as arguições no segundo semestre de 1990.

A Banca Examinadora foi presidida pelo Embaixador José Nogueira Filho, e esteve dividida em duas Câmaras:

1ª Câmara:

Embaixador Fernando Guimarães Reis
 Doutor Celso Lafer
 Ministro Adolf L. Westphalen

2ª Câmara:

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim
 Doutora Maria Regina Soares de Lima
 Ministro Gelson Fonseca Junior

Foram aprovados os seguintes Conselheiros:

Francisco Soares Alvim Neto
 Eduardo Monteiro de Barros Roxo
 Ruy de Lima Casaes e Silva
 João Carlos de Souza-Gomes
 Pedro Motta Pinto Coelho
 Sergio Eduardo Moreira Lima
 Cesario Melantonio Neto
 Flavio Roberto Bonzanini.

XXII CAE E XXIII CAE

Estiveram abertas, de 9 de abril a 11 de maio de 1990, as matrículas para o Vigésimo Segundo Curso de Altos Estudos (XXII CAE). A entrega dos trabalhos escritos está prevista, impreterivelmente, para até 1º de março de 1991, e a arguição para o período entre 13 e 24 de maio de 1991. O XXIII CAE recebeu as matrículas no período de 1º de novembro a 10 de dezembro de 1990, estando a entrega dos trabalhos escritos prevista para até o dia 20 de julho de 1990, e a arguição para o período de 1º a 20 de outubro de 1991.

IV CAOC

Em 1990 realizou-se a quarta edição do Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria, que constitui etapa necessária à promoção por merecimento dos Oficiais de Chancelaria da Classe B para a Classe C, na forma do artigo 63 da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

O Quarto CAOC constou de provas de Organização, Métodos de Trabalho, Administração e Contabilidade do MRE, Técnicas de Promoção Comercial, Prática Consular, Português e línguas estrangeiras (espanhol, francês ou inglês), que foram realizadas no período de 23 a 27 de abril de 1990.

O IV CAOC aprovou os seguintes Oficiais de Chancelaria:

Ana Maria Santos D'Arienzo (DEA)
 Ananicia Martins Sodoma da Fonseca (DCINT)
 José Emídio de Castro Guimarães (DDC)

SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE ANÁLISE E FORMULAÇÃO DE POLÍTICA EXTERIOR

Juntamente com o Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI), vinculado à Fundação Alexandre de Gusmão, e em coordenação com o Projeto PNUD/CEPAL de Apoio aos Serviços Exteriores da América Latina (Projeto RLA/86/002), o Instituto Rio Branco promoveu a realização em Brasília, de 27 a 30 de novembro de 1990, do IV Seminário Regional sobre Análise e Formulação de Política Exterior. Foi a seguinte a programação do Seminário:

Terça-feira, 27 de novembro

10:00 h – Análise do novo cenário internacional. Novos temas da agenda internacional. Identificação das mudanças ocorridas no cenário internacional e de seus reflexos e repercussões na América Latina.

Palestrante: Ministro Gelson Fonseca Júnior.
Doutor Celso Lafer.

15:00 h – O Brasil e a conjuntura internacional.

Palestrante: Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, Secretário-Geral de Política Exterior.

Em seguida: Mesa-redonda presidida pelo Embaixador Sérgio Fernando Guarischi Bath, Presidente do IPRI:

- a) Como se organizaram as Chancelarias latino-americanas para tratar os novos temas da agenda internacional.
- b) Com respeito à coordenação entre as Chancelarias latino-americanas: como é vista esta cooperação e quais são os temas compartilhados.

Quarta-feira e quinta-feira, dias 28 e 29 de novembro

Durante esses dois dias, o Seminário se dividiu em quatro grupos de trabalho, para simulação de diferentes situações e papéis, tanto em uma missão diplomática bilateral como em uma chancelaria. O exercício teve como objetivo observar e pôr em

prática um sistema básico de informação e de gestão, utilizável tanto em uma chancelaria como em uma missão diplomática, aplicando-o a um caso simulado.

Cada grupo de trabalho foi coordenado por um consultor do Projeto Regional do PNUD "Programa de Apoio às Chancelarias Latino-Americanas".

O desenrolar dos trabalhos práticos foi apoiado por computadores e por programas especialmente desenvolvidos.

Sexta-feira, dia 30 de novembro

10:00 h – Avaliação do seminário e conclusões.

FORMATURA DA TURMA DE 1989

Durante as comemorações do Dia do Diplomata, celebradas no dia 25 de maio de 1990, realizou-se a formatura dos alunos que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1989, em cerimônia presidida pelo Senhor Presidente da República, Dr. Fernando Collor, na presença do Senhor Vice-presidente da República, Dr. Itamar Franco, do Ministro das Relações Exteriores, Dr. Francisco Rezek, do Secretário-Geral de Política Exterior, Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, e da Diretora do Instituto Rio Branco, Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella.

Fizeram uso da palavra o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o paraninfo da turma, Embaixador Antônio Houaiss, o orador dos formandos, Terceiro-Secretário Pompeu Andreucci Neto, e o Senhor Presidente da República.

Os formandos escolheram para seu patrono o Chanceler San Tiago Dantas.

Foram os seguintes os formandos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, biênio 1988/1989, por ordem de classificação:

- 1º Victor Luiz do Prado
- 2º José Ricardo da Costa Aguiar Alves
- 3º Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa
- 4º Pompeu Andreucci Neto
- 5º Carlos Leopoldo Gonçalves de Oliveira
- 6º Luciano Alchalel de Almeida Rego
- 7º Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
- 8º Márcio Fagundes do Nascimento
- 9º Lúcia Rebouças Pires
- 10º Paulo Guapindaia Joppert
- 11º Miguel Griesbach de Pereira Franco.

Formandos Estrangeiros (alunos do biênio 1989/1990):

Damião Bernardo Neto (Angola)

Manuel dos Reis da Luz (Cabo Verde)

Miriam Orellana Gutierrez (Bolívia) e
Tedwin David Herbert (Trinidad Tobago).

Receberam das mãos do Senhor Presidente da República os seus diplomas e os prêmios a que fizeram jus os seguintes formandos:

Victor Luiz do Prado

- Prêmio Rio Branco, medalha de ouro, pela primeira colocação no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD).

José Ricardo da Costa Aguiar Alves

- Prêmio Rio Branco, medalha de prata, pela segunda colocação no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Luciano Alchalel de Almeida Rego

- Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, medalha de prata, pela primeira colocação no Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa

- Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, medalha de bronze, pela segunda colocação no Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

A seguir, os discursos pronunciados durante a cerimônia de formatura.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, DR. FRANCISCO REZEK

Esta casa se envaidece, hoje, Senhor Presidente, ao recebê-lo para comemorarmos juntos o Dia do Diplomata. A seqüência de cerimônias da jornada abre-se com a formatura da Turma que concluiu, em 1989, o curso de preparação à carreira, no Instituto Rio Branco.

Mais uma vez, o Itamaraty reúne tradição e renovação em acontecimento ornado de exemplos para a sociedade brasileira.

A turma que ora se forma não difere, em essência, das anteriores. Ilustra, na verdade, os mesmos padrões de excelência que o Brasil e seus mais respeitáveis interlocutores internacionais já aprenderam a exaltar na formação de nossos diplomatas. Depois de anos de estreita e enriquecedora convivência com o Instituto Rio Branco, posso dar-lhe meu próprio testemunho da história desta Casa, do seu empenho em privilegiar o aprimoramento dos valores coletivos sobre o impulso fácil do brilho individual, na certeza de que, com identidade unívoca, a instituição melhor saberá representar, defender e projetar os interesses nacionais.

Também como de hábito, Senhor Presidente, os formandos escolheram para patrono e paraninfo nomes estelares em nossa constelação de homens públicos: San Tiago Dantas, de imperecível memória, e Antonio Houaiss. Poucos brasileiros terão emprestado como eles tamanho prestígio a esta Casa. O primeiro convive ainda conosco na vitalidade de seu pensamento eterno e na atualidade de seus discípulos mais ilustres, Araújo Castro e Azeredo da Silveira. Quanto ao segundo, tê-lo de volta é um discurso de dignidade. Antonio Houaiss está aqui para parainfar não apenas os formandos do Instituto Rio Branco, mas, antes, gerações de diplomatas para quem a grandeza e a integridade de seus compatriotas compõem o patrimônio nacional, e nele pontificam.

A cerimônia de hoje, Senhor Presidente, completa-se na dimensão da honrosa presença do Chefe de Estado, nestes momentos em que o Brasil e o mundo ensaiam passos novos em sua história, ao arremate das certezas maniqueístas, e em nome do destino manifesto de uma civilização cansada de errar.

A palavra de Vossa Excelência saberá orientar-nos em meio aos desafios externos que se assomam à determinação nacional de retirar o país de seus anacronismos, para inseri-lo na modernidade política, tecnológica, social e ética de nosso tempo.

Sua orientação para a política externa brasileira, Senhor Presidente, será fecunda não só pela legitimidade da sua trajetória ao mais alto cargo da República, mas também pela autoridade de quem, já no plano interno, ousou reestruturar a vida nacional, resgatando ao primeiro nível das prioridades do Governo, com espírito público modelar, as aspirações maiores do interesse coletivo, avesso tanto a extremismos quanto a acomodações de conveniência.

O Itamaraty recebe-o, hoje, Senhor Presidente, com orgulho e expectativa. Conhecerá Vossa Excelência todos e cada um dos diplomatas que, em breve, reforçarão seus colegas mais experientes na tarefa de levar um renovado projeto de Brasil ao melhor termo no cenário internacional. Ouvirá, a seguir, o orador e o paraninfo da Turma de 1989, antes de dirigir-nos sua palavra.

Senhor Presidente, com todo o enorme lastro de seu passado, com sua ilimitada energia, com sua devoção integral, já tantas vezes provada, pela causa pública, esta Casa compartilha com Vossa Excelência o projeto e o compromisso de servir ao Brasil.

DISCURSO DO EMBAIXADOR ANTÔNIO HOUAISS, PARANINFO DA TURMA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Fernando Collor
Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Itamar Franco
Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Dr. Francisco Rezek
Excelentíssimo Senhor Secretário do Itamaraty, meu velho e estimado amigo, Embaixador Marcos Azambuja
Excelentíssima Senhora Diretora do Instituto Rio Branco, Embaixadora Thereza Quintella
Excelentíssimas Autoridades

Rogo a Vossas Excelências compreenderem a singularidade desta cerimônia no que a mim me toca. Nesta altura da vida, estou num quarto ciclo de vida, e último: fui professor secundário e preparava-me para cátedra superior, nos remotos anos iniciais da década de 1940, quando o destino, caprichoso, me levou ao magistério no exterior, já em função desta Casa; nela entrei, ainda no regime dos concursos diretos de provas, em 1945, nela ficando, devoto de minhas obrigações, até que em 1964 dela me afastaram, sob suspeita de alimentar eu um ideal socialista que me nutre desde a juventude e a que morrerei fiel; isso encerrou o meu segundo ciclo de vida; o terceiro me fez homem do livro, futor de dicionários, de enciclopédias, de ensaios, de traduções, de jornalismo, de críticas, ao sabor das circunstâncias e vicissitudes; e agora, adentro da septuagenariedade, dedico-me diuturnamente — com a quase risível vibração de um esperançoso adolescente — a algo que estava em mim já quando teria 11-12 anos, não mais — a saber, o azar da palavra, da palavra como ente fundador do Homem, que no nosso universo cultural é a língua que nos é vernáculo. Esta, gravemente desconsiderada do ponto de vista lexicográfico dentre as grandes línguas de cultura do mundo contemporâneo, a sexta ou sétima, em meio a talvez mais de onze mil línguas vivas, não merece o abandono em que vem sendo posta. E a minha luta final vem sendo colaborar na derrota desse abandono — que os tropeços de nossa conjuntura econômica talvez venham a impedir de se levar a cabo na brevidade desejável. Sou não mais que isso.

Permitam-me Vossas Excelências – e em especial o Excelentíssimo Senhor Presidente da República – que retorne ao que me move: a emoção e a surpresa. Nada, absolutamente nada me autorizava a supor que viria a ser feito paraninfo de uma turma do Instituto Rio Branco. Por isso, ser-me-á por certo lícito confinar-me, por instantes, aos meus paraninfados.

Meus caros colegas, meus caros amigos!

Ides agora, na plenitude, ter o privilégio de servir a causa da diplomacia brasileira neste mundo em que sobrenadam velhos ranços do lado terrível de nossa condição humana ou de nossa evolução humana.

Não podeis imaginar quão grato me é ver-me associado, na vossa escolha, a San Tiago Dantas, que tive a alegria de privar bem antes de vir ele a ser feito Ministro de Estado das Relações Exteriores e de quem – já nessa qualidade – recebi, dentre outras, a incumbência desvanecedora de elaborar um projeto de reforma do vosso Instituto Rio Branco, projeto que deve estar preservado nos arquivos desta Casa. É-me grato, renovo, é-me profundamente emocionante relembra em San Tiago Dantas o lúcido brasileiro que anteviu tempos ominosos para o nosso porvir e tudo fez para evitá-los, aparelhado que estava de todos os lastros e qualidades e saberes e coragem para isso. Mas, se a história não quis assim, a nós, seus sucessores, cabe-nos pelo menos o dever de admirá-lo e amá-lo. Pois é um símbolo doloroso de quão pouco pode a pobre força humana ante o poder de estruturas carentes.

Mas o fato é que o mundo mesmo continua carente. E não vejo como fugir à minha idade e aos meus ditames interiores sem referir-me aos tropeços que ireis enfrentar, tanto na ordem profissional quanto, mais lata, na ordem pública.

Temos todos certos tipos de ambições, que nos fazem colidentes ou confluentes. Separar-vos-eis ou grupar-vos-eis, nesta Casa, dois a dois, dois a três, dois a *n*, confluentes ou colidentes. Que nos momentos em que as marés colidentes forem montantes não sejam elas usadas entre vós com deslealdade. Hoje, sabemos que a essência da unidade, da mais desejável unidade, acolhe e abriga a diversidade, graças à qual a unidade pode operar fecundamente, porque, se monolítica, correrá o sempre risco da exorbitância, do desequilíbrio e, acaso, das opressões.

Em grupos, de afetos, de inteligência, de preferência estética, de convicções políticas, de projeções futuras, tereis – auguro-vos – um dever comum: obrar com lealdade, cujo étimo coincide com o de legalidade. Com acaso uma diferença, pois a lealdade é íntima e individual, e a legalidade, pública e social. A lealdade está em ponderar, obter, divergir, persuadir, dissuadir, nas instâncias formativas e informativas, mas cumprir lisamente, nos instantes executivos de vossa estruturação decisória colegiada hierárquica. Sereis, como cada um o somos, vários seres, porém jamais dúplices ou hipocritamente múltiplos. Mas sabendo que a sedução vos acompanhará sempre. Guindados às pompas e apanágios intrínsecos aos oficialismos estatais que vecejam *urbi et orbe*, correis o primeiro dos riscos deformadores: correis os riscos de vos embevecer com as honras desses oficialismos e supor que vos são devidos por vossos próprios méritos pessoais. Não vos enganeis, pois que sempre os tereis por

serdes representantes do que sereis, do Brasil. Nesses mesmos faustos e luzimentos, paralelos dos cerimoniais obrigatórios, dos facultativos, dos conviviais, dos retributivos, ireis comungar com dois duendes emparelhados: um, de carantonha, que será o que vos inoculará o sentimento do tédio, do vazio, do fastio, da irrelevância dessas horas, e o outro, aliciante, que serão os derivativos e suportadores, os engodos estimulantes, euforizantes, viciantes e despersonalizantes, neste presente cada vez mais criador de necessidades necessárias e necessariedades supérfluas. Que não bebais dessas águas, sabendo que, para isso, a primeira condição é resguardar-vos, sem a ingênua certeza de que dessas águas não bebereis. Não bebais, espero, mas preveni-vos, espero mais.

Em compensação, tereis oportunidades para os pós, os pós-pós, os pós-pós-pós estudos com que cercar o vosso, espero, eterno aprendizado. Deixa-me dizer-vos o óbvio, o de que estais numa carreira em que o aperfeiçoamento cultural é congêmino com o exercício profissional e de que ireis correr mundos em que podereis conviver diuturnamente com a emergência de problemas, aspirações, pesquisas, projetos, sonhos e fantasias – nas ciências, nas técnicas, nas artes, nas performâncias, nas pesquisas, nos experimentos, nas tentativas, nos ensaios, nos erros. Não é por acaso que desta carreira têm brotado tantos seres ilustres na poesia, na prosa de ficção, na ensaística das mais variadas linhagens, nas críticas e nas postulações políticas e sociais. É que os deveres da carreira são intrinsecamente compatíveis com as extensões culturais, graças às quais sereis vós mesmos mais mesmos e servireis melhorar à vossa gente.

É por isso que, em seguindo certas direções, estareis mais aptos a participar de enfrentamento de velhos avatares que são hoje publicitariamente conhecidos como explosões: a explosão demográfica, que ora sim, ora não, ao sabor das estatísticas e suas interpretações, nos é oferecida como catastrófica ou amestrável; a explosão do saber, concomitante com a explosão do não-saber; a explosão da alfabetização e a explosão do analfabetismo; a explosão da produção agrária e a explosão da fome e da subnutrição; a explosão da técnica e a explosão da poluição; a explosão da vida e a explosão da morte; a explosão do hedonismo e a explosão da tristeza; a explosão das crenças e a explosão da descrença; a explosão do progresso e a explosão do subdesenvolvimento – e a continuidade da busca de solução dos problemas segundo uma linha também explosiva de prioridades: primeiro, resolver o próprio problema do viver, e, depois, já no falso melhor dos mundos, colaborar na resolução dos problemas dos outros.

E, segundo for a prioridade que vossa íntima idiossincrasia (há nisso uma certa redundância), ireis em qualquer caso lutar. O mundo se faz cada vez mais lotérico, aleatório, estocástico, randômico, mas, socialmente, desnivelante, apesar das massificações: a centenas ou milhares ou dezenas de milhares de aspirantes ou praticantes de poesia (ou de uma técnica, ou de uma ciência, ou de uma busca), apenas a um, ou a dois, a três – em suma a um fracionésimo – a glória, salvo as gloriolas das igrejazinhas. Mas, generalizado, esse é o mecanismo concentracionário e concentrador do mensurador e

operador do poder perdurante, da fama, das láureas, das honras, das compensações, em que mulheres e homens e já hoje crianças nos entrebatermos sofregamente.

O trágico, porém, é que parece não nos entrebatermos conscientemente.

Se vos voltardes para o fim do século XVIII, após a primeira Revolução industrial e após a Revolução francesa, vereis que a humanidade histórica *stricto sensu* tinha não mais que seis mil anos sob o signo – volto aos meus primeiros amores – sob o signo da palavra escrita, que, não escrita, já tinha duzentos mil anos – com o *Homo sapiens* – ou quase dois milhões de anos – com o *Homo erectus*. Se vos voltardes para o fim do século XVIII, vereis que a construção dos saberes e ciências e técnicas fora feita na vigência de não mais que 2% de literatados, de cujo seio brotaram os letrados que nos deram o preâmbulo da modernidade.

Esta – longe das especulações de uma pós-modernidade mais especiosa que caracterizada objetivamente – esta, a modernidade iniciada nos começos do século XIX, teve duas ascensões paralelas: a explosão – de novo – da divisão do trabalho físico e mental, e a explosão da literatação, sem a qual a primeira não poderia realizar-se.

Somos oriundos de duas profissões, *ab origine*. No fim da chamada Antiguidade clássica, pelo século VI ao VIII, o homem já contava com cinquenta. Nosso padre Rafael Bluteau registra no seu vocabulário, por 1712, cerca de noventa. Comte, em meados do século passado, chegava a pouco mais de quatrocentos. Com emoção li, em Nova York, como vosso colega procrônico, na nossa delegação permanente junto às Nações Unidas, o relatório que a Unesco, a pedido do Secretário-geral, publicava sobre as profissões existentes no mundo, por 1963: já havia vinte e quatro mil, que hoje devem ser trinta mil. E o grave: quase todas só podem ser exercidas por jovens que, chegados aos 15-16 anos, já têm neles investidas quinze mil horas de estudos. O Brasil está com 8 a 9 milhões de seres, de até 15 anos, que não sabem que existem escolas e com cerca de 70% de brasileirinhos e brasileirinhas até essa faixa etária que têm neles investidas um máximo de mil horas de estudos.

Esse é o apaixonante Brasil, dentro do apaixonante mundo, a que ireis servir. A esse Brasil dedicareis o máximo de vossa devoção, para transformá-lo concomitantemente com o mundo, não para dele fazer uma grande potência apenas, mas para, transformando-o, ajudar o nosso subcontinente, o continente, o mundo. Vereis que a diplomacia obra para a construção da paz, do saber, da luz e da alegria de viver. Sois operários disso – é o que pode dizer-vos este vosso velho colega, vosso amigo, muito obrigado pelo gesto de lhe haverdes dado este instante de bênção e de – mas caberá a palavra? – reparação. Sede felizes, ajudai na felicidade do Brasil e do mundo.

Senhor Presidente! Senhor Vice-Presidente! Senhor Ministro de Estado! Minhas Senhoras e meus Senhores!

Peço muito respeitosamente que Vossas Excelências me perdoem se – mesmo que involuntariamente, por certo – exorbitei. Voltarei, feliz, ao meu dicionário, para tentar ultimá-lo.

Muito obrigado!

DISCURSO DO TERCEIRO-SECRETÁRIO POMPEU ANDREUCCI NETO, ORADOR DA TURMA

A cerimônia que neste momento se realiza nesta Casa, o Itamaraty, tem para nós que ingressamos na Carreira Diplomática do Brasil, duplo sentido: o sentido da vitória e o sentido da responsabilidade.

2. Vitória, porque encerramos uma caminhada longa. Durante anos refletimos, de modo ininterrupto, sobre os princípios e as realidades da diplomacia brasileira. Seus acertos e dificuldades foram objeto de nossa atenção dedicada. Por anos, da mesma forma, debruçamo-nos, com interesse crescente, sobre as posições históricas e contemporâneas de política externa que defendemos, já no âmbito bilateral, já no contexto multilateral. Passamos anos aprendendo Brasil. Estudamos nosso povo, nossa economia, nossas instituições; discutimos a inserção internacional, do país, suas possibilidades e esperanças de futuro. Nosso objetivo, enfim, a exemplo daquele de Rio Branco, foi o de nos especializar em Brasil. Etapa árdua essa que vencemos, que longe de esgotar-se em si mesma foi condição indispensável que nos habilita, hoje, a defender, enorme responsabilidade, os interesses nacionais no contexto internacional.

3. Responsabilidade que, também como significado desta cerimônia, tomamos sobre os ombros com os receios do iniciando, mas igualmente com a confiança e o otimismo característicos da juventude. Receios frente a um mundo em plena ebulição, onde se desfazem alianças políticas, posições rígidas se distendem, acordos são revistos, conseqüências se consubstanciam em novas causas plenas de resultados; um mundo, enfim, onde, como nunca, matizes são diáfanos e maniqueísmos inviáveis. Esses receios, longe de nos afugentarem do embate, ou de nos fazerem recuar frente aos desafios, temperam a confiança e o entusiasmo de que nos sentimos imbuídos hoje.

4. O entusiasmo da vitória, assim contrabalançado pela nova responsabilidade, ensinará a prudência, que ao lado da competência, marca peculiar desta Casa, segundo o testemunho da História, nos fornecerá o equilíbrio, base da virtude aristotélica que nos habilitará, melhor que nunca, a participar na recriação do mundo.

5. Senhor Presidente, nós agora diplomatas, sob a acertada condução de Vossa Excelência, queremos, e saberemos, com entusiasmo prudente, ser artífices de uma

política externa que forge novas relações mais igualitárias entre os povos, base da efetiva independência política dos Estados e do progresso da humanidade.

6. Esse entusiasmo prudente, fruto da competência e da confiança no futuro, foi sempre, nesta Carreira, e fora dela, característica distintiva do Paraninfo de nossa Turma. Volta hoje a esta Casa Antônio Houaiss quem, além de uma reputação ilibada, soube construir um nome de intelectual que é, no presente, motivo de justo orgulho para nosso país. Volta hoje a esta Casa Antônio Houaiss, Embaixador, anos depois de seu afastamento, motivado pelo que ele, em sua defesa, chamou de "uma das muitas feições assumidas, no país, pelo Poder durante a ausência do império da Lei". Essa situação de fatos excepcionais privou-nos do convívio do colega e do amigo por, palavras textuais da acusação, "tendências ideológicas as quais, por sua natureza, não coincidem com aquelas consagradas no Estatuto Político em vigor..., tomando-se medidas para evitar a contaminação ideológica do Ministério das Relações Exteriores". Esses momentos hoje são história, história lamentável, mas que deve ser lembrada para não ser repetida. Enquanto a sociedade contemporânea busca, na medida do possível, reparar equívocos e fazer justiça, estamos certos de que esses episódios, a partir do Brasil Novo, nunca mais se verificarão. Brasil que, iniciado por Vossa Excelência, Senhor Presidente, haverá de ser, confiamos, mais aberto, mais livre, mais justo.

7. O Brasil Novo não se limitará, porém, estamos certos, à reformulação da política interna. Igualmente velará pelo aprimoramento do poderoso instrumento que lhe permite inserir-se no cenário internacional: sua diplomacia.

8. Desde o pós-guerra vivemos imersos no contexto de crise política internacional. Hoje, quando essa crise parece amainar, sentimo-nos, sentem-se todos, um pouco desprovidos de instrumentos para analisar e antever o futuro da sociedade internacional. Cabe-nos, porém, recusar de modo decisivo a passividade e a improvisação. A diplomacia do Brasil Novo precisa, cremos, estar apta a manejar, e manejar bem, uma realidade caracterizada, sempre mais, pelo relativismo das ideologias políticas.

9. A atividade diplomática brasileira não deixará nunca de ser medida pela busca do sucesso na consecução dos objetivos nacionais. Resta saber se nós, representantes de um país ainda periférico em relação às grandes sociedades da pós-industrialização, não podemos sonhar em imprimir ao Estado o papel de mediador de um forte movimento que, aproximando interesses e culturas, sobrepassaria a diversidade das identidades nacionais, hoje relativizadas pelo progresso tecnológico.

10. Trata-se de erguer um novo sistema internacional, tarefa eminentemente política e de longo prazo. Esse sistema político que se pretende ver constituído não saberia, contudo, manter-se sem o suporte da legitimidade buscada em opções voluntárias e espontâneas dos homens, cristalizadas em normas harmonizadas com o sistema ético vigente. Daí a importância do ordenamento jurídico internacional na defesa do interesse dos países periféricos. Daí a ênfase que temos de emprestar-lhe, se quisermos alcançar posição de destaque na comunidade internacional; comunidade que

prefere, muitas vezes, uma conciliação espúria ao respeito à norma, que deixa a consciência ser preterida pela ciência.

11. Foi esse o entendimento que norteou a escolha do Patrono de nossa Turma. Deputado Federal a partir de 58, Chefe da Delegação brasileira junto à ONU no Governo Jânio Quadros, sobretudo Ministro das Relações Exteriores no Governo Goulart, San Tiago Dantas, com a formação universal do humanista, defendeu sempre a manutenção do império da Lei, no âmbito interno, como pressuposto essencial do estado democrático, no contexto internacional, como base do relacionamento justo e equilibrado entre as nações. A força de seu idealismo jurídico manifestou-se, com intensidade, na defesa intransigente que sempre fez San Tiago Dantas do princípio da autodeterminação dos povos. Essa posição fundamental levou-o a redefinir a política externa brasileira nos termos que se encontram em seu discurso de posse como Chanceler: independência na escolha das alternativas internacionais, primado no interesse nacional e busca de novos mercados como necessidade do próprio desenvolvimento. As idéias de San Tiago Dantas, ao tempo em que dignificaram o respeito à norma legal, abriram, para o Brasil, processo de reavaliação das prioridades nacionais, dando origem a um leque de opções, no âmbito externo, cuja completa extensão ainda hoje está por ser medida. San Tiago Dantas foi, em nosso país, a demonstração de que novas opções políticas podem ser abertas, ou até criadas, sem que o império da Lei seja ferido. Os frutos de sua atividade são agora nosso exemplo maior.

12. Faleceu, no final de abril, o Embaixador Azeredo da Silveira. Paradigma de criatividade e observância dos interesses nacionais maiores, foi a atuação de Antonio Francisco Azeredo da Silveira. Inspirado por forte sentimento de patriotismo, o Embaixador Silveira soube atuar, com a prudência indispensável, no delicado cenário político interno d'então. Naquele momento soube ressaltar a necessidade de que fosse implementada uma política externa de defesa da autodeterminação dos povos, ousada para a época, e independente. A política externa implementada por Silveira, enquanto rechaçou a divisão ideológica mundial e estreitou laços comerciais e políticos com as Nações em desenvolvimento, empenhou-lhes, com ênfase, a solidariedade brasileira. Sua diplomacia foi, então, modelo de habilidade e competência.

13. Tenho mandato ainda para registrar o agradecimento de minha Turma, como menção especial, ao Secretário José Marcos Nogueira Viana. Durante dois anos, no Instituto Rio Branco, foi exemplo de coleguismo, disposição e perfeita integridade.

14. Senhor Presidente, hoje quando Vossa Excelência vem a esta tradicional Casa honrar-nos com sua presença, permita-nos ressaltar que Vossa Excelência e nós diplomatas, ambos somos servidores do povo. Nosso meio é o meio político. Nossos instrumentos, a negociação e o convencimento consubstanciado e assegurado em norma. A base de nossa atividade, o conhecimento. Restaria determinar o móvel de nossa missão. Não são os honorários; não bastariam para retribuir o empenho constante. Tampouco são as honrarias. O verdadeiro servidor do povo, o estadista, não se compraz na vaidade das formas, antes busca sempre na retidão do caráter a força de suas idéias. A resposta, em verdade, é bastante singela, quase repetitiva. Resume-se em

um verbo: servir. Servir ao país e à nação, como serviram San Tiago Dantas e Antônio Houaiss; homens que obtiveram um lugar de honra para o país no concerto internacional, destacaram o valor de nossas tradições nacionais e lograram, para o povo, melhores condições para o exercício pleno da cidadania. Esses exemplos de destacados serviços ao Brasil são os exemplos que nós, jovens diplomatas, queremos adotar.

15. O incentivo para a adoção desses exemplos de competência e zelo é renovado a cada dia pelo esforço perseverante dos contemporâneos. Nesse sentido, queremos destacar a atuação de nosso professor no Instituto Rio Branco, o hoje Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Francisco Rezek. O sentido dessa atuação foi esclarecido quando Sua Excelência, em entrevista recente, lembrou que “nossa política externa deve ser um reflexo de nossa atuação no plano interno”. Esse anúncio inspirado veio ao encontro de uma de nossas maiores ambições: ter sempre por finalidade única, quando atuando nos foros internacionais, o bem estar, cada vez maior, do povo do Brasil.

16. Senhor Presidente,

Vossa Excelência, como estadista por vocação, busca implementar hoje uma nova diplomacia para nosso país. Os princípios pelos quais há de ser inspirada essa nova diplomacia, Vossa Excelência no-los ensinou com o exemplo pessoal. As recentes viagens de Vossa Excelência ao exterior deixaram, além dos frutos políticos e econômicos, o registro da agilidade e da sensibilidade na percepção dos matizes variados que marcam o cenário político internacional na atualidade. A tarefa a que se propôs Vossa Excelência é a tarefa mais nobre do estadista: Vossa Excelência haverá de recriar condições para que cada brasileiro se sinta digno do legado das gerações que construíram este país e possa dizer com orgulho: Brasil.

Muito obrigado.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DR. FERNANDO COLLOR

Compareço à cerimônia de formatura do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, seguro de que não se trata de mero evento protocolar, mas, antes, de estimulante reunião de trabalho, com um único tema na agenda, a diplomacia brasileira e a correta inserção do País no concerto das nações.

Com seus colegas bolsistas da África e América Latina, aqui estão os futuros agentes avançados do interesse nacional no exterior, jovens que se distinguiram em sua geração quando ingressaram, pelo mérito, nesta Casa, aceitando, agora, o compromisso maior de servir ao Brasil, numa carreira que dignifica o funcionalismo público.

Registro, ainda, com particular contentamento, a concorrência de convidados ilustres, brasileiros e estrangeiros de múltiplas origens, compenetrados todos na comemoração do Dia do Diplomata, momento próprio para examinarmos, juntos, nossa agenda de trabalho.

Nossa inscrição correta e definitiva no concerto das nações é compromisso inarredável de meu governo. Isto guarda perfeita sintonia com o Brasil que estamos empenhados em reconstruir, e corresponde ao desafio da universalização das relações internacionais, a cuja dinâmica quem não souber se adaptar corre o risco de ser punido com o isolamento e a marginalidade.

Uma política externa lúcida deve ancorar-se na realidade e nas aspirações do povo brasileiro, buscando, no plano externo, espaço próprio para projetar e guardar os interesses nacionais, a partir de uma tradição diplomática – em nosso caso felizmente rica e modelar – de respeito aos princípios básicos da melhor convivência internacional.

A tônica primeira da política externa do Brasil há de refletir a convicção generalizada de que este país quer mudar, e mudar depressa. Estamos cansados da promessa do país do futuro. Os problemas nacionais exigem solução urgente. A campanha das Diretas-Já, a ampla discussão nacional que enriqueceu os preceitos consagrados na nova Carta da República e, sobretudo, a mobilização cívica que, em inesquecível lição democrática, culminou nas eleições presidenciais de 1989, constituíram hipotecas de

esperança, cujo resgate já não se pode adiar, sob pena de frustrarem, de novo, as aspirações maiores da cidadania.

Por isso, não hesitei em determinar, logo nas primeiras horas de meu governo, um elenco de medidas que reorientassem o país na direção do progresso econômico e do bem-estar social, em clima de austeridade econômico-financeira, arejamento ético e eficiência administrativa. Quis dar, do Executivo, o exemplo do que toda a nação há décadas vinha sonhando testemunhar – a mudança do Brasil, sua transformação em uma pátria coletivamente brasileira, derrubados os privilégios cartoriais, dinamizada a máquina estatal, fortalecida a sociedade civil, cobrada de quem pode pagar a conta de quem tem a receber.

A resposta firmemente favorável àquele programa de ação reforçou nossa fé no acerto dos rumos propostos à sociedade brasileira. Com essa autoridade, sentimo-nos agora confiantes para reclamar participação mais ativa do Brasil nas grandes decisões internacionais.

Aprendemos com a História que o estatuto de nação periférica tem preço muito alto para os interesses nacionais. Da empresa colonial, imperial e industrial, por exemplo, só pudemos participar do lado errado do ciclo econômico. Fornecemos matérias-primas, expusemos nossas matas, nossa natureza, nossos recursos naturais à prioridade mercantil nem sempre nacional, assistimos ao esforço desenvolvimentista do hemisfério norte e aceitamos uma divisão internacional do trabalho e das riquezas que até hoje atrofia nossas relações econômicas, financeiras e comerciais com o mundo.

Participamos, orgulhosos do sentido histórico de missão, do esforço de guerra contra a ameaça nazi-fascista, mas presenciamos, impotentes, a divisão da Alemanha, da Europa e do mundo, em nome de concepções estratégicas de sombrio alcance para todos, ao abrigo das quais alguns altares de devoção ideológica cindiram o cenário internacional em classes de países e transferiram para as relações exteriores uma dialética de luta de classes vocacionalmente destrutiva.

Participamos, ainda, do aplauso a sucessivos ensaios de distensão e desarmamento, convictos de que, em clima de paz, a comunidade de nações poderia melhor concentrar-se na promoção do avanço tecnológico. Foi quando ouvimos que o nosso acesso àqueles extraordinários instrumentos de alta tecnologia para o combate a nossas mazelas estruturais, assim como possibilidades fecundas de cooperação entre Governos, dependiam de um atestado de boa conduta, passado por um pequeno clube de países, auto-investidos no papel de juizes supremos da consciência ética internacional.

Nosso projeto de fuga da periferia das grandes decisões internacionais não reflete uma ambição de poder alimentada pelo desígnio do protagonismo. Isso não faz parte do perfil clássico do brasileiro, nem consta de nossa tradição diplomática. Nosso projeto inspira-se, antes, na idéia de que, em meio às várias e profundas mudanças que no mundo de hoje universalizam as relações internacionais, temos de buscar e proteger soluções nacionais.

A distensão entre os blocos bipolares de poder, a derrubada do muro de Berlim, a recuperação da vontade popular no Leste Europeu, o recuo das crises regionais, o início do desmantelamento do *apartheid* na África do Sul, sem dúvida constituem indicadores seguros do limiar de uma nova era, plena de perspectivas promissoras de entendimento e paz.

Uma nova era que também prenuncia contribuições inestimáveis à modernidade, como a valorização do cidadão sobre o Estado, das idéias sobre as ideologias, da liberdade sobre o autoritarismo, do diálogo sobre o enfrentamento, do progresso, do bem-estar, da democracia, da paz, da vida.

Mas é importante reconhecer, por igual, que essa nova era encerra – ao menos para países, como o Brasil, decididos a não mais ficar a reboque de decisões alheias no plano internacional – desafios que não se podem subestimar. Cito como exemplo a tendência em favor da criação de megablocos econômicos no Hemisfério Norte, que ameaça acentuar a marginalização da América Latina e da África, mercê de sua estrutural fragilidade econômica. Cito, ainda, a ampliação da agenda de um novo multilateralismo que, no trato de questões de inequívoco interesse para a Humanidade, parece querer desconsiderar princípios básicos do Direito Internacional, como o da igualdade soberana entre os Estados.

Nesse particular, o rigor da diplomacia brasileira, admirado outrora, ganha relevo inestimável no presente.

Convido, assim, os formandos do Instituto Rio Branco a que se juntem a seus colegas mais experientes desta Casa e reafirmem à comunidade das nações nossa vocação de defesa da paz e do entendimento entre os povos, em clima de igualdade, respeito mútuo e cooperação; nosso compromisso com os princípios de soberania nacional, autodeterminação e não-intervenção; nosso mais veemente repúdio ao terrorismo, a toda forma de preconceito e discriminação; nossa fé na democracia; nosso empenho na construção de sociedades mais livres, justas e solidárias.

Peço-lhes, também, que privilegiem na América Latina o nosso firme propósito integrativo, mas acentuem a dimensão universalista de nossa política externa, que não estabelece prioridades excludentes. Rogo-lhes que transmitam a nossos credores nossa intenção de reequacionar o problema da dívida externa, mas recordem que nossa dívida maior é com o desenvolvimento nacional e a redenção econômica dos trabalhadores brasileiros.

Convoco-os a se associarem às preocupações coletivas de defesa e preservação de nosso espaço ecológico. Insistam, no desempenho de sua atividade, em que o Brasil esteja presente a toda mesa de trabalho, onde nosso esforço possa contribuir para eliminar os abismos ainda existentes entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, assegurando a um número cada vez maior de países o acesso aos benefícios da civilização moderna.

Reiterem, ainda, nosso empenho em apoiar a crescente integração da economia e do comércio mundiais. Frisem nosso gosto por atitudes soberanas no cenário internacional, que não impliquem confronto, mas revelem um projeto decidido de abrir

caminho a investimentos que capacitem nosso parque industrial e rejuvenesçam nossa competitividade.

Em seu primeiro dia como funcionários do serviço exterior brasileiro, convoco-os, por igual, a trabalhar pela recuperação da imagem de nosso país, injustiçado ante a opinião pública internacional pela frivolidade, quando não pela má-fé, de vozes irresponsáveis. Autorizo-os, agora e sempre, a refutar a leviana aleivosia de que aqui se toleram atentados à dignidade étnica de nossas populações indígenas ou à preservação de nosso ecossistema.

Formandos do Instituto Rio Branco.

A juventude de nosso tempo coincide com uma juventude de idéias, no rastro do amadurecimento de um século marcado pela intolerância e violência. No Brasil e no mundo, não nos podemos permitir novos erros que, de certo, devolveriam a obscuras cavernas os sonhos mais iluminados de recuperação da dignidade humana, cívica e ética de tantas gerações.

A responsabilidade que, hoje, se lhes abre em sua vida profissional é extamente da altura do patrono e do paraninfo escolhidos. A política externa independente de San Tiago Dantas foi o primeiro – mas não o último – grito de uma nação angustiada em seu processo de crescimento. A presença do Embaixador Antonio Houaiss, onde o Ministro das Relações Exteriores entrevistou um discurso de dignidade, ilustra a perfeita estatura dos funcionários desta Casa, que tampouco pára de crescer.

A escolha que os formandos fizeram dos ilustres brasileiros que, para sempre, hão de marcar a Turma de 1989 deve exortar ao patriotismo e ao profissionalismo com que, nesta Casa, todos servirão ao Brasil. De minha parte, como Presidente da República e como cidadão brasileiro, irrecuperavelmente confiante nesse novo Brasil que vejo a minha frente, saúdo e cumprimento a todos e a cada um dos formandos, pedindo-lhes que aceitem, junto com seus familiares e colegas de outros países queridos e amigos, um voto de pleno êxito na carreira em que ora ingressam.

CURRÍCULO DOS PROFESSORES DO INSTITUTO RIO BRANCO

1989 – 1990

AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO

Rio de Janeiro/RJ, 8 de abril de 1947. Filho de David Martins Cardoso e Alice de Jesus Sena Cardoso. Bacharel em Letras, CEUB. Curso de Preparação à carreira de Diplomata, IRBr. "Certificate of Proficiency in English", University of Cambridge. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr. Terceiro-Secretário, 9 de novembro de 1976. Segundo-Secretário, merecimento, 20 de julho de 1979. Primeiro-Secretário, merecimento, 28 de junho de 1984. Conselheiro, merecimento, dezembro de 1990. Assistente do Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação, 1976. Assistente do Chefe da Divisão de Transmissões Internacionais, 1977/78. Assessor do Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação, 1978/80. Chefe, substituto, da Divisão Consular, 16 de fevereiro de 1987. Chefe da Divisão Consular, até 1990. Assessor do Secretário-Geral Executivo, 1990. Coordenador Executivo da Secretaria-Geral Executiva. Washington, Segundo-Secretário, 1980/83. Montevideu, Segundo-Secretário, 1983/84. Embaixada em Montevideu, Primeiro-Secretário, 1984/87. Grupo de Trabalho Especial para Informática, Conselho de Segurança Nacional, 1979 (assessor). V Reunião do Grupo do Caribe para a Cooperação no Desenvolvimento Econômico, BIRD, Washington, 1982 (membro). Seminário sobre Temas Atuais do Desenvolvimento Internacional, Economic Development Institute, BIRD, Washington, 1982. XXVI Reunião Preparatória do Grupo dos 24, a nível de Suplentes, FMI, Washington, 1983 (membro). XXXVII Reunião Preparatória do Grupo dos 24, a nível de Ministros, FMI, Washington, 1983 (membro). XX Reunião, a nível ministerial, do Comitê de Desenvolvimento do FMI/BIRD, Washington, 1983 (membro). VII Conferência das Autoridades Latino-Americanas de Informática, Montevideu, 1983 (delegado). LXXXVIII Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia, para Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, Montevideu, 1985 (delegado). Representante do MRE na Comissão de Planejamento e Coordenação de Combate do Contrabando - COPLANC, 4 de junho de 1987. III Reunião de Consulta Regional Brasil-França, 1987. IV Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai, 1987. Reunião Extraordinária do Grupo de Cooperação Consular, Brasil-Paraguai, 1988. V Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai, 1988. Prêmio Barão do Rio Branco, Medalha de Ouro.

ALLAN JOHN HUDSON

EDUCATION: Easingwold Grammar School: 1961-1967. York School of Art: 1967-1969. Yorkshire Council for further Education. Certificate in Advertising Design. Jacob Kramer College of Art and Design: 1969-1972. Yorkshire Council for further Education. Advanced Certificate in Advertising Design. Jacob Kramer College Diploma. Advanced Commercial Design. Teacher Training Course at IBI-Independent British Institute, Brasília 1986. Classified in first place. EXHIBITIONS - Austin Hayes Gallery York - England 1975. June - August. Cultura Inglesa - Brasília - June 1985. Salão Nacional de Pernambuco - 1985. Prêmio de Aquisição/Salão Nacional de Pernambuco - 1985. ENGLISH TEACHING - Supervisor of the Visual Aids Department, editorial adviser on materials production and teacher of English as a Foreign Language at Intermediate and Advanced Tevels at IBI - Independent British Institute, Brasília, Brazil, since March 1986.

ANNA MARIA VILLELA

Professora Titular na Universidade de Brasília e no Instituto Rio Branco. Assessora Parlamentar no Senado Federal, por concurso público na área de Relações Exteriores. Bacharel em Direito, UFMG, 1960, Docteur d'État (Droit privé), Faculté de droit et sciences économiques de l'Université de Paris, 1970; ainda na Universidade de Paris: D.E.S. de Droit privé, 1963; D.E.S. de sciences criminelles, 1969; certificado de habilitação ao Doctorat de l'Université (droit civil), 1962; e curso de Direito Comparado e terminologia jurídica francês-alemão, 1962; cursos de especialização em Direito Comparado em Strasbourg, Helsinki, Ljubljana, Trieste, Pescara, Teerã e Istambul, 1962/73; LL.M., King's College, Universidade de Londres, 1979. Na Academia de Direito Internacional de Haia: diploma do Centre de Recherches de Droit International et Relations Internationales, 1977 (tema: rios internacionais); cursos de Direito Internacional Público e Privado, 1972, 1974; curso e treinamento em Direito Internacional, UNITAR/ONU, 1974; estágio patrocinado pela OEA sobre Aspectos Jurídicos e Econômicos da Integração Europeia, Université Libre de Bruxelles, 1972; curso sobre Influência da Comunidade Econômica Europeia sobre o Direito Internacional Privado dos Países-Membros, Institut Universitaire International de Luxembourg, 1979; cursos e pesquisas no Instituto de Direito Romano, Universidade de Roma, 1981; pesquisas no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), Itália, 1987; Diretora da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, desde 1988; Diretora da Revista de Informação Legislativa do Senado Federal, desde 1988; Membro da delegação brasileira à IV CIDIP (Conferência Especializada Interamericana de Direito Internacional Privado), da OEA, Montevidéu, 1989.

ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1946. Filho de Gildasio Amado e Marília do Paço Mattoso Maia. Cursos: Sociologia (inc.), PUC-RJ; Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Prática Diplomática e Consular, IRBr; Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, DPR; Altos Estudos (VIII), IRBr e Professor do Instituto Rio Branco (IRBr). Promoções: Terceiro-Secretário, 3 de fevereiro de 1970; Segundo-Secretário, merecimento, 14 de setembro de 1973; Primeiro-Secretário, merecimento, 21 de junho de 1979; Conselheiro, merecimento, 22 de dezembro de 1982 e Ministro de Segunda Classe, merecimento, 30 de junho de 1989. Cargos na Secretaria de Estado: Assistente do Chefe da Secretaria-Geral Adjunta para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, 1970; Assistente do Chefe da Divisão da Ásia e Oceania, 1971/2; Subchefe da Divisão da Ásia e Oceania, 1973/4; Assistente do Chefe do Cerimonial, 1980; Chefe da Divisão de Protocolo, 1983; Chefe da Divisão do Oriente Próximo-I, 1988; Chefe, substituto, do Departamento do Oriente Próximo, 1989 e Coordenador Executivo do Gabinete do Ministro, 1990. Cargos no exterior: Hong-Kong, Encarregado de Negócios, ad interim, Consulado, 1971; Washington, Segundo-Secretário, Missão junto à OEA, 1974/8; Montevidéu, Segundo-Secretário, Embaixada, 1978/80; Bridgetown, Encarregado de Negócios, ad interim, 1981/2; Paris, Conselheiro, Embaixada, 1983/5; Madri, Conselheiro, Embaixada, 1985/8; Madri, Encarregado de Negócios, ad interim, 1986 e Pretoria, Encarregado de Negócios, ad interim, 1987. Funções especiais: III Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Japão, Brasília, 1971 (assessor); Acordo de Pesca Brasil-Japão, Brasília, 1973 (delegado); IV Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Japão, Tóquio, 1973 (delegado); XXVIII Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1973 (assessor); V Etapa de Trabalhos da Comissão Especial para Estudar o Sistema Interamericano e Propor Medidas para sua Reestruturação, Washington, 1974 (delegado); XIX Conferência Sanitária Pan-Americana, Washington, 1974 (assessor); V Assembléia Geral da OEA, Washington, 1975 (assessor); VI Assembléia Geral da OEA, Santiago, 1976 (assessor); XV Reunião da Junta Diretora do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, Washington, 1976 (delegado); Comissão Assessora para Assuntos Administrativos e Orçamentários da OEA (membro eleito para mandato de três anos, 1976/8); VII Assembléia Geral da OEA, St. George's, Granada, 1977 (assessor); Cerimônias de Posse do Presidente da República, 1979 (Chefe do Setor Transportes); Visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II, 1980 (membro da Comissão Especial e acompanhante oficial); Visita de Sua Alteza Imperial o Príncipe Naruhito do Japão, 1982 (acompanhante oficial); Conferência de Plenipotenciários sobre o Protocolo de Reforma da Convenção Internacional para a Conservação do Atum Atlântico, Paris, 1984 (representante plenipotenciário); VIII Sessão do Conselho de Governadores do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Paris, 1984 (delegado); Reunião do Comitê Negociador do Sistema Global de Preferências Comerciais, Brasília, 1986 (delegado); I Reunião da Comissão Mista Brasil-Irá, Brasília, 1988 (delegado) e VII Reunião da

Comissão Mista Brasil-Iraque, Bagdá, 1988 (delegado). Condecorações: Ordem do Rio Branco, Grande Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial; Ordem do Mérito Militar, Cavaleiro; Medalha do Mérito Tamandaré; Medalha do Pacificador; Medalha do Mérito Santos Dumont; Ordem de Isabel a Católica, Grande Oficial, Espanha; Ordem do Infante, Comendador, Portugal; Ordem da Águia Azteca, Comendador, México; Ordem do Libertador O'Higgins, Oficial, Chile; Ordem do Libertador San Martín, Oficial, Argentina; Ordem de San Carlos, Oficial, Colômbia e Ordem do Mérito, Oficial, República Federal da Alemanha. Conferências: "Comércio do Brasil com o Extremo-Oriente", Receita Federal de Santos, junho de 1970; "Comunismo na Ásia", Curso de Informações da Escola Superior de Guerra, outubro de 1972; "O Extremo Oriente", Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, março de 1973; "A Situação na Ásia", Escola Nacional de Informações, abril de 1973 e de 1974; "O Sudeste Asiático", Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, junho de 1973 e abril de 1974; "A República Popular da China", Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, agosto de 1973; "Cerimonial", Ministério das Relações Exteriores do Suriname, agosto de 1982, e Cabo Verde, abril de 1983; "A Posição do Brasil face ao Oriente Médio", Escola de Guerra Naval, março de 1989 e "A evolução no Oriente Médio", Estado-Maior das Forças Armadas, dezembro de 1989.

ANDRÉ RAYMOND RENÉ SOUVESTRE

Diplômes: 1948 – Baccalauréat Philosophie – Lettres (Rennes). 1951 – Diplôme des Hautes Études Internationales. Mention TB. Paris. 1954 – Certificat d'Aptitudes Pédagogiques. Aix-en-Provence. *Stages Suivis*: 1959 – Stage audio-visuel. Académie d'Alger. 1962 – Stage CREDIF. Besançon. 1963 – Stage de spécialisation phonétique du BELC. Besançon. 1965 – Stage de Conseiller Pédagogique du CREDIF. Besançon. 1969 – Stage de formation d'Assistants Pédagogiques (BELC.) Aix-en-Provence. *Stages Encadres*: Nov. 57 - Sept. 59 – Stages d'Education de base. Centres Sociaux. Alger. Fév. 62 - Sept. 65 – Stages pédagogiques audio-visuels organisés par le Service Culturel de l'Ambassade de France en TUNISIE (BELC et CREDIF). Sept. 65 - 66 – Stages CREDIF et BELC à Antibes organisés par l'Académie de Nice. Sept. 66 - Sept. 69 – Stages de formation de professeurs brésiliens de français (Rio de Janeiro, Victoria, Barbacena, Uberlândia, Uberaba, Manaus, Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Bahia, Goiânia...). Août 1969 – Direction du stage de formation du professeurs de français à Bratislava (Tchécoslovaquie) organisé par le Département. Sept. 69 - 72 – Stages pour assistants et professeurs britanniques de français organisés par le Service Culturel de l'Ambassade de France à Londres (CREDIF et BELC) à Londres, Cardiff, Leeds, Birmingham, Bristol. Juillet 1970 – Encadrement du stage pour la formation des assistant (BELC) à Grenoble. (Lexicologie, civilisation, observation de classes). Juillet 1971 – Direction du stage organisé à l'Université de NICE par le M.A.E. pour les professeurs britanniques. Août 1971 – Direction du stage organisé à Tours. Par le MAE

pour les professeurs britanniques. Août 1972 – Direction du stage organisé à La Rochelle par le MAE pour les professeurs britanniques. Juillet 1974 – Directeur du stage de Sensibilisation organisé à Paris au Ministère des Affaires Etrangères destiné aux professeurs français partant en Afrique du Nord et au Moyen Orient. Juillet 1975 – Direction du stage pédagogique destiné aux professeurs nommés au Moyen Orient et aux Conseillers pédagogiques nommés en Tunisie. Septembre 1975 – Encadrement du stage destiné aux professeurs de l'Enseignement Supérieur en Tchécoslovaquie. Juillet 1979 – Direction du stage à Varna – Bulgarie, organisé par la D.G.R.C.. Sept. à Dec. 1983 – Stage LOGO/APPLE II au Centre Mondial d'Informatique Paris. *Postes Occupés*: Nov. 1952 - Sept. 55 – Lycée Français du Caire, Egypte (Français, Histoire et Géographie d'Egypte dans les classe commerciales). Sept. 1955 - Nov. 57 – Alger (Professeur d'Enseignement Général). Nov. 1957 - Sept. 59 – Rectorat d'Alger. Services des Centres Sociaux, Chef du Centre de Documentation. Sept. 1959 - Janv. 62 – Héliopolis, Egypte. Lycée Franco-Egyptien. Responsable de l'Enseignement audio-visuel. Fév. 1962 - Sept. 65 – Tunis. Directeur du Centre Audio-visuel. Service Culturel de l'Ambassade de France en Tunisie (Cinémaèque, Discothèque et Enseignement aux adultes). Sept. 1965 - Sept. 66 – Antibes. Directeur du Centre d'Etudes Françaises (C.C.C.S.). Enseignement audio-visuel aux adultes étrangers et en particulier dans le cadre de l'Office Franco-allemand. Sept. 1966 - Sept. 69 – Rio de Janeiro, Brésil. Conseiller pédagogique. Service Culturel de l'Ambassade de France. Sept. 1969 - Sept. 72 – Londres, Grande Bretagne. Lycée Français. Directeur des Classes Primaires (HOO élèves). Sept. 1974 – Chef du Bureau des Centres Culturels au Ministère de la Coopération. 1974 - 1975 – Professeur chargé de cours à la Sorbonne. U.E.R. Études Françaises pur l'Etranger. 1er Janv. 1976 - Sept. 1978 – Brasília, Brésil. Chef du Bureau de Diffusion Culturelle Ambassade de France. Septembre 1978 à Septembre 1980 – Sce des Affaires Internationales, Ministère de l'Education, Secteur des relations bilatérales. 1er Sept. 1980 à Sept. 1983 – Directeur de l'Ecole Française de Milan (Italie). 1984 – Professeur à l'Institut Rio Branco, Brasília. *Travaux Personnels*: Mars 1956 – Membre de la Société des Auteurs et Compositeurs Dramatiques de Paris - S.A.C.D. 1952 – Emissions artistiques R.T.F. (Berlioz, Van Gogh, Bolivar.) Recueil de poésies "Escapes". 1er prix de l'Ambassade de France au Caire. 1955 – Collection de livres bilingues pour enfants sur des sujets d'observation du C.E. (Français - Arabe). 1957 – Film passé à la T.V. de Paris "Clic" sur l'Egypte. Emissions artistiques à Radio Alger. 1959 – Pièce de théâtre historique "Semenkare" publiée dans la Revue d'Egyptologie au Caire. 1962 – Ensembles pédagogiques audio-visuels basés sur l'Artisanat et le folklore tunisien. 1969 – Conférences pour le Service Culturel de l'Ambassade de France à Londres et l'Alliance Française (Châteaux de la Loire, Jeunesse française, disciplines d'éveil, réforme à l'enseignement en France...) Théâtre de l'Institut Français à Londres. Stratford Upon/Avon - Lewes - Sheffield - Guernsey etc... 1970 – Test d'aptitude à l'acquisition du français pour enfants anglophones de 7 à 11 ans, publié dans la revue "Le Français dans le monde". 1972 Novembre – Conférences au Lycée Français de Londres pour l'Association des Parents d'élèves. 1 - Problèmes du multilinguisme. 2 - Nos enfants bilingues à 6 ans. Comment et pourquoi? 3 - Passivité et activité des enfants devant la Télévision. 1972 – Réalisation et publication

d'un jeu pédagogique basé sur les activités d'éveil: En Route pour les Châteaux du val de Loire - Présenté à la T.V. britannique le 16.3.73. Obtient le prix du "meilleur jeu pour l'Europe" pour 1973. 1972 et 17/3/73 - Conférence à l'Institut Français au Royaume Uni pour le Central Bureau for Exchanges, Courses for interchange Teachers from Europe et le Service Culturel de l'Ambassade de France. 1973 - 16 mars. Cercle Français de Chertsey: "Le Marché commun des langues vivantes - 12 mai. Conférence à l'Institute of Education de BIRGMINGHAM sur l'enseignement des langues. 16 mai. University of London Institute of Education "Psychophysiologie en linguistique appliquée". 1975 - Publication dans le Numéro d'avril du "Français dans le monde d'un texte intitulé: "Un jeu franco-anglais pour le premier cycle". 1980/81 - Articles pédagogiques dans le Bulletin de l'Association des parents d'élèves de l'Ecole Fse de Milan.

ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE

I - *Formação Acadêmica* - Grau Ph.D. pela Universidade de Cambridge, Grã-Bretanha, com a tese "Developments in the Rule of Exhaustion of Local Remedies in International Law" (em 2 vols. 1.728 págs.): tese agraciada com o Prêmio York, outorgado pela Faculdade de Direito da Universidade de Cambridge (1978). Mestrado em Direito Internacional (Cambridge, 1973). Bacharel em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais (1º Prêmio em Direito Civil, 1971), e Licenciado em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (1969). Diploma do Instituto Internacional de Direitos Humanos, Universidade de Estrasburgo (1974). Certificados do Centro de Pesquisas da Academia de Direito Internacional de Haia (1974) e do Seminário da Comissão de Direito Internacional da ONU (Genebra, 1975).

II - *Obras de Direito Internacional* - 1. Livros: - "The Application of the Rule of Exhaustion of Local Remedies in International Law", Cambridge, Cambridge University Press, 1983 (livro baseado na tese de Ph.D. do autor); "Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público" (em seis volumes), Brasília, FUNAG/MRE, 1984-1988; "Princípios do Direito Internacional Contemporâneo", Brasília, Editora da UnB, 1981; "O Esgotamento de Recursos Internos no Direito Internacional", Brasília, Editora da UnB, 1984; "Co-existence and Co-ordination of Mechanisms of International Protection of Human Rights" (volume 202 do "Recueil des Cours de l'Académie de Droit International", Haia, 1987); "A Proteção Internacional dos Direitos Humanos", Rio de Janeiro, SBERJ, 1988; "A Solução Pacífica das Controvérsias Internacionais", Rio de Janeiro, SBERJ, 1987; dentre outros. 2. Monografias e Artigos: - mais de cento e setenta estudos (dentre artigos, contribuições a livros e coletâneas, monografias, relatórios, prefácios) publicados até o presente nos principais periódicos de Direito Internacional de dezoito países, dentre os quais: "Archiv des Völkerrechts" (Tubingen, 1977), "International and Comparative Law Quarterly" (Londres, 1976 e 1979); "Revue belge de droit international" (Bruxelas, 1976), "Jahrbuch für internationale Recht" (Kiel, 1979 e 1982), "Revue de droit international de sciences diplomatiques et politiques" (Genebra, 1977 a

1984), "Nederlands Tijdschrift voor international Recht" (Leiden, 1977), "Rivista di Diritto Internazionale" (Milão, 1978), "Revue des droits de l'homme" (Paris, 1976 e 1977), "Cahiers de droit européen" (Bruxelas, 1978), "Cambridge Law Journal" (Cambridge, 1977), "Österreichische Zeitschrift für öffentliches Recht" (Viena, 1978), "Annuaire français de Droit international" (Paris, 1987), "Indian Journal of International Law" (Nova Délhi, 1976 e 1978), "Philippine Law Journal" (Filipinas, 1978), "Malaya law Review" (Cingapura, 1976), "Anuário Jurídico Interamericano" da OEA (1982), "Revista Brasileira de Estudos Políticos" (1981, 1982, 1985 e 1987), "Revista Brasileira de Política Internacional" (1985), "Revista de Informação Legislativa do Senado Federal" (1979 a 1988), "Estudios Internacionales" (Santiago, 1981 a 1983), "Mundo Nuevo" (Caracas, 1982-83) "Anuario del Departamento de Derecho de la Universidad Iberoamericana de México" (1984), dentre inúmeros outros. Capítulos do VIII e IX "Cursos de Derecho Internacional" da Comissão Jurídica Interamericana da OEA (1981 e 1982); capítulos dos livros "Crisi Falkland-Malvinas e Organizzazione Internazionale" (Padova, Cedam, 1985), "Derechos Humanos en las Americas - Homenaje a la Memoria de C. A. Dunshee de Abranches" (Washington, OEA, 1984), dentre vários outros.

III - *Experiência Docente* - Professor de Direito Internacional Público no Instituto Rio Branco (desde 1979). Professor Titular na Universidade de Brasília, área de Direito Internacional. Professor Titular Visitante nas Universidades de Los Andes, Mérida, Venezuela (1981 a 1982) e de Ferrara, Itália (1983 e 1986). Professor Visitante na Universidade de Londres (1982). Professor Visitante na Universidade de Paris-II (Panthéon-Sorbonne, 1988). Entre 1982 e 1988, Conferencista nas Universidades de Milão, Salerno, Turim, Quito, Simon Bolivar em Caracas, Montevideu, Varsóvia, Segóvia, Toronto, Federal de Minas Gerais (Curso de Doutorado), Federal de Pernambuco, Católica do Rio de Janeiro, dentre outras. Em 1987-1988, Conferencista na Academia de Direito Internacional da Haia (Holanda), no Instituto de Direito Internacional Público de Salônica (Grécia), no Instituto Internacional de Direitos Humanos, de Estrasburgo (França). Entre 1982 e 1986, Conferencista no Instituto Diplomático Italiano (Florença), Instituto Universitário Iberoamericano de Estudios Internacionales (Madrid), Instituto Real de Relaciones Internacionales (Chatham House, Londres), Instituto Britânico de Direito Internacional e Comparado (Londres), VIII, IX e XII Cursos de Direito Internacional da Comissão Jurídica Interamericana da OEA, Instituto Polonês de Relaciones Internacionales (Ottawa), Instituto Interamericano de Derechos Humanos (Costa Rica), Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, Cursos de Extensão (Aperfeiçoamento de Diplomatas) do Instituto Rio Branco no Suriname, em Cabo Verde e no Gabão. Chefe do Departamento de Ciência Política e Relaciones Internacionales da Universidade de Brasília (1979-1983), Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Relaciones Internacionales da Universidade de Brasília (1985-1986). Examinador dos concursos vestibulares do Instituto Rio Branco (Direito, 1979 e 1983-1988) e do Mestrado em Relaciones Internacionales da Universidade de Brasília (1984-1988). Orientador e examinador de teses de Mestrado da Universidade de Brasília. Participante, a convite,

como relator de temas, em inúmeros congressos internacionais de Direito Internacional no Brasil e no Exterior (deste 1975).

IV – *Experiência Profissional* – Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (de agosto de 1985 a março de 1990). Subchefe da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais (Viena, 1986). Delegado do Brasil às Conferências de Cartagena e de Lima sobre Institucionalização do Parlamento Latino-Americano (1987). Delegado do Brasil à XIV Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA, 1984). Delegado do Brasil à Reunião Conjunta do Grupo de Contadora e Grupo de Apoio (Cartagena, 1985), Chefe da Delegação do Brasil à III Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (La Paz, 1984). Membro do Grupo de Trabalho do MRE sobre a Reforma da Carta da OEA (1985). Assessor Jurídico da Delegação do Brasil à conferência das Nações Unidas sobre o Código de Conduta para Transferência de Tecnologia (Genebra, 1983). Assessor Jurídico da Delegação do Brasil à VI Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites (1981). Membro do Comitê Consultivo de Peritos em Direito Internacional Público da Universidade das Nações Unidas – (U.N.U. – I Conferência, Haia, 1984; II Conferência, Rio de Janeiro, 1985; III Conferência, Estrasburgo, 1986; IV Conferência, Goa, Índia, 1987). Assessor Jurídico do Escritório da Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra (1978-1979). Membro do Gabinete da Vice-Presidência da República incorporado à Presidência da República (março/julho de 1985). Representante Correspondente do Brasil junto à UNESCO para seu Programa de Direitos Humanos. Editor Correspondente do Brasil dos “International Legal Materials” de Washington (desde 1981). Diretor do “Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional” (desde 1985).

V – *Associações Científicas e Profissionais* – Membro convidado de diversas associações científicas no campo do Direito Internacional, dentre as quais: International Law Association (seção britânica), Société Française pour le Droit International, British Institute of International and Comparative Law, American Society of International Law, Indian Society of International Law, Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional, Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Asociación Argentina de Derecho Internacional, Instituto Internacional de Direito Humanitário (San Remo), dentre outras. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção de Minas Gerais).

ARTHUR VIVACQUA CORRÊA MEYER

Rio de Janeiro/RJ, 12 de junho de 1948. Filho de Arthur Maciel Corrêa Meyer e Heloisa Vivacqua Corrêa. Curso de Preparação à carreira de Diplomata, IRBr. Bacharel em Ciências Econômicas, UEG. Curso Especial sobre a ONU. Curso sobre Mercado de Capitais, Industrialização e Urbanização da América Latina e Processo de Integração Latino-Americana, UEG. Curso 1.º Ciclo de Estudos sobre Segurança

Nacional e Desenvolvimento. ADESG. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. “Master of Arts” em Economia, Universidade de Chicago. I Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr. “Certificates of Proficiency in English” das Universidades de Michigan e Cambridge. Doutor em Ciências Econômicas, Universidade Católica Andrés Bello, Caracas. II Tenente da Reserva do Exército. Terceiro-Secretário, 12 de março de 1971. Segundo-Secretário, antiguidade, 29 de maio de 1975. Primeiro-Secretário, antiguidade, 17 de dezembro de 1980. Conselheiro, merecimento, em 1989. Assistente do Chefe da Divisão da Europa Ocidental, 1971. Assistente do Chefe da Divisão da Europa-I, 1973/74. Assistente do Chefe da Divisão da Europa-II, 1974. Subchefe da Divisão da Europa-II, 1974. Assistente do Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, 1981/83. Assessor do Chefe do Departamento da Ásia e Oceania, 1983. Chefe, substituto, da Divisão da Ásia e Oceania-II, 1983. Chicago, Vice-Cônsul, 1975. Chicago, Cônsul-Adjunto, 1975/78, Chicago, Encarregado, 1978. Caracas, Segundo-Secretário, 1978/79. Caracas, Primeiro-Secretário, 1981. Caracas, Cônsul, 1978/81. III Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, Brasília, 1974 (secretário). À disposição do Cerimonial durante as solenidades de posse do Presidente da República, 1974. II Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasil-Hungria, Brasília, 1975 (secretário). IV Reunião da Comissão Mista Brasil-URSS, Brasília, 1975 (secretário). Feira de Iguarias de Chicago, 1975 (diretor-geral do “Stand” do Brasil). Feira Internacional de Comércio de Chicago, 1976 (diretor do “Stand” do Brasil). VI Conferência de Autoridades Latino-Americanas de Informática, Rio de Janeiro, 1982 (delegado). IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Canadá, Brasília, 1982 (delegado). I Reunião da Comissão Mista Brasil-Angola, Brasília, 1982 (delegado). VIII Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS para Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Técnica, Brasília, 1982 (delegado). II Reunião das Comissões Nacionais para o Programa Hidrológico Internacional (PHI) dos Países da América do Sul, Brasília, 1983 (delegado). IX Reunião da Comissão Intergovernamental Brasília-URSS para Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Técnica, Moscou, 1983 (delegado). I Reunião da Comissão Mista Brasil-Japão de Cooperação Científica e Tecnológica, Brasília, 1985 (delegado). Assessor do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais (SGAP), 1985-86. Medalha e Prêmio Corrêa Lima, Ministério do Exército, Brasil. Prêmio Rio Branco e Medalha de Prata, IRBr, Brasil. Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios na Embaixada em Trípoli (1988). Membro da delegação brasileira às 15.ª e 16.ª reuniões da Comissão Mista Econômica Brasil-RFA em 1987 e 1988. Membro da Segunda Comissão Mista Brasil-Países Baixos (Brasília), da Segunda Comissão Mista Brasil-Noruega (Oslo) e da Segunda Comissão Mista Brasil-Suécia (Brasília). Em 1990, foi conferenciante na Escola Superior de Guerra e na Escola de Estado-Maior do Exército (ECEME).

CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES

Milão/Itália (brasileiro, de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946), 21 de setembro de 1950. Filho de Fernando Paulo Simas Magalhães e Tercília

Fava Simas Magalhães. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Curso de Língua Francesa, Nancy II. Terceiro-Secretário, 11 de setembro de 1975. Segundo-Secretário, merecimento, 12 de junho de 1978. Primeiro-Secretário, merecimento, 23 de junho de 1981. Conselheiro, merecimento, 17 de dezembro de 1987. Assistente do Chefe da Divisão das Nações Unidas, 1975/79. Chefe do Centro de Documentação, 1987/88. Washington, Segundo-Secretário, 1982/83. La Paz, Primeiro-Secretário, 1982/83. Paris, Primeiro-Secretário, 1984/87. IV Sessão do Conselho de Administração do Programa da ONU para o Meio Ambiente, Nairóbi, 1976 (delegado). XXXI Assembleia Geral da ONU, Nova York, 1976 (assessor). Sessão da CEPAL, Guatemala, 1977 (assessor). Sessão Ordinária do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (OPANAL), Caracas, 1977 (assessor). II e V Sessões do Comitê Preparatório da Sessão Especial da Assembleia Geral sobre Desarmamento, Nova York, 1978 (assessor). Conferência Preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre a Proibição ou Restrição do Uso de Armas Convencionais, Genebra, 1978/79.

CECÍLIA DA SILVA GUERRA VICENTE

1960 – Bacharel em Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara; 1961 – Licenciada em Letras Neolatinas pela mesma Universidade.

Outros Cursos – 1962 – Diplomada pela Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, atual Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na classe de Piano; 1964 – Curso de Aperfeiçoamento para professores de Português na Faculdade de Filosofia, Ciências da UEG; 1965 – Bolsa de Estudos em Madri (Espanha), concedida pelo Instituto de Cultura Hispânica; 1965/1966 – Estudos Feitos em Madri: a) na Faculdade de Letras: 1 – aulas do Curso de Estrangeiros: Língua e Literatura espanhola; Comentário estilístico de textos; 2 – aulas do curso regular: Filologia Românica (Prof. Dámaso Alonso); História do Espanhol (Prof. Rafael Lapesa); 3 – aulas do Curso Monográfico: Literatura Brasileira Contemporânea; b) no Instituto de Cultura Hispânica: 1 – X Curso “Lo español en la creación artística”; 2 – “Tercer Curso Hispano-Brasileño” para professores de Espanhol na especialidade de Língua e Literatura – tendo obtido o título de “Profesor de Filología Hispanoamericana”; 1980 (julho) – XXVII “Curso de Verano para Extrajeros”, na Escola Diplomática de Madri (Espanha) – Curso de Língua e Civilização Espanhola – prestou exame de Língua Espanhola, Literature Clássica, Romance contemporâneo espanhol, obtendo menção “Sobresaliente” (nota máxima); 1973 a 1986 – Professora de Português no CEUB – Centro de Ensino Unificado de Brasília; 1975 a 1983 – Professora de Língua e Literatura Espanhola no Instituto de Cultura Hispânica de Brasília; 1979 a 1981 – Professora de Espanhol do Instituto Rio Branco no Curso de Preparação à Carreira Diplomática; 1981 – Contratada pela Presidência da República como Professora de Idiomas; 1986 – Empossada no cargo de

Professor Classe “C” da Fundação Educacional do DF, através de concurso de títulos e prova, no qual obteve o primeiro lugar. Matéria: Espanhol.

CHRISTIAN DEFONTAINE

D.U.E.L. Français (Diplôme Universitaire d'Études Littéraires); Anglais: Université PARIS X (1-70-1974); Licence d'Anglais: Université PARIS VII (1975); Centre de Formation des professeurs de Collèges; Certificat de Didactique des Moyens audiovisuels: Université PARIS III (1982); Diplôme de Didactique des Langues: Université PARIS III (1983-1985); Maîtrise Français Langue Etrangère (en cours): Université PARIS III, (1985-1986).

EDMUNDO SUSSUMU FUJITA

São Paulo/SP, 07 de março de 1950. Filho de Yoshiro Fujita e Chiyoko Fujita. Bacharel em Direito, na Universidade de São Paulo. Pesquisador, Universidade de Tóquio. Curso de Academia de Direito Internacional da Haia. Seminário do Institute of World Affairs, Connecticut. XIII Seminário de Direito Internacional, ONU, Genebra. III Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr. Mestrado (M.Sc. Politics) London School of Economics and Political Science). Visiting Research Fellow no Instituto da Nações Unidas para a Pesquisa sobre Desarmamento (UNIDIR). Terceiro-Secretário, concurso, 06 de fevereiro de 1976. Segundo-Secretário, merecimento, 12 de dezembro de 1978. Primeiro-Secretário, merecimento, 22 de dezembro de 1982. Conselheiro Assistente do Chefe da Divisão da Ásia e Oceania, 1976/79. Assessor do Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, 1988. Chefe-substituto da Divisão das Nações Unidas, 1990. Londres, Missão Econômica, Segundo-Secretário, 1979/82. Tóquio, Primeiro-Secretário, 1982/85, (Chefe do Setor Econômico). Moscou, Primeiro-Secretário, 1985/88, (Chefe do Setor Político). Nova Iorque, Delegação junto às Nações Unidas, Conselheiro, Comitativa do Ministro das Minas e Energia em visita à República Popular da China, 1978 (membro). À disposição da Comitativa do Vice-Primeiro-Ministro da República Popular da China em visita ao Brasil, 1979. LXXXIX Sessão do Conselho Internacional do Trigo, Londres, 1979 (membro). XCII Assembleia do Grupo Internacional de Estudos sobre a Borracha, Londres, 1979 (membro). I Assembleia das Partes do INMARSAT, Londres, 1979 (membro). XIV, XV e XVI Sessões do Conselho Internacional do Cacau e Órgãos Subsidiários, Londres, 1980 (membro). IV Reunião do Grupo Consultivo da Economia Cacaueira Mundial, Londres, 1980 (delegado). XLV Sessão do Conselho da IMCO, Londres, 1980 (membro). XLIII Sessão do Comitê de Segurança Marítima da IMCO, Londres, 1980 (membro). XIV Sessão do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho da IMCO, Londres 1980 (membro). XLIII e XLIV Sessões do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1980 (membro). V Reunião Consultiva das

Partes Contratantes da Convenção para Prevenção de Poluição Marinha por Lançamento de Detritos, Londres, 1980 (observador). I Assembleia Extraordinária do Fundo Internacional de Compensação para Poluição por Óleo, Londres, 1980 (observador). I e II Sessões do Comitê Especial do Conselho Internacional do Trigo, Londres, 1980 (membro). XX Sessão do Conselho Internacional do Estanho, Londres, 1980 (observador). Comitê Preparatório do VI Acordo Internacional do Estanho, Londres, 1979/80 (observador). XLIV Sessão do Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, Londres, 1981 (delegado). IV Sessão do Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, Londres, 1981 (delegado). XLVI Sessão do Conselho da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, Londres, 1981 (delegado). Conferência Diplomática sobre o Protocolo de Privilegios e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite, Londres, 1981 (delegado). II Sessão da Assembleia das Partes da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite, Londres, 1981 (delegado). XVI Sessão do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, Londres, 1981 (delegado). XLVIII Sessão do Conselho da Organização Marítima Internacional, Londres, 1982 (delegado). XXI Sessão do Comitê de Cooperação Técnica da Organização Marítima Internacional, Londres, 1982 (delegado). V Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Japão, Tóquio, 1983 (delegado). Conferência dos Estados-Partes do Protocolo de Genebra de 1925 e outros Estados interessados, Paris, 1989 (membro). Medalha Mérito Tamandaré, Brasil. Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Prata, IRBr. Ordem do Tesouro Sagrado, 3º grau, Japão.

GELSON FONSECA JÚNIOR

Rio de Janeiro/RJ, 6 de setembro de 1946. Filho de Gelson Fonseca e Cecília Baker Fonseca. Bacharel em Direito, Faculdade de Direito, UEG, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Mestrado em Assuntos Latino-Americanos, Georgetown University. Professor de Relações Internacionais do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr desde 1979. Examinador do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, 1980 a 1987. Membro da Banca do Curso de Altos Estudos desde 1984. Membro da Banca da Prova de Questões Internacionais ao Concurso Vestibular para o CPCD, 1987. Professor nos Cursos IRBr-UNITAR em Cabo Verde e Guiné-Bissau, 1983. Professor convidado do RIAL na área de planejamento político, 1986 a 1988. Diretor do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais, 1987-1989. Terceiro-Secretário, 3 de fevereiro de 1970. Segundo-Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973. Primeiro-Secretário, merecimento, 30 de outubro de 1977. Conselheiro, merecimento, 23 de janeiro de 1980. Auxiliar do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1970/73. Assistente do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1973. Assistente do Chefe da Divisão da África-II, 1976/77. Membro da Equipe de Planejamento Polí-

tico do Itamaraty, 1979/84. Assessor do Ministro de Estado, 1977/84. Ministro de Segunda Classe, merecimento, junho de 1984. Coordenador de Assuntos Bilaterais da Secretaria-Geral, 1985. Washington, Segundo-Secretário, 1973/76. I Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, Washington, 1970 (membro). III Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, Washington, 1971 (assessor). I Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, San José, 1971 (assessor). II Período de Sessões da Assembleia Geral da OEA, Washington, 1972 (assessor). XV Reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana, México, 1973 (assessor). VIII Reunião Anual dos CIES, da OEA, Bogotá, 1973 (assessor). Comitativa do Ministro de Estado das Relações Exteriores à Assembleia-Geral da ONU 1977 (assessor). Comitativa da visita presidencial ao México, 1978 (assessor). Comitativa do Ministro de Estado das Relações Exteriores à Assembleia-Geral da ONU 1978 (assessor). Comitativa da visita Presidencial à Venezuela, 1979 (assessor). Comitativa da visita do Ministro de Estado a Cuba, 1987 (assessor). Comitativa da visita do Secretário-Geral das Relações Exteriores à Argentina, 1987 (membro). Publicações: "Studies on International Relations in Brazil: Recent Times 1950/80" in *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 16, nº 2 "Notas sobre a questão da ordem internacional" in contexto internacional, jul./dez. 87.

HELENA CHAVES DA GRAÇA

Licenciada em Letras-Inglês. Licenciatura Plena em Língua e Literatura Inglesa, Universidade de Brasília, 03/1973 a 07/1975, Mestre em Linguística, Universidade de Brasília, 03/1977 a 11/1979; Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas - Inglês, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Iniciado em março de 85, em andamento. Curso de Semântica, ministrado pelo Prof. Dr. Bernard Pottier (França) - UnB - Brasília - DF, 19 a 24/09/1977, 15 horas. Curso de Análise Sociolinguística, ministrado pelo Prof. Dr. Anthony Naro - UnB - Brasília-DF, 22 a 24/05/1978, 14 horas. Curso de Extensão em Técnicas Audiovisuais de Educação; para professores da UnB, ministrado pelo Prof. Elício Pontes - UnB - Brasília-DF, 06.08.81 a 17.12.81, 40 horas. Seminário: "Aprendizagem da Língua Materna", MEC-INEP - Brasília - DF, 03 a 05/11/1982, 20 horas. Curso de Sociolinguística: uma abordagem quantitativa, ministrado pelo Prof. Dr. Anthony Naro - UnB - Brasília - DF, 02 a 06/05/83 e 01/06/83, 50 horas; Curso de Ensino de Inglês Instrumental, proferido pelo Prof. Dr. John Holmes - UnB. Brasília - DF, 02/06/83 a 24/06/83, 32 horas; Curso de Análise do Discurso, proferido pelo Prof. Dr. David Brazil, maio de 1984, 40 horas; Processos Cognitivos de Leitura e Escrita, curso para crédito de doutorado da PUC/SP, proferido pelo Prof. Dr. Andrew Cohen Hebrew Univ. of Jerusalém, 45 h. Atividades Docentes: Ensino de 1º e 2º graus; Professora de Inglês, concursada da Fundação Educacional do Distrito Federal, tendo lecionado no Centro de Línguas - sediado o Centro de Ensino Médio Elefante Branco - nas 7ª e 8ª Séries do 1º

grau e 2º grau, Brasília-DF; 06/1975 a 02/1976; Professora de Inglês do Colégio Marista - 2º grau, Brasília-DF, 1975. Ensino em Cursos Particulares de Inglês: Professora de Inglês da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Brasília-DF, 1973 a 1974; Professora de Inglês da Brasil-América Sociedade de Inglês S.A. - BRASAS - Brasília-DF, 1973 a 1975. Ensino Universitário: Professora de Inglês, concursada (18/08/75), da Fundação Universidade de Brasília, admitida em 27/05/1976, no Departamento de Letras e Linguística. Atividades Administrativas: Secretária do Exame de Seleção ao cargo de Auxiliar de Ensino do Departamento de Letras e Linguística, 06/09/1977. Chefe da Seção no 2º Vestibular de 1978. Membro da Comissão de Seleção de Monitores, designada pelo Ato do Chefe do Departamento de Letras e Linguística (LEL) nº 27/79, 14/08/1979. Membro da Comissão de Reestruturação do Estágio Supervisionado, nomeada pelo Ato do Chefe do LEL nº 31/79, 13/09/1979. Orientadora de alunos calouros e transferidos a partir do 2º/80 - Código 14107. Coordenadora do Setor de Inglês, nomeada pelo Ato do Chefe do LEL nº 11/81, 09/09/1981. Membro da banca examinadora do Exame Especial de Língua Inglesa (elaboração, aplicação e correção) desde 1º/82. Coordenadora do Setor de Inglês, reeleita por mais um período, designada pelo Ato do Chefe do LEL nº 06/82, 16/09/82. Membro da Comissão para elaboração do Currículo Mínimo do Curso de Letras, para o Conselho Federal de Educação, conforme Ato do Chefe do LEL nº 03/83, 20/04/1983. Representante do Distrito Federal junto ao Grupo de Trabalho do Projeto Nacional Sobre o Ensino do Inglês nos 1º e 2º Graus, 07/1984. Representante Regional - Região Centro-Oeste na Comissão Nacional do Grupo de Trabalho do Projeto Nacional Sobre o Ensino do Inglês nos 1º e 2º Graus, 07/1984. Coordenadora Nacional do Projeto Integração Universidade - 1º e 2º Graus para melhoria do ensino das línguas estrangeiras - Projeto-piloto em língua inglesa, 08/1985. Coordenadora de Treinamento e Reciclagem do Projeto Integração Universidade - 1º e 2º Graus, 08/1985. Coordenadora do Núcleo de Apoio-Piloto sediado na Universidade de Brasília - Departamento de Letras e Linguística, 08/1985. Representante do Departamento de Letras e Linguística junto ao Grupo de Trabalho Universitário (GTU), em convênio com o Projeto Rondon para o Campus Avançado da UnB em Nova Xavantina-MT, 08/85. 2º Suplente da Comissão Nacional do VIII Enpuli, VIII Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua Inglesa, Fortaleza, 07/08/85. Representante do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução na Congregação de Carreira das Licenciaturas de Conteúdo da Univ. de Brasília, 2º/86 - ..., Membro efetivo da Comissão Nacional do VIII ENPULI, por tempo determinado - maio a julho de 1988. Membro efetivo da Comissão Nacional para o IX e X Enpuli. Atividades de Extensão: Coordenadora e Supervisora da Atividade de Extensão: "Inglês para Iniciantes", envolvendo 10 estagiários do Estágio Supervisionado de Inglês 2 e 100 servidores da FUB (Fundação Universidade de Brasília), 24/09/85 a 19/12/85. Coordenadora e Supervisora do Curso de Extensão: Inglês para Servidores da FUB em quatro níveis, contando com a participação de 300 funcionários e 22 estagiários, durante o 1º e 2º semestres de 1986. Coordenadora e Apresentadora (3 palestras) do Seminário de Extensão: O Inglês nos currículos de 1º e 2º Graus. Universidade de Brasília, no período de 4 de agosto a 7 de novembro de 1986. Professora do Curso de

Extensão "Redação em língua inglesa como língua estrangeira - avançado", 2º/86, UnB. Coordenadora e Professora do Curso de Atualização para Professores de língua inglesa da FEDF, sobre "Objetivos, Métodos e Avaliação no Ensino de Língua Inglesa" 32h, 2º semestre de 1987. Coordenadora e Supervisora da Atividade de Extensão: Inglês para Servidores da FUB, em seis níveis e uma turma de conversação, contando com a participação de aproximadamente 200 funcionários e 15 estagiários, 1º semestre de 1987. Coordenadora e Professora do Curso de Atualização para Professores de Inglês da FEDF-3 e 4, "Métodos e Avaliação no Ensino do Inglês", total de 32 h, de agosto a outubro de 1988. Coordenadora e professora do Curso de Atualização para Professores de Inglês da FEDF - 5 e 6, "A Integração em Sala de Aula e Processos de Aprendizagem de uma Segunda Língua", total de 32h cada turma, de fevereiro a maio de 1989.

Trabalhos Realizados - Trabalhos Publicados: Pitman, Helena Graça - Projeto Logos II, Língua Estrangeira Moderna - Inglês; Série 30, Módulo 03. Brasília, DSU/MEC-CETEB, 03/1979. - Idem, *Ibidem*, 2 ed. rev. e alt. 11/1979. Pitman, Helena Graça - Projeto Logos II, Língua Estrangeira Moderna - Inglês; Série 30, Módulo 04 - Brasília, DSU/MEC-CETEB, 03/1979. - Idem, *Ibidem*, 2 ed. rev. e alt. 11/1979. Pitman, Helena Graça - Projeto Logos II, Língua Estrangeira Moderna - Inglês, Série 30, Módulo 05 - Brasília, DSU/MEC-CETEB, 03/1979. - Idem, *ibidem*, 2 ed. rev. e alt. 11/1979. Pitman, Helena Graça - Projeto Logos II, Língua Estrangeira Moderna - Inglês; Série 30, Módulo 06 - Brasília, DSU/MEC-CETEB, 03/1979. - Idem, *ibidem*, 2 ed. rev. e alt. 11/1979. Pitman, Helena Graça - Ortografia: a relação fonema/grafema. Previsibilidade e não-previsibilidade no campo consonantal da língua portuguesa - Brasília, Thesaurus, 1985. 103p. Pitman, Helena Graça - Uma proposta para o Estágio Supervisionado. In: *Anais do VI Enpuli. UFPE, Recife. 1985 - P. 239-247.*

Conferências e Congressos: 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Brasília-DF, 07/1976. XV Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas, Rio de Janeiro - RJ, 07/1977. V Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua Inglesa, São Paulo-SP, 07/1983. VI EMPULI, Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua Inglesa, Recife. - Comunicadora: Uma Proposta para o Estágio Supervisionado, 07/1984. VII ENPULI, Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua Inglesa, Fortaleza, 07/1985. Debatedora da Mesa-Redonda: The Experience of Learning in the Teaching - Practice Situation. Comunicadora: O Processo da Redação Argumentativa em Inglês como Língua Estrangeira. Presidente de Sessão de Comunicações. Palestra intitulada - A Metodologia Centralizada no Aluno (de Estágio Supervisionado) durante o Seminário de Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas e à Tradução, Universidade de Brasília, 26/08/85. Palestra intitulada - O processo cognitivo da redação. Encontros de Linguística (Pós-graduação) - Universidade de Brasília - 23/10/85. Seminário de Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas (Problemas atuais no ensino de línguas), UnB/FEDF. 19, 20, 26, 27/10/85. Coordenadora e Debatedora da Sessão plenária: "Perguntas e afirmações que devem

ser analisadas" – Prof. Dr. Augustinus Staub. 19/10/85. Comunicadora: "Projeto Integração - 1º e 2º Graus para Melhoria do Ensino das Línguas Estrangeiras", 19/10/85. Relatora e Debatedora: "O ensino do português a partir do texto" Prof. Dr. L.A. Marcuschi, 20/10/85. Seminário "Discussão de Problemas Metodológicos na Análise do Protocolo Verbal". Apresentadora. PUC-SP 7/4/86, IV Seminário Nacional do Projeto de Ensino de Inglês Instrumental em Universidades Brasileiras. 05 a 09/05/86, PUC-SP. Teaching about America: Tools and Classroom materials. Washington e outras 10 cidades americanas, no período de 9 de junho a 8 de julho de 1986. Seminário: "O Inglês nos currículos de 1º e 2º Graus, Coordenadora, palestra: "Textbook evaluation", palestra: "Evaluation: types and process", palestra: "Student Evaluation", relatora: "Projeto Integração Universidade 1º e 2º Graus para a Melhoria do Ensino de Língua Estrangeira: Língua Inglesa". Palestra: "The communicative approach". Yázig, 14/11/86. Palestra: "O Ensino da Língua Inglesa no Brasil". Curso de Pós-Graduação na Linguística, UnB, 27/11/86. I ERPULI, Encontro Regional de Professores Universitários de Língua Inglesa, Rio de Janeiro. Relatora do Projeto Integração Universidade/1º e 2º Graus para a melhoria do ensino de língua estrangeira: língua inglesa. Projeto Piloto, julho de 1986. I Seminário Nacional do PIMEI (Projeto Integração Universidade - 1º e 2º Graus para a melhoria do Ensino de Língua Estrangeira: Língua Inglesa. Projeto Piloto. Brasília Jan-Fev/87, Coordenadora - 40h - Palestrante - 12h. IV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, UNICAP, Recife de 9 a 13/03/87. Participante. 40h. Seminário de Avaliação do "Projeto Nacional de Inglês Instrumental em Universidades Brasileiras" - PUC-SP, São Paulo. Participante. 22 a 26 de fevereiro de 1988. 40h. II Seminário Nacional do PIMEI - Relatora e Participante, Recife, maio de 1988, 40h. VIII ENPULI. Universidade de Brasília, Brasília, julho de 1988. Relatora das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico-DF, no período de julho de 1985 a julho de 1988, Participante e Presidente de Mesa-Redonda. III Seminário Nacional do PIMEI - Coordenadora local e participante. Brasília, novembro de 1988, 30h. Palestra sobre o PIMEI, aos professores de instituições privadas de ensino de inglês da América Latina - LAURELS. Brasília, dezembro de 1988. IV Seminário Nacional do PIMEI - Coordenadora local e participante. UnB, Brasília, maio/junho de 1989.

Diversos: Concursos: 6º lugar na categoria "E" no concurso para professores de 5ª e 8ª séries do 1º grau e 2º grau da área de Inglês FEDF (Fundação Educacional do DF), Brasília-DF. 06/75, 3º lugar no Concurso Público para Professores de Língua Inglesa da Universidade de Brasília, Brasília-DF, 08/75. Progressão Funcional na UnB: Admitida em 27/05/76, para o Cargo de Auxiliar de Ensino-DE. Reclassificada em 15/09/80, para o Cargo de Professor Colaborador II-DE. Enquadrada no nível Assistente I-DE, em 01/03/83. Reconsideração do enquadramento do nível Assistente MSB-3, para Assistente MSB-4 a partir de 21/02/86. Diplomas de Inglês: Certificate of Proficiency in English - University of Cambridge, 1973. Certificate of Proficiency in English - University of Michigan, 1973. Estudos no Exterior: Aluna da St. Paul Academy, Montreal, Canadá, 02/68 a 09/68. Aluna da Marymount High School, Montreal, Canadá. 09/68 a 06/70. Aluna da Loyola College, Faculty of Engineering, Montreal Canadá, 09/70 a 05/71.

ISSA ANTÔNIO BONDUKI

Licenciado em Ciências Econômicas e Políticas, Faculdade de Direito, Universidade Libanesa de Beirute. Professor de Língua Árabe, História e Geografia, Homs, Síria, 1948/54; Diretor do Colégio Diddi-Tripoli, Líbano, 1955/56; Diretor do Colégio de Dhour-el-Choueir, Líbano, 1956/57; Redator de assuntos econômicos do jornal Sada-Luban, Líbano, 1956/59. Professor de Língua Árabe no Instituto de Cultura Árabe-Brasileira (ICAB). Tradutor de árabe.

JEAN-FRANÇOIS CLEAVER

Licenciatura em Português e Espanhol na Université de Provence-1973. Mestrado em Civilização Espanhola na Universidade supracitada, 1974. Estágio de ensino audiovisual de francês na Aliança Francesa de Paris, 1973. Funções de Tradutor-Intérprete e Técnico em Assuntos Educacionais, MEC/SEPS, MEC/INEP, MEC/SG/SEAI, de 1980 a 1986. Presta serviços de Tradutor-Intérprete à Fundação Cabo Frio e outros órgãos públicos. Professor de língua francesa em: CEUB, 1976; Escola Francesa de Brasília, 1976; Aliança Francesa de Bogotá, 1977-1978; Eletronorte, 1979; Escola Americana de Brasília, 1980; Ministério da Saúde, 1980; MEC, 1980-1985; Rio Branco, 1985-1989; IBRAF, 1986. Professor de língua espanhola em: Education Nationale, da França (1975-1976); Centro de Cultura Hispânica do Brasil (1976 e 1979); Escola Americana de Brasília (1980).

JORGE LUIZ FONTOURA NOGUEIRA

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná, é Doutor em Direito Internacional pela Università degli Studi de Parma e pela Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, da USP. Possui os cursos de especialização em Direito Internacional da Comissão Jurídica Interamericana, da Organização dos Estados Americanos, da Academia de Direito Internacional da Haia e da SIOI - Società Italiana por l'Organizzazione Internazionale, sede de Milão. Como bolsista da ONU participou do UNITAR International Programme, junto à Corte Internacional de Justiça e como aluno do Curso de Preparação às Funções Internacionais da SIOI/Ministero degli Affari Steri, da Itália, realizou viagem de estudos ao Parlamento Europeu, sede de Luxemburgo, Comissão das Comunidades Europeias e OTAN, em Bruxelas, e OCDE, em Paris. Como títulos universitários possui a 1ª colocação no concurso vestibular à Faculdade de Direito da UFP, 1972, e a menção de Summa cum Laude em sua tese de doutorado "Evoluzione Storica e Recenti Svilupp del Diritto

Nucleare", defendida na Universidade de Parma, em 24 de julho de 1981. Professor titular de Direito Internacional Público, do Instituto Rio Branco, desde 1986, exerce o cargo de Assessor Legislativo de Relações Exteriores do Senado Federal, após ter sido aprovado em concurso nacional de provas e títulos, em 1985, à disposição da Assembléia Nacional Constituinte, no biênio 87/88. Foi colaborador da editoria de política internacional do "Correio Braziliense", onde também publicou inúmeros artigos no caderno especial "Questões". Colaborou ainda no jornal "JOSE", com artigos de política externa e críticas literárias. Possui as seguintes publicações: "Evoluzione Storica e Recenti Sviluppi del Diritto Nucleare", tese de doutoramento, Universidade de Parma, 1981; "O Legislativo e a Política Externa", Edições Técnicas do Senado Federal, 1986; "Derecho Antartico", nos "Anais da Conferência da Interamerican Bar Association", Buenos Aires, 1986; Lesões do Nascituro e Danos Genéticos de Origem Nuclear, na "Revista do Tribunal de Justiça do DF", nº 14; Responsabilidade Civil Nuclear, "Revista do Instituto dos Advogados do DF", nº 8/84; El Derecho Internacional y el Narcotráfico, texto de conferência proferida como professor visitante da Universidade Nacional de Assunção, 1984; Crise de credibilidade do Direito Internacional IBRAPE/Brasília, 1984; Uma nova metodologia para o Ensino do Direito Internacional, trabalho realizado para o XI Curso da Comissão Jurídica Interamericana, Rio de Janeiro, 1985. Examen las cláusulas sobre solución pacífica de conflictos en los tratados vigentes sobre cooperación e integración latinoamericanos, nos Anais do "Seminario sobre Integración Solidaria para el mantenimiento de la Paz en América Latina, IEAEL, Instituto de Altos Estudios de América Latina, Caracas, 1988; Il Diritto dell'Ambiente nella nuova Costituzione Brasiliana, "Rivista Giuridica dell'Ambiente", nº 2, anno IV, Giuffrè Editore, Milão, Tutela Jurídica das Espécies Ameaçadas, "DCI", Brasília, junho de 1991; Il Brasile e il Diritto del Mare, texto de conferência realizada na Universidade de Parma, em 5 de fevereiro de 1991, Gráfica Editora Ideal, Brasília, 1991; Imunidades Diplomáticas: novas posturas do direito brasileiro, "Revista de Doutrina e Jurisprudência do Tribunal de Justiça de Brasília-DF", nº 14; Os desafios jurídicos da Engenharia Genética, "DCI", Brasília-DF, junho de 1991, Conselheiro da OAB-DF, como representante do Instituto dos Advogados de Brasília, do qual é membro-efetivo, foi indicado para participar da Banca Examinadora do Concurso de Procurador da República, em 1988; é membro-efetivo da Interamerican Bar Association, Washington, D.C., na qual compõe os comitês permanentes de Direito Internacional e Ensino Jurídico.

FRANCISCO REZEK

Nascido em Cristina-MG, em 18 de janeiro de 1944. Casado com Dona Myreia Rezek, tem quatro filhos: Adriana Cristina de Castro Rezek, Verônica Suzana Maria de Castro Rezek, Francisco José de Castro Rezek e João Paulo de Castro Rezek. I. Formação Universitária: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universi-

dade Federal de Minas Gerais-UFGM, (1962/1966). Orador da turma de 1966. Doutor em Direito Público pela Faculdade de Direito da UFGM (1966/1967). Bolsista da Interamerican University Foundation para viagem aos Estados Unidos da América (julho/agosto de 1965). Curso de extensão na Universidade de Havard em Instituições Americanas; Problemas do Desenvolvimento Econômico. Bolsista do Governo francês em nível de pós-graduação (1967/1968; 1970). Integrante, ao lado de outros quatorze professores de nacionalidades diversas, do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Internacional e Relações Internacionais da Academia de Direito Internacional da Haia, havendo obtido diploma comprobatório do desempenho individual (agosto/setembro de 1968). Doutor em Direito Internacional Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Paris, mediante defesa da tese *La Conduite des Relations Internationales dans le droit constitutionnel latinoaméricain*, em 2 de outubro de 1970, perante júri integrado pelos Professores Georges BERLIA e Roger Schwartzemberg, e presidido pelo Professor Georges Vedel, Deão da Faculdade de Direito da Universidade de Paris e patrono da tese. Menção Honorífica. Pesquisador-visitante da Universidade de Paris, a convite do Governo francês (outubro/novembro de 1973). Pesquisador de nível pós-doutoral na Universidade de Oxford, Grã-Bretanha, em Direito Público comparado, sob o patrocínio do Conselho Britânico. Titular do Diploma in Law da Universidade de Oxford, mediante defesa da tese *Reciprocity as a Basis of Extradition* (outubro de 1978/julho de 1979).

II. *Magistério Superior*: Professor Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, mediante concurso público de provas e títulos em que obteve o primeiro lugar na área do Direito Internacional (fevereiro de 1970). Professor de Direito Internacional Público no 5º ano do curso de Bacharelado, e de Relações Internacionais no 2º ano do curso de Doutorado, na Faculdade de Direito da UFGM (1970, 1º semestre). Membro da Congregação. Professor Titular da Universidade de Brasília, atuando nas áreas do Direito Internacional Público (cursos de graduação e pós-graduação) e do Direito Constitucional (curso de pós-graduação). Ingresso em abril de 1971. Chefe do Departamento de Direito da Universidade de Brasília, mediante nomeação pelo Reitor, após eleição pelo colégio departamental para o primeiro lugar em lista sêxtupla (junho de 1974/setembro de 1976). Diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, nomeado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura em 20 de outubro de 1978, havendo assumido o exercício do cargo em 1º de agosto de 1979, e pedido exoneração em 13 de setembro seguinte, quando nomeado Subprocurador-Geral da República. Professor no Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, de agosto de 1976 a dezembro de 1982, ministrando Teoria Geral do Direito Público e Direito Internacional Público, respectivamente no primeiro e no segundo ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Conferencista no Instituto Rio Branco, nos anos subseqüentes. Examinador de Direito nos exames vestibulares ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, promovidos pelo Instituto Rio Branco entre 1977 e 1982. Examinador de Direito Constitucional e Direito Internacional Público nos concursos de acesso direto à Carreira de Diplomata, promovidos pelo Instituto Rio Branco em 1977 e 1978. Professor de Direito Internacional nos Ciclos de Treinamento de

Especialistas em Promoção Comercial do CENDEC (1977, 1988). Membro da Comissão Examinadora em concurso público promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais para Auxiliar de Ensino de Direito Internacional Público (1971). Membro da Comissão Examinadora de tese de doutoramento em Direito Internacional, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (1975). Membro da Comissão de Implantação e primeiro Coordenador do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília (1974/1975), credenciado pelo Conselho Federal de Educação através do parecer nº 519/77. Membro da Congregação de Carreira do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília (1975/1977). Membro da Comissão de Honra e integrante de debates no I Fórum Nacional de Ciências Jurídicas e Sociais, promovido em Brasília (agosto de 1976). Mediador no debate sobre a Natureza Jurídica das Fundações, promovido pelo Departamento de Direito da Universidade de Brasília (outubro de 1976). Coordenador do Curso de Extensão sobre a Integração Latino-Americana, promovido pelo Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (julho de 1977). Presidente da Mesa-redonda sobre o Estado atual das relações entre a experiência de integração na América Latina e na Europa, promovida pelo Conselho Europeu de Investigações sobre a América e pela Comissão das Comunidades Européias, na Universidade de Brasília (setembro de 1982). Examinador nas provas de ingresso ao Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília. Orientador e examinador de dissertações de Mestrado, desde 1976. Participante no debate sobre "A Importância do Direito na Formação do Diplomata", presidido pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores (novembro de 1979). Coordenador do Curso de Extensão sobre a Imunidade dos Estados Estrangeiros e de seus Agentes à Jurisdição Local, promovido pela Universidade de Brasília (novembro de 1971). Conferencista no referido curso: O Aspecto Criminal da Imunidade. Conferencista na Universidade Federal de Santa Catarina: As Relações Internacionais no Direito Constitucional Brasileiro (outubro de 1975). Conferencista no II Fórum Nacional de Ciência Jurídicas e Sociais: A Disciplina Internacional da Nacionalidade (agosto de 1977). Conferencista no Curso de Extensão sobre Ciência Política, promovido pela Universidade de Brasília (maio/junho de 1978): Formas de Estado e Governo. Conferencista no Estágio Profissionalizante dos diplomatas admitidos por concurso de acesso direto, organizado pelo Instituto Rio Branco (janeiro de 1978): Diplomacia e Ordem Jurídica. Conferencista no seminário Teoria e Prática das Relações Internacionais, promovido pela Universidade de Brasília: A Condição Jurídica dos Funcionários Internacionais (novembro de 1979). Conferencista no Estado-Maior do Exército: Os Grandes Temas Doutrinários na América Latina (outubro de 1980) e A Carta da Organização dos Estados Americanos e a Perspectiva Atual do Panamericanismo (novembro de 1980). Conferencista no simpósio sobre Desburocratização do Judiciário, promovido pela Universidade de Brasília. Arbitragem Comercial e Desburocratização (junho de 1981). Debatedor no seminário internacional sobre Arbitragem promovido pela Universidade de Brasília (novembro de 1981). Conferencista na Universidade Católica do Paraná: O Sistema Universitário e a Realidade Brasileira Contemporânea (março de 1982). Conferencista no ciclo de

Direito Internacional da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília: O Comprometimento Externo da República (março de 1982). Conferencista no seminário sobre o Supremo Tribunal Federal, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo: Os Processos Oriundos de Estados Estrangeiros (maio de 1982). Conferencista no curso de Introdução à Ciência Política para jornalistas, promovido em conjunto pela Universidade de Brasília e pela Fundação Roberto Marinho: O Estado Brasileiro e sua Organização Política (agosto de 1982). Conferencista no curso de extensão "O Direito Constitucional Brasileiro no Final do Século XX", promovido pela Universidade de Brasília: A Experiência Constitucional do Império do Brasil (agosto de 1982). Conferencista na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Ministério Público e Auto-Controle do Poder (outubro de 1982). Conferencista na Universidade Federal de Minas Gerais: O Controle Judiciário da Constitucionalidade das Leis (agosto de 1983); O Supremo Tribunal e a Assembléia Nacional Constituinte (agosto de 1986). Conferencista na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Alguns temas tributários na jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (novembro de 1983). Conferencista na Universidade de São Paulo: A representação por inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (novembro de 1983). Conferencista na sessão exterior da Academia de Direito Internacional da Haia (Brasília, outubro/novembro de 1983); Fontes do Direito Internacional: Uma perspectiva brasileira. Conferencista no ciclo de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília: Variantes da Extradicação e Direitos Humanos (junho de 1984). Conferencista no seminário de Direito Internacional Público promovido pelo Instituto Brasiliense de Pesquisas Jurídicas: Governo e Parlamento na Celebração de Tratados Internacionais (dezembro de 1984). Professor na Academia de Direito Internacional da Haia, em julho de 1986: Droit Comparé et Droit International en Matière de Nationalité.

III. Ministério Público Federal/Magistratura – Procurador da República de primeira categoria, mediante concurso público de provas e títulos, em que obteve o segundo lugar na classificação nacional (1972); duas vezes promovido por merecimento (1973, 1974). Membro da Comissão designada pelo Procurador-Geral da República para elaborar o anteprojeto de Lei Orgânica do Ministério Público da União (1974). Representante do Ministério Público Federal na Comissão designada pelo Procurador-Geral da República para elaborar o anteprojeto de Lei Complementar sobre a organização do Ministério Público (1977). Subprocurador-Geral da República, nomeado por Decreto de 13 de setembro de 1979, e empossado em 18 de setembro, com exercício na Procuradoria Geral da República e atuação junto ao Supremo Tribunal Federal. Ministro do Supremo Tribunal Federal, mediante nomeação pelo Presidente da República, com a aprovação do Senado Federal. Empossado em 24 de março de 1983.

IV. Outras Atividades: Advogado Judiciário do Estado de Minas Gerais; Assessor de Planejamento e Controle do Secretário de Estado de Administração (1967/1970). Secretário Jurídico do Ministro Bilac Pinto no Supremo Tribunal Federal (1970/1972). Membro da Comissão Examinadora em concurso público

promovido pelo Senado Federal para Assessor Legislativo (1972). Membro da Comissão Examinadora em concurso público promovido pelo Tribunal de Contas da União para Auditor (1975). Membro Suplente da Comissão Examinadora em concurso público promovido pelo Conselho de Justiça Federal para Juiz Federal (1975). Coordenador do Grupo de Trabalho instituído por Portaria Interministerial (Justiça-Fazenda-Planejamento) para equacionar, mediante projeto de lei, o problema da guarda e do destino dos bens apreendidos em casos de contrabando e descaminho (outubro de 1974/janeiro de 1975). Delegado do Brasil às três sessões da Conferência Diplomática para a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário Aplicável aos Conflitos Armados (Genebra, 1974/1975/1976). Presidente da Banca Examinadora de Direito e membro da Banca Examinadora de Títulos em concurso público promovido pela Câmara dos Deputados para Assessor Legislativo (1977). Representante do Ministério da Justiça no Grupo de Trabalho Interministerial incumbido de examinar o Protocolo Adicional às Convenções de Genebra sobre Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados (1977/1978). Membro da Comissão designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores para a Instrução dos processos decorrentes da Lei de Anistia nos quadros do Itamaraty (dezembro de 1979). Membro da Comissão designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores para examinar as teses apresentadas por diplomatas inscritos no Curso de Altos Estudos (julho de 1982 a maio de 1986). Membro da Comissão designada pelo Presidente da Câmara dos Deputados para o julgamento das obras que concorreram ao 3º Prêmio Poder Legislativo (1982). Assessor extraordinário do Ministro-Chefe do Gabinete Civil do Presidente da República (João Leito de Abreu-agosto de 1981 a março de 1983).

V. Publicações: Droit des Traités: Particularités des actes constitutifs d'organisations internationales; Academia de Direito Internacional, Haia, 1968. La Conduite des relations internationales dans le droit constitutionnel latinoaméricain, tese de doutoramento, edição subvencionada pela Universidade de Paris; Dactylo-Sorbonne, Paris, 1970. Comunicações de massa na constituição brasileira, in Notícia de Direito Brasileiro, nº 2; Universidade de Brasília, 1972. As relações internacionais na constituição da Primeira República, in Arquivos do Ministério da Justiça, nº 126; Imprensa Nacional, Brasília, 1973. O Princípio da Nacionalidade e a Aplicação da Lei Penal Brasileira, in Boletim do Departamento de Polícia Federal; Brasília, 1973. Perspectiva do Tratado Institucional, in Notícia do Direito Brasileiro, nº 3; Universidade de Brasília, 1975. A questão da nacionalidade após a Lei 6.092/74, in Notícia do Direito Brasileiro, nº 4; Universidade de Brasília, 1976. Perspectiva do Regime Jurídico da Extradicação, in Estudo de Direito Público em Homenagem a Aliomar Baleeiro; Universidade de Brasília, 1976. Segunda edição in Relações Internacionais, nº 1; Câmara dos Deputados, Brasília, 1978. O Jusc colonialismo na Teoria da Responsabilidade Internacional, in Notícia do Direito Brasileiro, nº 5; Universidade de Brasília, 1976. Organização Política do Brasil, obra encomendada pelo Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, para integrar a bibliografia básica do Curso de Altos Estudos; Brasília, 1976. Segunda edição: Unidade I da série Estudos de Problemas Brasileiros; Universidade de Brasília, 1981.

A Disciplina Internacional da Nacionalidade, in Letras Jurídicas - Revista do Instituto dos Advogados do Distrito Federal, nº 1; Brasília, 1977. Aspectos Elementares do Estatuto da Igualdade, in Atualidades da Revista Forense, nº 3; Rio de Janeiro, 1977. Segunda edição in Boletim do Ministério da Justiça, nº 277; Lisboa, 1978. Terceira edição in Revista Jurídica, nº 88; Porto Alegre, 1978. Conselho de Estado. Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros (Direção geral, introdução e notas), edição da Câmara dos Deputados e do Ministério das Relações Exteriores, 1º Volume (1842-1845) editado em junho de 1978; 2º Volume (1846-1853) editado em janeiro de 1981, 4º Volume (1854-1857) editado em novembro de 1981; Serviço Gráfico do Senado Federal, Brasília. A Nacionalidade à luz da obra de Pontes de Miranda, in Revista Forense, nº 263; Rio de Janeiro, 1979. Variantes da Extradicação e Direitos Humanos, in Arquivos do Ministério da Justiça, nº 151; Imprensa Nacional, Brasília, 1979. Constitucionalidade do Empréstimo Compulsório de 1980, in Revista Forense, nº 277, Rio de Janeiro, 1982. Limites Constitucionais da Liberdade de Trabalho, in Revista do Serviço Público, vol. 110-2; DASP-FUNCEP, Brasília, 1982. Reciprocity as a basis of extradition, in British Yearbook of International Law, nº 52; Oxford, 1982. Alcance do veto fundado em contrariedade ao interesse público, in Revista Forense, nº 278; Rio de Janeiro, 1982. Algumas centenas de pareceres, proferidos em nome do Ministério Público, em processos da competência do Supremo Tribunal Federal, e transcritos, no todo ou em parte, na sua Revista Trimestral de Jurisprudência; Imprensa Nacional, Brasília, 1973/1983. Direito dos Tratados; Cia. Editora Forense, Rio de Janeiro, 1984 (XXIV + 628 pp.). Traité de Droit International Humanitaire (Capítulo X); obra coletiva editada pela UNESCO e pelo Institut Henry Dunant, de Genebra; Paris, Pedone, 1986. Le Droit International de la Nationalité; Recueil des Cours de L'Académie de Droit International, Haia, 1986.

VI. Ministro de Estado das Relações Exteriores, a partir de 15 de março de 1990, desempenhou as seguintes missões principais: Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo do Rio. México, 29 e 30 de março de 1990. Conferência Ministerial Mundial para reduzir a Demanda de Drogas e para Combater a Ameaça da Cocaína. Londres, 9 de abril de 1990. Reunião Ministerial Grupo do Rio/CEE. Dublin, 10 de abril de 1990. Reunião Ministerial Grupo do Rio/Países do Leste Europeu. Budapeste, 12 de abril de 1990. Visita de Trabalho aos Estados Unidos da América. Washington, 10 de maio de 1990. Reunião de Cúpula de Consulta e Cooperação Sul-Sul. Kuala Lumpur, 31 de junho de 1990. Simpósio sobre Aquecimento Global e Desenvolvimento. São Paulo, 12 de junho de 1990. Visita Oficial à França e Portugal, 28 de junho a 2 de julho de 1990. Visita Oficial à Argentina, 05 e 06 de julho de 1990.

VII. Distinções: Paraninfo da primeira turma de graduados em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (julho de 1978). Patrono, paraninfo ou homenageado especial dos graduados em Direito ou Relações Internacionais pela Universidade de Brasília em julho de 1975, julho de 1976, dezembro de 1976, julho de 1978, julho de 1980, dezembro de 1980, dezembro de 1982, dezembro de 1983, dezembro de 1984, julho de 1985 e julho de 1986.

VIII. *Condecorações*: Nacionais: Gran-Cruz da Ordem de Rio Branco (1979; 1982); Gra-Cruz da Ordem do Mérito Naval; Gran-Cruz da Ordem do Mérito Militar (1982); Gran-Cruz da Ordem do Mérito Aeronáutico (1982); Gran-Cruz da Ordem do Mérito das Forças Armadas; Gran-Cruz do Mérito Judiciário do Trabalho (1982; 1983); Gran-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar (1984); Medalha da Inconfidência (Grande Medalha). *Estrangeiras*: Ordem Nacional do Mérito - Portugal - (Grã-Cruz); Gran-Cruz de la Orden del Libertador San Martín (Argentina); Grã-Cruz da Ordem "Al Mérito" (Chile) e Ordem Nacional "Cóndor de los Andes" (Bolívia).

JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL

Vitória/ES, 02 de março de 1946. Filho de Victor Hugo Pimentel e Sonia de Sá Pimentel. Bacharel em Direito, FD/URJ. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. II Curso para Chefes de SECTECs. Curso de Altos Estudos, IRBr. Terceiro Secretário, 03 de fevereiro de 1970. Segundo Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973. Primeiro-Secretário, merecimento, 12 de dezembro de 1978. Conselheiro, merecimento, 16 de junho de 1982. Ministro de segunda classe, merecimento, em dezembro de 1989. Washington, Segundo-Secretário, 1974/76. Santiago, Segundo-Secretário, 1977/79. Paris, Conselheiro, 1983/86. Guatemala, Conselheiro, 1986/1988. Chefe da Divisão da América Central e Setentrional, 1988/90. Secretário de Imprensa, 1990. IV Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Assunção, 1971 (assessor). Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Punta del Este, 1972 (assessor). Reunião do Grupo de Peritos do Projeto A-4 (Navegação), Buenos Aires, 1972 (delegado). XII Período de Sessões Ordinárias da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, 1972 (assessor). IV Reunião do Grupo de Peritos do Projeto A-4 (Navegação), Buenos Aires, 1973 (delegado). V Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-França, Paris, 1983 (delegado). BIRD. Grupo do Caribe para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (GCCDE), Reunião dos Países Doadores, Paris, 1983 (delegado). Clube de Paris. Reescalamento da dívida externa do Brasil, Paris, 1983 (membro). Comitê Executivo da Comissão Sericícola Internacional, Lyon, reunião de 1983/86 (delegado). Clube de Paris. Polônia. Reuniões do Grupo de Credores, Paris, 1984/86 (delegado). VI Reunião da Comissão Mista de Transporte Marítimo Brasil-França, Paris, 1984 (delegado). XVII Conferência Geral de Pesos e Medidas da Organização Internacional de Metrologia Legal, Paris, 1984 (membro). Clube de Paris. Reescalamento da dívida externa da Costa Rica, Paris, 1985 (chefe). Clube de Paris. Reescalamento da dívida externa da Zâmbia, Paris, 1985 (chefe). Reescalamento da dívida externa do Togo para com o Brasil, Paris, 1985 (chefe). Reescalamento da dívida da Polônia para com o Brasil, Varsóvia, 1986 (chefe). BIRD. Reunião dos Países Doadores e Credores da Mauritânia, Paris, 1985 (delegado). BIRD. Agência de Desenvolvimento Internacional. Programação

dos Financiamentos, 1987/90, Paris, 1986 (delegado). XVI Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, Guatemala, 1987 (membro). Ordem de Rio Branco, Comendador, Brasil. Medalha Mérito Tamandaré, Brasil. Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile.

JOSETTE PERROUD

Maîtrise de Français Langue Etrangère 1989. Licence de Lettre Modernes - 1978. Licence d'Italien - 1968. Diplôme d'aptitude à l'enseignement du Français par les méthodes audio-visuelles délivré par le C.R.E.D.I.F. - 1971. Certificats d'Etudes Supérieures: C2 de Sciences de l'Education, préparation de la maîtrise. C1 d'Etudes Cinématographiques, Psychologie Générale, Psychologie de l'Enfant, Psycho-pathologie. Formation de Vendeurs en Alternance (1982-1988): Enseignement en expression communication; Chargée de la coordination: recherche des entreprises, recrutement, suivi des stagiaires. Formation de Jeunes Européens (Anglais, Allemands, Italiens, Irlandais) (1980 à 1985): Enseignement: initiation et perfectionnement en Français Langue Etrangère; Coordination, recherche des entreprises, suivi des stagiaires; Animation culturelle: Visites guidées de réalisations industrielles et commerciales (aéroport, gares, barrages, sites nucléaires, usines et laboratoires divers, banques grands magasins...) et de réalisations culturelles (musée, auditorium, spectacles, concerts...); Encadrement (traduction en Italien) de stages de C.E.E. sur: les énergies nouvelles, l'agriculture. Expression Communication - Sensibilisation à la qualité pour salariés d'entreprises (1986-1987). Français langue étrangère pour demandeurs d'emploi illettrés (1987-1988).

KORI YAANE BOLÍVIA CARRASCO COSTA

Bacharela em Humanidades, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz. Curso de Idiomas, Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Departamento de Linguística e Idiomas, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz. Licenciatura e Mestrado em letras, Universidade de Brasília. Cursos de Arte Espanhola, Gramática em grau superior, Literatura Espanhola em grau superior, História da Espanha, Escuela de Verano Española, Madri. Curso de Teatro, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz. Cursos de Poesia Brasileira do Período Modernista, Surrealismo na Literatura Francesa, Teatro Brasileiro e Dramaturgia, Universidade de Brasília. Professora de Lógica para vestibulandos, Universidade de La Paz, 1969. Monitora de Língua Portuguesa, UnB, 1978/79. Professora de Português para Estrangeiros, UnB, 1979. Professora de Língua e Literatura Espanhola, Instituto de Cultura Hispânica, desde 1978. IV Reunião Nacional de Poetas, La Paz, 1975. I Congresso de Escritores e Poetas, La Paz, 1975. IX, X, XI, XII, XIII, XV e XVII Simpósios de Literatura,

Brasília, 1977/85. XXVIII Assembléia de Delegados da Confederação Mundial das Organizações dos Profissionais de Ensino, Brasília, 1980. Membro do Teatro Universitário de "San Andrés", Universidad do Teatro Universitário de "San Andrés", Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, 1969/71. Membro do "Teatro Alianza Francesa", La Paz, 1971/84. Secretária de Difusão e Promoção da Nova Literatura, do Primeiro Diretório da União Boliviana de Escritores, La Paz. Membro fundador da União Boliviana de Escritores, La Paz. Autora de livros de poesia e artigos diversos, publicados em La Paz. I Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, outubro/1985, RJ

LUCÍLIA HELENA DO CARMO GARCEZ

Licenciada em Letras, Língua e Literatura Portuguesa (1972); Mestra em Teoria da Literatura (UnB-1980); Cursos de atualização: Técnica de cultura jornalística (1966); Literatura de Cordel (1970); Comunicação e Expressão Através da Imagem e do Som (1976); Cinema e Literatura (1977); Romance Brasileiro Moderno (1977); Produção Editorial e Gráfico-Industrial (1981); Capacitação de Técnicos de Editores Universitárias Brasileiras (1983); Análise do Discurso: contribuições para o ensino de línguas (1986); Entendendo o Processo de Leitura (1987). Atividades profissionais; Professora do Curso de Letras da Universidade Federal de Sergipe (1975 a 1977); Professora do Curso de Pós-Graduação em Letras do CEUB (1985). Coordenadora de Apoio ao Desenvolvimento Social e Cultural do Ensino Superior, SESU-MEC (1985); Professora colaboradora da Fundação Getúlio Vargas (1987); Professora Colaboradora da Escola Nacional de Aperfeiçoamento do Serviço Público – ENAP (1988); Consultora do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação, CEDATE-MEC; Consultora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, INEP-MEC; Consultora do MEC para reconhecimento de cursos superiores de Letras; Coordenadora do Programa de Integração da Universidade com 1º grau, Projeto Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem de Português. Professora Assistente IV, do Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula da Universidade de Brasília (a partir de 1986).

LUIZ CLÁUDIO ETCHEBERT MARINHO

A. *Estudos Superiores*: Faculdade de Direito da Universidade Católica do Rio de Janeiro, de 1960 a 1964: Advogado; Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 1963 a 1966: Economista; Programa de estudos Latino-Americanos para Graduados – Escolatina, Universidade do Chile, de 1969 a 1970: M.Sc. em Economia.

B. *Cargos Desempenhados*: Secretário Privado do Jurista Embaixador Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, de 1960 a 1964; Investigador do Centro de

Desenvolvimento Econômico, CEPAL/BNDE, Rio de Janeiro, 1965-1966; Economista investigador e professor do Centro de Desenvolvimento Econômico, CEPAL/BNDE, Rio de Janeiro, 1967; Consultor do Instituto Latino-americano de Planificación Económica y Social ILPES/Naciones Unidas – Coordenador do Programa de Capacitação do Instituto no Brasil, Rio de Janeiro, 1968; Economista da Comisión Económica para América Latina – CEPAL/Naciones Unidas; Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento Econômico, Santiago do Chile, 1970-1971; Professor do Programa de Capacitação do Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social -- ILPES/Naciones Unidas, Santiago do Chile, 1971-1975; Economista da Comisión Económica para América Latina – CEPAL/Naciones Unidas, Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento Econômico, 1976-1980; Economista da Unidade Conjunta CEPAL/CET (Centro sobre Empresas Transnacionais das Nações Unidas), 1981-1983; Diretor da Unidade Conjunta CEPAL/CET, 1984-1985; Diretor do Escritório da CEPAL no Brasil: de 1986 até a presente data.

C. *Experiência Docente*: Professor titular da cátedra de Macroeconomia, na Faculdade de Economia e Política do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1967-1968; Professor titular (por concurso), da cátedra de Contabilidade Social, da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1968; Professor titular das cátedras de Análise Econômica, Teoria do Desenvolvimento Econômico e Economia Brasileira, dos cursos intensivos de treinamento em problemas de desenvolvimento econômico, ILPES: Brasil, 1966-1969 (Professor em 12 cursos); Professor titular da cátedra de Introdução à Economia II, Escuela de Economía, Universidad de Chile; Santiago do Chile, 1970; Professor titular da cátedra de Introdução à Economia I, Escuela de Economía, Universidad de Chile, Santiago do Chile, 1971, Professor da cátedra de Análise Econômica, Centro Interdisciplinar de Desarrollo Urbano y Regional, Universidade Católica de Chile, Santiago do Chile, 1971; Professor titular das cátedras de Estrutura e Funcionamento do Sistema Econômico, Teoria do desenvolvimento econômico e Política Econômica, no Programa de Capacitación del Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, ILPES/Naciones Unidas – Um total de 20 cursos em Santiago do Chile e vários países da América Latina, 1971 a 1975; Professor da cátedra de Desenvolvimento Econômico dos cursos de Planificación y Desarrollo, Programa Nacional de Capacitación Tecnológica de la Secretaría de la Presidencia, México de 1973 a 1975; Professor da cátedra de Desenvolvimento Econômico, no Curso de Impacto Ambiental, realizado pelo Centro Internacional de Formación en Ciencias Ambientales – CIFCA/PNUMA, Governo Espanhol, Madrid, 1976; Professor titular da cátedra de Desenvolvimento Econômico, nos cursos de Planificación y Política Econômica, do Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, ILPES, em Santiago do Chile, 1976 a 1989 – 15 cursos; Professor da cátedra de Desenvolvimento Econômico, no Curso de Desarrollo Rural Integral, Centro de Estudios Regionais; Rechovot, Israel, 1978; Professor da cátedra de Desenvolvimento Econômico, nos Cursos do Centro de Treinamento para Desenvolvimento Econômico (CENDEC), Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Brasília, 1975 – 5 cursos – 1986. Professor da cátedra de Experiência e Pensamento sobre o Desenvolvimento da América Latina, no Curso

sobre Processo e Problemas do Desenvolvimento na América Latina, Instituto de Cooperação Iberoamericana, Madrid, 1980 a 1989 – 10 cursos. Professor da cátedra de Economia e Comércio Latino-Americano do V. Curso de Especialização sobre América Latina – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados – Universidade de Brasília – 1988; Professor titular da cátedra de Economia – Instituto Rio Branco – Ministério das Relações Exteriores – Brasília – 1988, 1989.

D. *Trabalhos Publicados*: Colaborador nas seguintes pesquisas publicadas pelo Escritório CEPAL/ILPES no Brasil: 1) “15 Años de Política Económica en Brasil”, 1965; 2) “Brasil, 1966: Un Estudio sobre la Economía Brasileña”, 1966; 3) “Planificación Estatal en Brasil”, 1967. Co-autoria: 1) “Tendencias y Estructuras de la Economía Latinoamericana” – CEPAL, Estudio Económico para América Latina, 1970; 2) “O Pensamento da CEPAL”, Ed. Ianamá, Salvador, 1988. Autor de: 1) “Los Clássicos, Keynes y la desocupación”, Universidade de Campinas, São Paulo, 1970; 2) “Consideraciones sobre la Teoría Keynesiana del Ingreso” – ILPES, Santiago do Chile, 1971; 3) “La Inflación Reciente en seis Países Latinoamericanos – El caso de Brasil” – CEPAL, Estudio Económico da América Latina, 1974; 3) “A Inflação Recente no Brasil e na América Latina”, juntamente com Aníbal Pinto, Héctor Assael e Arturo Nuñez del Prado. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1978; 4) “Tendencias en la Economía de América Latina”. América Latina: Economía y Cooperativismo, Intercoop Ed., Buenos Aires, 1978; 5) “Curso de Economía”, juntamente com Aníbal Pinto e Carlos Fredes. Entrelivros Editora, Rio de Janeiro, 1979; 6) “Las Empresas Transnacionales y la Modalidad Actual de Crecimiento Económico de América Latina: Algunas Consideraciones”. Revista nº 14 da CEPAL, agosto de 1981; 7) “Las Relaciones de América Latina con los Estados Unidos – Empresas Transnacionales”, juntamente com Eugenio Lahera. SELA, Caracas, agosto de 1981; 8) “La CEPAL y las Concepciones del Desarrollo en América Latina”. Brasília, mimeo – 1988.

LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA

Rio de Janeiro/RJ, 16 de julho de 1945. Filho de João Luís de Seixas Corrêa e Maria Celina Leão Teixeira de Seixas Corrêa. Bacharel em Direito, Faculdade de Direito Cândido Mendes, RJ; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, 1969; Curso de Altos Estudos, 1981; Terceiro-Secretário, 3 de março de 1967; Segundo-Secretário, merecimento, 30 de junho de 1969; Primeiro-Secretário, merecimento, 18 de maio de 1975; Conselheiro, merecimento, 2 de março de 1979; Ministro de Segunda Classe, merecimento, 22 de junho de 1983; Ministro de Primeira Classe, merecimento, 16 de dezembro de 1987; Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-I, 1967/68; Assistente do Chefe da Divisão da Amazônia, 1969; Assessor do Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, 1977/78; Assessor do Chefe do Departamento da Ásia, África e Oceania, 1978/79; Assessor do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, 1983/1985; Assessor do Presidente da República, 1987/1990; Bonn, Segundo-Secretário, 1970/71; Nova York, ONU, Segundo-Secretário, 1971/73;

Buenos Aires, Segundo-Secretário, 1974; Buenos Aires, Primeiro-Secretário, 1975/76 Washington, Conselheiro, 1979/83; Paris (Delegação junto à UNESCO), Ministro-Conselheiro, 1985/87.

Reunião do Subcomitê da Rodovia Bolivariana Marginal da Selva, La Paz, 1967 (membro); Comitativa do Ministro do Interior em visita ao Uruguai, 1967 (membro); IV Reunião da CEBAC, Buenos Aires, 1967 e 1968 (membro); Missão Especial à solenidade de posse do Presidente do Equador, 1968 (membro); Grupo de Trabalho de Preparação da II Conferência dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Santa Cruz de la Sierra, 1968 (membro); V Reunião do Grupo do Peritos do Projeto A-4 (navegação), Buenos Aires, 1974 (delegado); Delegação do Brasil às XXVI, XXVII, XXVIII e XXXIII Sessões da Assembleia Geral da ONU, 1971, 1972, 1973 e 1978 (membro); Delegação do Brasil à XX Sessão da Conferência Geral da UNESCO 1985 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial ao Peru, 1987 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à Venezuela, 1987 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República à I Reunião Presidencial de Mecanismo Permanente de Concertação e Consulta (Grupo dos 8), México, 1987 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à Colômbia, 1988 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República à Assembleia Geral Especial da ONU dedicada ao Desarmamento, 1988 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à República Popular da China, 1988 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à Bolívia, 1988 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à União Soviética, 1988 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República à II Reunião Presidencial do Mecanismo Permanente de Concertação e Consulta (Grupo dos 8), Uruguai, 1988 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à Argentina, 1988 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à República Popular de Angola, 1989 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à Guiana, 1989 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial ao Suriname, 1989 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em missão às exéquias do Imperador Hiroito, Japão, 1989 (membro).

Prêmio Rio Branco, Medalha de Ouro, CPCD, IRBr; Prêmio Lafayette Carvalho e Silva, CPCD, IRBr.

LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE

Rio de Janeiro/RJ, 21 de outubro de 1950. Filho de Carlos Auto de Andrade e Maria Dulce Seixas de Andrade.

Escola de Formação da Reserva da Marinha (EFORM). Curso de Economia, Faculdade Cândido Mendes. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Terceiro-Secretário, 9 de novembro de 1976. Segundo-Secretário, antiguidade, 21 de junho de 1979. Primeiro-Secretário, merecimento, 30 de junho de 1986. Conselheiro,

merecimento, dezembro de 1990. Assistente do Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1976/80. Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional I, 1987. Assessor do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores; 1987. Assessor do introdutor Diplomático, 1990. Introdutor Diplomático substituto, 1990. Nova York, Cônsul-Adjunto, SECOM, 1980/83. Buenos Aires, Segundo-Secretário, 1983/86. Buenos Aires, Primeiro-Secretário, 1986/87.

MARIE HÉLÈNE GROSSELE DE MELO FERREIRA

Professeur détachée par le Gouvernement français à l'Alliance Française de Brasília; Baccalauréat: juin 1966; Licence d'espagnol: juin 1969; Licence de portugais: octobre 1972; septembre 1969 à juin 1971; Professeur d'espagnol dans l'Académie de Poitiers; septembre 1971 à juin 1976: Professeur d'espagnol dans l'Académie de Bordeaux; octobre 1976 à juin 1985: Professeur de français langue étrangère à l'Institut Français do Porto; septembre 1985 à mars 1988; Professeur d'espagnol (et de portugais, 86/87) dans l'Académie de Bordeaux.

MICHIO YAMAGUCHI

Bacharel em Direito, Keio University, Tóquio, 1932. Professor de Japonês em São Paulo, Goiás e Brasília, 22 de novembro de 1980, julho de 1983. Fundador da Associação de Intercâmbio Cultural Brasil-Japão, (AICBJ); Eleito para Conselho Fiscal efetivo, julho de 1983 – julho de 1985. Reeito para o mesmo cargo da AICBJ. Julho de 1985: Reeito para o mesmo cargo da AICBJ. Março de 1983: Fundador do Instituto Midori, escola da língua japonesa em Brasília, DF. Diretor e professor do Instituto Midori.

NICOLA MARY GARDNER

General Arts Honours M.A. na University of Edinburgh; Escócia; em agosto/82 realizou curso de Língua Italiana no Seminário da Universidade de Fermo, Itália, com duração de 100 horas. Em agosto/1984 realizou um curso de Língua Italiana na Universidade de Sienna, Itália, com duração de 100 horas. De julho a setembro/1985 realizou curso de Língua Portuguesa no Instituto Goethe, em Porto Alegre/RS. Em agosto/1986 realizou curso da Royal Society of Arts, Preparatory Certificate (curso de ensino da Língua Inglesa para estrangeiros). Obteve aprovação B na Angloschool, num total de 100 horas, em Londres/GB. Em janeiro 1987 realizou curso Ensino da Língua Inglesa através do uso do videotape, da International House of London, num total de 20

horas, em Porto Alegre/RS. Em novembro 1988 realizou curso Review and Reappraisal of the R.S.A. Preparatory Course, com duração de 10 horas, em Porto Alegre/RS. Outras Atividades: de novembro 1980 a junho de 1981 foi au-pair em Bruxelas, Bélgica, trabalhando com crianças surdas. Em julho 1982 foi au-pair no Lago Maggiore, Itália, tendo oportunidade de aperfeiçoar a Língua Italiana. De 1981 a 1983 participou do Children's Holiday Venture, aos fins-de-semana, atuando junto aos menores carentes em Edinburgh, Escócia. Experiências Profissionais: de agosto 1986 a fevereiro 1987 foi professora de Inglês na Higher School do Britannia Special English Studies, em Porto Alegre/RS. De março a novembro 1987 foi Coordenadora e Professora da Higher School do Britannia Special English Studies, em Porto Alegre/RS. De agosto 1986 a dezembro 1988 preparou executivos do Llyods Bank de Londres em Porto Alegre, RS. De dezembro 1987 a dezembro 1988 foi diretora do Britannia Special English Studies tendo como funções cuidar do orçamento do período, contratar novos professores, contratar pessoal auxiliar, encarregada da correspondência com instituições do Brasil e Exterior, contatos com editores do Reino Unido, assinatura de revistas especializadas, contato com escolas de língua inglesa no Reino Unido, encarregada da British Association of Teaching English. Foi preparadora e examinadora dos exames de Cambridge First Certificate of English e Cambridge Proficiency of English em Porto Alegre/RS, em 1987 e 1988. De março a dezembro 1988 preparou executivos da Massey-Fergusson Perkins do Brasil S/A em Canoas/RS. Em dezembro 1988 foi professora assistente de curso de preparação de professores da International House of London Porto Alegre/RS. De março 1989 até o momento é professora de inglês no Instituto Britânico Independente filial Lago Sul em Brasília/DF. Foi recém-aprovada para ser tradutora Português-Inglês da Fundação Visconde de Cabo Frio, em Brasília-DF.

PATRICK KEVIN REDMOND

Bacharelato em Letras, Universidade de Cluain Mhuire, Institute of Higher Studies, Galwey, Irlanda, 1954, Licenciatura em Teologia, Alfonsianum, Roma, 1959. Atividades profissionais: Diretor do Colégio Agrícola, Pedro Afonso, GO. Professor de Inglês, Colégio São Clemente, Fortaleza, CE. Tradutor e intérprete, Teresina, PI. Professor de inglês e coordenador do treinamento de professores. Curso Brasas, 1977/79. Cursos ministrados no Ministério do Interior, 1977/78; no Ministério da Agricultura, 1979; na Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, 1979; no Ministério das Comunicações, 1980/81. Cursos de inglês no Banco do Brasil e Banco Lar Brasileiro, Professor do Instituto Britânico Independente.

PATRICK SIGNUDI

Professeur de Français, Associação de Cultura Franco-Brasileira, Aliança Francesa; Diplôme d'Etudes Universitaires Générales en Espagnol (1984); Licence

Spécialisation espagnol (1985); Diplôme d'espagnol Commercial et touristique, Chambre de Commerce d'Espagne à Paris (1985); Maîtrise espagnol et CAPES théorique (1986); CAPES pratique (Certificat d'aptitude au professorat de l'enseignement secondaire), (1987).

RAPHAEL VALENTINO SOBRINHO

São Paulo/SP, 18 de abril de 1936. Filho de Virgínio Maria Rosário Valetino e Maria Fanuele Valentino.

Formação e Atividades Universitárias: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – São Paulo. Prêmio Rodrigues Alves Filho (1958), Prêmio Vicente Rão (1956 e 1957).

Prêmio Theodureto de Camargo Filho (1957), Prêmio Waldemar Ferreira (1956 e 1957), Prêmio Francisco Emídio da Fonseca Pacheco (1958), Prêmio Philadelpho de Azevedo (1956, 1957 e 1958), Prêmio Basileu Garcia (1956 e 1957), Prêmio Livreiro Saraiva (1958), Prêmio João Arruda (1959); Prêmio da Associação dos Advogados de São Paulo (1958), Prêmio da Editora Lex (1958), todos da Universidade de São Paulo. Membro Associado da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (1969). Curso de Doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas, Universidade de Paris (1959-1960). Doutor em Economia Política, aprovado com distinção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974. Livre-Docente, por concurso, aprovado com distinção, da cadeira de Economia Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974. Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, 1978. Mestre em Economia e História Econômica ("Area Studies"), pelo University College, da Universidade de Londres (1979). Curso de Doutorado em Economia e História Econômica, na London School of Economics, da Universidade de Londres (1980/1982). Professor de Direito Internacional Público, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1968. Professor de Política Internacional, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1968. Professor de Relações Internacionais, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1969. Professor de Problemas Internacionais Contemporâneos, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1969. Professor de Direito Constitucional, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1969/1970 e 1972. Professor de Problemas Econômicos Contemporâneos, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1970/74. Professor de Política Internacional, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1974. Livre-Docente de Economia Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conferencista da Escola Naval, Cursos de Direito Internacional, 1968/1972, e de Economia Internacional, 1969/74. Professor de Relações Internacionais e de Economia do Desenvolvimento, Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Fundação Getúlio Vargas, 1972/74. Professor de Relações Econômicas Internacionais e de Economia do

Desenvolvimento, Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Fundação Getúlio Vargas, 1972/74. Professor de Política Internacional, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1972/74. Professor de Economia Política, Universidade do Estado da Guanabara, 1973/74. Professor de Economia do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, 1983/86. Examinador de Economia do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, 1983/1986. Pesquisador do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1984).

Publicações: A Plataforma Continental. "Revista do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais", 1964. O Estado Comerciante nas Relações Internacionais, "Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional", 1964. A Denegação de Justiça e o Acordo de Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos da América, "Revista Brasileira de Direito Processual Civil", Saraiva, 1966. A Irrigação e a Revolução Agrícola no Brasil, "Estudos APEC", 1969. O Nordeste Brasileiro na Perspectiva Internacional, "Estudos APEC", 1969. O Nordeste e as Três Verdades do Desenvolvimento, "Estudos APEC", 1971. O Brasil ante a Alternativa Comercial Europeia, "Estudos APEC", 1971. Ajuda Internacional e Desenvolvimento, in "As Nações Unidas e os Problemas Internacionais", Fundação Getúlio Vargas, 1974. Política e Comércio Internacional, "Estudos APEC", 1974. O Macrodesafio das Exportações, "Estudos APEC", 1974. A Função-Empresa na Integração Latino-Americana (tese de livre-docência, APEC, 1975). Direito Internacional Público (em co-autoria), Escola de Guerra Naval, 1974. A Estratégia Atual da Política Externa Brasileira, Livraria José Olímpio Editora, 1975. Growth With Inflation in Brazil (1968-1973); its causes, origins and consequences (Londres, Universidade de Londres, Institute of Latin American Studies, tese de mestrado, 1979; edição pública no prelo, com prefácio do Professor Gilberto Freyre). Theories of diffusion and dependency e Brazil, a country study, in Christopher Saunders (ed.), "The Political Economy of New and Old Industrial Countries" (Londres, Butterworth, 1981). O Charme Discreto da Destruição Criadora, "Caderno Especial do Jornal do Brasil", 10.02.85, p. 5. O Suicídio dos Méritos do Capitalismo, "Caderno Especial do Jornal do Brasil", 14.04.85, p. 2. A Política Exterior do Brasil, "Digesto Econômico", 310 (janeiro-fevereiro 1985, pp. 44-66). "An Evolutionary Approach to Inflation" ("Paper" apresentado à 1ª Conferência da Sociedade Internacional Joseph Schumpeter, Augsburg, setembro de 1986).

Atividades Profissionais: Promoções Diplomáticas – Terceiro-Secretário, concurso, 20.01.1964. Segundo-Secretário, merecimento, 31.12.1967. Primeiro-Secretário, merecimento, 1º.1.1973. Conselheiro, merecimento, 29.6.1979. Ministro de Segunda Classe, merecimento, 21.12.1983.

Postos e Missões: Membro da Comissão de Estudos do Direito do Mar, 1963 (representante do Ministério das Relações Exteriores). Assistente do Secretário-Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, 1964. À disposição do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1965/66 (Subchefe da Assessoria Internacional). À disposição do Ministério do Interior, 1967/72 (Subsecretário de

Cooperação Econômica e Técnica Internacional). À Disposição da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, Lima, 1971 (membro). I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana de Cooperação Econômica e Técnica, Caracas, 1971 (delegado). I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação Econômica e Técnica, Bogotá, 1972 (delegado). Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, Estocolmo, 1972 (assessor). Coordenador de Ensino do Instituto Rio Branco, 1973/1974. Primeiro-Secretário da Embaixada do Brasil em Londres, 1974/1979. Conselheiro da Embaixada do Brasil em Londres, 1979/1982. XXVI Sessão do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1975 (chefe). Conferência Internacional da IMCO para o estabelecimento de um Sistema Internacional de Satélite Marítimo, Londres, 1975 (delegado). XI Sessão do Comitê de Cooperação Técnica e da XXXIV Sessão do Conselho da IMCO, Londres, 1975 (chefe). Grupo de Trabalho Orçamentário da International Maritime Consultative Organization (IMCO), 1975 (representante). XXXIV Sessão do Conselho da IMCO, Londres, 1975 (delegado). XXVII Sessão do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1975 (chefe). Reunião do Comitê Executivo do Conselho Internacional do Trigo, 1975 (chefe). Reunião do Grupo Preparatório do Conselho Internacional do Trigo, 1975 (chefe). Reunião do Subgrupo de Peritos do Grupo de Trabalho Internacional da IMCO para o estabelecimento de um Sistema Internacional de Satélite Marítimo, Oslo, 1975 (chefe). Negociações sobre transporte aéreo com o Department of Trade, Reino Unido, 1975 (membro da delegação). XXVIII Sessão do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1975 (chefe). IX Assembleia da IMCO, Londres, 1975 (membro). Reunião do Conselho da IMCO, Londres, 1975 (membro). Reunião do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho, Londres, 1975 (chefe). Participante do Seminário sobre Reforma Monetária Internacional, patrocinado pelo Institut Atlantique de Paris, em Jouy-en-Josas, 1975. II Sessão da II Conferência Intergovernamental sobre a Implantação de um Sistema Global de Comunicações Marítimas via Satélite, IMCO, Londres, 1976 (delegado). Chefe do Setor Econômico-Financeiro da Embaixada em Londres (1976/1982). À disposição do Gabinete do Ministro da Fazenda para exercer a função de Consultor Especial do Presidente do Banco Central do Brasil, a partir de setembro de 1982. Representante da Embaixada em Londres nas Reuniões de Coordenação dos Chefes de Setores Econômicos das Embaixadas junto aos países da Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas (1976-1982). Representante da Embaixada em Londres no Seminário do Financial Times, preparatório da Reunião de Chefes de Estado em Cancun (1981). Representante da Embaixada em Londres no Royal Institute of International Affairs (Chatham House), Londres, de 1976 a 1982. Integrante das Delegações brasileiras para conversações informais com o Department of Trade sobre concessão de garantias do Export Credit Guarantee Department, do Reino Unido (1976-1982). À disposição da Delegação Interparlamentar Brasileira que visitou o Reino Unido a convite da Seção Britânica da União Interparlamentar (1978). À disposição do Vice-Presidente eleito do Brasil, em visita oficial ao Reino Unido, em 1979. À disposição do Ministro da Indústria e do Comércio do Brasil em visitas oficiais a Londres (1980 e 1982). À disposição do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da

República e do Ministro da Fazenda, em sucessivas visitas a Londres, para conversações financeiras (de 1982 a 1986). Conferencista e representante da Embaixada em Londres no "Overseas Development Institute", de Londres. Participante do Seminário "The Political Economy of New and Old Industrial Countries", promovido pela Universidade de Sussex, 1980. Negociador do "Projeto IV" de endividamento externo brasileiro, em Londres e Paris, 1983. Consultor da Presidência do Banco Central do Brasil (1983-1985). Consultor da Diretoria da Área Externa do Banco Central do Brasil (1985-1986). Membro-Fundador e Participante da 1ª Conferência da Sociedade Internacional Joseph Schumpeter (Augsburgo – setembro de 1986).

REGINA MARIA DE SOUZA

Formação Acadêmica: Licenciada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas respectivas, pela Universidade de Brasília (UnB), em 1974. Especialização em Linguística, obtida pela conclusão dos créditos do Mestrado em Linguística do Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula (LIV) da Universidade de Brasília (UnB), em fase de elaboração de trabalho final, que lhe conferirá o título de mestre.

Situação Profissional: Professora Auxiliar, nível 1, do LIV/UnB, aprovada em concurso público e contratada a partir de março de 1987.

Experiência Profissional: Docência – Língua Portuguesa e Redação Comercial em diversos cursos conveniados entre MTb/PIPMO e Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB), em nível de primeiro grau, em 1975/76. Língua Portuguesa e Redação Oficial, para o curso Aperfeiçoamento de Secretários de Estabelecimento de Ensino de Segundo Grau, convênio da FEDF e CETEB, em 1975. Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, na Escola de Segundo Grau do CETEB, em 1975/76. Língua Portuguesa e Literatura Brasileira na FEDF, mediante aprovação em concurso público para professor classe C, em 1984/88. Curso de Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa, em nível de especialização, disciplinas "Análise das Gramáticas do Português", "Síntaxe" e "Seminário de Linguística Aplicada", no Centro de Especialização Aperfeiçoamento e Extensão do Centro de Ensino Unificado de Brasília CESAPE/CEUB, em 1987/88. Curso de Língua Portuguesa, em nível de especialização, disciplina "Morfologia", no CESAPE/CEUB, em 1989. Curso de atualização "Desburocratização da Linguagem Administrativa", para secretárias do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 1989. Curso de extensão "Língua Portuguesa e Redação Oficial", convênio MEC/INEP-FUB, em 1989.

Atividades Técnico-Pedagógicas: Secretária do Projeto Desenvolvimento de Novas Metodologias Aplicáveis ao Processo de Ensino-Aprendizagem para o Ensino de Primeiro Grau, convênio MEC/DEF e CETEB, em 1977. Membro da Equipe Técnica do CETEB, de 1978 a 1987, na função de avaliadora técnica de materiais

instrucionais, de ensino a distância, dos seguintes projetos: "Agente de Saúde Pública", MS/SUCAM-CETEB; "Acesso", Petrobrás-CETEB; "Logos II", MEC/DESU-CETEB; "Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino Supletivo"; MEC/DESU-CETEB; "Centro de Estudos Supletivos de Tucuruí, Camargo Correa-CETEB; "Supletivo de Primeiro e Segundo Graus", CETEB-Escola Aberta; "Estudos Adicionais", área de língua portuguesa e literatura", CETEB-Escola Aberta. Membro da Equipe de Leitura e Produção de Textos (UnB/LIV), responsável pela elaboração da ementa e do programa da disciplina e pela implementação de estratégias didáticas. Colaboradora junto ao DAE (Departamento de Acesso ao Ensino Superior, da UnB).

Publicações: Módulos de Língua Portuguesa e Redação Comercial, nºs 1 a 7; Projeto Setor Oeste. Brasília, MEC-FEDF-CETEB, 1974. Módulos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, segundo grau, nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7; Projeto Acesso. Brasília, Petrobrás-CETEB, 1976. Módulo de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, nº 16; 2 ed. Projeto Acesso Brasília, Petrobrás-CETEB, 1979. Módulos de Língua Portuguesa: primeiro grau, nº 3, 4 e 15; Projeto CES-Tucuruí. Brasília, Camargo Correa-CETEB, 1978. Módulo de Língua Portuguesa: segundo grau, nº 1; Projeto Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino Supletivo. Brasília, MEC/DESU-CETEB, 1977. Cadernos de Treino de Habilidades de Leitura preparatório ao primeiro grau; nº 2, 5, 7; Projeto Logos II. Brasília, MEC/SEPS-CETEB, 1982. Revisão de Língua Portuguesa: cadernos de estudo autônomo nº 1 a 8 e 9 a 14. Brasília, CETEB/Escola Aberta, 1983. Módulos de Química: segundo grau; nº 1 a 10. Brasília, CETEB, 1986 (co-autoria). Módulos de Língua Portuguesa e Literatura brasileira: segundo grau; nºs 9 a 16. Brasília, CETEB, 1986. Cadernos de Habilidades de Leitura: nível I nº 1 a 8; Plano de Valorização do Magistério/Programa Emergência Brasília, CETEB/Escola Aberta, 1986. Módulos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira: nível de especialização; nº 1 a 5; Plano de Valorização do Magistério/Programa Estudos Adicionais. Brasília, CETEB/Escola Aberta, 1986. Resenha do livro "O que é o português brasileiro", de Hildo H. do Couto (Editora Brasiliense, 1986), na revista Pesquisa Linguística, nº 1; Brasília, UnB/LIV, 1988.

Palestras: O ensino de língua portuguesa na formação do cidadão, no curso "O ensino do português no contexto sócio-político brasileiro"; FEDF-DER/DRH, 1987. Proposta para o ensino do presente do subjuntivo, na atividade de extensão "Linguística Aplicada ao Ensino do Português", coordenada pela professora Dr^a Maria Izabel Magalhães; UnB/DEX-LIV, 1988.

ROBERTO WANDERLEY DE SOUZA FERREIRA

Bacharel em Direito, Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal; formação em língua estrangeira (russo); participação no Seminário de Introdução à Metodologia Audiovisual para Aplicação do Método Micha (russo), Rio de Janeiro, fevereiro/1981; Estágio de Atualização Pedagógica sobre Ensino da Língua Russa

como Estrangeira, Centre International d'Etudes Pédagogiques (CIEP), Sèvres, França, setembro/1982. Tradutor de russo, São Paulo; intérprete na VI Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasileiro-Soviética, outubro/1979; intérprete do Presidente da Câmara dos Deputados por ocasião da visita da Delegação Parlamentar Soviética a Brasília, abril/1980; intérprete na VIII Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, Brasília, julho/1982; intérprete na Exposição Comercial Brasileira, Moscou, setembro-outubro/1982.

SARA BURKITT WALKER

Bachelor of Arts. Línguas Modernas (Francês e Espanhol), Universidade de Oxford, 1960-63. Master of Arts (estudos latino-americanos); Universidade de Londres, 1966/67. *Royal Society of Arts Certificate in the Teaching of English as a Foreign Language*, 1972. Professora de Inglês, C.E.G. Émile Dupont, Alençon - Orne, França, 1963/64. Professora de Línguas Modernas, Sutton High School, Surrey, Inglaterra, 1964/66. Conferencista em Técnicas de Versão, British Council London Overseas Student Centre, 1965/1967. Professora no British Council, curso de Verão, Universidade de Poznan, Polônia, 1967. Conferencista na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Rio de Janeiro, 1967/69. Professora-Chefe, Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Brasília, 1969/1972. Orientadora do Curso Institucionalizado para professores de inglês do 1º e 2º graus da Fundação Educacional do DF, 1986; membro da comissão coordenadora do curso de extensão "Inglês no 1º e 2º graus", Decanato de Extensão, UnB, 1986; nomeada "Special Education Consultant" do Study Skills Centre do Conselho Britânico, Recife, PE, 1987; Diretora de Ensino do Instituto Britânico Independente (IBI) desde 1973. Oficial da Ordem de Rio Branco, Brasil.

SERGIO AUGUSTO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO SOBRINHO

Rio de Janeiro/RJ, 13 de agosto de 1945. Filho de João Florêncio Sobrinho e Marina de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho. Curso de Graduação em Administração Pública, Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Bacharel em Ciências Econômicas, FCE-UF/RJ. Mestrado em Economia, University of Ottawa. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Chefe do Serviço de Análise e Pesquisas, Divisão Técnica de Carteira de Fundos e Garantias, BNH, 1968. Professor de Economia, Faculdade de Ciências e Administrativas Moraes Júnior, 1970. Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, MRE, 1975. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), 1978. Curso sobre Segurança Internacional. Programas de Estudos de Estratégia e

Segurança Internacional. The Graduate Institute of International Studies, Genebra, Suíça, 1984. Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco, 1986. Professor de Economia, Departamento de Economia, Universidade de Brasília, 1973/74. Professor de Política Externa Brasileira do Instituto Rio Branco, 1984. Terceiro-Secretário, 12 de março de 1971. Segundo-Secretário, antigüidade, 16 de fevereiro de 1976. Primeiro-Secretário, merecimento, 21 de junho de 1979. Conselheiro, merecimento, 22 de junho de 1983. Assistente do Chefe da Divisão da América Setentrional, 1971. Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-II, 1973. Secretaria Especial de Assuntos Políticos e Econômicos da Área Internacional, bilateral, 1981/83. Ottawa, Terceiro-Secretário, 1974/76. Ottawa, Segundo-Secretário, 1976/77. Teerã, Segundo-Secretário, 1977/79. Teerã, Encarregado de Negócios, 1978/80. Teerã, Primeiro-Secretário, 1979/81. El Salvador, Encarregado de Negócios, 1983. Paris, Conselheiro, 1985/88. Reunião de Consulta sobre Transportes Marítimos entre o Brasil e a Colômbia, Brasília, 1973 (assessor). II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação Técnica, Brasília, 1973 (assessor). I Reunião da Comissão Mista Brasil-Canadá, Ottawa, 1976 (assessor). Reunião das Equipes de Planejamento Político do Brasil e dos EUA, Washington, 1981 (membro). Reunião de Cooperação Internacional e Desenvolvimento, Cancun, México, 1981 (membro). À disposição do Ministro das Relações Exteriores de El Salvador em sua visita ao Brasil, 1982. Conferencista na Escola Nacional de Informações, Brasília, 1982. Reunião das Equipes de Planejamento Político do Brasil e da Argentina, Buenos Aires, 1982 (membro). Conferencista no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, São José dos Campos, 1983. Missão a Manágua, Tegucigalpa, Guatemala e Panamá, 1983. III Sessão da Equipe Especial da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, COI, encarregada de estudar as Incidências para a Comissão da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Novo Regime dos Oceanos, Paris, 1984 (delegado). I Sessão do Grupo de Trabalho da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, COI, sobre os Processos Oceânicos e o Clima, Paris, 1985. IV Sessão Extraordinária do Conselho Executivo da UNESCO, Paris, 1985 (suplente do Representante do Brasil). XIII Sessão do Conselho do Programa Internacional de Correlação Geológica, Paris, 1985 (delegado). XVIII Sessão do Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, COI, Paris, 1985 (delegado). XIII Sessão da Assembleia da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, COI, 1985 (delegado). Comitê Especial do Conselho Executivo da UNESCO, Paris, 1985 (suplente do Representante do Brasil). Comitê do Conselho Executivo da UNESCO sobre Convenções e Recomendações, Paris, 1985 (suplente do Representante do Brasil). CXXI Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Comitê Temporário, Paris, 1985 (suplente do Representante do Brasil). CXXI Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Paris, 1985 (suplente do Representante do Brasil). CXXII Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Comitê Especial, Paris, 1986 (suplente do Representante do Brasil). CXXII Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Comitê sobre Convenções e Recomendações Paris, 1985 (suplente do Representante do Brasil). CXXII Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Comitê Temporário, Paris, 1985 (suplente do Representante do Brasil). CXXII Sessão do Conselho

Executivo da UNESCO, Paris, 1985 (suplente do Representante do Brasil). XXIII Sessão da Conferência Geral da UNESCO, Sófia, 1985 (delegado suplente). CXXII Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Sófia, 1985 (suplente do Representante do Brasil). CXXIII Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Sófia, 1985 (suplente do Representante do Brasil). XIII Sessão do Bureau do Conselho Intergovernamental do Programa Hidrológico Internacional, Paris, 1985 (delegado). IX Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, Paris, 1985 (delegado). VII Sessão do Conselho Intergovernamental do Programa Intergovernamental para o Desenvolvimento da Comunicação, PIDC, Paris, 1986 (observador). XIX Sessão do Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, COI, Paris, 1986 (delegado). X Sessão do Bureau do Comitê do Patrimônio Mundial, Paris, 1986 (delegado). Conferência Mundial sobre Sanções contra a África do Sul Racista, Paris, 1986 (observador). CXXIV Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Comitê Especial, Paris, 1986 (suplente do Representante do Brasil). CXXIV Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Paris, 1986 (suplente do Representante do Brasil). CXXV Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Comitê Especial, Paris, 1986 (suplente do Representante do Brasil). CXXV Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Paris, 1986 (suplente do Representante do Brasil). VI Sessão da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, COI, Comitê de Trabalho para o Estudo Mundial da Poluição no Meio Marinho (GIPME), Paris, 1986 (delegado). I Sessão do Comitê Intergovernamental do Programa Intergovernamental de Informática, PII, Paris, 1986 (delegado). IX Sessão do Conselho Internacional de Coordenação do Programa sobre o Homem e a Biosfera, MAB, Paris, 1986 (delegado). X Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, Paris, 1986 (delegado). XIII Sessão do Bureau do Conselho Intergovernamental do Programa Intergovernamental para o Desenvolvimento da Comunicação, Paris, 1986 (delegado). CXXVI Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Paris, 1986 (suplente do Representante do Brasil). VIII Sessão do Conselho Intergovernamental do Programa Intergovernamental para o Desenvolvimento da Comunicação, PIDC, Paris, 1987 (delegado). XX Sessão do Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, COI, Paris, 1987 (delegado). Reunião dos Presidentes do Grupo dos 77 nas Agências do Sistema das Nações Unidas, Genebra, 1987 (representante do Presidente do Grupo dos 77 na UNESCO). CXXVI Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Comitê Especial, Paris, 1987 (suplente do Representante do Brasil). Comissão Oceanográfica Intergovernamental, COI, Seminário Científico sobre a Variabilidade do Oceano Antártico e sua Influência sobre os Recursos Vivos do Mar, especialmente, o "Krill", Paris, 1987 (delegado). XV Sessão do Bureau do Programa Hidrológico Internacional, Paris, 1987 (delegado). Reunião Internacional de Cientistas Sociais na UNESCO, Paris, 1987 (suplente do Representante do Brasil). CXXVII Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, 1987 (suplente do Representante do Brasil). Chefe da Divisão Especial de Pesquisas e Estudos Econômicos, 1988. Diretor-Geral, interino, da Fundação Alexandre de Gusmão, 1990. Ordem do Rio Branco, Comendador, 1989. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. São José da Costa Rica, 1989. (Conferencista no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais). Escola de Comando e

Estado-Maior da Aeronáutica, 1989. (Conferencista) XIV Seminário organizado pelo Centro de Estudos Estratégicos (CEBRES), 1989. (conferencista). XVI Reunião ordinária do Conselho Latino-Americano do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). Caracas, 1990. (Chefe da Delegação Técnica Brasileira). Reunião de Especialistas a Título Pessoal sobre a Iniciativa para as Américas. Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). Caracas, 1991. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. 1990 (Examinador do Vestibular). Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), 1990. (Examinador) Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), 1991. (Examinador). Ordem de Rio Branco, Oficial, Brasil. Medalha do Mérito Tamandaré, Marinha do Brasil.

SÉRGIO FERNANDO GUARISCHI BATH

Rio de Janeiro/RJ, 11 de novembro de 1931. Filho de Edgar Eugênio Bath e Mercedes Lydia Guarischi Bath. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr. Curso de Economia, Universidade de Georgetown, Washington. Diretor-Executivo-Suplente-Temporário do BID. 1963/65. Diretor-Executivo-Adjunto-Temporário do FMI, 1964. Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional, Ministério do Planejamento (SUBIN), 1968/71. Coordenador do Departamento de Economia, IRBr, 1970. Conferencista de História da Diplomacia Brasileira e Instituições Diplomáticas Brasileiras, 1976/77, na UnB. Professor de Prática Diplomática II (1975), Organização e Métodos do MRE (1976/79) e História Diplomática do Brasil (1976/79), IRBr. Terceiro-Secretário, 09 de dezembro de 1954. Segundo-Secretário, antigüidade, 24 de outubro de 1961. Primeiro-Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1966. Conselheiro, merecimento, 01 de janeiro de 1973. Ministro de Segunda Classe, merecimento, 01 de janeiro de 1975. Ministro de Primeira Classe, merecimento, 12 de dezembro de 1979. Assistente do Secretário-Geral, 1961. Assistente do Chefe do Departamento Econômico e Consular, 1961. Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para a Europa Oriental e Ásia, 1961/62. Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1974/75. Diretor do Instituto Rio Branco, 1975/81. Tóquio, Terceiro-Secretário, 1957/59. La Paz, Terceiro-Secretário, 1959/61. Washington, Segundo-Secretário, 1962/65. México, Segundo-Secretário, 1959/67. México, Chefe do SEPRO, 1965/67. México, Encarregado de Assuntos Tecnológicos e Científicos, 1966/68. México, Roma, Primeiro-Secretário, 1970/73. Roma, Conselheiro, 1973/74. Roma Encarregado de Negócios, 1973 e 1974. Kuala Lumpur, Embaixador, 1981/83. Paramaribo, Embaixador, 1986/87. I Reunião Latino-Americana de Técnicos em Oleaginosos, Rio de Janeiro, 1956 (representante do Departamento Econômico). I Período de Sessões do Comitê de Comércio, CEPAL, Santiago, 1956 (membro). Reunião Regional do GATT, Santiago, 1956 (coordenador). Organização de "Stands" do IBC no Japão, 1959 (coordenador). Exposição de Arquitetura Brasileira, Fukuoka e Sendai, 1959 (encarregado de montagem). Conferência Internacional de

Pesquisas Educacionais, Tóquio, 1959 (observador). Missão Especial às solenidades de posse do Presidente da Bolívia, 1960 (membro). Exposições sobre o Brasil em Cochabamba e Sucre, 1960 (coordenador). III Reunião do Comitê Preparatório da UNCTAD, Nova York, 1964 (membro). Negociações com os países do "Clube de Haia", para o reescalonamento da dívida externa do Brasil, Paris, 1964 (membro). XLVIII Sessão Anual da "International Executives Association", Nova York, 1965 (observador). III Reunião do Comitê Preparatório da UNCTAD, Nova York, 1965 (membro). XXXII Convenção Bancária do México, 1966 (observador). II Reunião da CECLA, México, 1966 (delegado). Reunião de Bolsas e Mercados de Valores da América, México, 1966 (observador). IX Resenha Mundial de Festivais Cinematográficos, Acapulco, 1966 (representante-suplente). XXXIII Convenção Bancária do México, Monterrey, 1967 (observador). VI Feira de León, México, 1967 (representante). Reunião da CIEN, Oaxtepec, 1967 (observador). Comissão Nacional da Bacia do Prata junto ao MRE, 1968 (representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral). Reunião da CECLA, Santo Domingo, 1968 (membro). I Grupo de Trabalho, de nível técnico, da I Reunião sobre implicações financeiras do Projeto de Integração Econômica da América Latina, México, 1968 (delegado). Reuniões da CECLA, Santiago e Viña del Mar, 1969 (membro). I Reunião Extraordinária e III Reunião Ordinária de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1969 (membro). II Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Japão, Rio de Janeiro, 1969 (representante do MRE). Grupo de Trabalho para o estudo de novo sistema interministerial de utilização da Cooperação Técnica Internacional, 1969 (membro). Comissão de Comércio com a Europa Oriental junto ao MRE; 1969 (representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral). Conselho Consultivo da Superintendência da "EXPO 72", junto ao MIC, 1969 (membro). Grupo de Trabalho Interministerial para preparação da posição do Brasil na CECLA, no CIES e entendimentos bilaterais com os EUA, junto ao MRE, 1969 (membro). II Reunião da Comissão Luso-Brasileira, Rio de Janeiro, 1969 (membro). Comissão de Assuntos Internacionais junto ao MEC, 1969 (representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral). Comissão de Empréstimos Externos, Rio de Janeiro, 1969 (membro). Grupo de Trabalho de estudo da participação financeira do governo brasileiro em Organismos e Entidades Internacionais, junto ao MRE, 1969 (membro). XVIII Reunião da CIAP, Washington, 1969 (membro). Reunião da Comissão Especial do CIES, Washington, 1969 (delegado). Autorizado a responder pela COCAP, 1969. Grupo Interministerial para a elaboração das Diretrizes Setoriais do Projeto Nacional de Desenvolvimento junto ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1969 (membro). Grupo de Trabalho de Estudo da participação financeira do Governo brasileiro em Organismos Internacionais, 1970 (representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral). Reunião do Grupo "ad hoc" de Comércio, Comissão Especial de Consulta e Negociação do CIES, Washington, 1970 (delegado). Reunião da Comissão Especial do CIES, Caracas, 1970 (delegado). Reunião Ordinária do CIAP, Washington, 1970 (participante). Reunião da Comissão Especial de Consulta e Negociações com o CIES, Washington, 1970 (delegado). IV Reunião "ad hoc" de Comércio sobre Barreiras Tarifárias e Não Tarifárias, CIES,

Washington, 1970 (participante). "Country Review" dos Estados da América do CIAP, Washington, 1970 (participante). Representante-permanente junto à FAO, Roma, 1970/74. Reunião do Comitê de Pesca, FAO, Roma, 1971 (delegado). IX e X Sessões do Subcomitê Consultivo sobre Fibras Duras, FAO, Roma, 1971 (chefe). I Sessão do Grupo de Estudos sobre Carne, FAO, Roma, 1971 (chefe). XXIX Sessão do Comitê de Estatística do Grupo de Estudos sobre Cacau, Roma, 1971 (chefe). XVI Sessão da Conferência da FAO, Roma, 1971 (delegado-adjunto). III Sessão do Subcomitê de Estatísticas de Óleos Vegetais e VI Sessão do Grupo de Estudos sobre Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, FAO, Roma, 1972 (chefe). VII Sessão do Subgrupo sobre Padronização e Classificação do Arroz do Grupo Intergovernamental sobre Arroz do Comitê de Produtos de Base da FAO e XVI Sessão do Grupo Intergovernamental do Arroz, Roma, 1972 (chefe). Reunião do Grupo "ad hoc" de Produtores Latino-Americanos de Banana e V Sessão do Subgrupo de Estatística do Grupo Intergovernamental de Banana, FAO, Roma, 1972 (chefe). IV Sessão do grupo Intergovernamental sobre Fibras Duras, FAO, Roma, 1972 (chefe). II Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Carne, FAO, Roma, 1972 (chefe). V Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Fibras Duras, FAO, Roma, 1973 (chefe). IV Sessão do Subcomitê de Estatística de Óleos Vegetais e VII Sessão do Grupo Intergovernamental de Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, FAO, Roma, 1973 (chefe). III Sessão do Subcomitê de Educação e Treinamento da Pesca e VIII Sessão do Comitê de Pesca, FAO, Roma, 1973 (chefe). Reunião de Consulta de Produtos de Sisal e Henequém, FAO, Roma, 1973 (chefe). III Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Carne, FAO, 1973 (chefe). XIX Sessão do Comitê Executivo da Comissão "Codex Alimentarius", Genebra, 1973 (delegado). XVI Sessão do Grupo de Estatística do Grupo Intergovernamental da Banana, FAO, Bremen, 1973 (delegado). Grupo "ad hoc" de Países Latino-Americanos Produtores de Banana, FAO, Bremen, 1973 (representante). I Sessão do Subgrupo de Exportadores do Grupo Intergovernamental da Banana, FAO, Bremen, 1973 (chefe). V Sessão do Grupo Intergovernamental da Banana, Bremen, 1973 (chefe). XVI Sessão do Comitê do Leite e Laticínios do "Codex Alimentarius", Roma, 1973 (chefe). VI Sessão do Grupo Intergovernamental de Fibras Duras, FAO, Roma, 1973 (chefe). XVI Sessão do Grupo Intergovernamental de Cereais, FAO, Roma, 1973 (chefe). XXIV Sessão do Comitê Intergovernamental do Programa Mundial de Alimentos, Roma, 1973 (observador). XLVIII Sessão do Comitê de Produtos de Base, Roma, 1973 (chefe). XXXIV Sessão do Subgrupo de Estatísticas do Grupo Intergovernamental do Cacau, FAO, Roma, 1973 (chefe). Consulta "ad hoc" sobre Fertilizantes, Roma, 1973 (chefe). LXI Sessão do Conselho da FAO, Roma, 1973 (delegado). XVII Sessão da Conferência da FAO, Roma, 1973 (cubchefe). LXII Sessão do Conselho da FAO, Roma, 1973 (delegado). Consulta Intergovernamental Intensiva sobre Arroz, FAO, Roma, 1974 (chefe). Consulta Intergovernamental sobre Frutas Cítricas, FAO, Roma, 1974 (chefe). VII Sessão do Comitê Técnico Consultivo do Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional, Roma, 1974 (observador). VIII Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Juta, Kenaf e Fibras Similares, FAO, Roma, 1974 (observador). Consulta Intergovernamental Intensiva sobre Juta, Kenaf e Fibras Similares, FAO, Roma,

1974 (observador). V Sessão do Subgrupo de Estatísticas do Grupo Intergovernamental de Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, FAO, Roma, 1974 (delegado). XVII Sessão do Grupo Intergovernamental de Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, FAO, Roma, 1974 (delegado). Consulta Intergovernamental Intensiva sobre Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, FAO, Roma, 1974 (delegado). XVII Sessão do Grupo Intergovernamental de Cereais, FAO, Roma, 1974 (chefe). Reuniões do Grupo Informal dos Países Exportadores de Minério de Ferro, Genebra, 1974 (delegado). XVII Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Cereais, Comitê de Problemas de Produtos de Base, FAO, Roma, 1974 (delegado). III Sessão do Comitê Preparatório da Conferência Mundial de Alimentos, Roma, 1974 (chefe). Negociação dos Acordos de Pesca do Camarão com Barbados, Trinidad-Tobago, EUA e Países Baixos, Brasília, 1975 (chefe). XXV Assembléia Geral da Aliança dos Produtores de Cacau, Acra, 1975 (chefe). III Sessão do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe, Exportadores de Açúcar, Lima, 1975 (chefe). Conselho da Organização Internacional da Borracha Natural, 1981 e 1985 (representante). Missão Especial à posse do presidente da República do Suriname, 1988 (membro). Comissão Permanente de Revisão do Arquivo Histórico, 1988 (presidente). Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Brasil. Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Brasil. Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil. Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil. Medalha Tamandaré, Brasil. Medalha Lauro Müller, Brasil. Ordem das Palmas Acadêmicas, Comendador, França. Ordem de Tesouro Sagrado, Cavaleiro, Japão.

**RELAÇÃO DOS ALUNOS
DO INSTITUTO RIO BRANCO DE 1946 A 1990(*)**

(*) Listagem por ordem de classificação final no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata ou Concurso para Ingresso Direto na Carreira Diplomática.

TURMA DE 1946/1947

Eberaldo Abilio Telles Machado
João Luiz Areias Netto
Paulo Amélio Nascimento Silva
Gilberto Francisco Renato Amard Chateaudriand Bandeira Mello
Hélio da Fonseca e Silva Bittencourt
Paulo Cabral de Melo
Otávio Luiz de Berenguer Cesar
Oscar Soto Lorenzo Fernandez
Alcindo Carlos Guanabara
Otávio do Nascimento Brito Filho
Othon do Amaral Henriques Filho
Ângelo João Regattieri Ferrari
Luiz Garrido Cavadas
Sérgio Mauricio Correia do Lago
Antônio Fantinato Neto
Paulus da Silva Castro
Osvaldo Barreto da Silva
Rodolfo Godoy de Souza Dantas
Celso Antônio de Souza e Silva
Anibal Alberto de Albuquerque Maranhão
Hélio Antônio Scarabotôlo
Alfredo Rainho da Silva Neves
Marcos Magalhães de Sousa Dantas Romero
Paulo Padilha Vidal
João Desiderati Monetti
Édipo Santos Maia

TURMA DE 1947/1948

Heitor Pinto de Moura
Vitor José Silveira
Nestor Luiz Fernandes Barros dos Santos Lima

Lyle Amauri Tarrise da Fontoura
 Arthur Bernardes Alves de Sousa
 Eurico Nazareth Nogueira Ribeiro
 Lauro Soutello Alves
 Raul José de Sá Barbosa
 Mário Loureiro Dias Costa
 Nísio Medeiros Baptista Martins
 Faust Cardona
 Daniel Joseph Corbett Júnior

TURMA DE 1948/1949

Murilo Gurgel Valente
 Luiz Augusto Pereira Souto Maior
 Cláudio Garcia de Sousa
 David Silveira de Mota Júnior
 Ovídio de Andrade Melo
 Luiz Benjamin de Almeida Cunha
 Expedito de Freitas Rezendes
 Armando Salgado Mascarenhas
 Luiz Philippe D'Amorim Antony
 Frederico Carlos Carnaúba
 Fernando Augusto Buarque Franco Neto
 José Leal Ferreira Júnior
 Wilson Sidney Lobato
 Joaquim de Almeida Serra
 Arnaldo Rigueira
 Roberto Chalu Pacheco

TURMA DE 1949/1950/1951

Sérgio Luiz Portella de Aguiar
 Celso Diniz
 Sizinio Pontes Nogueira
 Dário Moreira de Castro Alves
 Eduardo Moreira Hosannah
 João Hermes Pereira de Araújo
 Carlos Alberto Pereira Pinto
 Paulo Frassinetti Pinto
 Oswaldo Castro Lobo
 Marcos Antônio de Salvo Coimbra
 Geraldo de Heraclito Lima
 Renato Bayma Denys
 Luiz de Moura Barbosa

TURMA DE 1951/1952

João Frank da Costa
 José Maria Vilar de Queiroz

Afonso Arinos de Mello Franco
 Augusto Graeff
 Ronaldo Costa
 Sérgio de Champerbaud Weguelin Vieira
 Henrique Augusto de Araújo Mesquita
 Paulo Nogueira Batista
 Othon Guimarães
 Ítalo Zappa
 Aloysio Marés Dias Gomide

TURMA DE 1952/1953

Fernando Abbot Galvão
 João Clemente Baena Soares
 Marcelo Raffaelli
 Marcio Rego Monteiro
 Mauro da Costa Lobo
 Ney Moraes de Mello Mattos
 Marcel Maria Tarrise da Fontoura
 Felix Baptista de Faria
 Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho

TURMA DE 1953/1954

Marcílio Marques Moreira
 Ronald Leslie de Moraes Small
 Alcides da Costa Guimarães Filho
 Pedro Emilio Penner da Cunha
 Paulo Monteiro Lima
 Guy Marie de Castro Brandão
 Octávio Rainho da Silva Neves
 José Olímpio Rache de Almeida
 Maria Sandra Cordeiro de Mello
 Lindolfo Leopoldo Collor
 Sérgio Fernando Guarischi Bath
 Carlos Augusto de Proença Rosa
 Luiz Loureiro Dias Costa
 Augusto Estellita Lins
 Renato Madasi
 Fernando de Salvo Souza
 Lael Simões Barbosa Soares

CONCURSO DIRETO DE 1954

Geraldo Egidio da Costa Holanda Cavalcanti
 Luiz Paulo Lindenberg Sette

Agenor Soares dos Santos
 Oswaldo Biato
 Ayrton Gonzales Gil Dieguez
 Joaquim Ignácio Amazonas Mac-Dowell
 Marcel Dezon Costa Hasslocher
 Adhamar Soares de Carvalho
 Antônio Patriota
 Antônio Carlos de Souza Tavares
 Antônio Conceição

TURMA DE 1954/55

Pedro Hugo Fabricio Belloc
 José Bonifácio Lourenço de Andrada
 Victor Augusto Nunes Vasseur
 João Tabajara de Oliveira
 Jorge Pires do Rio
 Michael Joseph Corbett
 Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro
 Jorge Ronaldo Lemos Barbosa
 Gil Roberto Fernando de Ouro Preto
 Odilon de Camargo Penteado
 Luiz Carlos Barreto Thedim
 Marco Aurélio dos Santos Chaudon
 Antonio Arruda Câmara Filho

CONCURSO DIRETO DE 1955

Marina de Barros e Vasconcellos
 Edmundo Radwanski
 Marina de Moraes Leme
 Rodrigo Amaro de Azeredo Coutinho
 Regina Vitória Castello Branco
 José Murilo de Carvalho
 Isócrates de Oliveira
 Guilherme Weinschenck
 Mozart Janot Junior
 André Guimarães
 Antônio Carlos Diniz de Andrada
 Paulo Tarso Flecha de Lima
 Rogério Corção Braga
 Luiz Horácio de Oliveira Lacerda
 Mário Wilson Fernandes
 Jorge Alberto Nogueira Ribeiro
 Mário Andrade Correia
 Hélcio Tavares Pires

Francisco Hermógenes de Paula
 Hersyl Castello Branco de Pereira Franco

TURMA DE 1955/56

Sérgio Paulo Rouanet
 Amaury Bier
 Eduardo Portella Netto
 Antônio Amaral de Sampaio
 Pedro Carlos Neves da Rocha
 Sérgio da Veiga Watson
 Luiz Cláudio Pereira Cardoso
 Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio
 Ivonne Magno Pantoja
 Asdrubal Pinto de Ulysse
 Luiz Emery Trindade
 Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto
 Murillo de Miranda Basto Júnior
 Carlos Eduardo de Affonseca Alves de Souza
 Cláudio Cabussu Tourinho
 Enaldo Camaz de Magalhães
 Octávio Eduardo Llambi Campbell Guinle

TURMA DE 1956/57

Ivan Velloso da Silveira Batalha
 Alberto Vasconcellos da Costa e Silva
 Luiz Orlando Carone Gêlio
 Sérgio Martins Thompson Flôres
 Álvaro Bastos do Valle
 Sérgio de Queiroz Duarte
 Marcos Castrioto de Azambuja
 René Luiz Cavé Rainho
 José Maria Diniz Ruiz de Gambôa
 Bernardo de Azevedo Brito
 René Haguenauer
 Joayrton Martins Cahu
 Laura Maria Malcher de Macedo
 Leonardo Marques de Albuquerque Cavalcanti
 Carlos Antônio Bettencourt Bueno
 Cecília Maria do Amaral Prada
 Moacyr Moreira Martins Ferreira

TURMA DE 1957/1958

Narto Lanza
 Marcos Henrique Camilio Côrtes

Bernardino Raimundo da Silva
 Álvaro da Costa Franco Filho
 João Carlos Pessoa Fragoso
 Luiz Fernando do Couto Nazareth
 Lavínia Augusta Machado
 Heitor Soares de Moura Filho
 Miguel Pedro de Vasconcellos Souza
 João Augusto de Médicis
 Jorge Carlos Ribeiro
 Luiz Villarinho Pedroso
 Landulpho Victoriano Borges da Fonseca
 Aderbal Costa
 Adriano Benayon do Amaral
 Celeste Dezon Costa Hasslocher
 José Constancio Austregésilo de Athayde
 Francisco Thompson Flôres Netto
 Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso
 Livieto Justino de Souza
 Cláudio Luiz dos Santos Rocha
 Mário Augusto Santos
 Walter Wehrs
 Isaura Maria Morim Parente de Mello
 Sérgio Augusto Ferreira Vivacqua
 Carlos Henrique Paulino Prates
 Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos
 Maud Polly Góes
 Sérgio Seabra de Noronha

TURMA DE 1958/1959

Mauro Mendes de Azeredo
 Italo Miguel Alexandre Mastrogiovanni
 Antônio Ferreira da Rocha
 Maria da Natividade Duarte Ribeiro
 Sérgio Henrique Nabuco de Castro
 Paulo Sérgio Nery
 José Botafogo Gonçalves
 Annunciata Padula
 Adolpho Corrêa de Sá e Benevides
 José Dácio Afonso Miranda
 Carlos Norberto de Oliveira Pares
 Júlio Gonçalves Sanchez
 Roberto de Salvo Coimbra
 Paulo Guilherme Vilas Boas Castro
 Arrhenius Fábio Machado de Freitas

Carlos Alberto Leite Barbosa
 Aloysio Ribeiro Vieira
 Mário Cesar de Moraes Pitão
 Carlos Luiz Coutinho Perez

TURMA DE 1959/1960

Rubens Ricupero
 Orlando Soares Carbonar
 Tarcísio Marciano da Rocha
 Jayme Villa-Lobos
 Sérgio Damasceno Vieira
 Thereza Maria Mendes Machado
 Sérgio Rezende Carneiro de Lacerda
 Fernando Antônio de Oliveira Santos Fontoura
 Maria Rosita Gulikers de Aguiar
 Nuno Álvaro Guilherme d'Oliveira
 Guilherme Luiz Belford Roxo Leite Ribeiro
 José Ferreira Lopes

TURMA DE 1960/1961

Luiz Jorge Rangel de Castro
 Jório Dauster Magalhães e Silva
 Agildo Séllos Moura
 Carlos Átila Álvares da Silva
 Antônio Sabino Cantuária Guimarães
 Regis Novaes de Oliveira
 Fernando Silva Alves
 Carlos José Prazeres Campello
 Christovam de Oliveira Araújo Filho
 Fernando Rodolpho de Souza
 Antônio Octaviano de Alvarenga Filho
 José Coelho Monteiro
 Francisco de Lima e Silva
 Carlos Luzilde Hildebrandt
 Flávio Moreira Sapha
 Gilberto Ferreira Martins

TURMA DE 1961/1962

Gilberto Coutinho Paranhos Velloso
 Jayro Coelho
 Evaldo José Cabral de Mello
 Paulo Dyrceu Pinheiro
 Luiz Dilermando de Castello Cruz

Rubens Antônio Barbosa
 Álvaro Gurgel de Alencar Netto
 Ruth Maria Baião
 Luiz Brun de Almeida e Sousa
 Vera Regina Behring Delayti
 Henrique Rodrigues Valle Júnior
 Octávio José de Almeida Goulart
 Ginette Emilienne Scholte
 Lineu Medina Martins
 Ney Lemos de Oliveira
 Pedro Paulo Pinto Assumpção
 Arnaldo Carrilho

TURMA DE 1962/1963

Márcio Fortes de Almeida
 Marco Cesar Meira Naslausk
 Luiz Felipe Palmeira Lampreia
 Heloisa Vilhena de Araújo
 Fernando Guimarães Reis
 Bassul Athuil Netto
 Igor Torres-Carrilho
 Maria do Carmo Camillo de Oliveira
 Carlos Alberto de Azevedo Pimentel
 Luiz Mattoso Maia Amado
 Virgílio Moretzsohn de Andrade
 Guido Fernando Silva Soares
 Marcelo José Moretzsohn de Andrade
 Romeo Zero
 Luiz Antônio Jardim Gagliardi
 Luciano Ozorio Rosa
 Samuel Pinheiro Guimarães Neto
 Affonso Celso de Ouro-Preto
 Danilo Adão Mayr
 José Guilherme Alves Merquior
 José Jerônimo Moscardo de Souza
 Márcio Paulo de Oliveira Dias
 João Carlos Gouvêa Pontes de Carvalho
 Márcio de Alencar Ramalho
 Luiz Felipe de Macedo Soares Guimarães
 Clovis Corrêa Palmeiro da Fontoura
 Luiz Felipe de La Torre Benitez Teixeira Soares
 Rubens de Souza Sarmiento
 Dinah Flusser
 Genaro Mucciolo

Luiz Cesar Vinhaes da Costa
 Helder Martins de Moraes
 Sérgio Eduardo Dias Lemgruber
 Caio Mário Caffê Nascimento
 Carlos Felipe Alves Saldanha
 Jádriel Ferreira de Oliveira
 Sebastião do Rego Barros Netto
 Maurício Carneiro Magnavita
 Paulo Renato Costa Rodrigues Rocha Santos
 Décio Mendes
 William Agel de Mello

CONCURSO DIRETO DE 1963

Celso de Almeida Miguel Relvas
 Paulo Roberto Barthel Rosa
 Raphael Valentino Sobrinho
 Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur
 Renato Prado Guimarães
 Marcelo Didier
 José Nogueira Filho
 Bernardo Pericás Neto
 Ronaldo Mota Sardemberg
 Ruy Nunes Pinto Nogueira
 Augusto Cesar de Vasconcellos Gonçalves
 Celso Ortega Terra
 Rubem Amaral Júnior
 Cláudio Sotero Caio
 Roberto Soares de Oliveira
 Brian Michael Fraser Neele
 Guilherme Parreiras Horta
 Paulo Dias Pereira
 Jacques Claude François Michel Guilbaud

TURMA DE 1963/1964

Celso Luiz Nunes Amorim
 José Artur Denot Medeiros
 Sérgio de Souza Fontes Arruda
 Carlos Alberto Pessoa Pardellas
 Cecília Bidart Carneiro de Novaes
 José Renato Monteiro Vieira Braga
 Lauro Barbosa da Silva Moreira
 Francisco Soares Alvim Neto
 Gilda Maria Ramos Guimarães
 Ricardo Joppert

Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra
 Ivan Oliveira Cannabrava
 Sérgio Luiz Gomes
 Guilherme Raymundo Barbedo Arroio

TURMA DE 1964/1965

Adolf Libert Westphalen
 Carlos Augusto Rego Santos Neves
 Eurico de Freitas
 Paulo Fernando Telles Ribeiro
 João Godinho Barros
 Gilberto Vergne Saboia
 Ruy Antônio Neves Pinheiro de Vasconcellos
 Aida Rodrigues Gomes
 José Viegas Filho
 Sérgio Barbosa Serra
 Sérgio Caldas Mercador Abi-sad
 Clodoaldo Hugueney Filho
 Rodrigo Menezes Amado
 Jório Salgado Gama Filho
 Paulo Dionísio de Vasconcelos
 Jorge Saltarelli Júnior
 Eduardo Hermann
 Milton Torres da Silva
 Antônio Carlos Lima de Noronha
 Joaquim Luiz Cardoso Palmeiro
 João Gualberto Marques Pôrto Júnior
 Sérgio Barcellos Telles
 Jorge Clement Duvernoy
 Reginaldo Andrade de Brito
 Wilma Vilela Guerra
 João Paulo de Pimentel Brandão Sanchez

TURMA DE 1965/1966

Luiz Felipe de Seixas Corrêa
 Miguel Darcy de Oliveira
 Antônio Augusto Dayrell de Lima
 Cláudio César de Avellar
 Stélio Marcos Amarante
 Carlos Eduardo Paes de Carvalho
 Carlos Alfredo Pinto da Silva
 Armando Sérgio Frazão
 Roberto Gaspar Tórres
 Ruy Alejandro Távora

João Carlos de Aguiar Gay
 Christiano Whitaker
 Oto Agripino Maia
 Affonso Emilio Massot
 Sérgio Luiz de Souza Tapajós
 Wamberto Hudson Ferreira
 Orlando Galvêas de Oliveira
 Adhemar Gabriel Bahadian

TURMA DE 1966/1967

Ednildo Gomes de Soárez
 Osmar Vladimir Chohfi
 Mário da Graça Roiter
 Volker Pölsler
 José Marcus Vinícius de Sousa
 Mara Weston
 José Mauricio de Figueiredo Bustani
 Flávio Eduardo Macedo Soares Regis do Nascimento
 Antônio Carlos Coelho da Rocha
 Carlos Moreira Garcia
 Jom Tob de Azulay
 Janine-Monique Lazaro
 Gastão Felipe Coimbra Bandeira de Mello
 Frederico Cezar de Araújo
 Eduardo Monteiro de Barros Roxo
 Antônio Guedes Barbosa
 Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira
 Luiz Carlos de Oliveira Feldman
 Fausto Orlando Campello Coelho
 Sergio Tutikian
 Gilda Pereira dos Santos-Jacinto
 Fernando José Moura Fagundes
 Victor Manzolilo de Moraes
 Alfredo Grieco
 Paulo Afonso Souza dos Santos
 Marcus Camacho de Vincenzi

CONCURSO DIRETO DE 1968

Sergio Simas Carriço
 Celina Maria Barão de Assumpção
 Lucia de Aguiar Patriota

Alfredo Carlos de Oliveira Tavares
Sergio Elias Couri

TURMA DE 1967/1968

Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro
Flávio Miragaia Perri
Mário Grieco
Fernando Cacciatore de Garcia
Mair Ione Vilhena de Vasconcellos
Luiz Henrique Pereira da Fonseca
Roberto Rodrigues Krause
Vera Pedroza Martins de Almeida
Abelardo da Costa Arantes Júnior
Luiz Fernando Gouvêa de Athayde
Antônio Carlos Austregésilo de Athayde
Eduardo da Costa Farias
Celso Marcos Vieira de Souza
Arnaldo Abílio Godoy Barreira Cravo
Synesio Sampaio Goes Filho
Edgar Telles Ribeiro
Clemente Rodrigues Mourão Neto
Sérgio Luiz Pereira Cavalcanti
Fernando José de Carvalho Lopes
Ney do Prado Dieguez
Maurício Eduardo Côrtes Costa
Roberto de Abreu Cruz
Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado
Júlio César Gomes dos Santos
Sonia Maria de Castro
Renato Xavier
Luiz Augusto de Castro Neves

TURMA DE 1968/1969

Gelson Fonseca Júnior
Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Benedini
Lucio Pires de Amorim
José Vicente de Sá Pimentel
José Antonio de Castello Branco de Macedo Soares
Margarida Zobarán
José Augusto Lindgren Alves
Cesar de Faria Domingues Moreira
Pedro Luiz Carneiro de Mendonça
Haroldo Teixeira Valladão Filho

Maria Celina de Azevedo Rodrigues
Godofredo Rayol Almeida Santos
Guilherme Fausto da Cunha Bastos
Clovis Abuhamad
Oswaldo Eurico Balthazar Portella
Tomas Mauricio Guggenheim
Antonio Lisboa Mena Gonçalves
Joaquim Arnaldo de Paiva Oliveira
Antonio Carlos Vereza Coutinho
Antonio José Telles Bueno
Fausto Fernando Rocha Cardona
Joaquim Augusto Whitaker Salles
Marcos Borges Duprat Ribeiro
Luiz Sergio Gama Figueira
José Alfredo Graça Lima
Renato Luiz Rodrigues Marques
Elim Saturnino Ferreira Sutra
Affonso José Santos
Wilmary Dias Maciel
Carlos Alberto Ferreira Guimarães
Annamaria Angela Mosella Pereira da Silva
Luiz Fernando de Freitas Ligiéro
Washington Luis Pereira de Souza Neto
Sergio Ney Medeiros de Carvalho
Paulo Alberto da Silveira Soares
André Mattoso Maia Amado
Ronaldo Edgar Dunlop
Maria Helena de Mattos Pimenta
Almir Franco de Sá Barbuda
Luiz Tupy Caldas de Moura
Ricardo Luiz Viana de Carvalho
Armando Vitor Boisson Cardoso
Ronaldo de Campos Vêras
Marcio Botelho Serra do Valle Pereira
Raul Euclides Aranha d'Escragnolle Taunay
Júlio Celso Ramos
Antonio Humberto dos Cavalcanti de Albuquerque e Fontes Braga
Abílio Machado Cantuária
Raul Campos e Castro
Roberto Pessoa da Costa

TURMA DE 1969/1970

Vitória Alice Cleaver
Artur Vivacqua Corrêa Meyer

Isis Martins Ribeiro de Andrade
 Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos
 Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares
 Sérgio Silva do Amaral
 Gerson Machado Pires Filho
 Renate Stille
 Isnard Penha Brasil Júnior
 Luiz Antonio Fachini Gomes
 Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho
 Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra
 Gilda Nunes Abuhamad
 Ana Maria Penha Brasil
 Geraldo Affonso Muzzi
 Alexandre Rubem Milito Gueiros
 Julio Cezar Zelner Gonçalves
 Antonio José Rezende de Castro
 Luiz Alves da Fonseca Costa
 Ricardo Drummond de Mello
 Luiz Guilherme de Moraes

TURMA DE 1970/1971

Valdemar Carneiro Leão Neto
 Elisabeth Helena Pereira Erdos
 Maria Elisa de Bittencourt Berenguer
 Marília Mota Sardenberg
 Pedro Mario Lavenère Wanderley Mariani
 Cesario Melantonio Neto
 Valter Pecly Moreira
 Carlos José Middeldorf
 Mario Ernani Saade
 João Alfredo Pinheiro Monteiro
 Irene Pessoa de Lima Câmara
 Vital Fernando Lopes de Souza
 Celso Lemos da Costa Bello
 Sebastião Neves

TURMA DE 1971/1972

Carlos Antonio da Rocha Paranhos
 Kywal de Oliveira
 Jorge d'Escagnolle Taunay Filho
 Pedro Motta Pinto Coelho
 Antonino Marques Porto e Santos
 Flávio Roberto Bonzanini
 Ricardo Carvalho do Nascimento Borges

Ruy de Lima Casaes e Silva
 Paulo Américo Veiga Wolowski
 Hélio Magalhães de Mendonça
 René Loncan Filho
 Sergio Eduardo Moreira Lima
 Ilka Maria Lehmkuhl Trindade Cruz
 Francisco Campos de Oliveira Pena

TURMA DE 1972/1973

João Almino de Souza Filho
 Antônio Herculano Lopes
 Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira
 Sarkis Karmirian
 Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil
 Luiz Felipe Mendonça Filho
 Cláudia D'Angelo
 Maria Eduarda Santos Pompeu Brasil
 Bárbara Goraczko
 Luís Fernando de Andrade Serra
 Luiz Francisco Pandiá Braconnot
 Anna Maria Michelangela Vittoria Manzolillo
 Heraldo Póvoas de Arruda
 Marcelo Andrade de Moraes Jardim
 Marco Antonio Diniz Brandão
 Ivone Brandão Vieira Faria
 Maria Dulce Soares da Silva
 Raul de Taunay

TURMA DE 1973/1974

Roberto Pires Coutinho
 Edson Marinho Duarte Monteiro
 Fernando Jacques de Magalhães Pimenta
 João Carlos de Souza Gomes
 Carlos Eduardo Botelho da Silva
 Eduardo Prisco Paraíso Ramos
 João Zicardi Navajas
 Mauro Luiz Iecker Vieira
 Carlos Alberto Lopes Asfora
 José Maria de Carvalho Coelho
 Piragibe dos Santos Tarragô
 Antônio Fernando Cruz de Mello
 Carlos Augusto Loureiro de Carvalho
 Moira Aparecida Shouler

José Eduardo Martins Felício
 Maria da Graça Nunes Carrion
 Francisco José Alonso Velloso Azevedo
 Vitor Cândido Paim Gobato
 Márcio Araújo Lage

CONCURSO DIRETO DE 1975

Marcio Florêncio Nunes Cambraia
 Edmundo Sussumu Fujita
 Fausto Martha Godoy
 Maria Lucy Gurgel Valente
 Genésio Silveira da Costa
 Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão
 Maria Ercília Borges Alves
 Paulo Cesar de Oliveira Campos
 Miguel Gustavo de Paiva Torres
 Paulo Tarrisse da Fontoura
 Maria Aparecida Lopes Nahu
 Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas
 Antonio José Maria de Souza e Silva
 Mario Vilalva
 Gustavo Mesquita de Siqueira
 Carlos Henrique Cardim
 Gilberto de Almeida Ferreira
 Paulo Antonio Pereira Pinto
 Carlos Augusto de Oliveira
 Alirio de Oliveira Ramos
 Michael Patricius de Almeida Goggin
 Josal Luiz Pellegrino
 Adalnio Senna Ganen
 João Batista Cruz
 René Pinto de Mesquita Júnior
 Carlos Alfredo Lazary Teixeira

TURMA DE 1974/1975

Carlos Alberto Simas Magalhães
 Antônio José Vallim Guerreiro
 Ruy Carlos Pereira
 Maria Stela Santos Pompeu Brasil
 Renan Leite Paes Barreto
 Marcos Caramurú de Paiva
 Cezar Augusto de Souza Lima Amaral
 Eduardo dos Santos

Ernesto Otto Rubarth
 Régis Percy Arslanian
 Fernando Augusto Ferraz Muggiati
 Gilberto Fonseca Guimarães de Moura
 Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa
 Mauricio Roberto Oswald Vieira
 Roberto Teixeira de Mesquita
 Dante Coelho de Lima
 Américo Dyott Fontenelle
 Raymundo Santos Rocha Magno
 Marcelo Roberto Soares Novaes
 Sérgio Sanginito Novaes da Silva
 Ruben Antonio Corrêa Barbosa
 Romero Cabral da Costa Filho

TURMA DE 1975/1976

Afonso José Sena Cardoso
 Marcus André Rouanet Machado de Mello
 Enio Cordeiro
 José Antonio Marcondes de Carvalho
 Maria Luiza Neves Ribeiro
 Luiz Gilberto Seixas de Andrade
 José Carlos de Araújo Leitão
 Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto
 Victor Manso de Mello Vianna
 Antonio Júlio Cesário de Mello Ciraucho
 José Antonio Gomes Piras

TURMA DE 1976/1977

José Roberto de Almeida Pinto
 Paulo Joppert Crissiuma
 Katia Godinho Gilaberte
 Pedro Henrique Lopes Borio
 Leda Lúcia Martins Camargo
 Maria de Lourdes Vieira Nogueira
 João Batista da Costa
 Fernando Jablonski
 Pedro Scalisse Neto
 Flávio Helmond Macieira
 Paulo Cesar Meira de Vasconcellos
 Vera Lúcia dos Santos Caminha
 Alcides Gastão Rostand Prates
 Everton Vieira Vargas
 Marcela Maria Nicodemos

Maria Thereza Lázaro
 Vergniaud Elyseu Filho
 Cesar de Paula Cidade
 Renato Soares Menezes
 Ricardo Alonso Bastos
 Ana Elisa de Magalhães Padilha Pupo Netto de Oliveira
 Luiz Antonio Dubeux Fonseca
 Paulo Sérgio Traballi Bozzi
 Michael Francis de Maya Monteiro Gepp
 Milton de Freitas Almeida Neto
 Orlando Celso Timponi
 Eliana de Sampaio Ferraz
 Paulo Wagner de Miranda
 José Amir da Costa Dornelles
 Sidney Pinto Fernandes
 Antonio Carlos do Nascimento Pedro
 Rolemberg Estevão de Souza
 Gladys Ann Garry Facó

CONCURSO DIRETO DE 1977

Georges Lamazière
 Paulo Roberto de Almeida
 Eduardo Botelho Barbosa
 José Soares Júnior
 Ana Maria Sampaio Fernandes
 Alcir Carvalho Rebello
 Mônica Renata Salski
 Eduardo Lobo Botelho Gualazzi
 Fernando Paulo de Mello Barreto Filho
 Sérgio Frederico Dantas da Cunha
 Ana Lélia Benicá Beltrame
 João de Mendonça Lima Neto
 Sérgio Maurício da Costa Palazzo

TURMA DE 1977/1978

Pedro Fernando Brêtas Bastos
 Thaís Eleonora Guerra Rego
 Antenor Américo Mourão Bogéa Filho
 João Solano Carneiro da Cunha
 Eduardo Gastal Affonso Penna
 Neith Maria de Almeida Prado Costa
 Francisco Chagas Catunda Resende
 Gláucia Silveira Gauch
 Almerinda Augusta de Freitas Carvalho

Maria Laura da Rocha
 José Jorge Alcazar Almeida
 Lucia Maria Maiera
 Agemar de Mendonça Santos
 Pedro Luiz Rodrigues
 Antonio Carlos Lopes
 Frederico Salomão Duque Estrada Meyer

CONCURSO DIRETO DE 1978

João Frederico Abbott Galvão Junior
 Leonilda Beatriz Campos Gonçalves
 George Ney de Souza Fernandes
 Mitzi Gurgel Valente
 Maria Auxiliadora Figueiredo
 Oswaldo Henrique Teixeira de Macedo
 Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos
 Virgílio Raitzin Távora
 Maria Edileuza Silva Fontenele
 Appio Cláudio Muniz Acquarone Filho

TURMA DE 1978/1979

Antônio de Aguiar Patriota
 Eduardo Ricardo Gradilone Neto
 Fernando Said Sallum
 Carlos Roberto Bevilacqua Penna
 Lígia Maria Scherer
 Paulo César de Camargo
 Gastão Estellita Lins de Salvo Coimbra
 Carmelito de Melo
 Ana Lucy Gentil Cabral
 Ralph Peter Henderson
 Carlos Alberto Ribeiro Reis
 Hermano Telles Ribeiro
 Henrique Luiz Jenné
 Marcos Vinicius Pinta Gama
 Paulo Cordeiro de Andrade Pinto
 Henrique da Silveira Sardinha Pinto
 João Inácio Oswaldo Padilha
 Maryani Bravo Leite
 Luiz Eduardo Caracciolo Maya Ferreira
 Aral Antunes Jara
 Silvana Dunley de Amorim
 Flávio Silva Rodrigues de Oliveira

TURMA DE 1979/1980

Marcos Bezerra Abbot Galvão
 Luis Fernando Panelli César
 Evandro de Sampaio Didonet
 Fernando Simas Magalhães
 Ana Cândida Perez
 Matias Antonio Senro de Vilhena
 Ricardo Neiva Tavares
 Luiz Alberto Figueiredo Machado
 Denis Fontes de Souza Pinto
 Sérgio Taam
 Douglas Wanderley de Vasconcellos
 George Monteiro Prata
 Cicero Martins Garcia
 Paulo Roberto Campos Tarrisse de Fontoura
 Eduardo de Mattos Hosannah
 Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior
 Paulo Roberto da Costa Pacheco
 Hélio Póvoas Junior
 Paulo Roberto Palm
 Ana Maria Pinto Morales
 Paulo César Cappeli Nogueira
 José Wilson Moreira
 Manoel Carlos Lorenzo Gualda
 Luiza Maria Guerra Campelo
 Durval Carvalho de Barros
 Pedro Henrique Eduardo Magalhães
 Ellen Osthoff Ferreira de Barros
 Carlos Alberto de Oliveira Pessoa
 José Vicente da Silva Lessa
 José Fernando Valim
 Luiz Henrique Sobreira Lopes
 Eduardo Carvalho
 Luiz Carlos Galindo de Medeiros
 Carmem Lidia Richter Ribeiro Moura
 José Borges dos Santos Junior
 Arnaldo Caiche d'Oliveira
 Marisa Baranski Lamback
 Ana Cristina Campello Torres Ásfora
 Sheila Maria de Oliveira
 Rujiza Mara Andreyevich
 Victor Hugo de Souza Irgaray
 José Fiuza Neto
 Miguel Júnior França Chaves de Magalhães

Mônica de Menezes Campos
 Flávia Raquel Ribeiro da Luz Guimarães
 José Mauro da Fonseca Costa Couto
 Maria Juliana Dutra Martins

TURMA DE 1980/1981

Sergio França Danese
 Arthur Henrique Villanova Nogueira
 Débora Vainer Baremboin
 Afonso Álvaro de Siqueira Carbonar
 Marcel Fortuna Biato
 Cláudio Frederico de Matos Arruda
 Alexandre Affonso da Motta Barboza
 Bruno de Risios Bath
 Samuel Hindemburgo Bueno dos Santos
 Francisco Mauro Brasil de Holanda
 Renato Sérgio de Assumpção Faria
 Hadil Fontes da Rocha Vianna
 Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas
 Sérgio Eugênio de Risios Bath
 Elza Moreira Marcelino de Castro
 Maria Teresa Mesquita Pessoa
 Maria Elisa Teófilo de Luna Nogueira
 Oswaldo Biato Júnior
 Maria Silvia Barbin Laurindo
 Antônio Luís Espíndola Salgado
 João Batista Lanari Bó
 Paulo Roberto Caminha de Castilho França
 Marco Antônio Felix de Souza Neto
 Paulo de Mello Vidal
 Paulo Luiz Medeiros de Souza
 Carmen Lucia Gillet Lomonaco
 José Roberto Procopiak
 Francisco Moacyr Fontenelle Filho
 Hélio Vitor Ramos Filho
 Alfredo Cesar Martinho Leoni
 Carlos Alberto Lamback
 Edelcio José Ansarah
 Elda Maria Alvarez Procopiak
 Marco Farani
 Jorge Karl de Sá Earp

TURMA DE 1981/1982

José Carlos da Fonseca Júnior
 Anuar Nahes

Edgard Antonio Casciano
 Antonio José Ferreira Simões
 Fernando José Marroni de Abreu
 Silvana Polich
 Susan Kleebank
 Virginia Bernardes de Souza Tomatti
 Vilmar Rogerio Coutinho Júnior
 Cecília de Meira Penna Neiva Tavares
 Zenik Krawctschuk
 Maria Nazareth Farani de Azevedo
 Reinaldo Storani
 João Carlos Parkinson de Castro
 Rudá Gonzáles Seferin
 Lineu Pupo de Paula Simões
 Mariangela Rebuá de Andrade
 Cláudio José de Campos
 Igor Kipman
 Regina Maria Cordeiro
 Maria Clara Duclos Carisio
 Roberto Colin
 Júlio Victor do Espírito Santo
 Luiz Antonio Borda de Carvalho Silos
 Aparecida Carmen Tescarolo
 João Luiz de Barros Pereira Pinto
 José Luiz Machado e Costa
 Eliana Zugaib Colombo
 Maria de Lujan Caputo Ninkler
 Andréia Cristina Nogueira Rigueira David
 Luís Ivaldo Villaifãe Gomes Santos
 César Paiva Leite Filho
 Jorge José Frantz Ramos
 Nilo Barroso Neto
 Júlio Boaventura Santos Matos

TURMA DE 1982/1983

Rodrigo do Amaral Souza
 Paulo Mendes de Carvalho
 Santiago Irazabal Mourão
 Carlos Sérgio Sobral Duarte
 Carlos Sérgio Michelsen den Hartog
 Sérgio Schiller Thompson Flôres
 Bruno Luiz dos Santos Cobuccio
 Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto
 Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo

José Mario Ferreira Filho
 David Silveira da Mota Neto
 Adelmo Serafim Garcia Júnior
 André Aranha Corrêa do Lago
 André Nabarrete Neto
 João Pedro Corrêa Costa
 José Luiz Vieira
 João André Pinto Dias Lima
 Nei Futuro Bitencourt
 Fernando de Mello Vidal
 Sérgio Barreiros de Santana Azevedo
 Regina Celia de Oliveira Bittencourt
 Vera Cíntia Alvarez
 Santiago Luis Bento Fernández Alcázar
 Silvio Rhomedes Bandeira Assumpção
 Milton Rondó Filho
 Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva
 Marcos Leal Raposo Lopes
 Leonardo Carvalho Monteiro
 Marcia Maria Coutinho Adorno
 Lys Amayo de Benedek Lopes
 Pedro Paulo d'Escragnolle Taunay
 Silvio Menezes Garcia
 Norton de Andrade Mello Rapesta
 Clemente de Lima Baena Soares
 Silas Leite de Silva
 Nelson Antonio Tabajara de Oliveira
 Elizabeth Sophie Mazzella Balsa

TURMA DE 1983/1984

José Estanislau do Amaral Souza Neto
 Tovar da Silva Nunes
 Virgilio Antonio Coutinho França
 Orlando Scalfo Júnior
 Sergio Luiz Canaes
 Carlos Ricardo Martins Ceglia
 Antonio Francisco da Costa e Silva Neto
 Tarcísio Lumack de Moura
 Lauro Eduardo Soutello Alves
 Cláudio César Rodrigues do Nascimento
 João Luiz de Medeiros
 Roberto Abdalla
 Roberto Carvalho de Azevêdo
 Caio Marcio Ranieri Colombo

Eliana da Costa e Silva Puglia
 Francisco Carlos Soares Luz
 Alexandre de Azevedo Silveira
 Maria Celia Sette Câmara Calero Rodrigues
 Márcia Jabôr Canizio
 Maria Helena Pinheiro Penna
 Ricardo Luís Pires Ribeiro da Silva
 Mônica Maria Meirelles Nasser
 Wanja Campos da Nóbrega Bonfã
 Demétrio Bueno Carvalho
 Bárbara Briglia Távora
 Ricardo Guerra de Araújo
 Jorge Geraldo Kadri
 José Gilberto Jungblut
 Sylvia Ruschel de Leoni Ramos
 Eduardo Andrade de Moraes Jardim
 João Carlos Belloc
 Isabel Cristina Corrêa de Azevedo
 Eliana Gama e Abreu de Andrade Tabajara de Oliveira
 Afonso Celso de Souza Marinho Nery
 Pedro Paulo Hamilton

TURMA DE 1984/1985

José Humberto de Brito Cruz
 Paulo Estivallet de Mesquita
 Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa
 Antonio de Moraes Mesplé
 Antonio Alves Júnior
 Guilherme Vasconcellos Coimbra
 Aurélio Afrânio Garcia Avelino
 Carlos Vinicius Vizioli
 Carlos Alexandre Ferreira
 Hervalter de Mattos
 Geraldo Miniucci Ferreira Junior
 Guilherme de Aguiar Patriota
 Terezinha Bassani Campos
 Olyntho Vieira
 Carlos Eduardo de Ribas Guedes
 Maria Izabel Vieira
 Flavio Hugo Lima Rocha Junior
 Luciano Helmold Macieira
 Helena Maria Gasparian
 Sergio Luis Lebedeff Rocha
 Antonio Baptista Luz Filho

Jairo Luiz Collier de Oliveira
 Maria Aparecida de Góis Fernandes Weiss
 Pery Machado
 Maria Cristina Martins dos Anjos
 Felix Valois Pires
 Cesário Marcos Lopes de Alexandria
 Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso
 Luis Fernando Abbott Galvão
 Dijalma Mariano da Silva
 Sérgio da Fonseca Costa Couto
 Márcio Catunda Ferreira Gomes
 Ana Suza Cartaxo de Sá

TURMA DE 1985/1986

Fernando Apparicio da Silva
 Carlos Marcio Bicalho Cozendey
 Cláudio Raja Gabaglia Lins
 Julio Glinternick Bitelli
 Maria Luísa Escorel de Moraes
 Luis Antonio Balduino Carneiro
 Ronald Cardoso Mendes Junior
 Márcia Loureiro
 Carlos Alfonso Iglesias Puente
 Glivânia Maria de Oliveira
 Geraldo Veiga Rivello Junior
 Irene Vida Gala
 Sérgio Ricov Pena
 Luís Claudio Villafañe Gomes Santos
 Ana Maria Mulser Parada
 Alexandre Campello de Siqueira
 Roberto Furian Ardenghy
 Paulo Marcos Almeida de Moraes
 José Augusto Silveira de Andrade Filho
 Evaldo Freire
 Claudia Fonseca Buzzi
 Paulo Roberto Amora Alvarenga
 Marco Cesar Moura Daniel
 Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes
 Antonio Carlos de Souza Leão Galvão França
 Flavio Marega
 Claudio Roberto Poles
 Ruy Pacheco de Azevedo Amaral
 João Marcelo de Aguiar Teixeira

José Marcos Nogueira Viana
 Márcia Maro da Silva
 Maria Theresa Vieira Diniz
 Licínio Delgado Pahim
 Nestor José Forster Junior
 Antonio Otávio Sá Ricarte
 Paulino Franco de Carvalho Neto
 Paulo Fernando Dias Feres
 Ricardo de Souza Franco Peixoto
 Sabine Nadja Popoff
 João Alberto Dourado Quintaes
 João Tabajara de Oliveira Junior
 Jandira Gill Chalu Pacheco
 Alexandre da Silva Barbedo

TURMA DE 1986/1987

Márcia Donner Abreu
 Benedicto Fonseca Filho
 Manoel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz
 Ricardo André Vieira Diniz
 Flavio Soares Damico
 Reinaldo José de Almeida Salgado
 Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra
 Ronaldo Costa Filho
 Rubens Gama Dias Filho
 Pedro Fernando Saraiva Etchebarne
 Ricardo José Lustosa Leal
 Sonia Regina Guimarães Gomes
 Renata Prata Saint-Clair Pimentel
 Maria Cristina Pereira da Silva
 Gilberto Gonçalves de Siqueira
 Antonio Carlos de Salles Menezes
 Silvio José Albuquerque e Silva
 Fernando Luiz Lemos Igreja
 Rodrigo de Lima Baena Soares
 Julio Cesar Gontes Laranjeira
 Francisco Chaves do Nascimento Filho

TURMA DE 1987/1988

Alessandro Warley Candeas
 Alexandre Guido Lopes Parola
 Maria Dolores Penna de Almeida Cunha
 Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva
 Paulo Roberto Soares Pacheco

Paulo de Tarso Leite de Moraes Jardim
 Breno de Souza Brasil Dias da Costa
 Roberto Teixeira de Avelar
 Nedilson Ricardo Jorge
 George Torquato Firmeza
 Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio
 Leonardo Sotero Caio
 Ivanise de Melo Maciel
 Roland Stille
 Humberto Benzaquem da Silva Gomes

TURMA DE 1988/1989

Victor Luiz do Prado
 José Ricardo da Costa Aguiar Alves
 Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa
 Pompeu Andreucci Neto
 Carlos Leopoldo Gonçalves de Oliveira
 Luciano Alchalel de Almeida Rego
 Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
 Marcio Fagundes do Nascimento
 Lucia Rebouças Pires
 Paulo Guapindaia Joppert
 Miguel Griesbach de Pereira Franco

TURMA DE 1989/1990

Eugênia Barthelmess
 Eduardo Paes Sabóia
 Ary Norton de Murat Quintella
 Fábio Mendes Marzano
 Luís Felipe Silvério Fortuna
 Alexandre José Vidal Porto
 Colbert Soares Pinto Júnior
 Davino Ribeiro de Sena
 Fábio Vaz Pitaluga
 Luiz Cesar Gasser
 Antonio Justino Silva de Souza
 Arnaldo Clarete Salabert
 Luís Felipe Magioli e Mello

**LEGISLAÇÃO
1989**

PORTARIA Nº 01, DE 11 DE JANEIRO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço de MRE nº 006 de 20.01.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

FIXAR, para o início do ano letivo de 1989, os valores:

- a) Cz\$ 17.000,00 (dezessete mil cruzados) para a hora-aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata;
- b) Cz\$ 17.000,00 (dezessete mil cruzados) para a hora-aula paga aos orientadores dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata;
- c) Cz\$ 22.000,00 (vinte e dois mil cruzados) para a hora-conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco;
- d) Cz\$ 30.000,00 (trinta mil cruzados) para a hora-conferência paga aos conferencistas visitantes convidados pelo Instituto Rio Branco;
- e) Cz\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzados) para a hora-aula paga aos professores assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata; e
- f) Cz\$ 10.000,00 (dez mil cruzados) para a hora-aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Therezá Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 02, DE 11 DE JANEIRO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço nº 006 de 20.01.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X do Regimento do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

FIXAR os seguintes valores para as bolsas dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 01 de janeiro de 1989:

- 1) Bolsa para alunos sem dependentes: Cz\$ 322.000,00
- 2) Bolsa para alunos com dependentes: Cz\$ 354.200,00

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 03, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 019 de 27.02.89)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve

Designar os seguintes membros encarregados da execução das tarefas relativas ao Décimo Oitavo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XVIII CAD):

Banca Examinadora

Relações Internacionais e Organismos Internacionais

Ministro Gelson Fonseca Júnior

Conselheiro Marcos Caramuru de Paiva

Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais

Ministro Adhemar Gabriel Bahadian

Prática Diplomática

Conselheiro José Vicente de Sá Pimentel

Prática Consular

Primeiro-Secretário Afonso José Sena Cardoso

Secretária do CAD

Vera Lucia Rodrigues de Faria

Serviços de Apoio

Luís Paixão de Souza Costa

Lucy Machado de Souza Camelo

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

PORTARIA Nº 04, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 019 de 27.02.89)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes no artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve

Fixar os seguintes valores para remuneração dos membros encarregados da execução das tarefas do Décimo Oitavo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XVIII CAD):

Examinador: NCz\$ 200,00

Conferencista (por hora/conferência): NCz\$ 30,00

Conferencista com vínculo empregatício com o Ministério das Relações Exteriores (por hora/conferência): NCz\$ 22,00

Secretária do CAD: NCz\$ 80,00

Serviços de Apoio: NCz\$ 10,00

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

PORTARIA Nº 05, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 020 de 01.03.89)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, para dar cumprimento às atribuições constantes dos artigos 214 e 219 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e usando das atribuições do disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no primeiro semestre de 1989, os seguintes professores e professores-assistentes:

Professores – 1º e 2º anos:

Lucilia Helena do Carmo Garcez – (Português para Estrangeiros)

Sergio Fernando Guarischi Bath – (Serviço Exterior: História e Prática).

1º ano:

Anna Maria Villela – (Direito Internacional Privado)

Edmundo Sussumu Fujita – (História das Ideias Políticas)

Enilde Leite de Jesus Faulstich – (Português: Expressão e Redação Profissional)

Jorge Luiz Fontoura Nogueira – (Direito Internacional Público I)

Luiz Cláudio Etchebert Marinho – (Economia)

Luiz Felipe de Seixas Corrêa – (História das Relações Diplomáticas do Brasil)

Luiz Gilberto Seixas de Andrade – (Estudos Brasileiros para Estrangeiros)

2º ano:

Afonso José Sena Cardoso – (Prática Consular)

Carlos Alberto Simas Magalhães – (Português: Redação Oficial)

Gelson Fonseca Junior – (Relações Internacionais)

José Francisco Rezek – (Direito dos Tratados)

Raphael Valentino Sobrinho – (Relações Econômicas Internacionais)

Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho – (Política Externa Brasileira Contemporânea)

Professores-Assistentes

1º ano:

Carlos Henrique Fialho Mussi – (Economia)

Fernando Jacques de Magalhães Pimenta – (História das Relações Diplomáticas do Brasil)

2º ano:

Carlos Eduardo Cruz de Souza Lemos – (Prática Consular)

Luis Antonio Balduino Carneiro – (Política Externa Brasileira Contemporânea)

*Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão*PORTARIA Nº 06, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 020 de 01.03.89)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, para dar cumprimento às atribuições constantes dos artigos 214 e 219 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e usando das atribuições dos dispostos no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no primeiro semestre de 1989, os seguintes professores de Línguas Estrangeiras:

Árabe

Issa Antonio Bonduki

Espanhol

Cecília da Silva Guerra Vicente

Kori Yaane Bolívia Carrasco Costa

Francês

Christian Defontaine

Hélène de Melo Ferreira

Jean François Cleaver

Patrick Signudi

Inglês

Allan John Hudson

Patrick Kevin Redmond

Sandra Maria Destro Meira de Vasconcellos

Sarah Burkitt Walker

Japonês

Michio Yamaguchi

Russo

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

EDITAL DO XX CAD

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que, de acordo com o estipulado pelo artigo 52, inciso IV, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977 e da Portaria nº 450 da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pelas Portarias nº 483, de 17 de abril de 1979 e nº 579, de 29 de abril de 1987, estarão abertas no período de 18 de abril a 19 de maio de 1989 as matrículas para o Vigésimo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XX CAD).

2. O pedido de matrícula deverá ser feito mediante o preenchimento e apresentação ao Instituto Rio Branco de formulário apropriado, cujo modelo acompanha o presente Edital. A Diretora do Instituto poderá limitar o número de inscrições, resguardado o direito de inscrição aos Segundos Secretários que à época prevista para divulgação do resultado do curso devam contar tempo de classe e de serviço no exterior que os habilite à promoção a Primeiros Secretários.

3. O Instituto fornecerá aos alunos, a título de subsídio, textos básicos e material informativo, o que não exclui que os alunos efetuem leituras por conta própria a respeito das disciplinas mencionadas, já que se parte do pressuposto de que os temas das disciplinas do CAD deverão ser regularmente estudados pelos Segundos Secretários.

4. As provas serão realizadas com o seguinte cronograma:

dia 23 de março de 1990 – Prática Diplomática;

dia 26 de março de 1990 – Relações Políticas Internacionais e Organismos Internacionais;

dia 28 de março de 1990 – Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais;

dia 30 de março de 1990 – Prática Consular.

5. As provas serão escritas e não conhecerão os Examinadores a identidade dos autores. Serão aplicadas, em princípio, na Secretaria de Estado e nos postos em que estiveram lotados os alunos inscritos no Curso.

6. A Direção do Instituto poderá promover, no período imediatamente anterior aos exames, a realização na Secretaria de Estado de palestras e aulas sobre temas de interesse para o Curso. Nesse caso, os alunos que não se encontrem lotados em Brasília serão chamados a serviço para participar dessas atividades didáticas e aqui prestarão os exames, salvo aqueles que já tenham sido chamados a serviço para cursar CAD anterior, que não o serão uma segunda vez.

7. A aprovação no CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito Suficiente ou Insuficiente. Serão considerados aprovados os alunos que obtiveram conceito Suficiente nas quatro provas.

8. Concluída a avaliação, os alunos reprovados receberão automaticamente cópia de suas provas, a fim de que, se assim o desejarem, requeiram sua revisão, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento das cópias.

9. Os requerimentos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos à Diretora do IRBr e indicar precisamente as questões em que o aluno se considere prejudicado, bem como as alegações do candidato a respeito. Não serão aceitos recursos que não contenham fundamentação adequada.

10. A Diretora do Instituto submeterá aos Examinadores os pedidos de revisão recebidos dentro do prazo acima, e, após ouvido o Senhor Ministro de Estado, divulgará, até o dia 1º de junho de 1990, a decisão final sobre a matéria, que terá caráter irrecorrível.

11. Os alunos reprovados poderão requerer inscrição em CAD posterior, no prazo de quinze dias a partir do recebimento do resultado final, por correspondência dirigida à Diretora do Instituto Rio Branco.

12. Os alunos aprovados no Curso terão igualmente direito à vista de suas provas, mediante solicitação nesse sentido encaminhada à Diretora do Instituto.

13. Está prevista, em princípio, para agosto de 1990 a abertura de inscrição para o XXI CAD, com provas a serem realizadas, em princípio, em agosto de 1991.

Disposições Gerais

14. Os alunos matriculados no XX CAD deverão acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que o compõem, mantendo-se atualizados a respeito, independentemente do eventual recebimento de textos do Instituto Rio Branco.

15. A conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas é um dos requisitos específicos para a promoção por merecimento a Primeiro Secretário nos termos do inciso IV do artigo 6º do Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.326, de 1º de outubro de 1986.

16. Do mesmo modo, apenas podem ser comissionados Conselheiros em postos do grupo "C", nos termos do artigo 67, Seção IV do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, os Primeiros e Segundos Secretários aprovados no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

17. O diploma do CAD assegura, ademais, aos funcionários lotados na Secretaria de Estado, a vantagem da Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso estipulada pelos artigos 3º, item V, e 5º, § único, item I, do Decreto-Lei nº 2.405, de 29 de dezembro de 1987.

Brasília, em 27 de março de 1989.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DO XX CAE

A Diretoria do Instituto Rio Branco faz público que, de acordo com o estipulado pelo Art. 52, inciso II, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, na forma do Decreto nº

79.556, de 20 de abril de 1977, bem como da Portaria nº 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas no período compreendido entre 18 de abril a 19 de maio de 1989, as matrículas para o Vigésimo Curso de Altos Estudos (XX CAE).

2. O X CAE consistirá nas seguintes atividades:

- apresentação, ao Instituto Rio Branco, de trabalho escrito sobre assunto de relevância para a diplomacia brasileira;
- defesa oral dos trabalhos que hajam sido aceitos por Banca Examinadora *ad hoc*; e
- estágio de atualização.

3. A matrícula no XX CAE se fará mediante o envio ao IRBr do formulário de inscrição em anexo ao presente Edital, dentro do prazo estipulado acima. Para os candidatos residindo fora de Brasília, ou licenciados, a data do expediente ou da guia de mala que o remeta, ou do carimbo postal, será levada em conta para a observância daquele prazo.

4. Não serão aceitos os pedidos de matrícula que não contiverem o esquema estrutural do trabalho proposto suficientemente desenvolvido, de forma a permitir o julgamento de sua relevância funcional ou utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira.

5. A Diretora do Instituto Rio Branco poderá recusar temas que não se enquadrem nas finalidades do Curso. Em tais casos, os candidatos poderão propor novo tema, em tempo hábil, a ser fixado pela Diretora do Instituto em sua comunicação aos candidatos.

6. A Diretora do Instituto Rio Branco poderá, igualmente, solicitar ao candidato o envio de dados complementares, bem como adverti-lo da necessidade de ampliação ou maior precisão no tratamento do tema, com vistas a sua apreciação pela Banca Examinadora na primeira fase (avaliação).

7. Uma vez efetivada a matrícula, o candidato não poderá alterar o tema do seu trabalho. Admitem-se, contudo, modificações em seu esquema estrutural, desde que submetidas previamente à aprovação da Diretora do Instituto.

8. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto Rio Branco poderá estabelecer limite de vagas no Curso. Em tal caso, será observada a ordem de antiguidade dos candidatos inscritos.

9. Os trabalhos deverão ser entregues ao Instituto Rio Branco, impreterivelmente, até o dia 2 de março de 1990, em cinco exemplares, acompanhados de extrato, cuja extensão não deve ultrapassar duas páginas datilografadas. O candidato que, não podendo concluir seu trabalho até aquela data, desejar pedir transferência de matrícula para o Curso imediatamente seguinte, deverá fazê-lo impreterivelmente dentro do prazo acima referido para entrega do trabalho. De outra maneira, terá de reinscrever-se em CAE futuro, dentro dos prazos fixados em Edital.

10. No que diz respeito à apresentação do trabalho, cabem as seguintes observações:

- a) embora inexistentem limites rígidos para sua extensão, aconselha-se que o texto propriamente dito (exclusão feita de índice e bibliografia) se situe entre 80 (oitenta) e um máximo de 160 (cento e sessenta) páginas datilografadas com espaço duplo de entrelinhas em papel de formato ofício;
- b) recomenda-se que inclua índice, introdução, desenvolvimento do tema, conclusões e referências bibliográficas precisas e sistematicamente indicadas;
- c) o grau de sigilo é dado pelo autor, podendo, todavia, ser alterado, a critério da Banca Examinadora; em princípio, todos os trabalhos são sigilosos.

11. A Banca Examinadora, a ser designada pelo Ministro de Estado, na forma estabelecida pelo artigo 6º da Portaria nº 451, de 20 de abril de 1977, alterada pela Portaria s/nº, publicada no Boletim de Serviço nº 065, de 27 de abril de 1982, efetuará seus trabalhos em duas fases. Na primeira fase, procederá à avaliação dos trabalhos escritos, tendo a faculdade de rejeitar aqueles que julgue não atenderem satisfatoriamente aos critérios estipulados no item 12. Caso o número de trabalhos o justifique, a Banca Examinadora será dividida em Câmaras, integradas, cada uma, por dois diplomatas e um examinador externo, sempre sob a mesma presidência. Cada Câmara examinará os trabalhos que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Banca.

12. Para julgamento dos trabalhos escritos, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) relevância funcional ou utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira;
- b) aproveitamento do tema versado;
- c) maturidade intelectual e nível cultural;
- d) originalidade;
- e) metodologia adequada;
- f) correção e nível dos conceitos e pertinência das conclusões;
- g) precisão factual;
- h) qualidade de linguagem;
- i) relevância, riqueza e assimilação das fontes bibliográficas; e
- j) apresentação.

13. Até 27 de abril de 1990, a Banca Examinadora comunicará o resultado da primeira fase (avaliação) ao Instituto Rio Branco, que dele dará conhecimento aos interessados. Dos trabalhos recusados na avaliação, o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá um em seus arquivos.

14. O candidato que tiver seu trabalho recusado nessa primeira fase poderá apresentar, no Curso imediatamente posterior ou em outro, versão revista e aperfeiçoada do mesmo, desde que desta intenção faça ciência, no máximo até trinta dias após a notificação da recusa, a Diretora do Instituto Rio Branco, e desde que a Banca Examinadora, ao recusar o trabalho, não tenha também desaconselhado sua reapresentação. Em caso de nova recusa pela Banca Examinadora na primeira fase

(avaliação), o candidato deverá propor novo tema à Diretora do Instituto Rio Branco, podendo fazê-lo para o Curso imediatamente posterior, dentro de prazo idêntico ao fixado acima.

15. O candidato cujo trabalho for aceito na primeira fase será convocado para a fase final do XX CAE, que se realizará em Brasília, entre 21 de maio e 1º de junho de 1990, e compreenderá a defesa oral dos trabalhos escritos e o estágio de atualização, nos termos do artigo 2º deste Edital. Tal data poderá ser modificada pela Banca Examinadora, dando-se ciência prévia aos candidatos.

16. No julgamento da defesa oral, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) conhecimento e domínio do tema versado;
- b) segurança na defesa dos pontos objeto de arguição;
- c) coerência, correção e propriedade de argumentação;
- d) fluência e qualidade da linguagem; e
- e) demonstração de conhecimento em matérias correlatas ao tema versado.

17. O estágio de atualização consistirá essencialmente na assistência a conferências e na participação em debates sobre política externa e sobre a atualidade brasileira, podendo vir a ser organizadas visitas ou excursões relacionadas com essas matérias.

18. A Banca Examinadora aprovará ou reprová o candidato e emitirá conceito levando em conta o trabalho escrito, a defesa oral e, ouvida a Diretora do IRBr, a participação no estágio de atualização. Dos trabalhos reprovados na defesa oral, o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá um em seus arquivos. Dos trabalhos aprovados na defesa oral o Instituto Rio Branco guardará os cinco exemplares em seus arquivos para fins de consulta.

19. O candidato não aprovado na fase final do presente CAE poderá requerer matrícula, no prazo máximo de trinta dias a contar da notificação do resultado, no XXI CAE ou em CAE posterior, sendo-lhe entretanto vedada a reapresentação do mesmo tema.

20. O Instituto Rio Branco recorda que a conclusão do Curso de Altos Estudos é um dos requisitos específicos para a promoção a Ministro de Segunda Classe nos termos do inciso II do artigo 52 da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, e do parágrafo 5º do artigo 55 da mesma Lei.

21. O Instituto Rio Branco recorda ainda que, nos termos do artigo 73 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, ao diplomata inscrito no Curso de Altos Estudos será concedido, para preparação do estudo, afastamento do serviço por 30 (trinta) dias, sem prejuízo do gozo de férias a que faça jus e de vencimento, remuneração ou retribuição.

22. O diploma do CAE assegura, ademais, aos funcionários lotados na Secretaria de Estado, a vantagem da Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso estipulada

pelos artigos 3º, item V, e artigo 5º, § único, inciso II, do Decreto-Lei nº 2.405, de 29 de dezembro de 1987.

Brasília, em 27 de março de 1989.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA DE 31 DE MARÇO DE 1989

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 033, de 07.04.1989)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no primeiro semestre de 1989:

Professor – 1º ano

André Raymond René Souvestre (Francês)

Professores-assistentes – 2º ano

Ana Maria Amorim (Relações Econômicas Internacionais)

Carlos Henrique Cardim (Relações Internacionais)

Rubens Gama Dias Filho (Português: Redação Oficial)

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA DE 03 DE ABRIL DE 1989

DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 031 de 03.04.1989)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o Decreto nº 79.556, de 20.04.1977, bem como a Portaria s/nº publicada no Boletim de Serviço nº 065, de 27.04.82, resolve designar a seguinte Banca Examinadora do Décimo-Oitavo Curso de Altos Estudos:

Presidente: Embaixador Bernardo Pericás Neto

1ª Câmara: Ministro José Francisco Rezek

Embaixador Jório Dauster Magalhães e Silva

Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa

2ª Câmara: Embaixador Marco Cesar Meira Naslauskys

Ministro Gelson Fonseca Júnior

Professor Vicente Marotta Rangel

Roberto Abreu Sodré

PORTARIA Nº 08, DE 10 DE ABRIL DE 1989

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 034 de 11.04.1989)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base na Portaria Ministerial nº 595, de 19 de dezembro de 1988, resolve:

Designar as seguintes Bancas Examinadoras para a 1ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no ano de 1989:

Português

Ministro Fernando Guimarães Reis;

Professora Enilde Leite de Jesus Faulstich;

Professora Stella Maris Bortoni

Francês

Secretária Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Corrêa;

Professor Christian Marcel Defontaine;

Professora Hélène de Melo Ferreira.

Inglês

Ministro Henrique Rodrigues Valle Junior;

Professora Edite Faial Jacques;

Professor Steven Albert Armstrong.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 09, DE 20 DE ABRIL DE 1989

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 041 de 02.05.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base na Portaria Ministerial nº 595, de 19 de dezembro de 1988, resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos membros dos grupos encarregados, em Brasília e no Rio de Janeiro, das tarefas de execução da 1ª fase do Exame Vestibular de 1989 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenador: Cz\$ 300,00

Auxiliar: Cz\$ 150,00

Aplicador de Prova: Cz\$ 60,00 (por prova)

Fiscais: Cz\$ 20,00 (por prova)

Serviço de Apoio: Cz\$ 40,00

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 10, DE 20 DE ABRIL DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 041 de 02.05.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base na Portaria Ministerial nº 595, de 19 de dezembro de 1988, resolve:

Fixar em Cz\$ 7,00 por prova corrigida a remuneração dos membros da Banca Examinadora da 1ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 11, DE 20 DE ABRIL DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 041 de 02.05.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base na Portaria Ministerial nº 595, de 19 de dezembro de 1988, resolve:

Designar os seguintes membros do grupo encarregado, em Brasília, das tarefas relativas à execução da 1ª fase do Exame Vestibular de 1989 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Aplicador de Prova: Secretário Edson Marinho Duarte Monteiro.

Coordenador: Sebastiana Maria de Azevedo

Auxiliar de Coordenação: Myrian Salles de Rezende Campos

Fiscais: Angela Ribeiro dos Santos (3 provas)

Dilson Rodrigues da Cunha (3 provas)

Elenice Ferreira da Costa (3 provas)

Elias Mariano da Silva (3 provas)

João Valdivino Trajano (3 provas)

Joaquim Francisco dos Santos (3 provas)

Jureni Figueira de Azevedo (3 provas)

Lauro da Silva Filho (3 provas)

Lucy Machado de Souza Camelo (3 provas)

Luiz Roberto Salles de Rezende (3 provas)

Sigmund Sievers (3 provas)

Serviço de Apoio: Esmeraldino Henrique da Silva

Georgina Carlota da Silva Lessa

Laudir de Mattos Cardoso

Jair Pereira da Silva

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 12, DE 20 DE ABRIL DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 041 de 02.05.1989)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base na Portaria Ministerial nº 595, de 19 de dezembro de 1988, resolve:

Fixar os seguintes valores para remuneração dos membros dos grupos encarregados nas cidades de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo, das tarefas de execução da 1ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenador: Cz\$ 600,00

Auxiliar: Cz\$ 300,00

Fiscais: Cz\$ 20,00 (por prova)

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 013, DE 26 DE ABRIL DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 042 de 03.05.1989)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, itens XII e XIII do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 5 de março de 1985, e na Portaria Ministerial de 3 de abril de 1989, publicada no Boletim de Serviço nº 031, de 3 de abril de 1989, resolve:

Fixar em NCz\$ 140,00 (cento e quarenta cruzados novos) por trabalho escrito examinado a remuneração dos Membros da Banca Examinadora do Décimo-Oitavo Curso de Altos Estudos (XVIII CAE).

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 12 DE MAIO DE 1989
(Publicados no Boletim de Serviço do MRE nº 059 de 29.06.1989)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base no disposto no artigo 63, inciso II da Lei nº 7.501, de 27 de julho de 1986, no artigo 85, inciso II, do Decreto 93.325, de 1º de outubro de 1986, e na Portaria número 45, de 10 de dezembro de 1987, faz saber que estarão abertas, no período de 22 de maio a 2 de junho de 1989, as inscrições para o Terceiro Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria.

2. A aprovação do Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria é requisito para a progressão funcional por merecimento à classe "C" dos integrantes da categoria funcional de Oficial de Chancelaria.

3. Para o Terceiro Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria poderão inscrever-se os Oficiais de Chancelaria que se encontrem posicionados nas três últimas referências funcionais da classe "B" (referências 14, 15 e 16).

4. As inscrições poderão ser feitas em Brasília, na Secretaria do Instituto Rio Branco, ou através de telegrama com a distribuição IRBr/DRH. No ato, ou no pedido de inscrição, o candidato deverá indicar a língua estrangeira de que pretende prestar a prova do dia 4 de agosto, bem como o local onde prestará as provas e o Posto ou lotação na SERE para onde deverá ser enviada comunicação sobre material de estudo.

5. As provas serão aplicadas na SERE, na Secretaria de Recepção e Apoio no Rio de Janeiro, na Primeira Comissão Demarcadora de Limites em Belém e nos Postos em que haja funcionários inscritos.

6. As provas serão realizadas nas seguintes datas, em horário a ser oportunamente comunicado:

- dia 31 de julho de 1989: Português, redação de serviço;
- dia 1º de agosto de 1989: Organização, métodos de trabalho, administração e contabilidade do Ministério das Relações Exteriores;
- dia 2 de agosto de 1989: Técnicas de Promoção Comercial;
- dia 3 de agosto de 1989: Prática Consular; e
- dia 4 de agosto de 1989: Língua estrangeira (Espanhol, Francês ou Inglês).

7. As provas terão duração máxima de duas horas e meia, serão dissertativas e será permitida consulta ao material oportunamente indicado, salvo no caso das provas de línguas estrangeiras, que poderão ser de múltipla escolha e nas quais não será permitida consulta.

8. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem pelo menos cinquenta por cento (50%) dos pontos em cada uma das provas.

9. As provas serão numeradas e desidentificadas no Instituto Rio Branco em bloco, antes da correção, devendo, para tanto, o formulário que as encapar ser devidamente preenchido pelo candidato e pelo aplicador designado, conforme instruções comunicadas oportunamente.

10. A identificação das provas e a proclamação dos resultados finais serão feitas publicamente no Auditório do Instituto Rio Branco, às onze horas do dia cinco de setembro de 1989, salvo impedimento ocasionado pelo atraso no recebimento de provas aplicadas no exterior, eventualidade em que nova data será anunciada pelo Instituto Rio Branco.

11. O resultado, do qual não cabe revisão, uma vez proclamado, será comunicado oficialmente pelo Instituto Rio Branco ao Departamento do Serviço Exterior, para os fins de direito, e aos candidatos.

12. O Instituto Rio Branco fará publicar no Boletim de Serviço a lista dos candidatos aprovados.

13. Qualquer caso omissos será resolvido pela Diretora do Instituto Rio Branco.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 14, DE 24 DE MAIO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 049 de 29.05.1989)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1955, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 01 de maio de 1989:

- 1) Bolsa para alunos sem dependentes: NCz\$ 420,00
- 2) Bolsa para alunos com dependentes: NCz\$ 462,00

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 15, DE 24 DE MAIO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 049 de 29.05.1989)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Alterar, a partir de 1º de maio de 1989, os valores:

- a) da hora/aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 20,40 (vinte cruzados novos e quarenta centavos);
- b) da hora/sessão paga aos orientadores dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 20,40 (vinte cruzados novos e quarenta centavos);
- c) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, que passa a NCz\$ 26,40 (vinte e seis cruzados novos e quarenta centavos);
- d) da hora/conferência paga aos conferencistas visitantes convidados pelo Instituto Rio Branco que passa a NCz\$ 39,00 (trinta e nove cruzados novos);
- e) da hora/aula paga aos professores assistentes do Curso de Preparação à

Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 16,80 (dezesseis cruzados novos e oitenta centavos);

f) da hora/aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 12,00 (doze cruzados novos).

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 16, DE 15 DE JUNHO DE 1989

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 055 de 19.06.1989)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base na Portaria Ministerial nº 595, de 23 de dezembro de 1988, resolve:

Designar as seguintes Bancas Examinadoras para a 2ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no ano de 1989:

Exames Orais:

Questões Internacionais Contemporâneas

Embaixador José Nogueira Filho

Embaixador Luiz Augusto Saint-Brisson de Araujo Castro

Ministro Lúcio Pires de Amorim

Francês

Secretária Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Corrêa

Professor Christian Marcel Defontaine

Professora Marie Hélène Grosselle de Melo Ferreira

Inglês

Ministro Henrique Rodrigues Valle Junior

Professor Steven Albert Armstrong

Professora Edite Faial Jacques

Exames Escritos:

História do Brasil

Professora Maria Therezinha Ferraz Negrão de Mello

História Mundial

Professor Amado Luiz Cervo

Geografia do Brasil

Professora Marília Luisa Peluso de Oliveira

Geografia Geral

Professora Marília Luisa Peluso de Oliveira

Noções Básicas de Direito

Professor Antônio Augusto Cançado Trindade

Noções Básicas de Economia

Professora Vivianne Ventura Dias

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 17, DE 16 DE JUNHO DE 1989

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 056 de 21.06.1989)

A Diretora do Instituto Rio Branco, à vista do disposto no artigo 52, inciso IV, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, em cumprimento ao disposto no artigo 72, § 1º, do Regulamento do Pessoal do Serviço Exterior aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977 e da Portaria nº 450, da mesma data, resolve dar a seguinte redação aos parágrafos 8 e 12 do Edital de abertura de inscrição para o XIX Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XIX CAD):

“8. A aprovação no CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito Suficiente ou Insuficiente. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem conceito Suficiente nas quatro provas. Os candidatos inscritos em virtude de reprovação em uma única prova do XVIII CAD, apenas daquela prova prestarão exame, sendo considerados aprovados nas outras três.

“12. O candidato reprovado poderá requerer inscrição em CAD posterior, no prazo de quinze dias a partir do recebimento do resultado final, por correspondência dirigida à Diretora do Instituto Rio Branco. Se a reprovação se deveu à obtenção de um único conceito Insuficiente, apenas daquela prova prestará exame o candidato, sendo considerado aprovado nas outras três.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 18, DE 16 DE JUNHO DE 1989

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 056 de 21.06.1989)

A Diretora do Instituto Rio Branco, à vista do disposto no artigo 52, inciso IV, da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986, em cumprimento ao disposto no artigo 72, § 1º, do Regulamento do Pessoal do Serviço Exterior aprovado pelo Decreto 93.325, de 1º de

outubro de 1986, e na forma do Decreto 79.556, de 20 de abril de 1977 e da Portaria nº 450, da mesma data, resolve dar a seguinte redação aos parágrafos 7 e 11 do Edital de abertura de inscrições para o XX Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XX CAD):

“7. A aprovação no CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito Suficiente ou Insuficiente. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem conceito Suficiente nas quatro provas. Os candidatos inscritos em virtude de reprovação em uma única prova de CAD anterior, apenas daquela prova prestarão exame, sendo considerados aprovados nas outras três.

“11. Os alunos reprovados poderão requerer inscrição em CAD posterior, no prazo de quinze dias a partir do recebimento do resultado final, por correspondência dirigida à Diretora do Instituto Rio Branco. Se a reprovação se deveu a um único conceito Insuficiente, apenas daquela prova prestará exame o candidato, sendo considerado aprovado nas outras três.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAIS DE 26 DE JUNHO DE 1989

(Publicados no Boletim de Serviço do MRE nº 059 de 29.06.1989)

O parágrafo dez, item *a*) do Edital de abertura de inscrições para o XIX Curso de Altos Estudos, publicado no Boletim de Serviço nº 071, de 29 de setembro de 1988, passa a ter a seguinte redação:

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 217, itens XII e XIII do Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, resolve dar a seguinte redação ao parágrafo 10, item *a*) do Edital de abertura de inscrições para o Décimo Nono Curso de Altos Estudos (XIX CAE):

“10. No que diz respeito à apresentação do trabalho, cabem as seguintes observações:

- a*) a extensão dos trabalhos deve ser de cem (100) a cento e sessenta (160) páginas datilografadas em espaço duplo, com um máximo de 70 batidas por linha e de 35 linhas por página de texto propriamente dito (excluídos índice, bibliografia, notas complementares e anexos).
Não serão aceitos trabalhos que estejam fora dos limites aqui estabelecidos”.

Thereza Maria Machado Quintella

O parágrafo dez, item *a*) do Edital de abertura de inscrições para o XX Curso de Altos Estudos, publicado no Boletim de Serviço nº 029, de março de 1989, passa a ter a seguinte redação:

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 217, itens XII e XIII do Regimento Interno da Secretaria de Estado das

Relações Exteriores, resolve dar a seguinte redação ao parágrafo 10, item *a*) do Edital de abertura de inscrições para o Vigésimo Curso de Altos Estudos (XX CAE):

“10. No que diz respeito à apresentação do trabalho, cabem as seguintes observações:

- a*) a extensão dos trabalhos deve ser de cem (100) a cento e sessenta (160) páginas datilografadas em espaço duplo, com um máximo de 70 batidas por linha e de 35 linhas por página de texto propriamente dito (excluídos índice, bibliografia, notas complementares e anexos).
Não serão aceitos trabalhos que estejam fora dos limites aqui estabelecidos”.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 19, DE 28 DE JUNHO DE 1989

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 059 de 29.06.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base na Portaria Ministerial nº 595, de 23 de dezembro de 1988 e na Portaria nº 16, de 15 de junho de 1989, publicada no Boletim de Serviço nº 55, de 19 de junho de 1989, resolve:

Designar o Conselheiro VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO para integrar a Banca Examinadora de Questões Internacionais Contemporâneas da 2ª fase do Exame Vestibular de 1989 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em substituição ao Ministro LÚCIO PIRES DE AMORIM.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 20 DE 30 DE JUNHO DE 1989

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 062 de 07.07.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base na Portaria Ministerial nº 595, de 19 de dezembro de 1989, resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos membros encarregados, em Brasília, das tarefas da 2ª e 3ª fases do Exame Vestibular de 1989 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

1. Examinador: NCz\$ 600,00 p/matéria.
2. Coordenador: NCz\$ 500,00.
3. Coordenador Médico: NCz\$ 500,00.
4. Exames de Oftalmologia: NCz\$ 30,00 p/candidato.
5. Exames de Otorrinolaringologia: NCz\$ 30,00 p/candidato.
6. Auxiliar de Coordenador: NCz\$ 250,00.
7. Serviço Técnico de Gravação NCz\$ 50,00 p/dia.

8. Serviço de Apoio: NCz\$ 80,00.

9. Fiscal: NCz\$ 20,00 p/dia.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 21 DE 30 DE JUNHO DE 1989

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 068 de 24.07.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base na Portaria Ministerial nº 595, de 19 de dezembro de 1988, resolve:

Designar os seguintes membros encarregados, em Brasília, das tarefas relativas à execução da 2ª e 3ª fases do Exame Vestibular de 1989 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenador:

Sebastiana Maria de Azevedo

Auxiliar de Coordenação:

Myrian Salles de Rezende Campos

Serviço Técnico de Gravação:

Daniel Gomes Pereira

Marcelo Minor Shiba

Raimundo Alves dos Santos

Fiscal:

Antonio José Rodrigues de Souza (3 provas)

José Nunes de Almeida (1 prova)

Luiz Roberto Salles de Rezende (2 provas)

Paulo Sérgio Ferreira (3 provas)

Serviço de apoio:

Fabiano Ferreira da Silva

Georgina Carlota da Silva

João Valdivino Trajano

Lucy Machado de Souza Camelo

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 17 DE JULHO DE 1989

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 069, de 28.07.89)

Modificação do parágrafo quinze do Edital de abertura de inscrições para o Décimo-Nono Curso de Altos Estudos, publicado no Boletim de Serviço nº 071, de 29 de setembro de 1988.

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, faz público que o parágrafo quinze do Edital de 28 de setembro de 1988, relativo à abertura de inscrições para o Décimo-Nono Curso de Altos Estudos (XIX CAE), passa a ter a seguinte redação:

“15. O candidato cujo trabalho for aceito na primeira fase será convocado para a fase final do XIX CAE, que se realizará em Brasília, entre 16 a 27 de outubro de 1989, e compreenderá a defesa oral dos trabalhos escritos e o estágio de atualização, nos termos do artigo 2º deste Edital. Tal data poderá ser modificada pela Banca Examinadora, dando-se ciência prévia aos candidatos”.

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

PORTARIA Nº 23, DE 20 DE JULHO DE 1989

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 069 de 28.04.1989)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, com base na Portaria Ministerial nº 595, de 19 de dezembro de 1988, resolve:

Designar os seguintes encarregados, em Brasília, das tarefas relativas à execução da 3ª fase do Exame Vestibular de 1989 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

- 1 - para Coordenador dos Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica da 3ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1989, o Doutor Antonio Teixeira de Souza, Chefe do Serviço de Assistência Médica e Social do Ministério das Relações Exteriores;
- 2 - para os exames Físicos, o Hospital do Comando Naval de Brasília;
- 3 - para os Exames de Oftalmologia e Otorrinolaringologia, os Doutores Aldo Carrilho Neves e Henrique Cesar Vieira Magalhães; e
- 4 - para os Exames Psíquicos, o Serviço de Seleção da Marinha.

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

PORTARIA Nº 24, DE 26 DE JULHO DE 1989

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar os seguintes membros encarregados da execução das tarefas relativas ao Décimo-Novo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XIX CAD):

Banca Examinadora
 Relações Políticas Internacionais e Organismos Internacionais
 Embaixador José Nogueira Filho

Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais
 Ministro Adhemar Gabriel Bahadian

Prática Diplomática
 Conselheiro José Vicente de Sá Pimentel

Prática Consular
 Primeiro-Secretário Afonso José Sena Cardoso

Coordenador
 Conselheiro Marcos Caramuru de Paiva

Secretária do CAD
 Vera Lúcia Rodrigues de Faria

Serviço de Apoio
 João Valdivino Trajano
 Fabiano Ferreira da Silva

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

PORTARIA Nº 25, DE 26 DE JULHO DE 1989
 (Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 069 de 28.07.1989)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para remuneração dos Membros encarregados da execução das tarefas do Décimo-Nono Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XIX CAD):

Examinador: NCz\$ 500,00.
 Coordenador: NCz\$ 400,00.
 Conferencista (por hora/conferência): NCz\$ 55,00.
 Conferencista visitante: NCz\$ 75,00.
 Secretária do CAD: NCz\$ 200,00.
 Serviços de Apoio: NCz\$ 25,00.

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

PORTARIA Nº 26, DE 01 DE AGOSTO DE 1989
 (Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 071, de 09.08.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no segundo semestre de 1989, os seguintes professores e professores-assistentes:

Professores – 1º 2º anos:

Lucilia Helena do Carmo Garcez – Português para Estrangeiros.
 Sérgio Fernando Guarischi Bath – Serviço Exterior: História e Prática.

1º Ano:

Antonio Augusto Cançado Trindade – Direito Internacional Público II.
 Edmundo Sussumu Fujita – História das Idéias Políticas.
 Enilde Leite de Jesus Faulstich – Português: Expressão e Redação Profissional.
 Luiz Cláudio Etchebert Marinho – Economia.
 Luiz Felipe de Seixas Corrêa – História das Relações Diplomáticas do Brasil.
 Luiz Gilberto Seixas de Andrade – Estudos Brasileiros para Estrangeiros.

2º Ano:

Arthur Vivacqua Correa Meyer – Economia Brasileira.
 Carlos Alberto Simas Magalhães – Português: Redação Oficial.
 Gelson Fonseca Junior – Relações Internacionais.
 Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão – Dissertação Final.
 Raphael Valentino Sobrinho – Relações Econômicas Internacionais.
 Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho – Política Externa Brasileira Contemporânea.

Professores – Assistentes

1º Ano:

Antonio Otávio Sá Ricarte – Direito Internacional Público II.
 Carlos Henrique Fialho Mussi – Economia.
 Fernando Jacques de Magalhães Pimenta – História das Relações Diplomáticas do Brasil.

2º Ano:

Ana Maria Amorim – Relações Econômicas Internacionais.
 Carlos Henrique Cardim – Relações Internacionais.
 Luiz Antonio Balduino Carneiro – Política Externa Brasileira Contemporânea.
 Rubens Gama Dias Filho – Português: Redação Oficial.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA DE 17 DE AGOSTO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 076, de 28.08.89)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o Decreto nº 79.556, de 20/04/1977, bem como a Portaria s/nº publicada no Boletim de Serviço nº 065 de 27/04/82, resolve designar a seguinte Banca Examinadora do Décimo-Nono Curso de Altos Estudos:

Presidente: Embaixador Bernardo Pericás Neto.

1ª Câmara: Ministro José Francisco Rezek.

Embaixador Jório Dauster Magalhães e Silva.

Embaixador Luiz-Felipe de Seixas Correa.

2ª Câmara: Embaixador Marco Cesar Meira Naslauský.

Ministro Gelson Fonseca Júnior.

Professor Vicente Marotta Rangel.

Roberto Abreu Sodré

PORTARIA Nº 27, DE 01 DE AGOSTO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 071, de 09.08.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no segundo semestre de 1989, os seguintes professores de Línguas Estrangeiras:

Árabe

Issa Antonio Bonduki

Espanhol

Cecilia da Silva Guerra Vicente

Kori Yaane Bolívia Carrasco Costa

Francês

Christian Marcel Defontaine

Marie Hélène Grosselle de Melo Ferreira

Jean François Cleaver

André Raymond René Souvestre

Josette Perroud

Inglês

Allan John Hudson

Patrick Kevin Redmond

Sandra Maria Destro Meira de Vasconcellos
Sarah Burkitt Walker

Japonês

Michio Yamaguchi

Russo

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 29 DE AGOSTO DE 1989
(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 082 de 11.09.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que, de acordo com o estipulado pelo artigo 52, inciso IV, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977 e da Portaria nº 450 da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pelas Portarias nº 483, de 17 de abril de 1979 e nº 579, de 29 de abril de 1987, estarão abertas no período de 10 de outubro a 10 de novembro de 1989 as matrículas para o Vigésimo Primeiro Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XXI CAD).

2. O pedido de matrícula deverá ser feito mediante o preenchimento e apresentação ao Instituto Rio Branco de formulário apropriado, cujo modelo acompanha o presente Edital. A Diretora do Instituto poderá limitar o número de inscrições, resguardado o direito de inscrição aos Segundos Secretários que à época prevista para divulgação do resultado do Curso devam contar tempo de classe e de serviço no exterior que os habilite à promoção a Primeiros-Secretários. Uma vez confirmada a inscrição, qualquer desistência por parte do candidato que não for comunicada à Direção do IRBr até trinta dias após o recebimento daquela confirmação implicará a impossibilidade de ser garantida inscrição do interessado no XXII CAD.

3. O Instituto fornecerá aos alunos, a título de subsídio, textos básicos e material informativo, o que não exclui que os alunos efetuem leituras por conta própria a respeito das disciplinas do Curso, já que se parte do pressuposto de que os assuntos das disciplinas do CAD deverão ser regularmente estudados pelos Segundos-Secretários.

4. As provas serão realizadas de acordo com o seguinte cronograma:

dia 27 de agosto de 1990 – Relações Políticas Internacionais e Organismos Internacionais;

dia 29 de agosto de 1990 – Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais;

dia 30 de agosto de 1990 – Prática Consular;

dia 31 de agosto de 1990 – Prática Diplomática.

5. As provas serão escritas e não conhecerão os Examinadores a identidade dos autores. Serão aplicadas, em princípio, na Secretaria de Estado e nos postos em que estiverem lotados os alunos inscritos no Curso.

6. A Direção do Instituto poderá promover, no período imediatamente anterior aos exames, a realização na Secretaria de Estado de palestras e aulas sobre temas de interesse para o Curso. Nesse caso, os alunos que não se encontrem lotados em Brasília serão chamados a serviço para participar dessas atividades didáticas e aqui prestarão os exames, salvo aqueles que já tenham sido chamados a serviço para cursar CAD anterior, que não o serão uma segunda vez.

7. A aprovação no CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito Suficiente ou Insuficiente. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem conceito Suficiente nas quatro provas. Os candidatos inscritos em virtude de reprovação em uma única prova de CAD anterior, apenas daquela prova prestarão exame, sendo considerados aprovados nas outras três.

8. Concluída a avaliação, os alunos reprovados receberão automaticamente cópia de suas provas, a fim de que, se assim o desejarem requeiram sua revisão, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento das cópias.

9. Os requerimentos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos à Diretora do IRBr e indicar precisamente as questões em que o aluno se considere prejudicado, bem como as alegações do candidato a respeito. Não serão aceitos recursos que não contenham fundamentação adequada.

10. A Diretora do Instituto submeterá aos Examinadores os pedidos de revisão recebidos dentro do prazo acima, e, após ouvido o Senhor Ministro de Estado, divulgará, até o dia 12 de novembro de 1990, a decisão final sobre a matéria, que terá caráter irrecorrível.

11. Os alunos reprovados poderão requerer inscrição em CAD posterior, no prazo de quinze dias a partir do recebimento do resultado final, por correspondência dirigida à Diretora do Instituto Rio Branco. Se a reprovação se deu a um único conceito Insuficiente, apenas daquela prova prestará exame o candidato, sendo considerado aprovado nas outras três.

12. Os alunos aprovados no Curso terão igualmente direito à vista de suas provas, mediante solicitação nesse sentido encaminhada à Diretora do Instituto.

13. Está prevista, em princípio, para março de 1990 a abertura de inscrição para o XXII CAD, com provas a serem realizadas, em princípio, em março de 1991.

Disposições Gerais

14. Os alunos matriculados no XXI CAD deverão acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que o compõem, mantendo-se atualizados a respeito, independentemente do eventual recebimento de textos do Instituto Rio Branco.

15. A conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas é um dos requisitos específicos para a promoção por merecimento a Primeiro-Secretário nos termos do

inciso IV do artigo 6º do Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.362, de 1º de outubro de 1986.

16. Do mesmo modo, apenas podem ser comissionados Conselheiros em postos do grupo "C", nos termos do artigo 67, Seção IV do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, os Primeiros e Segundos-Secretários aprovados no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

17. O diploma do CAD assegura, ademais, aos funcionários lotados na Secretaria de Estado, a vantagem da Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso estipulada pelos artigos 3º, item V, e 5º, § único, item I, do Decreto-Lei nº 2.405, de 29 de dezembro de 1987.

Brasília, em 29 de agosto de 1989.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DO XXI CAE

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que, de acordo com o estipulado pelo Artigo 52, inciso II, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como da Portaria nº 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas no período compreendido entre 10 de outubro a 10 de novembro de 1989, as matrículas para o Vigésimo Primeiro Curso de Altos Estudos (XXI CAE).

2. O XXI CAE consistirá nas seguintes atividades:

- a) apresentação, ao Instituto Rio Branco, de trabalho escrito sobre assunto de relevância para a diplomacia brasileira;
- b) defesa oral dos trabalhos que haja sido aceitos por Banca Examinadora *ad hoc*; e
- c) estágio de atualização.

3. A matrícula no XXI CAE se fará mediante o envio do IRBr do formulário de inscrição em anexo ao presente Edital, dentro do prazo estipulado acima. Para os candidatos residindo fora de Brasília, ou licenciados, a data do expediente ou da guia de mala que o remeta, ou do carimbo postal, será levada em conta para a observância daquele prazo.

4. Não serão aceitos os pedidos de matrícula que não contiverem o esquema estrutural do trabalho proposto suficientemente desenvolvido, de forma a permitir o julgamento de sua relevância funcional ou utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira.

5. A Diretora do Instituto Rio Branco poderá recusar temas que não se enquadrem nas finalidades do Curso. Em tais casos, os candidatos poderão propor novo tema, em tempo hábil, a ser fixado pela Diretora do Instituto em sua comunicação aos candidatos.

6. A Diretora do Instituto Rio Branco poderá, igualmente, solicitar ao candidato o envio de dados complementares, bem como adverti-lo da necessidade de ampliação ou maior precisão no tratamento do tema, com vistas a sua apreciação pela Banca Examinadora na primeira fase (avaliação).

7. Uma vez efetivada a matrícula, o candidato não poderá alterar o tema do seu trabalho. Admitem-se, contudo, modificações em seu esquema estrutural, desde que submetidas previamente à aprovação da Diretora do Instituto.

8. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto Rio Branco poderá estabelecer limite de vagas no Curso. Em tal caso, será observada a ordem de antiguidade dos candidatos inscritos.

9. Os trabalhos deverão ser entregues ao Instituto Rio Branco, impreterivelmente, até o dia 6 de agosto de 1990, em cinco exemplares, acompanhados de extrato, cuja extensão não deve ultrapassar duas páginas datilografadas. O candidato que, não podendo concluir seu trabalho até aquela data, desejar pedir transferência de matrícula para o Curso imediatamente seguinte, deverá fazê-lo impreterivelmente dentro do prazo acima referido para entrega do trabalho. De outra maneira, terá de reinscrever-se em CAE futuro, dentro dos prazos fixados em Edital.

10. No que diz respeito à apresentação do trabalho, cabem as seguintes observações:

- a) a extensão dos trabalhos deve ser de cem (100) a cento e sessenta (160) páginas datilografadas em espaço duplo, com um máximo de 70 batidas por linha e de 35 linhas por página de texto propriamente dito (excluídos índice, bibliografia, notas complementares e anexos). Não serão aceitos trabalhos que estejam fora dos limites aqui estabelecidos.
- b) recomenda-se que inclua índice, introdução, desenvolvimento do tema, conclusões e referências bibliográficas precisas e sistematicamente indicadas;
- c) o grau de sigilo é dado pelo autor, podendo, todavia, ser alterado, a critério da Banca Examinadora; em princípio, todos os trabalhos são sigilosos.

11. A Banca Examinadora, a ser designada pelo Ministro de Estado, na forma estabelecida pelo Artigo 6º da Portaria nº 451, de 20 de abril de 1977, alterada pela Portaria s/nº, publicada no Boletim de Serviço nº 065, de 27 de abril de 1982, efetuará seus trabalhos em duas fases. Na primeira fase, procederá à avaliação dos trabalhos escritos, tendo a faculdade de rejeitar aqueles que julgue não atenderem satisfatoriamente aos critérios estipulados no item 12. Caso o número de trabalhos o justifique, a Banca Examinadora será dividida em Câmaras, integradas, cada uma, por dois diplomatas de nível hierárquico igual ou superior a Ministro de Segunda Classe e um examinador externo, sempre sob a mesma presidência. Cada Câmara examinará os trabalhos que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Banca.

12. Para julgamento dos trabalhos escritos, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) relevância funcional ou utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira;
- b) aproveitamento do tema versado;

- c) maturidade intelectual e nível cultural;
- d) originalidade;
- e) metodologia adequada;
- f) correção e nível dos conceitos e pertinência das conclusões;
- g) precisão factual;
- h) qualidade de linguagem;
- i) relevância, riqueza e assimilação das fontes bibliográficas; e
- j) apresentação.

13. Até 12 de outubro de 1990, a Banca Examinadora comunicará o resultado da primeira fase (avaliação) ao Instituto Rio Branco, que dele dará conhecimento aos interessados. Dos trabalhos recusados na Avaliação, o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá um em seus arquivos.

14. O candidato que tiver seu trabalho recusado nessa primeira fase poderá apresentar, no Curso imediatamente posterior ou em outro, versão revista e aperfeiçoada do mesmo, desde que desta intenção faça ciência, no máximo até trinta dias após a notificação da recusa, a Diretora do Instituto Rio Branco, e desde que a Banca Examinadora, ao recusar o trabalho, não tenha desaconselhado sua reapresentação. Em caso de nova recusa pela Banca Examinadora na primeira fase (avaliação), o candidato deverá propor novo tema à Diretora do Instituto Rio Branco, podendo fazê-lo para o Curso imediatamente posterior, dentro de prazo idêntico ao fixado acima.

15. O candidato cujo trabalho for aceito na primeira fase será convocado para a fase final do XXI CAE, que se realizará em Brasília, entre 22 de outubro e 17 de novembro de 1990, e compreenderá a defesa oral dos trabalhos escritos e o estágio de atualização, nos termos do artigo 2º deste Edital. Tal data poderá ser modificada pela Banca Examinadora, dando-se ciência prévia aos candidatos.

16. No julgamento da defesa oral, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) conhecimento e domínio do tema versado;
- b) segurança na defesa dos pontos objeto de arguição;
- c) coerência, correção e propriedade de argumentação;
- d) fluência e qualidade da linguagem; e
- e) demonstração de conhecimento em matérias correlatas ao tema versado.

17. O estágio de atualização consistirá essencialmente na assistência a conferências e na participação em debates sobre política externa e sobre a atualidade brasileira, podendo vir a ser organizadas visitas ou excursões relacionadas com essas matérias.

18. A Banca Examinadora aprovará ou reprová o candidato e emitirá conceito levando em conta o trabalho escrito, a defesa oral e, ouvida a Diretora do IRBr, a participação no estágio de atualização. Dos trabalhos reprovados na defesa oral, o Instituto Rio

Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá um em seus arquivos. Dos trabalhos aprovados na defesa oral o Instituto Rio Branco guardará os cinco exemplares em seus arquivos para fins de consulta.

19. O candidato não aprovado na fase final do presente CAE poderá requerer matrícula, no prazo máximo de trinta dias a contar na notificação do resultado, no XXII CAE ou em CAE posterior, sendo-lhe entretanto vedada a representação do mesmo tema.

20. O Instituto Rio Branco recorda que a conclusão do Curso de Altos Estudos é um dos requisitos específicos para a promoção a Ministro de Segunda Classe nos termos do inciso II do artigo 52 da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, e do parágrafo 5º do artigo 55 da mesma Lei.

21. O Instituto Rio Branco recorda ainda que, nos termos do artigo 73 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, ao diplomata inscrito no Curso de Altos Estudos será concedido, para preparação do estudo, afastamento do serviço por 30 (trinta) dias, sem prejuízo do gozo de férias a que faça jus e de vencimento, remuneração ou retribuição.

22. O diploma do CAE assegura, ademais, aos funcionários lotados na Secretaria de Estado, a vantagem da Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso estipulada pelos artigos 3º, item V, e artigo 5º, § único, inciso II, do Decreto-Lei nº 2.405, de 29 de dezembro de 1987.

Brasília, em 29 de agosto de 1989.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 28, DE 30 DE AGOSTO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 080, de 04.09.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 580, de 13 de maio, de 1987, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Alterar, a partir de 1º de agosto de 1989, os valores:

- a) da hora/aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 47,20 (quarenta e sete cruzados novos e vinte centavos);
- b) da hora/sessão paga aos orientadores dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 47,20 (quarenta e sete cruzados novos e vinte centavos);
- c) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, que passa a NCz\$ 61,35 (sessenta e um cruzados novos e trinta e cinco centavos);

- d) da hora/conferência paga aos conferencistas visitantes convidados pelo Instituto Rio Branco que passa a NCz\$ 90,15 (noventa cruzados novos e quinze centavos);
- e) da hora/aula paga aos professores assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 38,70 (trinta e oito cruzados novos e setenta centavos); e
- f) da hora/aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 27,37 (vinte e sete cruzados novos e trinta e sete centavos).

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 29, DE 30 DE AGOSTO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 080, de 04.09.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X do Regimento do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 1º de agosto de 1989:

- 1) Bolsa para alunos sem dependentes: NCz\$ 705,00.
- 2) Bolsa para alunos com dependentes: NCz\$ 775,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 030, DE 15 DE SETEMBRO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 084, DE 18.09.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, itens XII e XIII do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, e na Portaria Ministerial de 17 de agosto de 1989, publicada no Boletim de Serviço nº 076, de 28 de agosto de 1989, resolve:

Fixar em NCz\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzados novos) por trabalho escrito examinado a remuneração dos Membros da Banca Examinadora do Décimo-Novo Curso de Altos Estudos (XIX CAE).

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 031, DE 20 DE SETEMBRO DE 1989
(Publicada no Boletim do Serviço do MRE nº 086, de 25.09.89)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, no âmbito do estipulado pela Portaria nº 45, de 10 de dezembro de 1987 e de acordo com o disposto no Edital de 12 de maio de 1989, declara aprovados no Terceiro Curso de Atualização de Oficial de Chancelaria – III CAOC, cujas provas se realizaram nos dias 31 de julho e 1 a 4 de agosto últimos, os seguintes Oficiais de Chancelaria:

- 1 – Carlinda Luiza de Barros
- 2 – Carlos Eduardo Alberto de Campos Armando
- 3 – Chateaubriand Chapot Xavier Bezerra Neto
- 4 – Elza Gomes Pedroza
- 5 – Francisco Carneiro de Almeida
- 6 – Francisco de Paola Neto
- 7 – Helena Mendes Lopes Cançado
- 8 – José Antonio de Almeida
- 9 – José Raul da Silva Teixeira
- 10 – Lúcia Maria de Andrade Porto
- 11 – Luiz Carlos Monteiro Nogueira
- 12 – Manuel Caetano Machado Neto
- 13 – Maria Aparecida Pires Campos Ribeiro
- 14 – Maria de Fátima Batista
- 15 – Mariana Isidoro dos Santos Freitas
- 16 – Nesira Ana Baker
- 17 – Nilma Carneiro Moreira
- 18 – Orlando Araujo Henriques
- 19 – Oswaldo Fiori
- 20 – Rodolfo Herdes
- 21 – Rose Marie Romariz Maasri
- 22 – Stela Maria Santos Brandão
- 23 – Terezinha Telles Costa Pereira
- 24 – Theo Victor Surlemont
- 25 – Waldyr Silva de Oliveira
- 26 – Wilson Adélio Domingues
- 27 – Zilá Neves.

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

EDITAL

(Publicado no DO de 20.09.89 e no Boletim de Serviço do MRE nº 087, de 27.09.89)

Relação dos aprovados no Exame Vestibular de 1989, e portanto aptos a se matricularem no 1º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1990, os seguintes candidatos:

CLAS.	NOMES	Nº DE PONTOS	MÉDIA FINAL
1º	– Achilles Emílio Zaluar Neto	1.037,00	86,41
2º	– Norberto Moretti	1.016,00	84,66
3º	– Marcelo Baumbach	954,50	79,54
4º	– Carlos Luiz Dantas Coutinho Perez	935,00	77,91
5º	– Paulo Roberto Ribeiro Guimarães	934,50	77,87
6º	– Marcos Arbizu de Souza Campos	934,00	77,83
7º	– Carlos Roberto Sanchez Milani	933,50	77,79
8º	– João Mendes Pereira	929,50	77,45
9º	– Ernesto Henrique Fraga Araújo	922,00	76,83
10º	– Bernardo Paranhos Velloso	890,50	74,20
11º	– Rafael de Mello Vidal	869,00	72,41
12º	– Ana Paula Simões Silva	840,00	70,00
13º	– Carlos José Serapião Júnior	838,50	69,87
14º	– Paulo Eduardo Borda de Carvalho Silos	826,50	68,54
15º	– Wladimir Valler Filho	813,67	67,79
16º	– Renato Mosca de Souza	811,00	67,58
17º	– Ademar Seabra da Cruz Júnior	793,00	66,08
18º	– Rosimar da Silva Suzano	790,50	65,87
19º	– Patricia Maria Oliveira Lima	786,50	65,54
20º	– Rodolfo Braga	786,00	65,50
21º	– Albino Ernesto Poli Júnior	766,00	63,83
22º	– João Genésio de Almeida Filho	739,50	61,62
23º	– Liana Lustosa Leal	728,00	60,66
24º	– André Venturini dos Santos	720,50	60,04

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 32, DE 25 DE SETEMBRO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 087, de 27.09.89)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, para dar cumprimento às atribuições constantes dos artigos 214 e 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e usando das atribuições do disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar, no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no segundo semestre de 1989, a disciplina de Português para Estrangeiros, a Professora Helena Chaves da Graça.

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

PORTARIA Nº 33, DE 29 DE SETEMBRO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 090, de 04.10.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Alterar, a partir de 1º de setembro de 1989, os valores:

- a) da hora/aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 64,19 (Sessenta e quatro cruzados novos e dezenove centavos);
- b) da hora/sessão paga aos orientadores dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 64,19 (Sessenta e quatro cruzados novos e dezenove centavos);
- c) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, que passa a NCz\$ 83,44 (Oitenta e três cruzados novos e quarenta e quatro centavos);
- d) da hora/conferência paga aos conferencistas visitantes convidados pelo Instituto Rio Branco que passa a NCz\$ 122,60 (Cento e vinte e dois cruzados novos e sessenta centavos);
- e) da hora/aula paga aos professores assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 52,63 (Cinquenta e dois cruzados novos e sessenta e três centavos);
- f) da hora/aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 37,22 (Trinta e sete cruzados novos e vinte e dois centavos).

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 34, DE 29 DE SETEMBRO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 090, de 04.10.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 01 de setembro de 1989;

- 1 – Bolsa para alunos sem dependentes: NCz\$ 869,00.
- 2 – Bolsa para alunos com dependentes: NCz\$ 956,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 35, DE 4 DE OUTUBRO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 091, de 06.10.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X Regimento do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 01 de outubro de 1989;

- 1 – Bolsa para alunos sem dependentes: NCz\$ 1.302,00.
- 2 – Bolsa para alunos com dependentes: NCz\$ 1.432,20.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 36 DE 03 DE NOVEMBRO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 101, de 13.11.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 01 de novembro de 1989;

- 1 – Bolsa para alunos sem dependentes: NCz\$ 2.175,00.
- 2 – Bolsa para alunos com dependentes: NCz\$ 2.392,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 37, DE 03 DE NOVEMBRO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 108, de 06.12.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 17 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado

pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Alterar, a partir de 1º de novembro de 1989, os valores:

- a) da hora/aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 110,00 (cento e dez cruzados novos);
- b) da hora/sessão paga aos orientadores dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 110,00 (cento e dez cruzados novos);
- c) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, que passa a NCz\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco cruzados novos);
- d) da hora/conferência paga aos conferencistas visitantes convidados pelo Instituto Rio Branco que passa a NCz\$ 213,00 (duzentos e treze cruzados novos);
- e) da hora/aula paga aos professores assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 91,00 (noventa e um cruzados novos);
- f) da hora/aula paga aos Monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a NCz\$ 65,00 (sessenta e cinco cruzados novos).

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 038, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1989
(Publicada no Boletim de Serviço nº 112, de 19.12.89)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X do Regimento interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 01 de dezembro de 1989;

- 1 – Bolsa para alunos sem dependentes NCz\$ 5.752,00.
- 2 – Bolsa para alunos com dependentes NCz\$ 6.327,00.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 15 DE DEZEMBRO DE 1989

Edital que divulga o resultado final, de acordo com a classificação, do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, 2º Ano – 1989.

CLAS.	NOME	MÉDIA
1º	José Ricardo da Costa Aguiar Alves	91,27
2º	Victor Luiz de Prado	89,57
3º	Pompeu Andreucci Neto	89,15
4º	Carlos Leopoldo Gonçalves de Oliveira	85,31
5º	Marcelo Otavio Dantas Loures da Costa	84,67
6º	Miguel Griesbach de Pereira Franco	82,48
7º	Pedro Frederico de Figueiredo Garcia	81,25
8º	Paulo Guapindaia Joppert	80,09
9º	Lucia Rebouças Pires	79,35
10º	Marcio Fagundes do Nascimento	76,88
11º	Luciano Alchalel de Almeida Rego	74,65

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 113, de 21.12.1989 e no D.O. de 19.12.89)

Atos do Ministro de Estado das Relações Exteriores

Portaria que nomeia:

- 1 – Victor Luiz de Prado
- 2 – José Ricardo da Costa Aguiar Alves
- 3 – Marcelo Octávio Dantas Loures da Costa
- 4 – Pompeu Andreucci Neto
- 5 – Carlos Leopoldo Gonçalves de Oliveira
- 6 – Luciano Alchalel de Almeida Rego
- 7 – Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
- 8 – Marcio Fagundes do Nascimento
- 9 – Lucia Rebouças Pires
- 10 – Paulo Guapindaia Joppert
- 11 – Miguel Griesbach de Pereira Franco.

Para exercerem, em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso, de acordo com o artigo 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, o cargo de Terceiro-Secretário, da Carreira de Diplomata (Categoria Funcional D-301), do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, em vagas decorrentes da aplicação da Lei nº 7.501, de 27 de julho de 1986.

Edital que divulga o resultado final do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, de acordo com a classificação. Biênio 1988/1989.

CLAS.	NOME	MÉDIA
1º	Victor Luiz do Prado	86,09
2º	José Ricardo da Costa Aguiar Alves	85,89
3º	Marcelo Octávio Dantas Loures da Costa	84,92
4º	Pompeu Andreucci Neto	84,74
5º	Carlos Leopoldo Gonçalves de Oliveira	81,10
6º	Luciano Alchalel de Almeida Rego	78,72
7º	Pedro Frederico de Figueiredo Garcia	78,52
8º	Marcio Fagundes do Nascimento	78,43
9º	Lucia Rebouças Pires	77,35
10º	Paulo Guapindaia Joppert	76,61
11º	Miguel Griesbach de Pereira Franco	76,56

Thereza Maria Machado Quintella, Diretora do IRBr.

LEGISLAÇÃO 1990

PORTARIA DE 05 DE ABRIL DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 033, de 05.04.90)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como a Portaria s/nº publicada no Boletim de Serviço nº 065, de 27 de abril de 1982, resolve:

Designar a seguinte Bancada Examinadora do Vigésimo Curso de Altos Estudos:

Presidente: Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia.

1ª Câmara: Embaixador Jório Dauster Magalhães e Silva.

Ministro Adolf Libert Westphalen.

Professor Celso Lafer.

2ª Câmara: Embaixador José Nogueira Filho.

Ministro Gelson Fonseca Júnior.

Professor Vicente Marotta Rangel.

José Francisco Rezek

PORTARIA DE 09 DE MAIO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 046, de 11.05.90)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como a Portaria s/nº publicada no Boletim de Serviço nº 065, de 27 de abril de 1982, resolve:

Conceder dispensa ao Embaixador José Nogueira Filho de participação na Banca Examinadora do Vigésimo Curso de Altos Estudos, para o que tinha sido designado pela Portaria s/nº de 05 de abril de 1990. Resolve, outrossim, designar para participar da mesma Banca Examinadora o Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim.

A Segunda Câmara da Banca Examinadora em apreço fica, portanto, assim constituída:

- 2ª Câmara: Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim.
Ministro Gelson Fonseca Júnior.
Professor Vicente Marotta Rangel.

Francisco Rezek

PORTARIA DE 31 DE AGOSTO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 096, de 04.09.90)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o Decreto nº 79.556, de 20.04.1977, bem como a Portaria s/nº publicada no Boletim de Serviço nº 065, de 27.04.82, resolve:

Designar a seguinte Banca Examinadora do Vigésimo Primeiro Curso de Altos Estudos:

Presidente: Embaixador José Nogueira Filho.

- 1ª Câmara: Embaixador Jório Dauster Magalhães e Silva.
Ministro Adolf Libert Westphalen.
Professor Celso Lafer.

- 2ª Câmara: Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim.
Ministro Gelson Fonseca Júnior.
Professora Maria Regina Soares de Lima.

Francisco Rezek

PORTARIA Nº 607, DE 15 DE OUTUBRO DE 1990
(Publicada no DO de 20.11.90)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o que dispõe o Artigo 52, II, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, bem como o Decreto nº 93.326, de 1º de outubro de 1986 e o Artigo 28 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 5 de março de 1985, resolve baixar as seguintes Normas para o Curso de Altos Estudos (CAE):

REGULAMENTO DO CURSO DE ALTOS ESTUDOS

TÍTULO I

Das finalidades

Artigo 1º – O Curso de Altos Estudos (CAE) será mantido pelo Instituto Rio Branco como parte integrante do sistema de treinamento e qualificação na Carreira de

Diplomata, com o objetivo de estimular o aprimoramento dos funcionários da Carreira, em especial de aprofundar e atualizar conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas por Ministros de Primeira Classe e Segunda Classe no Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único – A conclusão do CAE, nos termos do inciso II do Artigo 52 da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986 e do parágrafo 5º do Artigo 55 do mesmo diploma legal, é requisito específico para a promoção a Ministro de Segunda Classe.

Artigo 2º – O diploma do CAE assegura aos funcionários lotados na Secretaria de Estado a vantagem da Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso estipulada pelos Artigos 3º, inciso V, e 5º, parágrafo único, inciso II, do Decreto-Lei nº 2.405, de 29 de dezembro de 1987.

TÍTULO II

Da matrícula

Artigo 3º – Poderão requerer matrícula no CAE os diplomatas da classe de Conselheiro, excetuados aqueles que se encontrem em licença para o trato de interesses particulares, em conformidade com o inciso V do Artigo 35 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

§ 1º – A matrícula no CAE será voluntária e poderá ser feita na época determinada, em Edital, pela Direção do Instituto Rio Branco.

§ 2º – Dependendo do número de pedidos de matrícula, o Instituto Rio Branco poderá estabelecer limite de vagas num Curso; em tal caso, será observada na inscrição a ordem de antigüidade dos candidatos.

§ 3º – Poderá ser aceita a matrícula de candidatos no gozo da licença para tratamento de saúde de que trata o inciso I do Artigo 35 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986; não serão, contudo, convocados para a arguição oral, prevista no inciso II, Artigo 7º, e no Artigo 12 deste Regulamento, os candidatos que estiverem em licença para tratamento de saúde à época de realização dessa fase do Curso.

Artigo 4º – A solicitação de matrícula far-se-á mediante o envio ao IRBr de formulário de inscrição no qual o candidato prestará as informações solicitadas em Edital a respeito do trabalho escrito que propõe realizar.

§ 1º – A Direção do Instituto Rio Branco poderá recusar temas de trabalho escrito que não se enquadrem nas finalidades do CAE; nesses casos, os candidatos poderão propor novo tema àquela Direção, em tempo hábil, a ser fixado pelo IRBr.

§ 2º – A Direção do IRBr poderá, igualmente, solicitar ao candidato o envio de dados complementares, bem como adverti-lo da conveniência da modificação do tratamento a ser dado ao tema, à guisa de maior precisão, a fim de que o trabalho mais bem se coadune com os requisitos do Curso.

Artigo 5º – Uma vez confirmada a matrícula pelo IRBr, o candidato não poderá alterar o tema de seu trabalho; serão admitidas, contudo, modificações no título e no esquema estrutural, desde que submetidas previamente à aprovação da Direção do Instituto.

Artigo 6º – Aos Diplomatas inscritos no CAE será concedido, para preparação de estudo, nos termos do Artigo 73 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, afastamento do serviço por 30 (trinta) dias, sem prejuízo do gozo de férias a que faça jus e do vecimento, remuneração ou retribuição.

TÍTULO III

Do Curso

Artigo 7º – O CAE consistirá nas seguintes atividades:

I – apresentação ao IRBr de trabalho escrito sobre assunto de relevância para a diplomacia brasileira;

II – defesa oral dos trabalhos que hajam sido aceitos por Banca Examinadora *ad hoc*; e

III – sempre que as condições o permitam, Estágio de Atualização, cujo planejamento e execução ficarão a cargo do IRBr.

Artigo 8º – O Ministro de Estado das Relações Exteriores designará para cada CAE uma Banca Examinadora a fim de avaliar os trabalhos escritos e proceder à arguição oral dos candidatos. A Banca será presidida por Ministro de Primeira Classe e integrada por dois Ministros de Primeira ou Segunda Classe e por uma personalidade não pertencente aos Quadros do Itamaraty, na qualidade de Membros.

Parágrafo único – Caso o número de trabalhos o justifique, a Banca Examinadora será dividida em Câmaras, integradas, cada uma, por dois diplomatas de nível hierárquico igual ou superior a Ministro de Segunda Classe e um examinador externo, sempre sob a mesma presidência. Cada Câmara examinará os trabalhos que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Banca.

Artigo 9º – Todos os trabalhos escritos são sigilosos e sua originalidade deve ser preservada até estar concluído o processo de avaliação pela Banca Examinadora. Nessas condições, é vedada a publicação de parte ou da totalidade do trabalho a ser apresentado pelo candidato, devendo o interessado abster-se, na fase de avaliação, de fazer circular cópias de seu trabalho.

Parágrafo único – Os trabalhos do CAE que merecerem a aprovação da Banca Examinadora após a arguição oral serão arquivados no Instituto Rio Branco e serão considerados documentos internos do Ministério das Relações Exteriores. Nessas condições, a divulgação, reprodução ou publicação do documento estarão sujeitas ao disposto no inciso V do Artigo 29 da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986; a consulta a esses trabalhos por pessoas não pertencentes aos quadros da Carreira de Diplomata respeitará o disposto na Portaria nº 593, de 12 de outubro de 1988, publicada no Diário Oficial de 25 de outubro de 1988.

Artigo 10º – O aluno cujo trabalho escrito for aceito pela Banca Examinadora será convocado para a arguição oral, que se realizará na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Artigo 11º – Os candidatos lotados no exterior ou aqueles em licença, na forma dos incisos II, III, IV, VI, VII e VIII do Artigo 35 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro

de 1986, serão chamados a serviço à Secretaria de Estado das Relações Exteriores para a defesa oral do trabalho apresentado e para o eventual Estágio de Atualização.

§ 1º – Serão igualmente chamados a serviço para a defesa oral de seu trabalho dos candidatos nas seguintes situações:

I – em licença para concorrer a eleições;

II – investido em mandato eletivo;

III – requisitado;

IV – afastado para trabalhar junto a Organização Internacional com a qual coopere o Brasil.

§ 2º – O candidato em licença para tratamento de saúde terá sua arguição oral adiada para Curso posterior ao término da referida licença.

Artigo 12 – Após a defesa oral, a Banca Examinadora, em consonância com parâmetros de julgamento estipulados no Edital do Curso, poderá, com relação a cada candidato:

I) aprová-lo;

II) condicionar sua aprovação;

III) reprová-lo.

§ 1º – Ocorrerá a hipótese de que trata a alínea “II” quando a Banca Examinadora decidir diferir seu pronunciamento final e solicitar ao candidato que ele lhe apresente, à luz da arguição oral e dentro do prazo que ela estipular, modificação ou complementação do trabalho escrito, nas partes que ela indicar.

§ 2º – O prazo de que trata o parágrafo anterior será improrrogável e não poderá se estender além do término do semestre no qual o Curso se realize.

§ 3º – Até cinco dias depois de vencido o prazo estipulado pela Banca Examinadora, esta deverá pronunciar-se sobre a provação ou reprovação final do candidato. Será reprovado o candidato que não cumprir a contento as solicitações da Banca.

§ 4º – Tendo em vista as disposições dos parágrafos anteriores do presente Artigo, a Direção do IRBr deverá, ao baixar o Edital de convocação de um CAE, prover um lapso de tempo nunca inferior a quarenta e cinco dias entre o término das arguições orais e o final do semestre em que o Curso deva realizar-se.

Artigo 13 – O aluno que não lograr aprovação final em um CAE poderá solicitar matrícula em Curso posterior, dentro do prazo estipulado em Edital e desde que proponha novo tema; só excepcionalmente ser-lhe-á autorizada pela Direção do IRBr, com base no pronunciamento final da Banca Examinadora que o houver reprovado, a apresentação de versão revista e aperfeiçoada do mesmo trabalho.

Artigo 14 – Para cada CAE serão divulgadas normas complementares, por Edital da Direção do Instituto Rio Branco.

Artigo 15 – O presente regulamento entrará em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas disposições anteriores.

EDITAL DE 02 DE FEVEREIRO DE 1990
(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 010, de 02.02.90)

A Diretora do Instituto do Rio Branco faz público que, de acordo com o estipulado pelo Artigo 52, inciso II, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril 1977, bem como da Portaria nº 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas no período compreendido entre 9 de abril a 11 de maio de 1990, as matrículas para o Vigésimo Segundo Curso de Altos Estudos (XXII CAE).

2. O XXII CAE consistirá nas seguintes atividades:

- a) apresentação, ao Instituto Rio Branco, de trabalho escrito sobre assunto de relevância para a diplomacia brasileira;
- b) defesa oral dos trabalhos que hajam sido aceitos por Banca Examinadora *ad hoc*, e
- c) estágio de atualização.

3. A matrícula no XXII CAE se fará mediante o envio ao IRBr do formulário de inscrição em anexo ao presente Edital, dentro do prazo estipulado acima. Para os candidatos residindo fora de Brasília, ou licenciados, a data do expediente ou da guia de mala que o remeta ou do carimbo postal será levada em conta para a observância daquele prazo.

4. Não serão aceitos os pedidos de matrícula que não contiverem o esquema estrutural do trabalho proposto suficientemente desenvolvido, de forma a permitir o julgamento de sua relevância funcional ou utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira.

5. A Diretora do Instituto Rio Branco poderá recusar temas que não se enquadrem nas finalidades do Curso. Em tais casos, os candidatos poderão propor novo tema, em tempo hábil, a ser fixado pela Diretora do Instituto em sua comunicação aos candidatos.

6. A Diretora do Instituto Rio Branco poderá, igualmente, solicitar ao candidato o envio de dados complementares, bem como adverti-lo da necessidade de ampliação ou maior precisão no tratamento do tema, com vistas a sua apreciação pela Banca Examinadora na primeira fase (avaliação).

7. Uma vez efetivada a matrícula, o candidato não poderá alterar o tema do seu trabalho. Admitem-se, contudo, modificações em seu esquema estrutural, desde que submetidas previamente à aprovação da Diretora do Instituto.

8. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto Rio Branco poderá estabelecer limite de vagas no Curso. Em tal caso, será observada a ordem de antiguidade dos candidatos inscritos.

9. Os trabalhos deverão ser entregues ao Instituto Rio Branco, impreterivelmente, até o dia 1º de março de 1991, em cinco exemplares, acompanhados de extrato, cuja extensão não deve ultrapassar duas páginas datilografadas. O candidato que, não

podendo concluir seu trabalho até aquela data, desejar pedir transferência de matrícula para o Curso imediatamente seguinte, deverá fazê-lo impreterivelmente dentro do prazo acima referido para entrega do trabalho. De outra maneira, terá de reinscrever-se em CAE futuro, dentro dos prazos fixados em Edital.

10. No que diz respeito à apresentação do trabalho cabem as seguintes observações:

- a) a extensão dos trabalhos deve ser de cem (100) a cento e sessenta (160) páginas datilografadas em espaço duplo, com um máximo de 70 batidas por linha e de 35 linhas por página de texto propriamente dito (excluídos índices, bibliografia, notas complementares e anexos).
Não serão aceitos trabalhos que estejam fora dos limites aqui estabelecidos;
- b) recomenda-se que inclua índice, introdução, desenvolvimento do tema, conclusões e referências bibliográficas precisas e sistematicamente indicadas;
- c) o grau de sigilo é dado pelo autor, podendo, todavia, ser alterado, a critério da Banca Examinadora; em princípio, todos os trabalhos são sigilosos.

11. A Banca Examinadora, a ser designada pelo Ministro de Estado, na forma estabelecida pelo artigo 6º da Portaria nº 451, de 20 de abril de 1977, alterada pela Portaria s/nº, publicada no Boletim de Serviço nº 065, de 27 de abril de 1982, efetuará seus trabalhos em duas fases. Na primeira fase, procederá à avaliação dos trabalhos escritos, tendo a faculdade de rejeitar aqueles que julgue não atenderem satisfatoriamente aos critérios estipulados no item 12. Caso o número de trabalhos o justique, a Banca Examinadora será dividida em Câmaras, integradas, cada uma, por dois diplomatas e um examinador externo, sempre sob a mesma presidência. Cada Câmara examinará os trabalhos que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Banca.

12. Para julgamento dos trabalhos escritos, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) relevância funcional ou utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira;
- b) aproveitamento do tema versado;
- c) maturidade intelectual e nível cultural;
- d) originalidade;
- e) metodologia adequada;
- f) correção e nível dos conceitos e pertinência das conclusões;
- g) precisão factual;
- h) qualidade de linguagem;
- i) relevância, riqueza e assimilação das fontes bibliográficas; e
- j) apresentação.

13. Até 19 de abril de 1991, a Banca Examinadora comunicará o resultado da primeira fase (avaliação) ao Instituto Rio Branco, que dele dará conhecimento aos interessados. Dos trabalhos recusados na avaliação, o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá um em seus arquivos.

14. O candidato que tiver seu trabalho recusado nessa primeira fase poderá apresentar, no Curso imediatamente posterior ou em outro, versão revista e aperfeiçoada do mesmo, desde que desta intenção faça ciência, no máximo até trinta dias após a notificação da recusa, a Diretora do Instituto Rio Branco, e desde que a Banca Examinadora, ao recusar o trabalho, não tenha também desaconselhado sua reapresentação. Em caso de nova recusa pela Banca Examinadora na primeira fase (avaliação), o candidato deverá propor novo tema à Diretora do Instituto Rio Branco, podendo fazê-lo para o Curso imediatamente posterior, dentro de prazo idêntico ao fixado acima.

15. O candidato cujo trabalho for aceito a primeira fase será convocado para a fase final do XXII CAE, que se realizará em Brasília, entre 13 e 24 de maio de 1991, e compreenderá a defesa oral dos trabalhos escritos e o estágio de atualização, nos termos do artigo 2º deste Edital. Tal data poderá ser modificada pela Banca Examinadora, dando-se ciência prévia aos candidatos.

16. No julgamento da defesa oral, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) conhecimento e domínio do tema versado;
- b) segurança na defesa dos pontos objeto de arguição;
- c) coerência, correção e propriedade de argumentação;
- d) fluência e qualidade da linguagem; e
- e) demonstração de conhecimento em matérias correlatas ao tema versado.

17. O estágio de atualização consistirá essencialmente na assistência a conferências e na participação em debates sobre política externa e sobre a atualidade brasileira, podendo vir a ser organizadas visitas ou excursões relacionadas com essas matérias.

18. A Banca Examinadora aprovará ou reprovará o candidato e emitirá conceito levando em conta o trabalho escrito, a defesa oral e, ouvida a Diretora do IRBr, a participação no estágio de atualização. Dos trabalhos reprovados na defesa oral, o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá um em seus arquivos. Dos trabalhos aprovados na defesa oral o Instituto Rio Branco guardará os cinco exemplares em seus arquivos para fins de consulta.

19. O candidato não aprovado na fase final do presente CAE poderá requerer matrícula, no prazo máximo de trinta dias a contar da notificação do resultado, no XXIII CAE ou em CAE posterior, sendo-lhe entretanto vedada a reapresentação do mesmo tema.

20. O Instituto Rio Branco recorda que a conclusão do Curso de Altos Estudos é um dos requisitos específicos para a promoção a Ministro de Segunda Classe nos termos do inciso II do artigo 52 da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, e do parágrafo 5º do artigo 55 da mesma Lei.

21. O Instituto Rio Branco recorda ainda que, nos termos do artigo 73 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, ao diplomata inscrito no Curso de Altos Estudos será concedido, para preparação do estudo, afastamento do serviço por 30 (trinta) dias,

sem prejuízo do gozo de férias a que faça jus e de vencimento, remuneração ou retribuição.

22. O diploma do CAE assegura, ademais, aos funcionários lotados na Secretaria de Estado, a vantagem da Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso estipulada pelos artigos 3º, item V, e artigo 5º, § único, inciso II, do Decreto-Lei nº 2.405, de 29 de dezembro de 1987.

Brasília, em 02 de fevereiro de 1990.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 02 DE FEVEREIRO DE 1990

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 010, de 02.02.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que, de acordo com o estipulado pelo artigo 52, inciso IV, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977 e da Portaria nº 450 da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pelas Portarias nº 483, de 17 de abril de 1979 e nº 579, de 29 de abril de 1987, estarão abertas no período de 9 de abril a 11 de maio de 1990 as matrículas para o Vigésimo Segundo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XXII CAD).

2. O pedido de matrícula deverá ser feito mediante o preenchimento e apresentação ao Instituto Rio Branco de formulário apropriado, cujo modelo acompanha o presente Edital. A Diretora do Instituto poderá limitar o número de inscrições, resguardado o direito de inscrição aos Segundos Secretários que à época prevista para divulgação do resultado do curso devam contar tempo de classe e de serviço no exterior que os habilite à promoção a Primeiros Secretários.

3. O Instituto fornecerá aos alunos, a título de subsídios, textos básicos e material informativo, o que não exclui que os alunos efetuem leituras por conta própria a respeito das disciplinas mencionadas, já que se parte do pressuposto de que os temas das disciplinas do CAD deverão ser regularmente estudados pelos Segundos Secretários.

4. As provas serão realizadas de acordo com o seguinte cronograma:

dia 22 de março de 1991 – Prática Diplomática;

dia 25 de março de 1991 – Relações Políticas internacionais e Organismos Internacionais;

dia 27 de março de 1991 – Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais;

dia 28 de março de 1991 – Prática Consular.

5. As provas serão escritas e não conhecerão os Examinadores a identidade dos autores. Serão aplicadas, em princípio, na Secretaria de Estado e nos postos em que estiverem lotados os alunos inscritos no Curso.

6. A Direção do Instituto poderá promover, no período imediatamente anterior aos exames, a realização na Secretaria de Estado de palestras e aulas sobre temas de interesse para o Curso. Nesse caso, os alunos que não se encontrem lotados em Brasília serão chamados a serviço para participar dessas atividades didáticas e aqui prestarão os exames, salvo aqueles que já tenham sido chamados a serviço para cursar o CAD anterior, que não o serão uma segunda vez.

7. A aprovação no CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito Suficiente ou Insuficiente. Serão considerados aprovados os alunos que obtiverem conceito Suficiente nas quatro provas.

8. Concluída a avaliação, os alunos reprovados receberão automaticamente cópia de suas provas, a fim de que, se assim o desejarem, requeiram sua revisão, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento das cópias.

9. Os requerimentos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos à Diretora do IRBr e indicar precisamente as questões em que o aluno se considere prejudicado, bem como as alegações do candidato a respeito. Não serão aceitos recursos que não contenham fundamentação adequada.

10. A Diretora do Instituto submeterá aos Examinadores os pedidos de revisão recebidos dentro do prazo acima, e, após ouvido o Senhor Ministro de Estado, divulgará, até o dia 7 de junho de 1991, a decisão final sobre a matéria, que terá caráter irrecorrível.

11. Os alunos reprovados poderão requerer inscrição em CAD posterior, no prazo de quinze dias a partir do recebimento do resultado final, por correspondência dirigida à Diretora do Instituto Rio Branco.

12. Os alunos aprovados no Curso terão igualmente direito à vista de suas provas, mediante solicitação nesse sentido encaminhada à Diretora do Instituto.

13. Está prevista, em princípio, para agosto de 1990 a abertura de inscrição para o XXIII CAD, com provas a serem realizadas, em princípio, em agosto de 1991.

DISPOSIÇÕES GERAIS

14. Os alunos matriculados no XXII CAD deverão acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que o compõem, mantendo-se atualizados a respeito, independentemente do eventual recebimento de textos do Instituto Rio Branco.

15. A conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas é um dos requisitos específicos para a promoção por merecimento a Primeiro Secretário nos termos do inciso IV do artigo 6º do Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.326, de 1º de outubro de 1986.

16. Do mesmo modo, apenas podem ser comissionados Conselheiros em postos do grupo "C", nos termos do artigo 67, Seção IV do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, os Primeiros e Segundos Secretários aprovados no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

17. O diploma do CAD assegura, ademais, aos funcionários lotados na Secretaria de Estado, a vantagem da Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso estipulada pelos artigos 3º, item V, e 5º, § único, item I, do Decreto-Lei nº 2.405, de 29 de dezembro de 1987.

Brasília, em 02 de fevereiro de 1990.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 02 DE FEVEREIRO DE 1990 (Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 010, de 02.02.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base no disposto no artigo 63, inciso II da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no artigo 85, inciso II, do Decreto nº 93.325, de 01 de outubro de 1986, e na Portaria nº 45, de 10 de dezembro de 1987, faz saber que estarão abertas, no período de 12 a 23 de fevereiro de 1990, as inscrições para o Quarto Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria.

2. A aprovação no Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria é requisito para a progressão funcional por merecimento à classe "C" dos integrantes da categoria funcional de Oficial de Chancelaria.

3. Para o Quarto Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria poderão inscrever-se os Oficiais de Chancelaria que se encontrem posicionados nas duas últimas referências funcionais da classe "B" (referências 15 e 16).

4. As inscrições poderão ser feitas em Brasília, na Secretaria do Instituto Rio Branco, ou através de telegrama com a distribuição IRBr/DRH. No ato, ou no pedido de inscrição, o candidato deverá indicar a língua estrangeira de que pretende prestar a prova do dia 27 de abril, bem como o local onde prestará as provas e o Posto ou lotação na SERE para onde deverá ser enviada comunicação sobre material de estudo.

5. As provas serão aplicadas na SERE, na Secretaria de Recepção e Apoio no Rio de Janeiro, na Primeira Comissão Demarcadora de Limites em Belém e nos postos em que haja funcionários inscritos.

6. As provas serão realizadas nas seguintes datas, em horário a ser oportunamente comunicado:

dia 23 de abril de 1990 – Português, redação de serviço;

dia 24 de abril de 1990 – Organização, Métodos de Trabalho, Administração e Contabilidade do MRE;

dia 25 de abril de 1990 – Técnicas de Promoção Comercial;

dia 26 de abril de 1990 – Prática Consular; e,

dia 27 de abril de 1990 – Língua Estrangeira (Espanhol, Francês ou Inglês).

7. As provas terão duração máxima de duas horas e meia, serão dissertativas, e será permitida consulta ao material oportunamente indicado, salvo no caso das provas

de línguas estrangeiras, que poderão ser de múltipla escolha e nas quais não será permitida consulta.

8. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem pelo menos cinquenta por cento (50%) dos pontos em cada uma das provas.

9. As provas serão numeradas e desidentificadas no Instituto Rio Branco em bloco, antes da correção, devendo, para tanto, o formulário que as encapar ser devidamente preenchido pelo candidato e pelo aplicador designado, conforme instruções comunicadas oportunamente.

10. A identificação das provas e a proclamação dos resultados finais serão feitas publicamente no Auditório do Instituto Rio Branco, às 11 horas do dia 28 de maio de 1990, salvo impedimento ocasionado pelo atraso no recebimento de provas aplicadas no exterior, eventualidade em que nova data será anunciada pelo Instituto Rio Branco.

11. O resultado, do qual não cabe revisão, uma vez proclamado, será comunicado oficialmente pelo Instituto Rio Branco ao Departamento do Serviço Exterior, para os fins de direito, e aos candidatos.

12. O Instituto Rio Branco fará publicar no Boletim de Serviço a lista dos candidatos aprovados.

13. Qualquer caso omissos será resolvido pela Diretora do Instituto Rio Branco. Brasília, em 02 de fevereiro de 1990.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 16 DE FEVEREIRO DE 1990 (Publicado no DO de 19.02.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que estarão abertas, de 05 a 30 de março de 1990, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 601, de 16 de fevereiro de 1990, que acompanham o presente Edital.

Os pedidos de inscrição poderão ser feitos: a) na sede do Instituto Rio Branco, no Ministério das Relações Exteriores, b) nos Centros Regionais de Inscrições do Instituto Rio Branco em Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, e c) no exterior, nas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras.

É fixado em 20 o número de vagas no primeiro ano letivo de 1991, a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos no Exame Vestibular.

Fica revogado o Edital de 05 de dezembro de 1989 publicado no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 1989.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL (Publicado no D.O. de 19.02.80)

INSTRUÇÕES

1. O Exame Vestibular ao primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata para o ano letivo de 1991 compreenderá provas escritas e orais, eliminatórias e classificatórias, além de exames de sanidade e capacidade física e psíquica.

DA INSCRIÇÃO

2. Os pedidos de inscrição serão feitos entre 05 e 30 de março de 1990, nos dias úteis e em horário de expediente, nos seguintes locais:

- a) Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília-DF – Telefone: (061)211-6184;
- b) Centros Regionais de Inscrição do Instituto Rio Branco:
 - I – Em Manaus: Coordenador: Dr. Garcitylzo do Lago Silva. Faculdade de Educação, sala 511, Universidade do Amazonas. Estrada do Contorno, s/nº. Telefones: (092) 237-1259, 237-7164 e 244-1679.
 - II – Em Belém: Coordenador: Coronel Ivonilo Dias Rocha. Sede da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (MRE). Avenida Governador Malcher, 349. Telefones: (091) 222-7709 e 223-5552.
 - III – Em Fortaleza: Coordenador: Professor Francisco Assis Garcia. Centro de Humanidades, Departamento de Letras, Universidade Federal do Ceará. Av. da Universidade, 2853. Telefone: (085) 243-4733.
 - IV – No Recife: Coordenador: Professor Miguel Otávio de Melo Júnior. Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, sala 358. Avenida Professor Moraes Rego 1235, Cidade Universitária, Engenho do Meio. Telefone: (081) 271-2211.
 - V – Em Salvador: Coordenadora: Professora Terezinha M. da Conceição Nunes Correia. Coordenação de Extensão da Universidade Federal da Bahia. Avenida Araújo Pinho, 32, Canela. Telefone: (071) 237-1429.
 - VI – No Rio de Janeiro: Coordenadora: Secretária Cecília de Biase Bidart, Palácio do Itamaraty. Av. Marechal Floriano 196. Telefone: (021) 253-7955.
 - VII – Em Belo Horizonte: Coordenador: Professor Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo. Departamento de História, da Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Antonio Carlos nº 6627, Cidade Universitária. Telefone (031) 441.1541.
 - VIII – Em São Paulo: Coordenadora: Professora Maria Teresa Braga. Coordenação de Atividades Culturais/USP. Avenida Professor Luciano Gualberto, travessa J, 374 – antigo edifício da Reitoria, 2º andar, Cidade Universitária “Armando Salles de Oliveira”. Telefone: (011) 813-3222, r. 2397.
 - IX – Em Curitiba: Coordenador: Professor Marcos Eduardo Klüppel. Telefone: (041) 254-6469 – Informação e Inscrição: Secretaria de Órgãos Colegiados da Universidade Federal do Paraná. Rua XV de Novembro

1299, 2º andar, Prédio da Reitoria. Telefone: (041) 264-2522 - ramal 133.

X – Em Florianópolis: Coordenadora: Professora Maria de Lourdes R. Krieger Locks, Centro de Documentação e Expressão, Departamento de Língua e Literatura Vernácula, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Trindade. Telefone: (0482) 33-9293.

XI – Em Porto Alegre: Coordenador: Professor Fernando Antonio Macedo Pinto. Telefone: (051) 258348. Inscrições: Secretaria da Faculdade de Direito, Av. João Pessoa s/nº. Telefone: 214062/26-9570.

c) Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras, para candidatos residentes fora do país.

3. Para concorrer, os candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- a) ser brasileiro nato (artigo 12, parágrafo 3º V, da Constituição Federal);
- b) contar mais de vinte anos e menos de trinta e dois anos, na data da primeira prova (logo, poderão inscrever-se os nascidos entre 28 de abril de 1958 e 26 de abril de 1970);
- c) estar em dia com o serviço militar;
- d) possuir título de eleitor, em dia;
- e) ter bons antecedentes;
- f) apresentar diploma ou certificado de conclusão de Curso Superior ou, na falta deste, certificado que comprove já ter terminado, no mínimo, a 3ª série ou o 6º período de semestre ou 60% (sessenta por cento) da carga horária ou dos créditos de Curso de Graduação Plena de Nível Superior, reconhecido. Desse certificado devem constar o número e a data do decreto de reconhecimento do Curso, o total de créditos exigidos ou o número de períodos ou semestres necessários para a conclusão do Curso. O Instituto Rio Branco poderá exigir, igualmente, a apresentação do histórico escolar. Caso se trate de documento expedido por Universidade estrangeira, deverá o candidato demonstrar junto a direção do IRBr que os estudos realizados no exterior satisfazem as exigências legais;

4. Por ocasião do pedido de inscrição, o candidato apresentará:

- a) o requerimento de inscrição, devidamente preenchido, e no qual declare, sob as penas da lei, que satisfaz todas as condições exigidas no parágrafo 3º acima. O formulário de requerimento será fornecido pelo Centro de Inscrição;
- b) sua cédula de identidade e uma fotocópia da mesma.

No caso da inscrição ser solicitada por procurador, este deverá apresentar também o instrumento de mandato, sua cédula de identidade e fotocópia da mesma.

5. No recebimento do pedido de inscrição, será cobrada taxa no valor de NCz\$ 500,00 (quinhentos cruzados novos), de cujo pagamento o Centro fornecerá recibo. Em hipótese alguma haverá devolução de taxa. O Centro fornecerá também,

gratuitamente, um exemplar do “Guia de Estudo”, publicação que contém informações úteis para a preparação para o concurso.

6. O ato da Diretora do Instituto Rio Branco de deferimento ou indeferimento dos pedidos de inscrição será publicado no Diário Oficial da União até o dia 16 de abril de 1990. Deferido o pedido, o candidato deverá retirar no Centro de Inscrição o seu “cartão de confirmação de inscrição”, documento cuja apresentação lhe será exigida, juntamente com a da carteira de identidade, para acesso ao local das provas vestibulares iniciais.

7. O requerimento de inscrição implica o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato de todas as normas constantes do presente Edital.

8. O candidato que fizer qualquer declaração falsa ou inexata, ao requerer sua inscrição, ou que não satisfizer as condições do parágrafo 3º das presentes instruções, poderá ter a qualquer momento cancelada sua inscrição, por decisão da Diretora do Instituto Rio Branco que será publicada no Diário Oficial da União. Cancelada assim a inscrição, ficarão anulados todos os atos dela decorrentes, inclusive provas e exames eventualmente já realizados pelo candidato, independentemente da avaliação obtida.

9. Na tarde do dia 19 de julho de 1990, isto é, após a divulgação dos resultados das provas escritas e orais, os candidatos aprovados apresentarão à Secretaria do Instituto Rio Branco os seguintes documentos, dos quais, se necessário, serão tiradas cópias:

- a) carteira de identidade, emitida por repartição pública federal ou estadual competente;
- b) prova de quitação com o serviço militar;
- c) título de eleitor;
- d) formulário de dados pessoais fornecido pelo Instituto Rio Branco, devidamente preenchido;
- e) declaração de antecedentes, em formulário fornecido pelo Instituto;
- f) três retratos 3x4; e
- g) diploma universitário ou certificado da Universidade, como prova de que satisfaz o determinado no item f) do parágrafo 3º acima.

10. Se for casado, o candidato aprovado deverá apresentar também certidão de casamento, bem como, relativamente ao cônjuge: o formulário de dados pessoais, um retrato 3x4 e a carteira de identidade. Se casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente e só será matriculado caso obtenha a autorização ministerial de que trata o artigo 48 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma indicada na legislação em vigor.

11. O candidato cuja separação judicial não esteja ainda julgada por sentença deverá apresentar a mesma documentação sobre o cônjuge exigida no parágrafo anterior. O candidato divorciado e o candidato separado judicialmente apresentarão apenas cópia autenticada da sentença do divórcio ou da separação judicial.

DAS PROVAS E DOS EXAMES

12. A todas as provas serão atribuídas notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem). A nota 0 (zero) em qualquer prova elimina o candidato.

13. A identificação e a divulgação dos resultados de todas as provas serão feitas publicamente, em Brasília. O candidato terá direito à vista de sua própria prova em Brasília e poderá requerer a revisão, observando o seguinte:

- a) Os requerimentos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos à Diretora do Instituto Rio Branco e indicar precisamente as questões e os pontos nos quais o candidato se julga prejudicado; e,
- b) Os requerimentos deverão ser apresentados dentro do prazo fixado no parágrafo 17 deste edital; o candidato não terá direito a recorrer do resultado da revisão de sua prova.

1ª fase: Provas Vestibulares Iniciais:

14. As provas vestibulares iniciais realizar-se-ão simultaneamente em Brasília, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, das 9:00 às 14:00 horas (hora de Brasília), nos locais a serem indicados aos candidatos inscritos no cartão de confirmação de inscrição de que trata o parágrafo 6º acima.

15. As provas vestibulares iniciais serão escritas e realizar-se-ão nas seguintes datas:

- a) sexta-feira, 27 de abril de 1990 – Português;
- b) sábado, 28 de abril de 1990 – Francês;
- c) domingo, 29 de abril de 1990 – Inglês.

16. Para ser considerado aprovado nesta fase, o candidato deverá obter pelo menos 60 (sessenta) pontos em português, pelo menos 50 (cinquenta) pontos numa das línguas estrangeiras e perfazer no conjunto das três provas o total mínimo de 150 pontos. Será eliminado o candidato que faltar num desses dias ou que entregar uma das provas em branco e, por consequência, as provas que eventualmente já tenha feito não serão corrigidas.

17. A correção das provas de Português, Francês e Inglês será efetuada no Instituto Rio Branco, em Brasília, e os resultados divulgados no dia 13 de junho de 1990. O prazo para vista das provas e eventual interposição de recursos, na forma do parágrafo 13, terminará às 13:00 horas do dia 18 de junho de 1990 e os resultados serão divulgados até as 18:00 horas de 22 de junho de 1990.

2ª fase: Provas Vestibulares Finais

18. As provas vestibulares finais terão acesso apenas os candidatos aprovados na 1ª fase. Elas serão realizadas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, e obedecerão às características e aos programas constantes dos anexos I e II.

19. Os candidatos residentes nos Estados serão chamados a Brasília pelo Instituto Rio Branco, que lhes fornecerá transporte (ida e volta) a partir da cidade onde

houverem efetuado as provas iniciais, bem como alojamento e alimentação até um dia depois da última prova ou, no caso de eliminação, até um dia depois da data da divulgação do resultado final da prova que houver eliminado o candidato.

20. A nota mínima para aprovação nas provas eliminatórias da 2ª fase será 50 (cinquenta) pontos.

21. A 2ª fase compreende provas orais, provas escritas eliminatórias e provas escritas classificatórias.

22. Haverá três provas orais, sendo uma eliminatória – Questões Internacionais Contemporâneas – e duas classificatórias – Francês e Inglês, elas serão realizadas nos dias 29 e 30 de junho e 01 de julho de 1990. Os resultados serão divulgados até às 12:00 horas do dia 02 de julho de 1990. Os exames orais serão gravados, a fim de permitir aos candidatos a eventual interposição de recursos, cujo prazo expirará às 12:00 horas do dia 03 de julho de 1990. Os resultados finais serão divulgados no dia 04 de julho, até as 18:00 horas.

23. As provas escritas eliminatórias obedecerão ao seguinte calendário:

História do Brasil

prova: quinta-feira, dia 05 de julho de 1990;
 resultado: dia 06 de julho de 1990, às 15:00 horas;
 prazo para recursos: até as 12:00 horas do dia 07 de julho de 1990;
 resultado final: às 18:00 horas do dia 07 de julho de 1990.

História Mundial

prova: domingo, dia 08 de julho de 1990;
 resultado: dia 09 de julho de 1990, às 15:00 horas;
 prazo para recurso: até as 12:00 horas de 10 de julho de 1990;
 resultado final: às 18:00 horas do dia 10 de julho de 1990.

Geografia do Brasil

prova: quarta-feira, dia 11 de julho de 1990;
 resultado: dia 12 de julho de 1990, às 12:00 horas;
 prazo para recurso: até as 12:00 horas de 13 de julho de 1990;
 resultado final: às 12:00 horas do dia 14 de julho de 1990.

24. As provas escritas classificatórias realizar-se-ão nas seguintes datas:

- a) segunda-feira, 16 de julho de 1990 – Geografia Geral;
- b) terça-feira, 17 de julho de 1990 – Noções Básicas de Direito.

25. Os resultados das duas provas classificatórias serão divulgados às 12:00 horas do dia 18 de julho de 1990. O prazo para vista dessas provas e eventual pedido de revisão expirará às 18:00 horas do mesmo dia.

26. A divulgação dos resultados finais das duas provas classificatórias, bem como das médias globais, será feita às 12:00 horas do dia 19 de julho de 1990. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média global igual ou superior a 60 (sessenta) no total das provas.

3ª fase: Exame de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica

27. Os candidatos habilitados na segunda fase das provas vestibulares serão submetidos, ainda em Brasília, a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, de caráter eliminatório, a cargo de médicos e psicólogos especializados em seleção do pessoal para o serviço público.

28. A finalidade dos referidos exames é a de verificar objetivamente, mediante testes científicos e entrevistas pessoais, se o candidato possui as condições físicas e psíquicas, bem como as qualidades e características de personalidade exigidas pela profissão diplomática, em termos de equilíbrio, capacidade e comportamento social. Isto significa que o candidato, embora aprovado nos exames acadêmicos, poderá ainda ser inabilitado para ingressar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata nos casos em que o laudo médico ou psicológico indicar nele a existência de enfermidade ou defeito físico graves, bem como de condições ou características psicológicas de personalidade que, a juízo da equipe de seleção, sejam de molde a indicar que o candidato não possui aptidão para o exercício da função diplomática.

29. O Instituto Rio Branco estenderá as facilidades de alojamento e alimentação previstas no parágrafo 19 pelo tempo necessário à realização dos exames de que trata o parágrafo 27.

OUTRAS INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES

30. O candidato deverá exibir o cartão de confirmação de inscrição e sua cédula de identidade sempre que exigidos.

31. O não comparecimento na hora aprazada a qualquer das provas implicará a eliminação do candidato. Não haverá segunda chamada para prova alguma. O candidato deverá comparecer munido de caneta esferográfica de tinta preta, sem o que não poderá realizar a prova. O candidato só poderá ausentar-se do recinto da prova quando autorizado.

32. Nas provas orais da 2ª fase, os candidatos deverão apresentar-se em traje de passeio.

33. Será eliminado, por ato da Diretora do Instituto Rio Branco, o candidato que agir com incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores, funcionários do Instituto, fiscais ou autoridades presentes. Idêntica medida será aplicada ao candidato que, durante a realização de qualquer prova, se comunicar com outros candidatos ou pessoas estranhas, verbalmente, por escrito ou de qualquer outra forma, bem assim que utilizar livros, impressos ou notas que não sejam expressamente permitidos.

34. Após o término das provas, serão imediatamente destacados os talões de identificação, que permanecerão em invólucro lacrado até a divulgação dos resultados.

35. Será atribuída nota zero à prova que apresentar sinal ou contiver expressão que possibilite a identificação.

36. Em caso de empate na classificação final, o desempate se fará em favor do candidato que tiver sucessivamente:

- a) obtido nota mais alta na prova eliminatória de Português;

- b) obtido nota mais alta na prova eliminatória de Questões Internacionais Contemporâneas; e,
- c) mais idade.

37. Os candidatos aprovados no Exame Vestibular ficarão habilitados a matricular-se no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, de acordo com a classificação final e dentro do número de vagas fixados pelo Edital de abertura das inscrições para o referido exame.

38. O Exame Vestibular só será válido para matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano letivo de 1991. Os domiciliados nos Estados, bem como seus dependentes legais, receberão passagem, por via aérea ou rodoviária, para seu deslocamento da capital estadual até Brasília, para o início do Curso. Esse é gratuito, realizado em regime de tempo integral e de frequência obrigatória. Os alunos do CPCD têm direito a bolsa de estudo e a alojamento.

39. A nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos.

40. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas por via postal, ou pessoalmente, nos dias úteis, das 9:00 às 18:00 horas na Secretaria do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, e nos Centros Regionais de Inscrição.

Obs.: Os programas constantes do anexo II, referidos no item 18 do presente Edital, serão entregues aos candidatos no ato da inscrição.

Anexo I

Características das Provas

I – A prova escrita de Português constará das seguintes partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 450 palavras e máxima de 600 palavras (valor: 60 pontos); e
- b) resumo de um ou mais textos (valor 40 pontos).

A prova procurará avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (ortografia, sintaxe, pontuação, estilo, léxico), mas também a estruturação, a relevância e a adequação das idéias em relação ao tema.

II – As provas escritas de Francês e Inglês constarão de duas partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 400 palavras e máxima de 500 palavras (valor: 60 pontos); e
- b) versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

III – A prova oral e eliminatória de Questões Internacionais Contemporâneas terá por objetivo apurar:

- a) O conhecimento do candidato sobre temas internacionais, aí entendidos:
 - a.1. antecedentes do tema;
 - a.2. situação atual do tema;
 - a.3. posição brasileira em relação ao tema.

- b) Capacidade de análise e compreensão ao tema.
- c) Capacidade de organização da apresentação; além dos aspectos substantivos acima indicados, o candidato será julgado pela forma de sua apresentação.

Para a prova, será, portanto, necessário que o candidato tenha alguma familiaridade com as questões internacionais correntes, familiaridade que adquirirá com o hábito de acompanhar os acontecimentos internacionais mediante leitura atenta de livros, jornais e revistas que dediquem atenção a tais assuntos. O conhecimento jornalístico do tema é, porém, insuficiente e deve ser suprido com: (i) – a leitura de textos, de nível superior, de história diplomática contemporânea; (iv) – a leitura de textos oficiais de política externa (ex.: discursos do Ministro de Estado nas Nações Unidas, conferências do Ministro de Estado na Escola Superior de Guerra; textos divulgados pelo periódico *Resenha de Política Exterior do Brasil* publicado pelo Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, etc.).

Quanto à realização da prova:

- (I) – o candidato sorteará três temas internacionais;
- (II) – escolherá um dos temas sorteados e terá, então, quinze minutos para preparar a sua exposição;
- (III) – fará, em seguida, a sua apresentação perante a Banca que, em princípio, constará de uma exposição de cerca de dez minutos e de uma sessão de perguntas e respostas conduzida pelos membros da Banca.

É especialmente recomendado que o candidato procure compor a sua apresentação com coerência, lógica e sobretudo com referência aos aspectos relevantes do tema. O enfoque do tema pelo ângulo dos interesses do Brasil deve ser buscado e será avaliado positivamente.

As perguntas da Banca podem ser de variado escopo. Assim, o candidato deve estar preparado tanto para indagações que visem a ampliar informações dadas durante a exposição quanto para perguntas de cunho analítico.

IV – As provas orais de Francês e Inglês serão realizadas simultaneamente com a de Questões Internacionais Contemporâneas, de acordo com tabela de chamada que será afixada pela Secretaria do Instituto Rio Branco. As provas orais de idiomas visam avaliar a capacidade de expressão dos candidatos.

Nas provas de Francês e Inglês, o candidato sorteará um texto e disporá de cerca de quinze minutos para preparar-se para a arguição pela Banca Examinadora. Para sua preparação, poderá recorrer a auxílio de um dicionário unilíngüe que o Instituto Rio Branco colocará à disposição.

A arguição poderá constar de:

- leitura em voz alta, total ou parcial, do texto sorteado;
- resumo oral desse texto;
- explicação de parágrafos ou frases do texto;
- respostas a questões gramaticais relacionadas com o texto;
- respostas a questões suscitadas pelo texto.

V – As provas escritas da 2ª fase serão compostas de:

- a) dissertação, no valor de 40 pontos;
- b) três pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma.

VI – As provas referidas no item V terão a duração de quatro horas e meia.

VII – Na prova de Noções Básicas de Direito, só será admitida a consulta a textos legais se o examinador considerar tal consulta necessária e, nesse caso, eles serão fornecidos pelo Instituto Rio Branco.

Obs.: As provas orais referidas nos itens III e IV estarão a cargo de Bancas compostas de três examinadores.

EDITAL DE 09 DE ABRIL DE 1990

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 034, de 09.04.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, faz público que o parágrafo treze do Edital de 27 de março de 1989, relativo à abertura de inscrições para o vigésimo Curso de Altos Estudos (XX CAE), publicado no Boletim de Serviço nº 029, de 29 de março de 1989, passa a ter a seguinte redação:

Até 4 de maio de 1990, a Banca Examinadora comunicará o resultado da primeira fase (avaliação) ao Instituto Rio Branco, que dele dará conhecimento aos interessados. Dos trabalhos recusados na avaliação, o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá um em seus arquivos.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 25 DE ABRIL DE 1990

(Publicado no DO de 04.05.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que o parágrafo nono das instruções que acompanham o Edital de 19 de fevereiro de 1990, relativo à abertura de inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), passa a ter a seguinte redação:

“9. Na tarde do dia 19 de julho de 1990, isto é, após a divulgação dos resultados das provas escritas e orais, os candidatos aprovados apresentarão à Secretaria do Instituto Rio Branco os seguintes documentos, dos quais, se necessário, serão tiradas cópias:

- a) original da certidão de nascimento, para comprovação de que satisfaz a condição do item a do parágrafo 3º acima;
- b) prova de quitação com o serviço militar;
- c) título de eleitor;

- d) formulário de dados pessoais fornecido pelo Instituto Rio Branco, devidamente preenchido;
- e) declaração de antecedentes, em formulário fornecido pelo Instituto;
- f) três retratos 3x4; e
- g) diploma universitário ou certificado da Universidade, como prova de que satisfaz o determinado no item f do parágrafo 3º acima."

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 09 DE MAIO DE 1990
(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 045, de 09.05.90)

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata – Resultado final de acordo com a classificação – 1º ano – 1989.

CLASS.	NOME	MÉDIA
1º	Eugênia Barthelmess	91,97
2º	Ary Norton de Murat Quintella	89,29
3º	Luis Felipe Silvério Fortuna	87,42
4º	Eduardo Paes Sabóia	87,19
5º	Fábio Mendes Marzano	86,15
6º	Antonio Justino de Souza	85,67
7º	Davino Ribeiro de Sena	85,26
8º	Alexandre José Vidal Porto	85,01
9º	Colbert Soares Pinto Junior	84,84
10º	Arnaldo Clarete Salabert	84,54
11º	Fábio Vaz Pitaluga	82,26
12º	Luiz César Gasser	81,99
13º	Luiz Felipe Magioli e Mello	81,38

Obs.: No cálculo da Média de cada aluno, foram considerados os valores absolutos até a casa centesimal, sem qualquer espécie de arredondamento.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 28 DE MAIO DE 1990
(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 054, de 05.06.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, no âmbito do estipulado pela Portaria nº 45, de 10 de dezembro de 1987, e de acordo com o disposto no edital de 02 de fevereiro de 1990, declara aprovados no Quarto Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria –

IV CAOC, cujas provas se realizaram de 23 a 27 de abril deste ano, os seguintes Oficiais de Chancelaria:

- 1 – Ana Maria Santos D'Arienzo
- 2 – Ananícia Martins Sodoma da Fonseca
- 3 – José Emídio de Castro Guimarães.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 24 DE JULHO DE 1990
(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 080, de 30.07.90)

Edital da Diretora do Instituto Rio Branco que retifica o Edital de abertura de inscrições para o Vigésimo-Segundo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XXII CAD):

Os parágrafos sétimo e onze do Edital de abertura de inscrições para o Vigésimo-Segundo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, publicado no Boletim de Serviço nº 010, de 02 de fevereiro de 1990, passam a ter a seguinte redação:

§ 7º “A aprovação no CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito Suficiente ou Insuficiente. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem conceito Suficiente nas quatro provas. Os candidatos inscritos em virtude de reprovação em uma única prova de CAD anterior, apenas daquela prova prestarão novo exame”.

§ 11. “Os alunos reprovados poderão requerer inscrição em CAD posterior, no prazo de quinze dias a partir do recebimento do resultado final, por correspondência dirigida à Diretora do Instituto Rio Branco. Se a reprovação se deveu a um único conceito Insuficiente, apenas daquela prova prestará exame o candidato, sendo considerado aprovado nas outras três”.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 19 DE JULHO DE 1990
(Publicado no Boletim de Serviço nº 081, de 31.07.90)

Nas provas da 2ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, realizadas nos dias 29 e 30 de junho, 01, 05, 08, 11, 16 e 17 de julho de 1990, foram aprovados os seguintes candidatos, que ficam habilitados a prestar os exames da 3ª fase, em Brasília:

NOME	TOTAL DE PONTOS	MÉDIA
1 – Almir Lima do Nascimento	725,82	65,98
2 – Byron Amaral dos Santos	661,60	60,15

3 - Carlos Alberto Franco França	727,16	66,10
4 - Duval de Vasconcellos Barros	709,82	64,52
5 - Everton Frask Lucero	762,00	69,27
6 - Fátima Keiko Ishitani	717,50	65,22
7 - Flavio Cardone	879,57	79,96
8 - Gisela Maria Figueiredo Padovan	837,55	76,14
9 - Haroldo de Macedo Ribeiro	826,66	75,15
10 - João Maurício Cabral de Mello	771,50	70,13
11 - José Raphael Mendes de Azeredo	809,48	73,58
12 - Leonardo Mourão Coelho de Souza	825,39	75,03
13 - Maria Eduarda de Seixas Corrêa	778,12	70,73
14 - Otávio Brandelli	752,23	68,38
15 - Pedro Gustavo Ventura Wollny	804,12	73,10
16 - Pedro Miguel da Costa e Silva	864,81	78,61
17 - Pedro Murilo Ortega Terra	734,14	66,74
18 - Philip Yang	739,96	67,26
19 - Rodrigo de Azeredo Santos	763,07	69,37
20 - Sarquis José Buainain Sarquis	751,23	68,29
21 - Sérgio de Paula Castro	765,87	69,62

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 26 DE JULHO DE 1990
(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 084, de 03.08.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que, de acordo com o estipulado pelo artigo 52, inciso IV, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977 e da Portaria nº 450 da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pelas Portarias nº 483, de 17 de abril de 1979 e nº 579, de 29 de abril de 1987, estarão abertas no período de 1º a 30 de setembro de 1990 as matrículas para o Vigésimo Terceiro Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XXIII CAD).

2. O pedido de matrícula deverá ser feito mediante o preenchimento e apresentação ao Instituto Rio Branco de formulário apropriado, cujo modelo acompanha o presente Edital. A Diretora do Instituto poderá limitar o número de inscrições, resguardado o direito de inscrição aos Segundos-Secretários que, à época prevista para a divulgação do resultado do Curso, contem com tempo de classe e de serviço no exterior que os habilite à promoção a Primeiro-Secretário. Uma vez confirmada esta inscrição, desistência por parte do candidato que não for comunicada à Diretora do IRBr até trinta dias após o recebimento daquela confirmação implicará a impossibilidade de inscrição do interessado no XXIV CAD.

3. O Instituto fornecerá aos alunos, a título de subsídio, textos básicos e material informativo, o que não exclui que os alunos efetuem leituras por conta própria a respeito das disciplinas do Curso.

4. As provas serão realizadas de acordo com o seguinte cronograma:

dia 26 de agosto de 1991 - Relações Políticas Internacionais e Organismos

dia 28 de agosto de 1991 - Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais;

dia 29 de agosto de 1991 - Prática Consular;

dia 30 de agosto de 1991 - Prática Diplomática.

5. As provas serão escritas e desidentificadas (os Examinadores não conhecerão a identidade dos autores). Serão aplicadas na Secretaria de Estado e nos postos em que estiverem lotados os alunos inscritos no Curso que hajam sido reprovados em CAD anterior.

6. A Direção do Instituto promoverá, no período imediatamente anterior aos exames, a realização na Secretaria de Estado de palestras e aulas sobre temas de interesse para o Curso. Nesse caso, os alunos que não se encontrem lotados em Brasília serão chamados a serviço para participar dessas atividades didáticas e aqui prestarão os exames, salvo aqueles que já tenham sido chamados a serviço para cursar CAD anterior.

7. A aprovação no CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito Suficiente ou Insuficiente. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem conceito Suficiente nas quatro provas. Os candidatos inscritos em virtude de reprovação em uma única prova de CAD anterior, apenas daquela prova prestarão novo exame.

8. Concluída a avaliação, os alunos reprovados receberão cópia de suas provas, a fim de que, se assim o desejarem, requeiram sua revisão, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento das cópias.

9. Os requerimentos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos à Diretora do IRBr e indicar, precisamente, as questões em que o aluno se considere prejudicado, bem como as alegações do candidato a respeito. Serão indeferidos os recursos que não contenham fundamentação adequada.

10. A Diretora do Instituto submeterá aos Examinadores os pedidos de revisão recebidos tempestivamente, e, depois de ouvido o Senhor Ministro de Estado, divulgará, até o dia 08 de novembro de 1991, decisão final sobre o recurso, a qual terá caráter irrecorrível.

11. Os alunos reprovados poderão requerer inscrição em CAD posterior, no prazo de quinze dias a partir do recebimento do resultado final, por correspondência dirigida à Direção do Instituto Rio Branco. Se a reprovação se deveu a um único conceito Insuficiente, apenas daquela prova prestará exame o candidato, sendo considerado aprovado nas outras três.

12. Os alunos aprovados no Curso terão igualmente direito à vista de suas provas, mediante solicitação pertinente encaminhada à Diretora do Instituto.

13. Está prevista para março de 1991 a abertura de inscrições para o XXIV CAD, com provas a serem realizadas em março de 1992.

DISPOSIÇÕES GERAIS

14. A conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas é um dos requisitos específicos para a promoção por merecimento a Primeiro-Secretário, nos termos do inciso IV do artigo 6º do Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.326, de 01 de outubro de 1986.

15. Do mesmo modo, poderão apenas ser comissionados Conselheiros em postos do grupo "C", nos termos do artigo 67, Seção IV do Decreto nº 93.325, de 01 de outubro de 1986, os Primeiros e Segundos-Secretários aprovados no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

16. O diploma do CAD assegura, ademais, aos funcionários lotados na Secretaria de Estado, a vantagem da Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso estipulada pelos artigos 3º, item V, e 5º, § único, item I, do Decreto-Lei nº 2.405, de 29 de dezembro de 1987.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 15 DE OUTUBRO DE 1990

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 112, de 17.10.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que, de acordo com o estipulado pelo Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e na forma da Portaria nº 607, de 15 de outubro de 1990, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, estarão abertas, no período compreendido entre 1º de novembro e 10 de dezembro de 1990, as matrículas para o Vigésimo Terceiro Curso de Altos Estudos (XXIII CAE).

2. O XXIII CAE consistirá nas seguintes atividades:

- a) apresentação ao Instituto Rio Branco de trabalho escrito sobre assunto de relevância para a diplomacia brasileira; e
- b) defesa oral dos trabalhos que hajam sido aceitos por Banca Examinadora *ad hoc*.

3. A solicitação de matrícula no XXIII CAE far-se-á mediante o envio ao IRBr do formulário de inscrição em anexo ao presente Edital, dentro do prazo acima estipulado. Para os candidatos residentes fora de Brasília, ou licenciados, a data do expediente ou da guia de mala que o remeta, ou do carimbo postal, será levada em conta para verificação da observância daquele prazo.

4. A Direção do Instituto Rio Branco poderá recusar temas que não se enquadrem nas finalidades do Curso. Em tais casos, os candidatos poderão propor novo tema em tempo hábil, a ser fixado pela Direção do Instituto em sua comunicação específica aos interessados.

5. A Direção do Instituto poderá, igualmente, solicitar ao candidato o envio de dados complementares, bem como adverti-lo da conveniência de modificação do tratamento a ser dado ao tema, à guisa de maior precisão, a fim de que o trabalho mais bem se coadune os requisitos do Curso.

6. Uma vez efetivada a matrícula, o candidato não poderá alterar o tema do seu trabalho. Serão admitidas, contudo, modificações no título e no esquema estrutural, desde que submetidas previamente à aprovação da Direção do Instituto. Acréscimos de fontes bibliográficas ou de outra natureza também deverão ser objeto de comunicação ao Instituto.

7. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto Rio Branco poderá estabelecer limite de vagas no Curso. Em tal caso, será observada a ordem de antigüidade dos candidatos.

8. Os trabalhos deverão ser entregues ao Instituto Rio Branco, impreterivelmente, até o dia 20 de julho de 1991, em cinco exemplares, acompanhados de extrato cuja extensão não deve ultrapassar duas páginas datilografadas. O candidato que, não podendo concluir seu trabalho até aquela data, tencionar pedir transferência de matrícula para o Curso imediatamente seguinte, deverá fazê-lo dentro do prazo acima referido para a entrega do trabalho. De outra maneira, terá de reinscrever-se em CAE futuro, dentro dos prazos fixados no respectivo Edital. Em ambos os casos, o candidato poderá manter o mesmo tema ou, se preferir, alterá-lo parcial ou totalmente. Nessa última hipótese, o candidato deverá submeter-se ao disposto nos parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º do presente Edital.

9. No que diz respeito à apresentação do trabalho, cabem as seguintes observações:

- a) a extensão dos trabalhos deve ser de cem (100) a cento e sessenta (160) páginas datilografadas em espaço duplo, com um máximo de setenta (70) batidas por linha e de trinta e cinco (35) linhas por página de texto propriamente dito (excluídos índices, bibliografia, notas complementares e anexos). Não serão aceitos os trabalhos que estejam fora dos limites aqui estabelecidos;
- b) recomenda-se que o trabalho inclua índice, relação dos eventuais anexos, introdução, desenvolvimento do tema, conclusões e referências bibliográficas precisas e sistematicamente indicadas; e
- c) o grau de sigilo é dado pelo autor; esse grau poderá, contudo, ser alterado, a critério da Banca Examinadora ou do Instituto Rio Branco.

10. O candidato deve ter em conta que, em princípio todos os trabalhos são sigilosos e que sua originalidade deve ser preservada até a conclusão do processo de avaliação pela Banca Examinadora. Nessas condições, é vedada a publicação de parte ou da totalidade do trabalho a ser apresentado ao XXIII CAE pelo candidato. Por idêntica razão, o candidato deve abster-se, na fase de avaliação, de fazer circular cópias do seu trabalho.

11. A Banca Examinadora, a ser designada pelo Ministro de Estado na forma estabelecida pelo Artigo 8º da Portaria nº 607, de 15 de outubro de 1990, efetuará seus

trabalhos em duas fases e eventualmente em três. Na primeira, procederá à avaliação dos trabalhos escritos, tendo a faculdade de não aceitar para defesa oral aqueles que julgue não atenderem satisfatoriamente aos critérios estipulados no parágrafo 12, abaixo.

12. Para julgamento dos trabalhos escritos, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) relevância funcional e utilidade para a diplomacia brasileira, ou ainda, contribuição para a historiografia e o pensamento diplomático brasileiros;
- b) aproveitamento do tema versado;
- c) maturidade intelectual e nível cultural;
- d) originalidade;
- e) metodologia adequada;
- f) correção, precisão conceitual e pertinência das conclusões;
- g) precisão histórica, factual e estatística;
- h) qualidade da linguagem;
- i) relevância, riqueza e assimilação das fontes bibliográficas;
- j) apresentação.

13. Para avaliação positiva dos trabalhos pela Banca Examinadora, mormente no que respeita à satisfação do critério mencionado na alínea "a" do parágrafo 12, é importante:

- a) que o tema seja tratado sob enfoque diplomático e profissional, isto é, tendo presentes interesses e posições da diplomacia brasileira;
- b) que o trabalho, no seu desenvolvimento, não seja apenas informativo (descrição de antecedentes e de situações) mas também analítico-interpretativo e, ainda, sempre que o tema o permita, prospectivo, quanto a tendência, e opinativo, quanto a futuras ações brasileiras na matéria.

14. Até 10 de setembro de 1991, a Banca Examinadora comunicará o resultado da primeira fase (avaliação) ao Instituto Rio Branco, que dele dará conhecimento aos interessados. Dos trabalhos que não tenham sido aceitos para defesa oral, o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá em seus arquivos apenas um, para registro.

15. O candidato que tiver seu trabalho recusado nessa primeira fase poderá reapresentá-lo, no Curso imediatamente posterior ou em outro, de acordo com sua conveniência, em versão revista e aperfeiçoada, desde que dessa intenção faça ciência, no máximo até trinta dias após a notificação da recusa, a Direção do Instituto Rio Branco, e desde que a Banca Examinadora, ao avaliar o trabalho, não tenha desaconselhado sua reapresentação. Em caso de recusa pela Banca Examinadora do XXIII CAE, na primeira fase, de trabalho já apresentado anteriormente no CAE, o candidato não poderá reinscrever-se em Curso futuro com o mesmo tema, salvo autorização excepcional e expressa da Banca Examinadora.

16. O candidato cujo trabalho for aceito na primeira fase será convocado para as arguições orais do XXIII CAE. Estas realizar-se-ão em Brasília, em período compreendido entre 1º e 20 de outubro de 1991, a ser determinado oportunamente pela Direção do Instituto Rio Branco.

17. No julgamento da defesa oral, a Banca Examinadora orientar-se-á pelos seguintes critérios:

- a) conhecimento e domínio do tema;
- b) segurança e convicção na defesa dos pontos objetos de arguição;
- c) coerência, correção e propriedade de argumentação;
- d) fluência, qualidade e propriedade de linguagem; e
- e) demonstração de conhecimento em matérias correlatas ao tema versado.

18. A Banca Examinadora, em consonância com os parâmetros definidos no parágrafo anterior, poderá, com relação a cada candidato:

- I) aprová-lo;
- II) condicionar sua aprovação;
- III) reprová-lo.

19. Ocorrerá a hipótese de que trata a alínea "II" acima quando a Banca Examinadora decidir diferir seu pronunciamento final e solicitar ao candidato que ele lhe apresente, à luz da arguição oral e dentro do prazo que ela estipular, modificação ou complementação do trabalho escrito, nas partes que ela indicar.

20. O prazo de que trata o parágrafo anterior será improrrogável e não poderá se estender além do término do segundo semestre de 1991.

21. Até cinco dias depois de vencido esse prazo, a Banca deverá pronunciar-se sobre a aprovação ou a reprovação final do candidato. Será reprovado o candidato que não cumprir a contento as solicitações da Banca.

22. Dos trabalhos reprovados após a defesa oral o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares ao autor e manterá um em seus arquivos, para registro. Dos trabalhos aprovados guardará os cinco exemplares, para fins de consulta, observadas as normas pertinentes aos respectivos graus de sigilo.

23. Todos os prazos de que trata este Edital poderão ser modificados, a pedido da Banca Examinadora, por ato da Direção do Instituto Rio Branco que será dado a conhecer imediatamente aos candidatos. Será observado, no entanto, um lapso não inferior a quarenta e cinco dias entre o término das arguições orais e 31 de dezembro de 1991.

24. O Instituto Rio Branco recorda que a conclusão do Curso de Altos Estudos é um dos requisitos específicos para a promoção a Ministro de Segunda Classe, nos termos do inciso II do Artigo 52 da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, e do parágrafo 5º do Artigo 55 do mesmo diploma legal.

25. O Instituto Rio Branco recorda ainda que, nos termos do Artigo 73 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, ao Diplomata inscrito no CAE será

concedido quando solicitado, para preparação do estudo, afastamento do serviço por trinta dias, sem prejuízo do gozo de férias a que faça jus e de vencimento, remuneração ou retribuição.

26. O diploma do CAE assegura, ademais, aos funcionários lotados na Secretaria de Estado, a vantagem da Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso, estipulada pelos Artigos 3º, inciso V, e 5º, parágrafo único, inciso II, do Decreto-Lei nº 2.405, de 29 de dezembro de 1987.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 12 DE OUTUBRO DE 1990

(Publicado no DO de 18.10.90 e no Boletim de Serviço do MRE nº 113, de 19.10.90)

EXAME VESTIBULAR PARA O CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA - 1990

Por ato do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 10 de outubro de 1990, foram considerados aprovados no Exame Vestibular de 1990 os seguintes candidatos ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, e, portanto, aptos a se matricular em no 1º ano do referido Curso, em 1991:

NOME	TOTAL DE PONTOS	MÉDIA
1º - Flávio Cardone	879,57	79,96
2º - Pedro Miguel da Costa e Silva	864,81	78,61
3º - Gisela Maria Figueiredo Padovan	837,55	76,14
4º - Haroldo de Macedo Ribeiro	826,66	75,15
5º - Leonardo Mourão Coelho de Souza	825,39	75,83
6º - José Raphael Mendes de Azeredo	809,48	73,58
7º - Pedro Gustavo Ventura Wollny	804,12	73,10
8º - Maria Eduarda de Seixas Corrêa	778,12	70,73
9º - João Mauricio Cabral de Mello	771,50	70,13
10º - Sérgio de Paula Castro	765,87	69,62
11º - Rodrigo de Azeredo Santos	763,07	69,37
12º - Everton Frask Lucero	762,00	69,27
13º - Otávio Brandelli	752,23	68,38
14º - Sarquis José Bauinain Sarquis	751,23	68,29
15º - Philip Yang	739,96	67,26
16º - Pedro Murilo Ortega Terra	734,14	66,74
17º - Carlos Alberto Franco França	727,16	66,10
18º - Almir Lima Nascimento	725,82	65,98
19º - Fátima Keiko Ishitani	717,50	65,22
20º - Duval Vasconcellos Barros	709,82	64,52
21º - Byron Amaral dos Santos	661,60	60,15

Brasília, 12 de outubro de 1990.

Thereza Maria Machado Quintella
Diretora do Instituto Rio Branco

EDITAL DE 13 DE DEZEMBRO DE 1990

(Publicado no DO de 17.12.90)

Curso de preparação à Carreira de Diplomata - biênio 1989/1990, resultado final do curso (de acordo com o Art. 13 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05.03.85, publicada no Diário Oficial de 13.05.85).

CLASS.	NOMES	MÉDIA
1º	Eugênia Barthelmess	86,27
2º	Eduardo Paes Sabóia	85,58
3º	Ary Norton de Murat Quintella	83,84
4º	Fábio Mendes Marzano	83,29
5º	Luiz Felipe Silvério Fortuna	81,51
6º	Alexandre José Vidal Porto	81,34
7º	Colbert Soares Pinto Júnior	81,20
8º	Davino Ribeiro de Sena	80,55
9º	Fábio Vaz Pitaluga	78,96
10º	Luiz César Gasser	78,52
11º	Antonio Justino Silva de Souza	78,21
12º	Arnaldo Clarete Salabert	75,82
13º	Luis Felipe Magioli e Mello	73,21

Thereza Maria Machado Quintella
Diretora

EDITAL DE 14 DE DEZEMBRO DE 1990

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 132, de 26.12.90)

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS RESULTADOS NO 2º ANO

NOME	MÉDIA
1º - Eugênia Barthelmess	91,24
2º - Eduardo Paes Sabóia	88,55
3º - Ary Morton de Murat Quintella	87,19
4º - Alexandre José Vidal Porto	85,33
5º - Fábio Mendes Marzano	84,55
6º - Colbert Soares Pinto Júnior	82,86
7º - Luiz Cesar Gasser	81,95
8º - Davino Ribeiro de Sena	81,93
9º - Luis Felipe Silvério Fortuna	81,25
10º - Fábio Vaz Pitaluga	80,32
11º - Antonio Justina Silva de Souza	79,43
12º - Arnaldo Clarete Salabert	73,69
13º - Luis Felipe Magioli e Mello	70,12

Brasília, 14 de dezembro de 1990.

Thereza Maria Machado Quintella
Diretora

EDITAL DE 17 DE DEZEMBRO DE 1990
(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 132, de 26.12.90)

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA
BIÊNIO 1989/1990

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS RESULTADOS OBTIDOS
NOS DOIS ANOS DO CURSO

NOME	MÉDIA
1º – Eugênia Barthelmess	91,60
2º – Ary Norton de Murat Quintella	88,24
3º – Eduardo de Paes Sabóia	88,07
4º – Fábio Mendes Marzano	85,35
5º – Alexandre José Vidal Porto	85,17
6º – Luis Felipe Silvério Fortuna	84,33
7º – Colbert Soares Pinto Júnior	83,85
8º – Davino Ribeiro de Sena	83,59
9º – Antonio Justino Silva de Souza	82,55
10º – Luiz Cesar Gasser	81,97
11º – Fábio Vaz Pitaluga	81,29
12º – Arnaldo Clarete Salabert	79,11
13º – Luis Felipe Magioli e Mello	75,75

Brasília, 17 de dezembro de 1990.

Thereza Maria Machado Quintella
Diretora

PORTARIA Nº 05, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 014, de 16.02.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar os examinadores e os encarregados da execução das tarefas relativas ao Vigésimo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XX CAD):

Banca Examinadora

Relações Políticas Internacionais e Organismos Internacionais
Embaixador José Nogueira Filho

Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais
Ministro Adhemar Gabriel Bahadian

Prática Diplomática

Ministro José Vicente de Sá Pimentel

Prática Consular

Primeiro Secretário Afonso José Sena Cardoso

Secretário do CAD

Vera Lucia Rodrigues de Faria

Serviços de Apoio

Lucy Machado de Souza Camelo

Fabiano Ferreira da Silva

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 06, DE 07 DE MARÇO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço de MRE nº 022, de 08.03.90)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no primeiro semestre de 1990, os seguintes professores e professores-assistentes:

Professores

Gelson Fonseca Junior – Relações Internacionais.

Raphael Valentino Sobrinho – Relações Econômicas Internacionais.

José Vicente de Sá Pimentel – Português: Redação Oficial.

Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio – Política Externa Brasileira Contemporânea.

Arthur Vivacqua Correa Meyer – Economia Brasileira.

Afonso José Sena Cardoso – Prática Consular.

Professores-Assistentes

Marcos Abbott Galvão – Relações Internacionais.

Dr. Carlos Eduardo Cruz de Souza Lemos – Prática Consular.

Dra. Ana Maria Amorim – Relações Econômicas Internacionais.

Irene Vida Gala – Português: Redação Oficial.

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

PORTARIA Nº 07, DE 07 DE MARÇO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 022, de 08.03.90)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e

considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento Interno do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no primeiro semestre de 1990, aos seguintes professores de línguas estrangeiras:

Espanhol

Cecília da Silva Guerra Vicente

Francês

Christian Marcel Defontaine

Marie Hélène Grossele de Mello Ferreira

André Raymond René Souvestre

Inglês

Allan John Hudson

Morag Lindsay Patrick

Sara Burkitt Walker

Helena Chaves da Graça

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

PORTARIA Nº 11, DE 28 DE MARÇO DE 1990

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 030, de 29.03.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no primeiro semestre de 1990, os seguintes professores e professores-assistentes:

Professores

Sergio Fernando Guarischi Bath – Serviço Exterior: História e Prática.
(História das Relações Diplomáticas do Brasil)

Edmundo Sussumu Fujita – História das Idéias Políticas.

Luis Gilberto Seixas de Andrade – Estudos Brasileiros para Estrangeiros.

Anna Maria Villela – Direito Internacional Privado.

Jorge Luiz Fontoura Nogueira – Direito Internacional Público I.

Luiz Cláudio Etchebert Marinho – Economia.

Regina Maria de Souza – Português: Expressão e Redação Profissional.

Professores-Assistentes:

Maria Luiza Ribeiro Viotti – História das Idéias Políticas.

Carlos Henrique Fialho Mussi – Economia.

PORTARIA Nº 012, DE 28 DE MARÇO DE 1990

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no primeiro semestre de 1990, os seguintes professores de línguas estrangeiras:

Espanhol

Kori Yaanne Bolívia Carrasco Costa.

Francês

Josette Perroud

Inglês

Nicola Mary Gardner

Árabe

Issa Antonio Bonduki

Japonês

Michio Yamaguchi.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 13, DE 04 DE ABRIL DE 1990

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 033, de 05.04.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base na Portaria Ministerial nº 601, de 16 de fevereiro de 1990, resolve:

Designar as seguintes Bancas Examinadoras para a 1ª Fase do Exame Vestibular ao Curso de preparação à Carreira de Diplomata, no ano de 1990:

Português

Embaixador Sergio Fernando Guarischi Bath

Professora Stella Maris Bortoni

Professora Enilde Leite de Jesus Faulstich

Francês

Secretária Barbara Mussi

Professor Christian Marcel Defontaine

Professor Michel Pierre Raynaud

Inglês

Ministro Henrique Rodrigues Valle Junior

Professora Edite Faial Jacques

Professor Steven Albert Armstrong.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 15.1, DE 20 DE ABRIL DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 045, de 09.05.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base na Portaria Ministerial nº 601, de 16 de fevereiro de 1990, resolve:

Designar os seguintes membros encarregados em Brasília, das tarefas relativas à execução da 1ª fase do Exame Vestibular de 1990 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenador: Sebastiana Maria de Azevedo

Auxiliar de Coordenação:

Myrian S. Rezende Campos

Fiscais:

Angela Ribeiro dos Santos (3 provas).

Dilson Rodrigues da Cunha (3 provas)

Jureni Figueira de Azevedo (3 provas)

Luiz Roberto Salles de Rezende (1 prova)

Técua Cordeiro da Silva (2 provas)

Ivonete Santiago Neri (2 provas)

José Ataíde Prado dos Anjos (2 provas)

Vera Lúcia Rodrigues de Faria (1 prova).

Serviço de Apoio:

João Valdivino Trajano

Lucy Machado de Souza Camelo.

Fabiano Ferreira da Silva.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 22, DE 14 DE MAIO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 049, de 22.05.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto nos artigos 36 e 37 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de maio de 1985, resolve designar como monitoras, para o primeiro semestre letivo de 1990:

Secretária Sônia Regina Guimarães Gomes, monitora dos Cursos de Direito, devendo secundar professores na preparação de aulas e material didático e assistir os alunos que o requeiram no acompanhamento dos cursos; a Senhora Sebastiana Maria de Azevedo, monitora de Orientação Profissional, devendo auxiliar os orientadores profissionais na pesquisa e preparo de informações e material didático.

A remuneração dos monitores será feita de acordo com o item f da Portaria nº 17, de 30 de abril de 1990.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 23, DE 31 DE MAIO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 056, de 08.06.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar, como Orientadores Profissionais do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, para o ano letivo de 1990, os seguintes diplomatas:

Conselheiro José Roberto de Almeida Pinto;

Primeiro Secretário Marcos Bezerra Abbott Galvão;

Primeiro Secretário Luís Fernando Panelli César; e

Primeira Secretária Ana Cândida Perez.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 24, DE 08 DE JUNHO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 057, de 11.06.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve designar, como Professores-Assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, para o ano letivo de 1990:

Conselheiro Sérgio Ney Medeiros de Carvalho – Serviço Exterior: História e Prática;

Secretário Pedro Fernando Brêtas Bastos – Estudos Brasileiros para Estrangeiros;

Secretária Sonia Regina Guimarães Gomes – Direito Internacional Privado;

Professor Clémerson Merlin Clève – Direito Internacional Público.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 25, DE 21 DE JUNHO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 063, de 25.06.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base na Portaria Ministerial nº 601, de 16 de fevereiro de 1990, publicada no Diário Oficial de 19 de fevereiro de 1990, resolve:

Designar as seguintes Bancas Examinadoras para os Exames orais da 2ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no ano de 1990:

Questões Internacionais Contemporâneas

Ministro Carlos José Prazeres Campelo
Conselheiro Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho
Conselheiro Carlos Antonio da Rocha Paranhos.

Francês

Professor André Raymond René Souvestre
Primeira Secretária Bárbara Mussi
Primeira Secretária Ana Candida Perez.

Inglês

Ministro Henrique Rodrigues Valle Junior
Professor Steven Albert Armstrong
Professora Edite do Céu Faial Jacques

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 26, DE 21 DE JUNHO DE 1990

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base na Portaria Ministerial nº 601, de 16 de fevereiro de 1990, publicada no Diário Oficial de 19 de fevereiro de 1990, resolve:

Fixar em Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) por dia de arguição a remuneração dos componentes das bancas dos exames orais.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 28, DE 03 DE JULHO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 070, de 05.07.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, no uso de suas atribuições e com base na Portaria Ministerial nº 601, de 16 de fevereiro de 1990, resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos Membros das Bancas Examinadoras e dos grupos encarregados, em Brasília, das tarefas de execução da 2ª fase do Exame Vestibular de 1990 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Examinador: Cr\$ 60.000,00 pelo total das provas corrigidas dos eventuais recursos, e Cr\$ 2.000,00 por elaboração de cada questão de prova.

Coordenador: Cr\$ 30.000,00;

Auxiliar: Cr\$ 15.000,00;

Fiscais: Cr\$ 1.500,00 (por disciplina);

Serviço de Gravação de Provas Oraís: Cr\$ 2.000,00 (por dia); e

Serviço de Apoio: Cr\$ 4.000,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 29, DE 03 DE JULHO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 070, de 05.07.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, no uso de suas atribuições e com base na Portaria Ministerial nº 601, de 16 de fevereiro de 1990, resolve:

Designar os seguintes Examinadores para as provas escritas da 2ª fase do Exame Vestibular de 1990 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

História do Brasil

Conselheiro Abelardo da Costa Arantes Junior

História Mundial

Professor Amado Luiz Cervo

Geografia do Brasil

Professora Marília Luisa Peluso de Oliveira

Geografia Geral

Professora Ignez Costa Barbosa Ferreira

Noções Básicas de Direito

Professor Antonio Augusto Cançado Trindade e

Walter Ramos da Costa Porto.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 30, DE 28 DE JUNHO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço nº 071, de 06.07.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que confere o artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento Interno do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar Francês no Curso de Preparação a Carreira de Diplomata, no primeiro semestre de 1990, o professor Michel Raynaud.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 31, DE 03 DE JULHO DE 1990

A Diretora do Instituto Rio Branco, no uso de suas atribuições e com base na Portaria Ministerial nº 601, de 16 de fevereiro de 1990, publicada no D.O. de 19 de fevereiro de 1990, resolve:

Designar os seguintes encarregados, em Brasília, das tarefas relativas à execução da 2ª fase do Exame Vestibular de 1990 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenador:

Sebastiana Maria de Azevedo

Auxiliar de Coordenação:

Myrian S. de Rezende Campos

Fiscais:

José Antonio de Almeida (5 provas)

Ângela Ribeiro dos Santos (3 provas)

Francisco Meira Lins Filho (2 provas)

Dilson Rodrigues da Cunha (4 provas)

Jureni Figueira de Azevedo (2 provas)

Serviço Técnico de Gravação:

Edemir Severo Ferreira (3 provas)

Raimundo Alves dos Santos (3 provas)

André Luiz Alves (3 provas)

Serviço de Apoio:

João Valdivino Trajano

Georgina Carlota da Silva

Lucy Machado de Souza Camelo

José Givaldo da Silva.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 32, DE 20 DE JULHO DE 1990

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 081, de 31.7.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, no uso de suas atribuições e com base na Portaria Ministerial nº 601, de 16 de fevereiro de 1990, resolve designar:

- 1 – Para Coordenador dos Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica, da 3ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1990, o Doutor Antonio Teixeira de Souza, Chefe do Serviço de Assistência Médica e Social do Ministério das Relações Exteriores;
- 2 – Para os Exames Físicos, o Hospital do Comando Naval de Brasília;
- 3 – Para os Exames de Sanidade Psíquica, o Serviço de Seleção de Pessoal da Marinha;
- 4 – Para os Exames de Oftalmologia, o Centro de Diagnose e Microcirurgia Ocular;
- 5 – Para os Exames de Otorrinolaringologia, o Doutor Aldo Carrilho Neves; e
- 6 – Para o Serviço de Apoio, o Senhor Carlos Augusto Fernandes de Araújo.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 33, DE 20 DE JULHO DE 1990

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 081, de 31.07.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, no uso de suas atribuições e com base na Portaria Ministerial nº 601, de 16 de fevereiro de 1990, resolve:

Fixar os valores a serem pagos pela execução da 3ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1990:

- 1 – Pela Coordenação dos Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica: Cr\$ 30.000,00;
- 2 – Pelos Exames de Oftalmologia: Cr\$ 1.500,00 por candidato (21 candidatos);
- 3 – Pelos Exames de Otorrinolaringologia: Cr\$ 1.500,00 por candidato (21 candidatos);
- 4 – Pelo serviço de apoio: Cr\$ 4.000,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 34, DE 26 DE JULHO DE 1990

(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 081, de 31.07.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º, do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar os examinadores e os encarregados da execução das tarefas relativas ao Vigésimo Primeiro Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XXI CAD):

Banca Examinadora

Relações Políticas Internacionais e Organismos Internacionais
Embaixador Fernando Guimarães Reis

Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais
Conselheiro Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho

Prática Diplomática

Ministro José Vicente de Sá Pimentel

Prática Consular

Primeiro Secretário Afonso José Sena Cardoso

Secretária do CAD

Vera Lúcia Rodrigues de Faria

Serviços de Apoio

Lucy Machado de Souza Camelo

José Givaldo da Silva.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 35, DE 31 DE JULHO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço nº 085, de 07.08.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no segundo semestre de 1990, os seguintes professores e professores-assistentes:

Professores-Titulares

Sérgio Fernando Guarischi Bath – (Serviço Exterior: História e Prática),
(História das Relações Diplomáticas do Brasil).

André Mattoso Maia Amado – (Português: Expressão e Redação Profissional).

Luiz Gilberto Seixas de Andrade – (Estudos Brasileiros para Estrangeiros).

Luiz Cláudio Etchebert Marinho – (Economia).

Gelson Fonseca Junior – (Relações Internacionais).

Raphael Valentino Sobrinho – (Relações Econômicas Internacionais).

José Vicente de Sá Pimentel – (Português: Redação Oficial).

Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho – (Política Externa Brasileira Contemporânea).

Kori Yanne Bolívia Carrasco Costa – (Espanhol).

Cecília da Silva Guerra Vicente – (Espanhol).

Josette Perroud Riboud – (Francês).

Christian Marcel Defontaine – (Francês).

Marie Hélène Grosselle de Melo Ferreira – (Francês).

André Raymond René Souvestre – (Francês para Estrangeiros).

Sara Burkitt Walker – (Inglês).

Allan John Hudson – (Inglês).

Nicola Mary Gardner – (Inglês).

Helena Chaves da Graça – (Inglês para Estrangeiros).

Issa Antonio Bonduki – (Árabe).

Michio Yamaguchi – (Japonês).

Lucília Helena do Carmo Garcez – (Português para Estrangeiros).

Roberto Wanderley de Souza Ferreira – (Russo).

Professores-Assistentes

Marcos Bezerra Abbott Galvão – (Relações Internacionais).

Ana Maria Amorim – (Relações Econômicas Internacionais).

Irene Vida Gala – (Português: Redação Oficial).

Carlos Henrique Fialho Mussi – (Economia).

Sérgio Ney Medeiros de Carvalho – (Serviço Exterior: História e Prática).

Pedro Fernando Brêtas Bastos – (Estudos Brasileiros para Estrangeiros),
(Português: Expressão e Redação Profissional).

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 36, DE 14 DE AGOSTO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 088, de 15.08.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1986, resolve:

Designar os seguintes Orientadores Profissionais e Monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, para o segundo semestre de 1990:

Orientadores Profissionais

Maria Luiza Ribeiro Viotti;

Georges Lamazière;

Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos;

Fernando Simas Magalhães.

Monitores

Márcio Pereira Pinto Garcia – Monitor para a área de Direito Internacional Público;

Marcelo Baumbach – Monitor para a área de Direito Internacional Privado;

Sebastiana Maria de Azevedo – Monitora para a área de Orientação Profissional.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 037, DE 20 DE AGOSTO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 090, de 20.08.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para remuneração dos examinadores e dos encarregados da execução das tarefas do Vigésimo Primeiro Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XXI CAD):

Examinador: Cr\$ 25.000,00.

Secretária do CAD: Cr\$ 6.000,00.

Serviço de Apoio: Cr\$ 2.500,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 38, DE 24 DE AGOSTO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 092, de 24.08.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 2º do artigo 17 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, publicada no Diário Oficial em 13 de março de 1985, resolve:

Fixar em 12,00m³ (doze metros cúbicos) ou 4.500 kg (quatro mil e quinhentos quilogramas) o limite da bagagem pessoal dos candidatos habilitados no Exame Vestibular, não residentes na Capital Federal, cujo transporte poderá, caso haja disponibilidade de recursos orçamentários, ser pago pelo Instituto Rio Branco.

Poderá, ainda, ser pago o transporte de bagagem de dependentes legais, até o limite de 3,00 m³ (três metros cúbicos) ou 900 kg (novecentos quilogramas) por dependentes, até 3 (três) dependentes.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 039, DE 10 DE SETEMBRO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 100, de 14.09.90)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o artigo 217 do Regulamento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no segundo semestre de 1990, o Professor Antônio Augusto Cançado Trindade (Direito Internacional Público-II).

Luis Fernando Panelli César

PORTARIA Nº 040, DE 10 DE SETEMBRO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 100, de 14.09.90)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no mês de setembro de 1990, a Professora Anna Maria Villela (Direito Internacional Privado).

Luis Fernando Panelli César

PORTARIA Nº 041, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 100, de 14.09.90)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, usando as atribuições que lhe confere o artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no segundo semestre de 1990, o Secretário João Luiz de Barros Pereira Pinto, Orientador Profissional para a área de Informática.

Luis Fernando Panelli César

PORTARIA Nº 042, DE 12 DE SETEMBRO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 100, de 14.09.90)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, itens XII e XIII do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985 e na Portaria Ministerial de 31 de agosto de 1990, publicada no Boletim de Serviço nº 096, de 04 de setembro de 1990, resolve:

Fixar em Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), por trabalho escrito examinado, a remuneração dos Membros da Banca Examinadora do Vigésimo Primeiro Curso de Altos Estudos (XXI CAE).

Luis Fernando Panelli César

PORTARIA Nº 043, DE 28 DE SETEMBRO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 107, de 04.10.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 01 de setembro de 1990:

- 1) Bolsa para alunos sem dependentes: Cr\$ 45.000,00
- 2) Bolsa para alunos com dependentes: Cr\$ 49.500,00

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 044, DE 28 DE SETEMBRO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 107, de 04.10.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os valores da hora-aula paga aos professores, orientadores, conferencistas, professores-assistentes e monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 01 de setembro de 1990, como se segue:

- a) Cr\$ 1.836,30, por hora-aula dada, aos professores do CPCD;
- b) Cr\$ 1.836,30, por hora-aula dada, aos orientadores do CPCD;
- c) Cr\$ 2.205,37 por hora-conferência, aos conferencistas convidados pelo IRBr;
- d) Cr\$ 3.121,69 por hora-conferência, aos conferencistas visitantes convidados pelo IRBr;
- e) Cr\$ 1.469,05 por hora-aula dada, aos professores-assistentes do CPCD;
- f) Cr\$ 1.055,89 por hora-aula dada, aos monitores do CPCD.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 45, DE 15 DE OUTUBRO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 111, de 15.10.90)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de maio de 1985, resolve:

Designar Antônio Otávio Sá Ricarte Professor-Assistente de Direito Internacional Público-II, para o segundo semestre de 1990.

Luis Fernando Panelli César

PORTARIA Nº 046, DE 15 DE OUTUBRO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 116, de 31.10.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os valores da hora-aula paga aos professores, orientadores, conferencistas, professores-assistentes e monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 01 de outubro de 1990, como se segue:

- a) Cr\$ 2.665,86 (40 BTN's) por hora-aula dada aos professores do CPCD;
- b) Cr\$ 2.665,86 (40 BTN's) por hora-aula dada aos orientadores do CPCD;
- c) Cr\$ 3.332,33 (50 BTN's) por hora-conferência, aos conferencistas convidados pelo IRBr;
- d) Cr\$ 4.531,96 (68 BTN's) por hora-conferência, aos conferencistas visitantes convidados pelo IRBr;
- e) Cr\$ 2.132,64 (32 BTN's) por hora-aula dada, aos professores-assistentes do CPCD;
- f) Cr\$ 1.532,87 (23 BTN's) por hora-aula dada, aos monitores do CPCD.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 15 DE OUTUBRO DE 1990

A Diretora do Instituto Rio Branco, faz público que, de acordo com o estipulado pelo Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e na forma da Portaria nº 607, de 15 de outubro de 1990, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, estarão abertas, no período compreendido entre 1º de novembro e 10 de dezembro de 1990, as matrículas para o Vigésimo Terceiro Curso de Altos Estudos (XXIII CAE).

2. O XXIII CAE consistirá nas seguintes atividades:

- a) apresentação ao Instituto Rio Branco de trabalho escrito sobre assunto de relevância para a diplomacia brasileira; e
- b) defesa oral dos trabalhos que hajam sido aceitos por Banca Examinadora *ad hoc*.

3. A solicitação de matrícula no XXIII CAE far-se-á mediante o envio ao IRBr do formulário de inscrição em anexo ao presente Edital, dentro do prazo acima estipulado. Para os candidatos residentes fora de Brasília, ou licenciados, a data do expediente ou da guia de mala que o remeta, ou do carimbo postal, será levada em conta para verificação da observância daquele prazo.

4. A Direção do Instituto Rio Branco poderá recusar temas que não se enquadrem nas finalidades do Curso. Em tais casos, os candidatos poderão propor novo tema em tempo hábil, a ser fixado pela Direção do Instituto em sua comunicação específica aos interessados.

5. A Direção do Instituto poderá, igualmente, solicitar ao candidato o envio de dados complementares, bem como adverti-lo da conveniência de modificação do tratamento a ser dado ao tema, à guisa de maior precisão, a fim de que o trabalho mais bem se coadune com os requisitos do Curso.

Uma vez efetivada a matrícula, o candidato não poderá alterar o tema do seu trabalho. Serão admitidas, contudo, modificações no título e no esquema estrutura, desde que submetidas previamente à aprovação da Direção do Instituto. Acréscimos de fontes bibliográficas ou de outra natureza também deverão ser objeto de comunicação ao Instituto.

7. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto Rio Branco poderá estabelecer limite de vagas no Curso. Em tal caso, será observada a ordem de antiguidade dos candidatos.

8. Os trabalhos deverão ser entregues ao Instituto Rio Branco, impreterivelmente até o dia 20 de julho de 1991, em cinco exemplares, acompanhados de extrato cuja extensão não deve ultrapassar duas páginas datilografadas. O candidato que, não podendo concluir seu trabalho até aquela data, tencionar pedir transferência de matrícula para o Curso imediatamente seguinte, deverá fazê-lo dentro do prazo acima referido para a entrega do trabalho. De outra maneira, terá de reinscrever-se em CAE futuro, dentro dos prazos fixados no respectivo Edital. Em ambos os casos, o candidato poderá manter o mesmo tema ou, se preferir, alterá-lo parcial ou totalmente. Nessa última hipótese, o candidato deverá submeter-se ao disposto nos parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º do presente Edital.

9. No que diz respeito à apresentação do trabalho, cabem as seguintes observações:

- a) a extensão dos trabalhos deve ser de cem (100) a cento e sessenta (160) páginas datilografadas em espaço duplo, com um máximo de setenta (70) batidas por linha e de trinta e cinco (35) linhas por página de texto propriamente dito (excluídos índices, bibliografia, notas complementares e anexos). Não serão aceitos os trabalhos que estejam fora dos limites aqui estabelecidos;
- b) recomenda-se que o trabalho inclua índice, relação dos eventuais anexos, introdução, desenvolvimento do tema, conclusões e referências bibliográficas precisas e sistematicamente indicadas; e
- c) o grau de sigilo é dado pelo autor; esse grau poderá, contudo, ser alterado, a critério da Banca Examinadora ou do Instituto Rio Branco.

10. O candidato deve ter em conta que, em princípio, todos os trabalhos são sigilosos e que sua originalidade deve ser preservada até a conclusão do processo de avaliação pela Banca Examinadora. Nessas condições, é vedada a publicação de parte ou da totalidade do trabalho a ser apresentado ao XXIII CAE pelo candidato. Por

idêntica razão, o candidato deve abster-se, na fase de avaliação, de fazer circular cópias do seu trabalho.

11. A Banca Examinadora, a ser designada pelo Ministro de Estado na forma estabelecida pelo Artigo 8º da Portaria nº 607, de 15 de outubro de 1990, efetuará seus trabalhos em duas fases e eventualmente em três. Na primeira, procederá à avaliação dos trabalhos escritos, tendo a faculdade de não aceitar para defesa oral aqueles que julgue não atenderem satisfatoriamente aos critérios estipulados no parágrafo 12, abaixo.

12. Para julgamento dos trabalhos escritos, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) relevância funcional e utilidade para a diplomacia brasileira, ou ainda, contribuição para a historiografia e o pensamento diplomático brasileiros;
- b) aproveitamento do tema versado;
- c) maturidade intelectual e nível cultural;
- d) originalidade;
- e) metodologia adequada;
- f) correção, precisão conceitual e pertinência das conclusões;
- g) precisão histórica, factual e estatística;
- h) qualidade da linguagem
- i) relevância, riqueza e assimilação das fontes bibliográficas;
- j) apresentação.

12. Para avaliação positiva dos trabalhos pela Banca Examinadora, mormente no que respeita à satisfação do critério mencionado na alínea "a" do parágrafo 12, é importante:

- a) que o tema seja tratado sob enfoque diplomático e profissional, isto é, tendo presentes interesses e posições da diplomacia brasileira;
- b) que o trabalho, no seu desenvolvimento, não seja apenas informativo (descrição de antecedentes e de situações) mas também analítico-interpretativo e, ainda, sempre que o tema o permita, prospectivo, quanto a tendências, e opinativo, quanto a futuras ações brasileiras na matéria.

14. Até 10 de setembro de 1991, a Banca Examinadora comunicará o resultado da primeira fase (avaliação) ao Instituto Rio Branco, que dele dará conhecimento aos interessados. Dos trabalhos que não tenham sido aceitos para defesa oral, o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá em seus arquivos apenas um, para registro.

15. O candidato que tiver seu trabalho recusado nessa primeira fase poderá reapresentá-lo, no Curso imediatamente posterior ou em outro, de acordo com sua conveniência, em versão revista e aperfeiçoada, desde que dessa intenção faça ciência, no máximo até trinta dias após a notificação da recusa, a Direção do Instituto Rio Branco, e desde que a Banca Examinadora, ao avaliar o trabalho, não tenha desaconselhado sua reapresentação. Em caso de recusa pela Banca Examinadora do XXIII CAE, na primeira fase, de trabalho já apresentado anteriormente no CAE, o

candidato não poderá reinscrever-se em Curso futuro com o mesmo tema, salvo autorização excepcional e expressa da Banca Examinadora.

16. O candidato cujo trabalho for aceito na primeira fase será convocado para as arguições orais do XXIII CAE. Estas realizar-se-ão em Brasília, em período compreendido entre 1º e 20 de outubro de 1991, a ser determinado oportunamente pela Direção do Instituto Rio Branco.

17. No julgamento da defesa oral, a Banca Examinadora orientar-se-á pelos seguintes critérios:

- a) conhecimento e domínio do tema;
- b) segurança e convicção na defesa dos pontos objetos de arguição;
- c) coerência, correção e propriedade de argumentação;
- d) fluência, qualidade e propriedade de linguagem; e
- e) demonstração de conhecimento em matérias correlatas ao tema versado.

18. A Banca Examinadora, em consonância com os parâmetros definidos no parágrafo anterior, poderá, com relação a cada candidato:

- i) aprová-lo;
- ii) condicionar sua aprovação;
- iii) reprová-lo.

19. Ocorrerá a hipótese de que trata a alínea "ii" acima quando a Banca Examinadora decidir diferir seu pronunciamento final e solicitar ao candidato que ele lhe apresente, à luz da arguição oral e dentro do prazo que ela estipular, modificação ou complementação do trabalho escrito, nas partes que ela indicar.

20. O prazo de que trata o parágrafo anterior será improrrogável e não poderá se estender além do término do segundo semestre de 1991.

Até cinco dias depois de vencido esse prazo, a Banca deverá pronunciar-se sobre a aprovação ou a reprovação final do candidato. Será reprovado o candidato que não cumprir a contento as solicitações da Banca.

22. Dos trabalhos reprovados após a defesa oral o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares ao autor e manterá um em seus arquivos, para registro. Dos trabalhos aprovados guardará os cinco exemplares, para fins de consulta, observadas as normas pertinentes aos respectivos. graus de sigilo.

23. Todos os prazos de que trata este Edital poderão ser modificados, a pedido da Banca Examinadora, por ato da Direção do Instituto Rio Branco que será dado a conhecer imediatamente aos candidatos. Será observado, no entanto, um lapso não inferior a quarenta e cinco dias entre o término das arguições orais e 31 de dezembro de 1991.

24. O Instituto Rio Branco recorda que a conclusão do Curso de Altos Estudos é um dos requisitos específicos para a promoção a Ministro de Segunda Classe, nos termos do inciso II do Artigo 52 da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, e do parágrafo 5º do Artigo 55 do mesmo diploma legal.

25. O Instituto Rio Branco recorda ainda que, nos termos do Artigo 73 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, ao Diplomata inscrito no CAE será

concedido quando solicitado, para preparação do estudo, afastamento do serviço por trinta dias, sem prejuízo do gozo de férias a que faça jus e de vencimento, remuneração ou retribuição.

26. O diploma do CAE assegura, ademais, aos funcionários lotados na Secretaria de Estado, a vantagem da Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso, estipulado pelos Artigos 3º, inciso V, e 5º, parágrafo único, inciso II, do Decreto-Lei nº 2.405, de 29 de dezembro de 1987.

Thereza Maria Machado Quintella

2.4 Atos da Diretora do Instituto Rio Branco

PORTARIA Nº 047, DE 15 DE OUTUBRO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 123, de 05.12.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, itens XII e XIII do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, e na Portaria Ministerial de 31 de agosto de 1990, publicada no Boletim de Serviço nº 096, de 04 de setembro de 1990, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria nº 042, de 12 de setembro de 1990.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 048, DE 15 DE OUTUBRO DE 1990
(Publicada no Boletim de Serviço do MRE nº 123, de 05.12.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, itens XII e XIII do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 05 de março de 1985, e na Portaria Ministerial de 31 de agosto de 1990, publicada no Boletim de Serviço nº 096, de 04 de setembro de 1990, resolve:

Fixar em Cr\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos cruzeiros) por trabalho escrito examinado, a remuneração dos Membros da Banca Examinadora do Vigésimo Primeiro Curso de Altos Estudos (XXI CAE).

Thereza Maria Machado Quintella

1.3. ATOS DA DIRETORA DO INSTITUTO RIO BRANCO

Relação dos candidatos que foram considerados aprovados no Exame Vestibular de 1990, e aptos a se matricularem no 1º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1991:

1º Flávio Cardone	879,57	79,96
2º Pedro Miguel da Costa e Silva	864,81	78,61
3º Gisela Maria Figueiredo Padovan	837,55	76,14
4º Haroldo de Macedo Ribeiro	826,66	75,15
5º Leonardo Mourão Coelho de Souza	825,39	75,03
6º José Raphael Mendes de Azeredo	809,48	73,58
7º Pedro Gustavo Ventura Wollny	804,12	73,10
8º Maria Eduarda de Seixas Corrêa	778,12	70,73
9º João Maurício Cabral de Mello	771,50	70,13
10º Sérgio de Paulo Castro	765,87	69,62
11º Rodrigo de Azeredo Santos	763,07	69,37
12º Everton Frask Lucero	762,00	69,27
13º Otávio Brandelli	752,23	68,38
14º Sarquis José Bauinain Sarquis	751,23	68,29
15º Philip Yang	739,96	67,26
16º Pedro Murilo Ortega Terra	734,14	66,74
17º Carlos Alberto Franco França	727,16	66,10
18º Almir Lima Nascimento	725,82	65,98
19º Fátima Keiko Ishitani	717,50	65,22
20º Duval Vasconcellos Barros	709,82	64,52
21º Byron Amaral dos Santos	661,60	60,15

PORTARIA Nº 49, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1990

(Publicado no Boletim de Serviço do MRE nº 126, de 13.12.90)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 05 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 01 de dezembro de 1990:

- 1) Bolsa para alunos sem dependentes: Cr\$ 58.500,00
- 2) Bolsa para alunos com dependentes: Cr\$ 64.350,00

PORTARIA DE 26 DE DEZEMBRO DE 1990

Portaria que delega competência ao Conselheiro Francisco Soares Alvim Neto, Coordenador de Ensino, para assinar, em nome do Instituto Rio Branco, convênios, contratos e ajustes, bem como movimentar contas bancárias e praticar todos os atos próprios à gestão orçamentário-financeira de créditos provisionados e recursos distribuídos no Instituto Rio Branco.